RICARDO BATISTA AMARAL

A vida quer é coragem

A trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil

Copyright

Esta obra foi postada pela equipe **Le Livros** para proporcionar, de maneira totalmente gratuita, o benefício de sua leitura a àqueles que não podem compra-la. Dessa forma, a venda desse eBook ou até mesmo a sua troca por qualquer contraprestação **é totalmente condenável** em qualquer circunstância.
A generosidade e a humildade são marcas da distribuição, portanto distribua este livro livremente. Após sua leitura considere seriamente a possibilidade de adquirir o original, pois assim você estará incentivando o autor e à publicação de novas obras. Se gostou do nosso trabalho e quer encontrar outros títulos visite nosso site:

Le Livros

http://LeLivros.com

RICARDO BATISTA AMARAL

A vida quer é coragem

A trajetória de
Dilma Rousseff,
a primeira presidenta
do Brasil

PRIMEIRA PESSOA

Copyright © 2011 por Ricardo Batista Amaral.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito dos editores.

preparo de originais: Débora Thomé
consultoria editorial: Otto Sarkis
revisão: Hermínia Totti, Luis Américo Costa e Taís Monteiro
pesquisa de imagens: Alice Dias
projeto gráfico e diagramação do miolo: Ilustrarte Design e Produção Editorial
projeto gráfico e diagramação do caderno de fotos: Ana Paula Brandão
capa: Miriam Lerner
imagem de capa: Caio Guatelli / Folhapress
geração de epub: Marcelo Morais

cip-brasil. catalogação-na-fonte
sindicato nacional dos editores de livros, rj

A512v

Amaral, Ricardo Batista
A vida quer é coragem [recurso eletrônico] / Ricardo Batista Amaral; Rio de Janeiro: Sextante, 2011.
recurso digital:

recurso digital.
il.
Formato: ePub
Requisitos do sistema: Multiplataforma
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-85-7542-749-1 (recurso eletrônico)
1. Roussef, Dilma, 1947-. 2. Presidentes - Brasil - Biografia. 3. Livros eletrônicos. I. Título.

11-8321

CDD: 923.181
CDU: 929:32(81)

Todos os direitos reservados, no Brasil, por GMT Editores Ltda.
Rua Voluntários da Pátria, 45 – Gr. 1.404 – Botafogo – 22270-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 2538-4100 – Fax: (21) 2286-9244
E-mail: atendimento@esextante.com.br
www.sextante.com.br

AVISO

Esta obra foi postada pela equipe iOS Books em parceria com o grupo LegiLibro para proporcionar, de maneira totalmente gratuita, o benefício de sua leitura àqueles que não podem comprá-la. Dessa forma, a venda desse eBook ou até mesmo a sua troca por qualquer contraprestação **é totalmente condenável** em qualquer circunstância. A generosidade e a humildade é a marca da distribuição, portanto distribua este livro livremente.
Após sua leitura considere seriamente a possibilidade de adquirir o original, pois assim você estará incentivando o autor e à publicação de novas obras.

Se gostou do nosso trabalho e quer encontrar outros títulos visite nossos sites:

iOS Books

LegiLibro

"Remanso de rio largo,
viola da solidão:
quando vou p'ra dar batalha,
convido meu coração."
J. Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*

A Therezinha e Francisco, meus pais.
A Maria do Carmo, que me ensinou a ler,
e Maria Vasconcelos, minha avó,
que me apresentou os jornais.

Nota do autor

Este livro é resultado das pesquisas, entrevistas e observações de um repórter. Não tem outra pretensão além de narrar uma grande aventura política do nosso tempo: a eleição da primeira presidenta do Brasil. É uma história de final conhecido, com um enredo em que se entrelaçam a trajetória pessoal de Dilma Rousseff e a evolução política do país nas últimas décadas; a história de uma brasileira que viveu, como poucas, os sonhos e as frustrações de sua geração, num país que ela vinha contribuindo para transformar muito antes de chegar ao Palácio do Planalto.

Para reconstituir essa trajetória, contei com a colaboração de muitas pessoas. Agradeço, de maneira especial, a Carlos Araújo, por ter compartilhado as memórias sentimentais e a experiência política de quem foi companheiro de Dilma, na luta e na vida. Da mesma forma, agradeço a Cláudio Galeno, que recordou os tempos da rebeldia romântica ao lado da jovem Dilma em Belo Horizonte.

Sônia Lacerda e seu companheiro Elias me proporcionaram recriar o ambiente social e afetivo em que Dilma se formou, reunindo em sua casa os amigos Márcio Borges, Helvécio Raton, Carlos Alberto "Flex" de Assis, Betinho Duarte e Marco Antônio Meyer. A prodigiosa memória de Apolo Heringer Lisboa foi essencial para reconstituir a militância da esquerda em Belo Horizonte. Recorri também às memórias e biografias de Herbert Daniel, Carmela Pezutti e Maria do Carmo Brito, militantes heroicos.

Para a história das organizações de esquerda no país e dos militantes mencionados no livro, foram essenciais o *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender, *Tiradentes, um presídio da ditadura* (organizado por Alípio Freire e outros), *Dos filhos deste solo* (Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio), *História do marxismo no Brasil* (Marcelo Ridenti, Daniel Aarão Reis e outros), além do comovente *Iara – Reportagem biográfica*, de Judith Lieblich Patarra, e do indispensável *A ditadura escancarada*, de Elio Gaspari.

Jandira César e Carlos Alberto Tejera De Ré ajudaram a contar a vida da amiga Dilma em Porto Alegre depois da prisão (a De Ré, que nos deixou pouco depois de nos conhecermos, faço um agradecimento póstumo). O jornalista

Ayrton Centeno compartilhou um longo depoimento que Dilma nos deu sobre sua infância e juventude na campanha eleitoral. Agradeço de forma especial ao amigo Silvio Tendler, que cedeu a versão integral do precioso depoimento da então ministra Dilma Rousseff para o filme *Utopia e barbárie*.

Muitas pessoas colaboraram para reconstituir a participação de Dilma no governo do presidente Lula e os momentos mais importantes da campanha eleitoral. Isso não teria sido possível sem o empenho de Giles Azevedo, a quem o autor e o livro devem muito. Dentre os dirigentes políticos e outros colaboradores de Lula e Dilma, agradeço especialmente a José Eduardo Dutra.

Consultei reportagens de jornais e revistas, que são citadas ao longo do livro, mencionando os autores nos casos que considerei essenciais, como a entrevista de Dilma a Luiz Maklouf Carvalho sobre as torturas que ela sofreu no DOI-Codi. Agradeço coletivamente aos jornalistas que ajudam a escrever a História do Brasil.

Incorporei ao livro muitos episódios que apurei como repórter em Brasília nos últimos 25 anos. Acrescentei, por fim, minhas próprias anotações e memórias do período em que fui assessor de Dilma Rousseff, na Casa Civil, de novembro de 2009 a março de 2010, e ao longo da campanha eleitoral.

Procurei fazer um relato objetivo dos fatos, como se espera de uma reportagem, sem abrir mão de explicitar meu ponto de vista sobre muitos episódios. Quanto aos erros que eventualmente sobreviveram à apuração e revisão do texto, a responsabilidade por eles será minha, exclusivamente.

Ao meu amigo Otto Sarkis, agradeço o apoio fundamental para me dedicar ao projeto e levá-lo até o fim. Ao jornalista Oswaldo Buarim, devo o primeiro e importante incentivo para escrever este livro. Agradeço aos editores Hélio Sussekind e Marcos Pereira, por terem acreditado desde o começo, e a Roberta Campassi, que me levou até eles. A Virginie Leite e Débora Thomé, pelas correções e sugestões criteriosas ao texto final, juntamente com Hélio. Sou especialmente grato a Mana Coelho, Natuza Nery e Thomas Traumann, pelo incentivo e pelo carinho, e aos irmãos Ricardo Stuckert e Roberto Stuckert Filho.

Dedico este livro, com amor, a minha mulher, Malu Baldoni, que viveu comigo essa aventura desde o início, nos melhores e nos mais difíceis momentos, sempre me estimulando a contar esta história da forma mais sincera. Também o dedico a nossos filhos: Marina, que me ajudou a fazer muitas perguntas, e André, que compreendeu meus silêncios. Eles me recordam que este livro pode ser útil para os mais jovens e para os que virão depois de nós.

Brasília, novembro de 2011

capítulo 1

A vida não é fácil

A manhã de abril chegava ao fim e as nuvens encobriam a serra do Curral, prenunciando uma chuva de outono em Belo Horizonte. No auditório da Federação das Indústrias de Minas Gerais, a Fiemg, o telefone celular vibrou discretamente no bolso do paletó de Anderson Dorneles, secretário particular da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Ela terminava uma palestra para empresários sobre investimentos do governo federal, primeiro compromisso de uma pesada agenda na cidade.

Os dígitos azuis no visor do aparelho indicavam uma chamada de São Paulo. O secretário não precisou atender para saber que se tratava de assunto sigiloso e urgente. Conhecia Dilma havia 15 anos, desde os tempos em que ela era economista numa fundação do governo do Rio Grande do Sul, onde ele trabalhava como mensageiro para pagar a Faculdade de Administração. Anderson compreendia gestos, olhares, palavras, silêncios. Conhecia hábitos, preferências, humores, restrições. Recolhia documentos e organizava os arquivos no laptop da ministra. "Esse menino", como Dilma o chamava, embora ele já tivesse passado dos 30, sabia ouvir broncas, passar mensagens e guardar segredos.

O segredo por trás daquele telefonema estava guardado havia duas semanas, desde o dia em que Dilma Rousseff esteve no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, para extrair uma pequena erupção na axila esquerda. O carocinho tinha sido encontrado num check-up rotineiro, no começo daquele ano de 2009. Foi por insistência do cardiologista Roberto Kalil Filho – o mesmo que atendia o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e alguns dos políticos e empresários mais conhecidos do país – que Dilma concordou em extrair o nódulo numa cirurgia e submeter o material a uma biópsia. "Pra não restar sombra de dúvida", como ela costumava dizer quando queria enfatizar uma decisão.

Sem demonstrar ansiedade diante dos convidados em torno da ministra, Anderson pediu ao interlocutor que aguardasse na linha, localizou a porta de uma sala contígua ao auditório e indicou o caminho para Dilma, sussurrando o nome do doutor Kalil de um modo que só ela conseguiu ouvir. Fechada a porta da sala,

Dilma tomou o telefone nas mãos e ouviu a confirmação da suspeita que levara o cardiologista a insistir com obstinação nos exames: a biópsia, ele disse, indicou um linfoma, um câncer nos gânglios. Um tipo bem conhecido, que os médicos sabiam tratar com grande chance de sucesso quando diagnosticado a tempo, como era o caso; mas, sem sombra de dúvida, um câncer.

A ministra sentou-se numa cadeira para conversar com o médico. Falaram sobre o tratamento inadiável, doloroso e incômodo. O exame definitivo tinha chegado de um laboratório de Houston, nos Estados Unidos, naquela sexta-feira, 17 de abril. Quanto mais rápido iniciassem o procedimento terapêutico, melhor. Combinaram data e hora, ela agradeceu, despediram-se. Um breve silêncio foi quebrado por um suspiro longo, e Dilma voltou os olhos na direção do secretário particular, que tinha permanecido todo o tempo vigilante junto à porta da sala:

– A vida não é fácil. Nunca foi.

A ministra devolveu o telefone ao secretário e seguiu para a entrevista coletiva. Parecia segura. Vestia um casaco de linho vermelho sobre a blusa de seda preta, o decote redondo acompanhava a curva do colar de pérolas. Era a Dilma de sempre, respondendo com firmeza, até que lhe pediram para falar sobre a sensação de estar de volta à cidade onde nasceu.

– Tem uma musicalidade em Minas, e na nossa fala, que só quando sai daqui que *ocê* percebe, e só escuta às vezes, como diz aqui o Patrus, nos livros do João Guimarães Rosa.

Patrus Ananias, sentado a sua esquerda, era o ministro do Desenvolvimento Social, além de estudioso da obra de Rosa. Ele murmurou algo que fez Dilma balbuciar fora do microfone:

– É... Me emociona...

O que se passou nos oito segundos seguintes foi algo que só Dilma, ninguém mais, podia entender completamente. A ministra levou a mão direita à altura dos olhos e pressionou-os com o indicador e o polegar, que ela fez descer pelo rosto até apertar com força o contorno dos lábios. O único som no auditório era o espocar dos flashes. Ela encarou os repórteres e concluiu, com os olhos marejados:

– É o som da infância, gente. É isso...

Das janelas do prédio da Fiemg, era possível captar o burburinho do trânsito na avenida do Contorno em direção à Savassi, um movimentado centro de comércio, serviços e restaurantes de Belo Horizonte. Cerca de dez quarteirões ao sul daquele edifício ficava a casa onde Dilma morou do dia em que nasceu, em 1947, até os oito anos de idade. Era um tempo em que o nome Savassi não

indicava uma região da cidade, mas apenas a sortida padaria de dois imigrantes italianos no tranquilo bairro dos Funcionários. A casa da rua Sergipe não existia mais; em seu lugar havia um pequeno prédio de escritórios, igual a tantos outros. Mas era dali que brotava o som da infância.

Na memória de Dilma, era o som das conversas na padaria dos italianos, com seu imenso balcão de guloseimas, a algazarra das crianças no cinema do bairro, suas matinês de desenhos animados e seriados de ação. Era a alegria de pedalar a bicicleta pintada de amarelo vivo, nas ruas de terra ou calçadas com pedras, nos anos 1950. Conduzindo a memória serra abaixo, em direção ao centro da cidade, Dilma chegaria ao apartamento 1.001, no décimo pavimento do Edifício Solar, construção modernista dos anos 1960 perto da Faculdade de Direito. Foi daquele apartamento que Dilma e o primeiro marido, o jornalista Cláudio Galeno, tiveram de fugir numa manhã de janeiro de 1969, driblando a polícia política sem produzir som nenhum.

Ela tinha acabado de completar 21 anos quando mergulhou na clandestinidade, procurada pela ditadura militar. Escondeu-se no Rio, foi presa e torturada em São Paulo, cumpriu pena de quase três anos no Presídio Tiradentes. Só iria recomeçar a vida em 1973, em Porto Alegre, ao lado do segundo marido, o advogado Carlos Araújo. Fez novos amigos, formou-se em Economia, teve uma filha e continuou fazendo política – a resistência, a oposição, a luta pela democracia e a reinvenção dos governos populares. Ali seria convocada, no final de 2002, para integrar o governo do primeiro operário eleito presidente do Brasil – e então a vida recomeçou mais uma vez para Dilma Rousseff. Fácil, nunca foi.

Desde o início do segundo mandato de Lula, em janeiro de 2007, a ministra percorria o país explicando, defendendo, fiscalizando ou inaugurando obras do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. Criado e comandado pela chefe da Casa Civil, era o plano de investimentos de 500 bilhões de reais em infraestrutura e projetos sociais com o qual Lula pretendia colocar o país numa rota de crescimento sustentável. O PAC também era um instrumento para consolidar sua liderança política, que ia muito além do PT, o partido que ele criou em 1980 e que chegou à presidência da República 22 anos depois.

Lula enxergava no PAC a possibilidade de realizar um segundo governo melhor que o primeiro, numa conjuntura econômica e política mais favorável que a do mandato anterior. Nos quatro primeiros anos de Lula o país tinha voltado a crescer, mas 12 meses de recessão, em 2005, comprometeram o desempenho final. O padrão de vida dos trabalhadores e da população mais pobre tinha se elevado, pela combinação de salários mais altos, mais crédito, alimentos mais

baratos e menos inflação, além de um gigantesco programa de distribuição de renda, o Bolsa Família. O mandato foi marcado também por um escândalo político, que ficou conhecido como *mensalão* e levou o PT e o governo às cordas. Agora, o aquecimento da economia, a preservação da base política e o sucesso do PAC eram os ingredientes que poderiam levar à vitória nas eleições presidenciais de 2010, e Dilma Rousseff estava no centro da estratégia política de Lula.

Pelo restante daquela sexta-feira e no final de semana prolongado pelo feriado de Tiradentes, ninguém além dos médicos ouviria da ministra um comentário sequer sobre o telefonema do doutor Kalil. Somente na noite de 22 de abril, uma quarta-feira, Dilma iria compartilhar a angústia e um prato de massa com Carlos Araújo, agora ex-marido e melhor amigo, e a filha dos dois, Paula. Aos 32 anos, Paula era formada em Direito, procuradora do Trabalho e estava casada havia menos de um ano. Escolheram conversar a três num pequeno restaurante do bairro da Tristeza, em Porto Alegre.

Naquele mesmo lugar, entre o Natal de 2008 e o ano-novo, Dilma havia reunido sua pequena família gaúcha para confirmar, na intimidade, aquilo que o mundo político brasileiro especulava abertamente: sim, ela, que nunca havia disputado uma eleição, embora se dedicasse à luta política de corpo e alma desde a adolescência, seria mesmo a candidata do PT e do presidente Lula ao Planalto. Era a primeira mulher com chances reais de presidir o maior país da América Latina, com 190 milhões de habitantes, a sétima maior economia do mundo, Produto Interno Bruto de 2 trilhões de dólares e um passivo de desigualdade social que desafiava sua história.

Ao passado de militante clandestina, Dilma havia somado a experiência de participar, na fase final da ditadura militar, do movimento pela anistia e da reorganização dos partidos políticos legais. No Rio Grande do Sul, uma considerável corrente da esquerda associou-se não ao nascente PT, mas à tradição trabalhista, fortemente arraigada na terra natal dos ex-presidentes Getúlio Vargas e João Goulart. Dilma e Carlos Araújo participaram da fundação do Partido Democrático Trabalhista de Leonel Brizola, o herdeiro do trabalhismo. Pelo PDT e, anos mais tarde, incorporada ao PT, Dilma foi secretária de Fazenda da prefeitura de Porto Alegre, presidenta da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul e duas vezes secretária de Energia, Minas e Comunicação, antes de se tornar ministra de Minas e Energia e chefe da Casa Civil do governo Lula – sempre a primeira mulher a assumir aquelas funções. Um currículo e tanto para quem se considerava sobrevivente da luta contra a

ditadura – uma luta que ceifou companheiros em combates desiguais ou nas masmorras do regime. Para Dilma Rousseff, aos 61 anos, a vida teimava em recomeçar sempre.

A presidência da República jamais esteve nos planos de Dilma. Nem em sonhos. Que se lembrasse, quando criança queria ser bailarina, porque achava bonito, ou entrar para o corpo de bombeiros, que nem era profissão de menina, mas era bonito também. Em dezembro de 2008, quando conversou sobre o assunto com Carlos e Paula, faltavam quase dois anos para as eleições. Nada era oficial ainda, mas o projeto Dilma presidenta era bem mais do que a insinuação feita por Lula no começo do ano, quando a chamou de "mãe do PAC" no lançamento das obras do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro.

Lula associava boa parte do sucesso de seu governo, que batia recorde sobre recorde de aprovação nas pesquisas, ao trabalho de coordenação da ministra na Casa Civil. Ela assumiu a função em junho de 2005, em plena tormenta do *mensalão*, depois de cumprir todas as tarefas que o presidente lhe havia confiado nas Minas e Energia. Os dois estabeleceram uma relação de lealdade política e pessoal que viria a ser o cimento da candidatura.

Lula nunca disse diretamente a Dilma que a queria como sucessora. Também não abriu essa discussão com o PT ou com os ministros mais próximos. Foi simplesmente criando fatos, até que todos, inclusive Dilma, compreendessem que a decisão estava tomada. Na virada de 2008 para 2009, o projeto era evidente, e Dilma decidiu preparar o espírito da filha.

Paula guarda uma impressionante semelhança com a mãe, no rosto e no caráter. Como a maioria dos filhos de militantes de esquerda de sua geração, ela cresceu numa casa em que tinha de dividir os pais com a política; o espaço da sala com as reuniões dos companheiros; e os iogurtes da geladeira com os famélicos do mundo, que entravam a qualquer hora, saíam sempre tarde e muitas vezes dormiam temporadas inteiras ao abrigo de Carlos e Dilma.

Carlos Araújo também foi preso pela ditadura – ele e Dilma dirigiam a organização clandestina Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares. Livre, elegeu-se três vezes deputado estadual pelo PDT no Rio Grande do Sul e disputou duas vezes a prefeitura de Porto Alegre. Paula sabia bem o que era uma campanha eleitoral na vida da família, mas nesse momento Dilma estava no centro de uma disputa pelo poder, com tudo o que isso significa em termos de cautelas, restrições e obrigações para parentes e amigos. "Você é a pessoa de quem a Dilma mais vai precisar ao longo dessa campanha", Lula diria a Paula numa noite de comício.

O fato de jamais ter disputado uma eleição não preocupava Dilma. Lula e seu assessor de marketing, o jornalista João Santana, consideravam que o noviciado da candidata, somado ao fato de ser mulher, poderia representar uma vantagem comparativa num país em que a imagem geral dos políticos ia de mal a pior. Dilma confiava acima de tudo nas razões objetivas que indicavam o sucesso do governo nas urnas: a aprovação ao presidente Lula estava lastreada no crescimento constante da economia, combinado a um processo de redistribuição de renda que tinha gerado uma nova classe média no país, incorporando 28 milhões de pessoas ao mercado de trabalho e de consumo.

Dilma percebia nas viagens pelo país um ambiente de otimismo e confiança, confirmado pelas pesquisas, embora o favoritismo do governo ainda não tivesse o nome e o sobrenome da candidata. Seria questão de tempo para se tornar conhecida e reconhecida. Além do mais, ela teria a seu lado o líder político mais popular que o país conheceu ao longo de gerações. Não, Dilma já não tinha receio de entrar na disputa, mesmo sabendo que as condições favoráveis fatalmente levariam a oposição a atacá-la duramente durante a campanha. Daquela primeira conversa a três, Carlos Araújo guardou na memória a segurança serena de Dilma:

– Quem vai para a campanha com um peso sobre os ombros é o adversário, não sou eu. Eu vou com o sangue doce – foi o que ela disse no restaurante italiano.

***

Na noite de 22 de abril de 2009 ela estava ali novamente, no pequeno restaurante da Tristeza, para contar a Carlos e Paula que a vida tinha lhe aprontado mais uma. O linfoma, conforme explicou o doutor Kalil, era um tipo de câncer que podia ser tratado com amplas chances de sucesso – os médicos evitam, nesse caso, a palavra cura, preferem falar remissão.

Era uma questão de método, disciplina e sacrifício. A rotina seria subordinada ao horário dos remédios, e a agenda, às sessões de tratamento no hospital em São Paulo. Ela teria de receber as drogas da quimioterapia por meio de um cateter que já estava implantado no lado direito do tórax. Sentiria náuseas, ficaria cansada e estressada. Os cabelos cairiam. Sua pele e sua carne seriam literalmente queimadas nas sessões de radioterapia. Durante algum tempo, que ainda não era possível definir, a vida ficaria em suspenso, na dependência do resultado de exames minuciosos e invasivos.

Quem passou pela violência do pau de arara, pelas máquinas de choques

elétricos, pela agonia incerta de resistir à tortura sabe que a vida não é fácil. Nunca foi. Mas havia outra dimensão na notícia que ela compartilhava com a pequena família: a dimensão da política. Por mais seguro e otimista que fosse o prognóstico dos médicos, câncer era uma palavra maldita quando pronunciada em público, especialmente se relacionada a um candidato presidencial.

No Brasil, o estigma da doença poderia despertar no eleitorado a memória trágica de Tancredo Neves, primeiro presidente civil depois da ditadura, eleito indiretamente em 1985, que morreu sem tomar posse, de uma doença que ele tentava esconder. A frustração com a morte de Tancredo, ao fim de uma jornada de esperança que mobilizou a nação, tornou-se um episódio traumático na história do país. Mas também havia o exemplo do vice-presidente José Alencar, que nos últimos dez anos vinha superando cirurgia após cirurgia. A sua história era de perseverança, e mostrava os avanços da medicina no combate à doença.

O câncer era um episódio que não estava previsto no roteiro da vida de Dilma Rousseff, nem da mulher nem da candidata. Ela precisava avaliar com Lula a nova situação. Dilma expôs a questão a Carlos e Paula com objetividade: se o mais prudente fosse desistir da campanha, trocar de candidato, o correto era tomar a decisão logo, dando tempo a Lula para refazer sua estratégia. Antes de voltar a Brasília, Dilma pediu uma conversa pessoal com o presidente, que só iria acontecer na manhã de 24 de abril, na Base Aérea da capital, onde Lula desembarcaria vindo da Argentina.

– Eu tenho uma coisinha importante para contar – ela disse ao telefone, sem ligar para a contradição aparente entre as palavras “coisinha” e “importante”.

Se Dilma e Lula ainda não haviam conversado formalmente sobre a campanha eleitoral, tratando-se pelo que de fato eram – ela, a candidata, e ele, o presidente que a apoiaria na campanha –, o momento seria aquele.

Conferiram os prognósticos dos médicos e das pesquisas. Confirmaram a confiança mútua. Acertaram com o ministro Franklin Martins, da Secretaria de Comunicação, a divulgação do diagnóstico e do tratamento, para exorcizar os fantasmas da desinformação. Dilma concederia uma entrevista coletiva no dia seguinte, um sábado, ao lado dos médicos em São Paulo. O presidente se despediu da candidata com palavras de amigo:

– Tranquila, Dilminha, tranquila. Você é forte, vai conseguir.

Ela conseguiu, mas fácil não foi. Nunca foi.

capítulo 2

Um homem muito alto

Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947, na maternidade do Hospital São Lucas, em Belo Horizonte. Foi batizada com o mesmo nome da mãe e por isso, em família, seria para sempre Dilminha. O segundo nome, Vana, era uma homenagem à irmã mais nova de seu pai, o imigrante Pedro Rousseff, que em 1929 deixou a família na longínqua Bulgária e em 1945 veio parar no Brasil, onde o acaso o conduziu a Minas Gerais. Pedro tinha olhos claros, cabelos louros e andar ereto. Era um homem muito alto, de quase dois metros, e muito branco, "quase azul de tão branco" na memória da filha. Tinha 46 anos quando se casou com a professora primária Dilma Jane Coimbra da Silva, uma beleza morena, prendada e altiva, 26 anos mais jovem, nascida em Nova Friburgo, na serra fluminense, e criada em Uberaba, no Triângulo Mineiro. Dilminha era a segunda filha do casal, que já tinha Igor, nascido em janeiro do mesmo ano, também batizado com nome búlgaro (em casa dizia-se Igór, à maneira eslava).

O parto da menina foi conduzido pelo doutor Lucas Machado, formado nas primeiras turmas da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais. Doutor Lucas Machado foi da primeira e privilegiada geração de estudantes de Belo Horizonte. A cidade tinha apenas 50 anos de existência, completados dois dias antes do nascimento de Dilma. Nesse tempo tão curto passou de aldeia pastoril a canteiro de obras, de centro político e administrativo a eixo de comércio regional, e estava ingressando na era industrial. Seus 300 mil habitantes conviviam com características de todas essas etapas simultaneamente. O leite ainda era vendido nas esquinas – fluía das torneiras de caminhõezinhos-pipa, as *vaquinhas* – e o bonde subia a avenida Afonso Pena à sombra das fileiras de fícus. Ao mesmo tempo, um moderno parque siderúrgico se erguia na direção oeste, nos bairros empoeirados onde ia morar a nova classe operária. Não era uma cidade grande, mas já tinha deixado de ser a província em que Lucas Machado e seus colegas de faculdade reinaram nas décadas de 20 e 30. Foi uma geração que estudou com grandes mestres, conviveu com poetas inspirados e boêmios fenomenais, lutou contra os paulistas nas revoluções de 1930 e 1932 e iria povoar os romances memoriais de Pedro Nava.

No ano em que Dilma nasceu, brilhava a estrela do mais famoso representante daquela geração: Juscelino Kubitschek, deputado federal do PSD, maior partido do país, em campanha pelo governo de Minas. Prefeito nomeado de 1940 a 1945, JK liderou a modernização urbana de Belo Horizonte. Mandou abrir e asfaltar 43 quilômetros de avenidas, estendendo-as à nascente Cidade Industrial, fez novas captações de água, enterrou mais de cinco quilômetros de rede de saneamento, trouxe os ônibus elétricos e construiu, em ritmo alucinante, a represa e o conjunto turístico da Pampulha – a primeira joia arquitetônica de Oscar Niemeyer. A Pampulha foi o ensaio de Brasília, com jardins de Burle Marx, painéis de Candido Portinari e esculturas de Alfredo Ceschiatti.[1]

No pioneiro bairro dos Funcionários, onde a família Rousseff morava no começo dos anos 50, as ousadias urbanísticas de JK eram pouco percebidas, a não ser pelo novo calçamento das ruas, com paralelepípedos retirados das avenidas que ele mandou asfaltar. Os sinais mais visíveis de que a cidade vivia novos tempos estavam encravados no topo dos muros que protegiam as casas e dividiam quintais. Cada vez mais os muros ficavam pontilhados de cacos coloridos de garrafas. Disformes, cortantes, ameaçadores, os cacos de vidro serviam para espantar os gatunos numa cidade onde a população crescia ao ritmo de 7% ao ano. Também serviam de barreira para as crianças, que faziam das ruas território de brincar, desafiando cercas, escalando telhados. A Dilminha eles não intimidariam. Cedo a menina aprendeu a se equilibrar sobre as bordas dos muros encarquilhados, valendo-se de alguma coragem e das plantas dos pés acentuadamente arqueadas.

– Eu tinha os pés assim, *ó* – ela recordou muito tempo depois, desenhando uma curva no ar.

Vida de criança era andar em bandos, tocar campainhas e se esconder correndo, subir nas árvores para comer fruta no pé, pedalar ladeira acima e soltar a bicicleta do ponto mais alto da rua, ganhando velocidade na descida. Aos sete anos, Dilma foi presenteada com uma bicicleta amarela, cor que ela escolheu e Pedro Rousseff mandou pintar. Preso ao guidão, havia um disco estampado com o Mickey Mouse e o número 14, dia do seu aniversário. Foi o presente de um Natal inesquecível, por causa da bicicleta e de uma revelação inesperada. Às vésperas da festa, Dilma e Igor brincavam na porta de casa com Mauro, um tio materno com mais jeito de primo (era apenas cinco anos mais velho que os dois), quando Pedro Rousseff chegou de carro, seguido por um caminhãozinho de entregas. As crianças receberam ordem de entrar, com uma desculpa qualquer, e Mauro provocou:

– Não é nada disso, são os presentes de Natal.

Esconderam-se entre as folhas de uma cerca viva e viram desembarcar a bicicletinha amarela.

– Se vocês contarem, sua mãe me mata – advertiu o menino tio.

Dilma guardou a desilusão: "Além de ficar sabendo, de repente, que Papai Noel não existia, tive de aguentar caladinha."

Domingo era dia de matinê no cinema do bairro, o Cine Pathé, com fachada art déco, equipamento de projeção moderno e mil poltronas na plateia.[2] A programação era irresistível para as crianças. Festival *Tom e Jerry* e desenhos da Disney: *Peter Pan, Alice no País das Maravilhas, Branca de Neve e os sete anões*. Filmes de aventura: *Robinson Crusoé*; *Simbad, o marujo.* Seriados emocionantes: *Flash Gordon no planeta Mongo, Buck Rogers no século XXV* e *Zorro, o cavaleiro solitário*, os favoritos de Dilma. A criançada torcia e pulava sobre as poltronas de couro. Num domingo daqueles, Dilminha voltou para casa e foi se balançar feito o Tarzan na corda amarrada a uma árvore no quintal. Ficou com as mãos em carne viva. Quem a escoltava até o Cine Pathé era tia Arilda, uma das irmãs de Dilma Jane. Um dia fizeram a menina vestir anágua por baixo da saia. A peça não resistiu aos pinotes de Dilminha e estava no chão, aos seus pés, quando as luzes do Pathé se acenderam.

– Não liga. Finge que é um lenço e apanha do chão – sugeriu a tia. E quem disse que a sobrinha aceitou aquela ideia besta? Choro, bater de pés, protesto. Nunca mais usou anáguas.

O filme que mais a impressionou foi *O maior espetáculo da Terra*, uma história de circo, com Cornel Wilde no papel de Sebastian, o grande trapezista. Quando foi a um circo de verdade, dos Irmãos Garcia, Dilminha admirou os trapezistas, mas saiu com uma vontade imensa de ser bailarina.

Tirando os anos de prisão e de clandestinidade, Dilma sempre teve um cachorro por perto, até mais de um. Pingo, um fox terrier preto e branco, pelo de arame, foi o primeiro e mais querido de todos. Cúmplice, esperto, carinhoso, morreu de velhice embaixo da cama da menina. O enterro, num lote vago a três quarteirões de casa, teve caixãozinho de papelão e cortejo fúnebre. Nos almoços de domingo – sempre o arroz de forno e a maionese introduzida em Belo Horizonte pela cozinha francesa do Cassino da Pampulha – Pingo se aninhava embaixo da mesinha das crianças. Quando os pais se distraíam, ela atirava para o cãozinho os nacos de carne que não conseguia engolir. Tinha a garganta estreitada por amígdalas gigantes, que teve de extrair aos sete anos.

Na convalescença da operação, Dilminha tomou litros de sorvete e descobriu

a companhia do rádio. Acompanhou novelas e seriados da Rádio Nacional – *Jerônimo, o herói do sertão*, romântico e ingênuo, e também *O Sombra,* com seu prefixo assustador: "Quem sabe o mal que se esconde nos corações humanos?" Pelo rádio ela aprendeu, para toda a vida, a ouvir música popular brasileira.

A menina Dilma prestava muita atenção também às histórias que a mãe e as tias Dalva e Arilda contavam. Não saber ler era uma limitação angustiante. O jardim de infância do Instituto Izabela Hendrix, onde foi matriculada aos cinco anos, não alfabetizava os alunos. Dilma invejava Igor, que estudou em outra escola e aprendeu a ler mais cedo. Pedia que lessem para ela os contos de Andersen e Grimm, e a coleção *Mundo da criança*. Aprendeu finalmente na *Cartilha da Sarita*, aos sete, já matriculada no Colégio Sion, no bairro vizinho do mesmo nome. Ia para a escola num ônibus cheio de crianças vigiadas pelas freiras. Foi um triunfo quando leu sem ajuda a coleção infantil de Monteiro Lobato e, depois, tudo o que lhe caía nas mãos: as obras da Condessa de Ségur, o *Tesouro da juventude* e, crescendo, os romances açucarados da coleção Menina e moça.

Dilma devia ter uns 12 anos quando Pedro Rousseff propôs: "Te dou dois desses livrinhos se você ler este aqui." Era *Germinal*, de Émile Zola, um clássico na iniciação política de muitas gerações. Dilma ficou impressionada com a história – a denúncia do sofrimento dos mineiros de carvão na França do século XIX – e a narrativa naturalista de Zola. A segunda negociação com o pai foi para ler *Humilhados e ofendidos*, de Dostoievski, outro livro de temática social forte mas de estilo aborrecido para a menina. Passou então a Honoré de Balzac: *O lírio do vale, O pai Goriot.* Aos 18, tinha lido praticamente toda a *Comédia humana*. Ela iria reencontrar (e devorar) Dostoievski anos depois numa prisão da ditadura.

Pedro Rousseff proporcionou uma vida de muito conforto à família. Seus negócios se estabilizaram e ele prosperou de vez quando a alemã Mannesmann, maior fabricante de tubos de aço do mundo, decidiu construir a siderúrgica do Barreiro, na região industrial de Belo Horizonte. Era o fruto tardio de negociações iniciadas no primeiro governo Getúlio Vargas, antes de o Brasil engajar-se com os Aliados na guerra contra o nazismo. O projeto foi retomado depois da Segunda Guerra Mundial. A inauguração da fábrica, em agosto de 1954, foi a última aparição pública de Getúlio antes do suicídio. Estava ao lado do governador JK, que seria eleito presidente um ano depois. Juscelino foi seu aliado fiel nos últimos dias de um governo acuado por denúncias e emparedado por uma oposição feroz.

No dia da inauguração da siderúrgica, Getúlio foi recebido no centro de Belo

Horizonte com vaias de estudantes ligados à União Nacional Democrática (UDN) e ao Partido Comunista (PCB). JK o levou para ser aplaudido pelos operários no Barreiro. Duas semanas depois, quando chegou à cidade a notícia do suicídio, multidões enfurecidas cercaram a sede do jornal do Partido Comunista. Numa manobra desesperada, um estudante comunista fez um discurso inflamado contra os "verdadeiros responsáveis" pela desgraça do presidente morto: os trustes norte-americanos e os entreguistas da UDN. O jovem comunista juntou às palavras um latão de gasolina, e assim começou o incêndio do consulado dos Estados Unidos em Belo Horizonte. Dilminha tinha seis anos.

Algum tempo antes daqueles acontecimentos, Pedro Rousseff teve um encontro com o acaso no aeroporto de Belo Horizonte. Lá estava um amigo da juventude, de passagem pela cidade a serviço da Mannesmann. Os dois haviam estudado num liceu de artes técnicas na Alemanha, algo semelhante ao que hoje chamamos de curso de engenharia. Pedro tinha se formado em Direito na Bulgária, mas estudou na Alemanha por insistência do pai. O amigo no aeroporto precisava de alguém que entendesse de altos-fornos. Ali mesmo acertaram que Pedro trabalharia como empreiteiro na construção da nova fábrica. Era a última volta do destino na vida do imigrante búlgaro.

Pétar Russév, este era seu nome original, nasceu no ano de 1900, numa família de coureiros da pequena cidade de Gabrovo. Havia séculos que a Bulgária era uma peça menor, conturbada e muito pobre no jogo político da Europa Central. Quando Pétar resolveu deixar seu país, um governo fascista sucedia a uma monarquia decadente, num contínuo de intolerância e atrocidades políticas. Tinha 29 anos e trabalhava na firma de comércio de tecidos de um tio na capital, Sofia. Deixou grávida a primeira mulher, Evdokya, e passou os 15 anos seguintes na França. Dilma Jane contou aos filhos que Pedro era ligado ao Partido Comunista búlgaro e fugiu de sua terra por razões políticas, ameaçado de morte (em 2009, o jornalista búlgaro Momchil Indjov investigou a vida dos Russév em seu país e não encontrou confirmação de atividade política de Pedro).

Em 1948, já com o sobrenome afrancesado, Pedro retomou contato com a família búlgara, por meio de uma carta enviada de Belo Horizonte à prefeitura da pequena Gabrovo. Passou a se corresponder com o filho, Luben-Kamen; mandava-lhe algum dinheiro embutido em cartões-postais, ou pedras semipreciosas por meio de raros intermediários entre o Brasil e a Bulgária comunista. Nunca chegaram a se encontrar.

Muitos anos depois Dilma retomou a correspondência com o meio-irmão e também o ajudou com dinheiro. Quando ministra, planejou duas vezes visitar a

Bulgária, mas teve de cancelar os planos nas duas ocasiões. Em 2005, marcaram encontro em Paris, e dessa vez foi ele que não pôde ir. Luben morreu em 2008, viúvo, sem filhos. Dilma foi conhecer Gabrovo e os parentes do pai em outubro de 2011, seu primeiro ano na presidência da República. Diante do cemitério local, pediu para ficar só e visitou o túmulo de Luben.

Pedro Rousseff deixou a França em 1944, quando a guerra chegava ao fim. O que se registrou de sua vida nesse período foi o que escreveu uma grande amiga, a poetisa búlgara Lizveta Bagriana, que mais de uma vez visitaria os Rousseff no Brasil. Num poema dedicado ao amigo (e reproduzido num livro por Momchil), um personagem fictício, certamente Pedro, narra a vida de exilado:

Os primeiros quinze anos
Lutei com unhas e dentes e punhos por um teto
Mesmo um que fosse pequeno
Por um pedaço de pão e por um punhado de uísque.

Ele desembarcou em Salvador, desceu para Buenos Aires e logo retornou, zanzando entre Rio e São Paulo. O Brasil era um país de 45 milhões de habitantes, mais da metade analfabetos, mais de dois terços vivendo no campo. O presidente Getúlio Vargas tinha chegado ao poder em 1930, no comando de uma revolução contra as oligarquias rurais. Elas continuaram poderosas, mas o dinheiro do Tesouro, que antes era torrado para manter artificialmente altos os preços internacionais do café, passou a financiar indústrias, estradas e usinas. A legislação social estabeleceu o salário mínimo, a jornada de oito horas e legalizou os sindicatos. O ministro da Educação, Gustavo Capanema, levou para o governo alguns dos melhores intelectuais do país, abriu museus, criou o Patrimônio Histórico. As mulheres conquistaram o direito de votar.

Em 1935, Getúlio Vargas botou os comunistas na cadeia (debaixo de tortura) depois que eles tentaram um desastrado levante militar. Dois anos depois, a pretexto de evitar um golpe da direita integralista, criou sua própria ditadura, o Estado Novo. O regime tinha um nome fascista, um chefe de polícia nazista e promovia o culto personalista do ditador, mas Vargas acabou se aliando aos Estados Unidos na guerra contra Adolf Hitler. Foi deposto em 1945, quando o Brasil, uma república de quase 60 anos, adotou finalmente eleições livres e uma Constituição democrática. Getúlio voltou ao poder pelo voto, em 1950. “Nos braços do povo”, como diziam seus partidários.

No começo de 1945, um amigo brasileiro levou Pedro Rousseff para conhecer Uberaba, terra de grandes pecuaristas, com uma exposição de gado zebu que

atraía ricaços até de países vizinhos. Aquele gringo grandalhão falava um espanhol arrevesado, mas se entendia muito bem com cartas de baralho. Em discretíssimas rodas de carteado, ganhou um bom dinheiro dos fazendeiros locais, mas nada que o tornasse mais respeitável aos olhos da família de Dilma Jane. Aquele urso branco era velho demais para a jovem professora. Tinha uma vida incerta (a família da moça ainda nem desconfiava das cartas), um passado nebuloso e jamais aprenderia a pronunciar o "ão". Foi mesmo um custo aceitarem que Pedro se casasse com Dilma, mas eles conseguiram e foram viver em Belo Horizonte, onde ele trabalhou inicialmente como empreiteiro de pequenas obras na cidade em expansão.

A primeira casa em que os Rousseff moraram, na rua Sergipe, era ampla, tinha um pomar no quintal e até uma pequena piscina. As crianças passaram a ser três em 1951, quando nasceu a caçula Zana Lívia, batizada com uma versão aportuguesada do nome da avó búlgara, Tsana. Frequentavam o Minas Tênis Clube, onde se formaram grandes equipes de vôlei, natação e basquete. O clube ficava ao lado do Palácio da Liberdade, sede do governo do estado, e Dilma ia para lá toda manhã. Seu Macedo, o treinador, distribuía balas entre as crianças antes das aulas de natação. Foi no Minas que ela aprendeu a jogar vôlei, para se divertir com as amigas, e recebeu aulas de tênis.

Dilma avistou o mar pela primeira vez encarapitada sobre os ombros do pai. Nas férias, os Rousseff iam para a praia, em Guarapari, e hospedavam-se no Hotel Radium. Um luxo para a classe média alta de Belo Horizonte, que invadia as praias do Espírito Santo no verão. Pedro Rousseff também iria apresentá-la ao canto lírico. Dona Dilma não gostava de viajar, e era a filha quem acompanhava o pai ao Rio e a São Paulo para apresentações de ópera, raras em Belo Horizonte. A primeira vez para Dilma foi *Lucia di Lammermoor*, de Donizetti. Depois, *Madame Butterfly*, de Puccini. As prediletas de Pedro eram as de Giuseppe Verdi, *La Traviata* à frente. Música era um prazer de se ouvir, mas um suplício de praticar. Dilma penou por um ano nas aulas de piano em casa, sem fazer progresso algum, até convencer o pai de que sua relação com a música seria de apreciadora, jamais de instrumentista.

Pedro exercia uma vigilância silenciosa e constante sobre os filhos. Estava na entrada do baile, na quadra de tênis, na saída do cinema. Sem arranhar a autoridade, sabia negociar nas horas difíceis – a injeção dolorida ou o remédio amargo, compensados por um doce ou um gibi. A retaguarda do pai dava segurança a Dilminha. No aniversário de uma colega, a dona da festa exibiu a boneca importada que ganhou de presente, do tamanho de uma criança de

verdade. As meninas faziam fila para admirar a novidade, mas Dilminha, braços cruzados, nem quis passar perto.

– Não quer carregar minha boneca? – provocou a aniversariante.

Pra quê? Dilminha cortou na rede:

– Não, muito obrigada. O meu pai vai me dar uma boneca maior que a sua.

Pedro Rousseff era capaz de rir de coisas que deixavam dona Dilma aflita, como no dia em que a filha rasgou ao meio uma nota de alguns cruzeiros para dividir com um menino pobre (naquele tempo os pobres batiam à porta das casas para pedir trabalho, esmola ou comida).

– Onde já se viu rasgar uma nota? Que burrice! Essa menina não sabe o que é dinheiro – afligiu-se a mãe.

Não sabia mesmo, mas começava a perceber que havia muitas pessoas sem nada no mundo. Dilma se lembra de ter conversado com o pai sobre a miséria em lugares muito distantes do bairro dos Funcionários. Ele entendia por que os pobres gostavam de Getúlio.

Pedro ajudava a filha nas lições de Matemática e Francês, pois o Sion era, como se dizia, um colégio puxado. Até Latim se estudava nos bancos do ginásio. No tempo do Latim, a família Rousseff já havia se mudado para outra casa confortável, na rua Major Lopes, no vizinho bairro de São Pedro. Foi pouco depois da primeira comunhão. Dentro do arranjo de convivência entre Pedro e Dilma Jane, católica praticante, coube à menina decidir se queria ou não receber o sacramento. Ela quis, mas ficou decepcionada ao saber que, pelos ritos modernos, o vestido de primeira comunhão era uma simples bata branca com o PX em dourado, e não mais a beleza rendada que a mãe usou em sua época e que Dilminha admirava no álbum de fotografias.

Nos primeiros anos da rua Major Lopes, a vida ainda corria na velocidade da bicicleta amarela. Ficaria ainda mais emocionante em 1958, quando o presidente JK voltou à cidade para inaugurar a rodovia BR-3 (Rio-Belo Horizonte-Brasília, atual BR-040). A nova estrada começava ali perto, uma larga faixa de asfalto subindo da avenida do Contorno até as franjas da serra do Curral. Que pista para uma descida de bicicleta... Enquanto os filhos cresciam, a casa se enchia de novos amigos e amigas. Formar turmas – de rua, de bairro, de escola – era a estratégia social dos adolescentes. Juntos, andavam pelas ruas, ouviam discos, iam ao cinema, aos clubes, às festas.

Aos domingos, as moças do Sion e os rapazes do Loyola, o colégio dos jesuítas, subiam o morro do Papagaio para dar algum tipo de assistência à população da favela, ao lado da BR-3. O Grupo Gente Nova (GGN) era uma

expressão local da doutrina social da Igreja, na virada dos anos 50 para os 60. Sob a direção das freiras, ensinavam a ferver a água, ofereciam noções de higiene, ajudavam nos mutirões, mas nada de discussão política. Muito cedo Dilma percebeu que aquele esforço não mudaria o mundo.

"Eu me lembro dela dizendo: 'isso é muito bom, mas não vai levar a lugar nenhum. Não resolve os problemas reais'", conta a professora Sônia Lacerda, amiga desde os tempos do Sion. "Me impressiona até hoje, porque ela já tinha essa percepção ali pelos 12 ou 13 anos de idade."

A convivência entre moças e rapazes seguia rígidos padrões. Era permitido promover bailes em casa, as horas dançantes, mas tirar para dançar era privilégio masculino. As meninas ficavam sentadas nas cadeiras, dispostas lado a lado, esperando o convite. Terminada a música, a moça pedia licença ao par e voltava para a fila. Dançar duas músicas seguidas com o mesmo rapaz não era, digamos, de bom tom. Acertado o namoro, um mês para pegar na mão e três para trocar um beijo. Não é que não houvesse transgressões; elas simplesmente não vinham a público.

Essas festinhas eram regadas com drinques necessariamente aguados: cuba-libre (Coca-Cola com rum), hi-fi (vodca com refrigerante de laranja, na época Crush) e batidinhas de coco e de pêssego. Antes dos Beatles e da Jovem Guarda, a turma ouvia muito os românticos italianos (Pepino di Capri e Domenico Modugno), Frank Sinatra, Bill Haley, Elvis Presley e, para escândalo de alguns pais, a desquitada Maysa. Era *o fino* ser adolescente num país que inventava a bossa nova e descobria o rock and roll.

O governo JK foi um sopro de modernização nos hábitos de consumo, na infraestrutura (grandes rodovias e usinas hidrelétricas foram construídas) e no perfil da economia, com uma política de substituição de importações que trouxe para o Brasil as primeiras fábricas de automóveis e eletrodomésticos. O país cresceu e a inflação, também. JK, o charmoso *Presidente Bossa Nova*, não conseguiu eleger seu sucessor. Quem venceu as eleições em 1960 foi Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo, que prometia varrer a corrupção do país (seu símbolo de campanha era uma vassoura). Personalista ao extremo, sem apoio da maioria no Congresso, Jânio renunciou ao cargo em agosto de 1961, no sétimo mês de governo. O episódio passou à História como uma frustrada tentativa de golpe e abriu uma crise política e militar. O vice João Goulart, do PTB de Vargas, assumiu com poderes limitados, num sistema de governo parlamentarista que vigorou por 18 meses.

Dilma tinha 13 anos quando Jânio renunciou. Já era bastante míope (chegou a

usar óculos grossos para 12 graus), tinha os cabelos anelados, muito longos, que usava soltos até a cintura ou presos num rabo de cavalo. Estava entrando na adolescência, na rotina das turmas e no ritmo das horas dançantes "Ela era muito solicitada em todas as festas, dançava bastante, e sempre me lembro dela paquerando alguém", diz a amiga Sônia Lacerda.

As grandes ocasiões sociais, com orquestra profissional e bufê de verdade, eram os bailes de debutantes. Algumas garotas preferiam trocar o baile por uma viagem e talvez fosse o caso de Dilma, mas 1962, quando ela completaria os 15, não foi um ano feliz na casa dos Rousseff. Numa tarde de sábado, Pedro deixou Dilma numa festa de casamento e seguiu para o Clube Campestre, onde jogava cartas com amigos, muitos deles também europeus de origem. Pedro fumava mais de duas carteiras de cigarro por dia. À noite, começou a sentir-se mal e voltou para casa com dificuldade de dirigir. Mauro, o tio que desencantou Papai Noel, chamou o Prontocor, que ficava bem próximo, mas já era tarde quando a ambulância chegou.

Pedro Rousseff morreu em casa, de uma crise de angina, aos 62 anos. Deixou pelo menos uma dúzia de imóveis, o suficiente para prover a família pelos anos seguintes, e um vazio do tamanho de sua presença. Jean-Paul Sartre dizia que cresceu sem superego (a referência aos valores externos na mente humana, segundo a teoria psicanalítica) porque seu pai – a figura dominante na família Sartre – morreu quando ele tinha apenas um ano.

"Quando meu pai morreu, eu perdi o meu supersuperego", Dilma diria muito tempo depois.

capítulo 3

A política na esquina

O jornalista Cláudio Galeno de Magalhães Linhares tinha 22 anos quando deixou o presídio da Ilha das Cobras, no Rio, no final de 1964. Ele tinha caído numa das primeiras levas de prisões depois do golpe militar. Com as cadeias lotadas de adversários do novo regime, Galeno foi confinado no porta-aviões *Minas Gerais* antes de seguir para a ilha. Solto graças a um habeas corpus coletivo do advogado Heráclito Sobral Pinto, voltou a Belo Horizonte, onde morava antes, com a ideia de retomar o contato com sua organização política secreta. O caminho de volta o conduziu a uma pensão modesta, na rua Curitiba, quase esquina com a avenida Amazonas, uma zona movimentada no centro da cidade.

O contato ali era Carlos Alberto de Assis, o Carlinhos Flex, de 21 anos. Devia o apelido ao salto potente e às pernas elásticas; era capaz de carimbar placas de trânsito espetadas bem alto nos postes e desferir pernadas certeiras numa briga de rua. Carlinhos era filho da proprietária da pensão, viúva de um pequeno hoteleiro, todos originários de Ferros, interior de Minas, mesma cidade onde Galeno nasceu. Odete – este era o nome dela e, naturalmente, do estabelecimento – servia aos sábados uma feijoada que os amigos de Carlinhos saboreavam de graça. Ela percebia o jeito rebelde de uns, as preferências musicais avançadas de muitos e até o costume geral de discutir política, mas sequer suspeitava que em sua casa funcionasse uma das mais ativas células da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop). Era a organização de Galeno.

Criada em 1961 por dissidentes do PCB e do antigo Partido Socialista Brasileiro (PSB), e por seguidores do russo Leon Trotski, a Polop reivindicava a herança de Vladimir Lenin, pai da Revolução Soviética de 1917, e da revolucionária alemã Rosa Luxemburgo. Dentre as organizações da esquerda brasileira, era de longe a mais exigente com a formação teórica de seus militantes, um traço imposto pelo fundador, Eric Sachs, que assinava seus textos como *Ernesto Martins*. Entre os camaradas da Polop, era *O Velho*. Austríaco de nascimento, formado na escola da social-democracia alemã, Sachs reuniu na Polop aplicados intelectuais marxistas – Michael Lowy, Ruy Mauro Marini, os jovens irmãos Emir e Eder

Sader, Theotonio dos Santos.

A Polop, como o nome indicava, propunha a formação ideológica e a organização da vanguarda da classe proletária, mas enquanto existiu recrutou seus quadros basicamente na pequena burguesia, que é como os marxistas chamam a classe média.

"Nossos poucos operários eram só para amostra", recorda Apolo Heringer Lisboa, que entrou para a Polop quando era dirigente estudantil em Belo Horizonte. Conheceu a prisão, a clandestinidade e o exílio. De volta ao país nos anos 80, assumiu a militância ambiental como causa política.

O grupo dirigente da Polop, baseado em São Paulo, correspondia-se em Minas com o sociólogo Guido Rocha, jornalista e artista plástico; com o líder estudantil Juarez Guimarães de Brito, um jovem cavalheiro de fala suave, magro e alto feito bambu; e com o estudante de Economia Carlos Alberto "Beto" Soares de Freitas, físico de atleta, bigode de galã, modos de sedutor, articulador incansável.

A iniciação de um quadro da Polop passava obrigatoriamente pelo estudo dedicado dos *Princípios fundamentais de Filosofia*, do francês Georges Politzer. Era uma coletânea das palestras para operários do Partido Comunista Francês, nos anos 40; um curso ortodoxo de marxismo-leninismo em 21 lições, redigido na forma de perguntas e respostas. Na versão mimeografada da Polop, eram destacados o segundo capítulo, "Estudo do método dialético marxista", e o quinto, "O materialismo histórico". Superada a etapa da cartilha stalinista, os mais aplicados estudavam Lenin (*O Estado e a revolução*, *Duas táticas*, *Que fazer?*) e avançavam para os renovadores do marxismo de então: o francês Louis Althusser, autor de *Para ler O Capital*, e seu discípulo grego, Nicos Poulantzas. Era o que havia de mais refinado na esquerda, mas seu peso político era quase nada comparado ao velho PCB, à Ação Popular (AP) da esquerda católica e até mesmo ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), facção ortodoxa stalinista que saiu do PCB em 1962.

Quando a Polop foi criada, o país vivia um ambiente de agitação política sem precedentes, um expressivo movimento de massas e de renovação cultural que o golpe militar interromperia violentamente. A luta pelas reformas de base (agrária, urbana, educacional e de setores estratégicos da economia) mobilizou milhões e criou a expectativa de um grande avanço social. Nos últimos meses de seu governo, o presidente João Goulart, o Jango, do PTB, caminhava pela esquerda, apoiado pelo PCB, pelo Comando Geral dos Trabalhadores e por um propalado, jamais testado, "dispositivo militar". "Não estamos no poder, mas já estamos no governo" era uma frase livremente atribuída ao lendário secretário-

geral do PCB, Luiz Carlos Prestes. Camponeses desfilavam pelas ruas das capitais; greves gerais eram decretadas num estalar de dedos; sargentos, cabos e marinheiros se manifestavam e disputavam eleições, desafiando abertamente a hierarquia militar.

Não era a tomada do Palácio de Inverno, mas, se não havia propriamente uma revolução socialista no horizonte, algum tipo de mudança, transformadora e com raízes populares, parecia ao alcance da mão no começo de 1964. Na moldura da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, foi também uma fase de brutal radicalização política: a oposição da UDN, a Igreja Católica, fazendeiros e empresários mobilizavam intensamente a classe média contra o governo. Os consulados americanos distribuíam filmes anticomunistas, que padres exibiam nas praças e igrejas. Políticos alinhados com os Estados Unidos recebiam dinheiro e apoio publicitário de organizações ligadas ao Departamento de Estado.

Os dólares da CIA eram a contrapartida do ouro de Moscou, numa disputa por corações e mentes que trouxe ao Brasil estrelas de Hollywood, de um lado, e cosmonautas soviéticos, de outro. Jango reuniu 300 mil no Comício das Reformas, em 13 de março de 1964, quando desapropriou as margens das rodovias para a reforma agrária. Uma semana depois, a oposição botou meio milhão nas ruas de São Paulo, na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que esconjurava o comunismo e queria depor a "república sindicalista" de Jango. O jogo desempatou, com a derrota da esquerda, no dia 1º de abril de 1964, quando o governo Jango caiu sem disparar um tiro. O presidente deposto exilou-se no Uruguai e orientou seus aliados a não reagir para não mergulhar o país numa guerra civil.

A frustração da esquerda recaiu como um segundo golpe sobre o partido de Prestes. O PCB foi acusado, entre outras coisas, de ter feito uma política de colaboração com a burguesia, em vez de preparar as massas para resistir ao golpe. Exagerada ou justa, nessa crítica estavam de acordo a Polop, a AP, os trotskistas, os nacionalistas radicais e as dissidências do PCB nos estados. O velho Partidão, que chegou a ter 300 mil militantes, jornais influentes e a hegemonia nos movimentos sociais, jamais recuperaria a dimensão e o peso político perdidos em 1964.

Foi nesse ambiente de crítica à conciliação de classe que a ortodoxa Polop namorou com o perigo. Um grupo de Minas foi se reunir no Rio com sargentos expulsos das Forças Armadas e da PM da antiga Guanabara para discutir seriamente uma resistência armada. Eles conspiravam num apartamento em

Copacabana. Não eram os únicos a pensar num contragolpe, um *putsch*, como se dizia. Do exílio no Uruguai (e com dólares enviados pelo cubano Fidel Castro), o ex-governador gaúcho Leonel Brizola, do PTB, patrocinou uma expedição guerrilheira no Paraná, que caminhou pouco antes de ser capturada. O "Foco de Copacabana" em que a Polop se meteu frustrou-se antes mesmo de pegar em armas, com a prisão simultânea de 14 conspiradores, entre eles Guido Rocha e Cláudio Galeno. Beto Soares de Freitas escapou por pouco.

Cláudio Galeno era, portanto, um quadro experiente quando retornou a Belo Horizonte, e o que ele viu na pensão da Odete parecia mais um encontro de jovens rebeldes do que a reunião clandestina de uma célula revolucionária. A começar pela presença daquelas secundaristas, meninas ainda, vestidas com a blusa branca com gravatinha verde e a saia cinza evasê do uniforme do Colégio Estadual. Elas interrompiam a análise de conjuntura a qualquer tempo para falar de cinema, de teatro ou dos escritores da moda, Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir. E o toca-discos no quarto, que não parava, o que era aquilo? Era Tamba Trio, Quarteto Novo, Zimbo Trio, era Baden Powell tocando Vinicius, até jazz americano se ouvia, antes, durante e depois da reunião: Dave Brubeck, Miles Davis, John Coltrane. Carlinhos teve de explicar ao aturdido Galeno: "Olha, companheiro, ou a gente faz dessa maneira ou não tem como ampliar a organização na base."

Afinal de contas, a música era boa; a conversa, inteligente, e as meninas... Bem, as meninas eram muito interessantes, mas Galeno teve que sair da cidade outra vez. Seu habeas corpus tinha sido revogado e ele foi se esconder em São Paulo, onde encontrou de novo os ex-sargentos e muita gente que era contra o governo mas não sabia bem o que fazer. Eric Sachs o despachou de volta a Minas, para reorganizar a Polop ao lado de Guido Rocha e Beto Soares de Freitas, remanescentes da direção original. (Juarez Brito tinha ido para o Rio com a mulher, Maria do Carmo, depois de um tempo escondido em Goiás e Recife. Theotonio dos Santos e a mulher, Vânia Bambirra, estavam a caminho do exílio no México.)

Na segunda metade de 1965, Galeno estava de volta a Belo Horizonte, torcendo para que os militares se esquecessem do "Foco de Copacabana". A célula da pensão da Odete continuava ativa e as meninas do Colégio Estadual não eram mais adolescentes. Ali pela segunda reunião, o jornalista começou a prestar mais atenção à secundarista de olhos vivos por trás dos óculos grossos. Havia um festival de cinema italiano na cidade. Galeno não lembra se o filme que foi assistir ao lado de Dilma era de Michelangelo Antonioni ou de Federico

Fellini, mas guardou o roteiro que realmente interessava: mão na mão, o braço estendido sobre os ombros da moça, um beijo na sala escura. Namoravam.

Entre a morte de Pedro Rousseff, as reuniões da Polop e o namoro com o jornalista revolucionário, a ex-aluna do Colégio Sion havia percorrido um caminho longo em ritmo veloz. Para começar, Dilma recusou o destino comum das moças de sua classe, que seria cursar a escola normal e tornar-se professora, como fizeram a mãe e as tias. Seu último ano de ginásio não havia sido estimulante – o Sion foi fechado na onda de mudanças do Concílio Vaticano II e ela, transferida de colégio, para o Santa Dorotéia. Dilma cortou os cabelos bem curtos, deixando aparecer a nuca, com franjas caindo como vírgulas sobre a testa.

Ela aprofundou as leituras para além da biblioteca do pai, e decidiu prestar exames para o curso científico (equivalente hoje ao ensino médio) no Colégio Estadual. Não era fácil passar no exame de admissão daquela escola pública centenária, dirigida por um reitor, com professores que não raro eram autores dos livros adotados nos melhores colégios. Desde 1956, em mais uma ousadia de Niemeyer que JK patrocinou, o Colégio Estadual funcionava num arrojado conjunto arquitetônico que se erguia sobre a mais alta colina do bairro de Lourdes. O auditório tinha as formas curvas de um mata-borrão, a caixa-d'água era um giz enorme cravado no pátio e o prédio principal, uma extensa régua flutuando sobre pilotis em forma de compassos abertos. Era chamado Estadual Central, para diferenciá-lo dos colégios estaduais "anexos", criados na mesma época em cidades do interior e em pontos cardeais da capital.

Com cerca de dois mil alunos, rapazes na esmagadora maioria, o Estadual Central era o coração do movimento estudantil secundarista, celeiro de quadros da esquerda. Um lugar muito especial para se transitar da adolescência à juventude, a porta para todas as descobertas: música, literatura, cinema, política, paixão. Dilma chegou ali em março de 1964, apenas duas semanas antes do golpe militar. Ainda ecoavam no pátio as canções engajadas de Vinicius de Moraes e Carlos Lyra, inspiradores dos universitários Edu Lobo e Chico Buarque. Ainda sopravam ali os ventos do Cinema Novo de Nelson Pereira dos Santos e Glauber Rocha, do teatro de Oduvaldo Vianna Filho e Dias Gomes, da poesia de João Cabral e Geir Campos. O Centro Popular de Cultura, o CPC da UNE, ainda era a esquina onde todos se encontravam.

A Polop tinha pelo menos um militante de peso no Estadual Central, o professor de Matemática Badih Melhem, mas Dilma já conhecia Guido Rocha, seu primeiro líder, quando chegou à nova escola. Eram três as meninas de sua

turma do primeiro ano: Dilma, Sônia Lacerda e Marina Gontijo, que era da AP e namorava o Carlinhos Flex da pensão. Apolo Lisboa, dirigente estudantil na Faculdade de Medicina da UFMG, recorda-se de ter aplicado a Dilma a cartilha do francês Politzer, mas foi Beto quem apresentou a ela o primeiro texto do próprio Karl Marx: "A acumulação primitiva", capítulo de *O capital* que descreve como o sistema aliena o homem dos meios de produção.

– Afinal, esse Marx é contra ou a favor dos trabalhadores? – ela se lembra de ter indagado ao terminar o texto difícil.

Dilma sempre teve grande capacidade de apreensão, mas Beto notou que "A acumulação primitiva" era leitura precoce demais até para aquela garota esperta. Muitos, muitos anos depois, Dilma seria capaz de elaborar uma síntese sofisticada sobre a herança do filósofo alemão: "A utopia criada por Marx é um mundo superior, onde as pessoas não se relacionam por meio dos objetos."

Superado aquele tropeço, Dilma devorou o que havia disponível na literatura brasileira marxista (ou influenciada por Marx): Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado. Um dia a secundarista surpreendeu Carlinhos com uma citação de Althusser.

"Você anda lendo muita orelha de livro, menina", ele ironizou. Carlinhos ficou mais surpreso ainda quando Dilma apresentou a ele a biblioteca que tinha em casa, para provar que lia o que citava.

Ler era um vício que se praticava coletivamente, como ir ao cinema ou frequentar determinados bares para falar de livros, filmes e revolução, nos dois primeiros anos depois do golpe. Os 43 cinemas que havia então em Belo Horizonte não bastavam para a sede de filmes daquela turma. Dilma, Sônia, Marina e os colegas de turma Ângelo Oswaldo e Ricardo Gomes Leite (que Dilma chamava de Gomes Milk) frequentavam o Centro de Estudos Cinematográficos, o CEC, uma pequena sala no centro da cidade onde as sessões terminavam em debates.

Quem não fosse *cequiano* estava simplesmente por fora em matéria de cinema. Criado em 1951 e dirigido nos tempos de Dilma pelo crítico Ronaldo Brandão, o CEC exibia os filmes da vanguarda francesa, do neorrealismo italiano, os clássicos americanos, os filmes fora de circuito de Sergei Eisenstein e Akira Kurosawa. Além de Cinema Novo, é claro, com o detalhe luxuoso de trazer os diretores para os debates. Dilma guardou uma forte impressão das cenas finais de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha, em que os personagens dançam ao som das *Bachianas nº 5,* de Villa-Lobos, na paisagem árida do sertão nordestino. Foi numa sessão do CEC que ela descobriu Guimarães

Rosa, depois de ver *A hora e a vez de Augusto Matraga*, de Roberto Santos, baseado num conto de *Sagarana*. Artigos dos *Cahiers du Cinéma*, a revista francesa de cinema, circulavam como bíblia entre os *cequianos*. Graças às aulas de francês no Colégio Sion, Dilma traduzia a revista para os amigos.

Todos eram especialistas, críticos, roteiristas, diretores em potencial e alguns até seriam cineastas de verdade: Schubert Magalhães, Carlos Alberto Prates, Helvécio Raton, Neville D'Almeida e um rapaz baixinho de olhos claros e cabelo enrolado. Chamava-se Márcio Borges e morava com a família enorme no Edifício Levy, bem perto da pensão da Odete, onde Dilma já o tinha visto antes. Vivia dividido entre a música (andava compondo com um jovem parceiro, seu vizinho Milton Nascimento) e o cinema (emplacou um curta no Festival JB de 1967). Dilma sapecou-lhe o apelido definitivo: Marcinho Godard. Ela era boa nisso de arrumar apelidos. Uma tarde Dilma encontrou Godard no Parque Municipal, escoltado pelo parceiro.

"Ô Bituca, mostra pra ela nossa filha mais nova", ele pediu. Sentaram-se num banco, Milton ajeitou o violão e cantou:

Hoje foi que a perdi, mas onde já nem sei...

Era a primeira versão de *Vera Cruz*, canção que anos depois ganhou mais versos de Ronaldo Bastos e Elis Regina gravou.

Ah, quisera esquecer a moça que se foi
de nossa Vera Cruz.

Dilma também teve seu momento de cineasta. Ela participou de um roteiro coletivo com militantes da Polop: Galeno, Guido Rocha, Eid Ribeiro (futuro diretor de teatro) e o secundarista José Aníbal Peres de Pontes (futuro deputado do PSDB). Galeno fez a sinopse a partir de uma fantástica notícia de jornal: um acidente de ônibus numa ponte sobre o rio Paracatu. Os corpos de dezenas de passageiros foram resgatados das águas do rio – menos um, o do remador Giordano Righetti. A mãe passou dois anos buscando em vão pelo filho e relatos de aparições do misterioso afogado começaram a surgir nas duas margens do rio, às vezes simultâneos e sempre impressionantes. Como se não faltasse fantasia à história, Galeno criou uma personagem que esconde o jovem Giordano em casa e se apaixona por ele. Para o papel dessa viúva apaixonada, a produtora Dilma escalou tia Arilda – ela mesma, que levava Dilminha ao Cine Pathé. O filme nunca foi concluído, mas tia Arilda atuou com Eid, Galeno e Guido Rocha nas poucas cenas que foram rodadas.

O tempo do CEC foi também o tempo do Dickson na memória daquela geração. Ali pelos 25 anos, sempre com um cigarro entre os dedos, Dickson do Amaral Oliveira parecia aos mais jovens ter saído diretamente de um livro de Sartre (ou de um filme do verdadeiro Godard) para as ruas de Belo Horizonte, carregando no sorriso irônico toda a experiência do mundo. Trabalhava na Biblioteca Municipal, que em 1966 funcionava num cantinho do parque. A biblioteca virou ponto de encontro nos fins de tarde, fim do expediente do Dickson e começo da ronda pelos bares. Havia o Seis às Seis, na praça Raul Soares, bar de músicos: jazz e MPB instrumental ao vivo, das seis da tarde às seis da manhã. Havia os bares de intelectuais, jornalistas e artistas no Edifício Maletta: Berimbau, Lua Nova, Cantina do Lucas, além dos inferninhos na sobreloja, onde Wagner Tiso, Toninho Horta e Milton Nascimento, o futuro Clube da Esquina, aprendiam a tocar na noite com músicos experientes como o baterista Pascoal Meirelles e o baixista Paulo Horta.

Houve também o Bucheco (dizia-se Butchéco), numa sobreloja da rua Guajajaras, atrás da Faculdade de Direito. Tão acanhado que a freguesia tinha de sentar-se na escadaria do prédio, por falta de mesas e cadeiras. Enquanto existiu, por pouco mais de um ano, foi milagrosamente dirigido por Inês Etienne Romeu. Inês estudava Sociologia e era uma ativista apaixonada (o destino estava reservando para ela um papel heroico na luta contra a ditadura). A organização fornecia os discos, atraía os fregueses e arrecadava os lucros do Bucheco para financiar a revolução, mas o bar de fachada não resistiu a duas ou três batidas policiais e a Polop decidiu fechá-lo.

Dilma não chegou a frequentar o Bucheco e esteve poucas vezes no Maletta. Por volta de 1966, a organização orientou os militantes a não se exporem nos ambientes da "esquerda festiva" (perdeu, por isso, um quadro ou outro para a boemia). Era mais fácil encontrá-la nos bares em torno do Parque Municipal, entre os discípulos do Dickson. Para acompanhar a bebida, pediam um prato de farinha e um vidrinho de molho inglês. O bibliotecário existencialista ensinou-os a despejar tempero sobre a farinha e pescar, com dois palitos, as bolotas escuras que se juntavam no prato, o suficiente para quem se alimentava de sonhos.

Era um tempo de grandes mudanças no comportamento dos jovens e das mulheres, especialmente. Não apenas no Brasil, mas em qualquer lugar onde se popularizavam livros como *Escuta, Zé Ninguém!,* do psicanalista alemão Wilhelm Reich, ou o *Relatório Hite*, sobre a vida sexual do americano médio. Foi na segunda metade dos anos 60 que a pílula anticoncepcional ofereceu às mulheres a oportunidade de exercer mais livremente a sexualidade. Isso numa época em

que Sartre entrava por uma porta no coração dos jovens e o movimento hippie subia pela janela.

Quando Dilma entrou para a Polop, a principal atividade da organização ainda era imprimir material considerado subversivo pelas autoridades, essencial para formar novos quadros, mobilizar e "educar o proletariado". Para os quadros politizados, Beto Freitas encaixava artigos na revista *Mosaico*, a publicação oficial do diretório estudantil da UFMG. Para as massas, Guido Rocha e o jornalista Regis Gonçalves faziam o jornal *O Piquete*, que circulava clandestinamente entre operários da Mannesmann, da Belgo-Mineira e de outras fábricas da Cidade Industrial. Dilma cuidava da impressão clandestina de *O Piquete* e admirava o talento de Guido, que além de escrever ilustrava o jornal.

Numa edição que Dilma nunca esqueceu, Guido fez uma historinha satirizando um encarregado (capataz) que infernizava a vida dos operários de uma seção da Mannesmann. Um estudante da Polop planejou até cortar-lhe uma das orelhas. Guido impediu a selvageria e levou os operários à desforra, com a história que ilustrava a letra de um sucesso de época dos Cantores de Ébano, meio samba, meio ponto de macumba:

Eu estou ensinando pra suncê
Mas suncê num tem sido muito bão
Tem sido mau fio, mau marido
Inda puxa saco de patrão
Fez candonga de companheiro seu
Ele botou feitiço em suncê
...Ah mô fio do jeito que suncê tá
Só o hôme é que pode te ajudar.

O máximo que o pessoal da Polop se arriscava fazer, até 1966, além das publicações clandestinas, era pichar os muros da cidade com palavras de ordem do tipo "Abaixo a ditadura", "Fim do arrocho salarial". Ainda não se achava spray em qualquer quitanda, e o serviço era feito com baldes de tinta e bastões de piche enrolados em jornal. Nilmário Miranda, secundarista que seria colega de Dilma na faculdade (depois na cadeia e no ministério de Lula), gostava de "redigir" sobre o muro branco de uma casa de esquina na cidade vizinha de Sete Lagoas. O dono da casa pintava o muro para cobrir as pichações no mesmo dia em que elas vinham à luz. Uma noite, Nilmário caprichou no "Abaixo a ditadura" e anotou no cantinho, em letras menores, um recado para o zeloso proprietário: "Desculpa, chefe, mas o muro dos ricos é a imprensa dos pobres."

A organização fazia finanças à base de mensalidades, e Dilma era uma das responsáveis pelo carnê da revolução. Houve alguma renda do Bucheco e da Livraria Promove, outra fachada da Polop que funcionava no sexto andar do Edifício Maletta, mas nunca o suficiente. Em 1965, Cláudio Galeno valeu-se de contatos no Rio para levar a Belo Horizonte o show *Opinião*, que fazia sucesso com a força telúrica das músicas de João do Vale *(Carcará, pega, mata e come/ Carcará, mais coragem do que homem)* e dos sambas engajados de Zé Keti (*Podem me prender, podem me bater/ Podem até deixar-me sem comer/ Que eu não mudo de opinião/ Daqui do morro eu não saio, não*).

Galeno conseguiu uma data para duas apresentações no Teatro Francisco Nunes. Como a estrela Maria Bethânia não iria, o título do show mudou para *Carcará – Em defesa da Música Popular Brasileira*. Guido Rocha desenhou um bonito cartaz e os militantes venderam todos os ingressos. No teatro lotado (mais de 1.500 lugares) nem todo o público sabia que era um show "de finanças" da Polop, mas a polícia desconfiou e um agente infiltrado fez um minucioso relatório daquela "atividade subversiva" para a Secretaria de Segurança.

Ao fim da primeira apresentação, um fã carregou João do Vale para o boteco mais próximo, de onde só sairiam no dia seguinte. Sob o risco de ter de devolver os ingressos, Carlinhos Flex improvisou a segunda sessão com Zé Keti, reforçado por Pascoal Meirelles na bateria e, no violão, o tal Bituca, o amigo do Marcinho Godard. Aquela foi a primeira apresentação de Milton Nascimento no palco. Cantou *Morro Velho* e *Canção do sal*, futuros sucessos, e garantiu a renda da noite, que a Polop usou para comprar um mimeógrafo.

No final de 1966, com a organização de novo sem dinheiro, Beto Soares de Freitas selecionou uns versos da MPB – Torquato Neto, Geraldo Vandré, Chico Buarque – e pediu para Guido Rocha ilustrar com uns desenhos abstratos. Surgiram assim os cartões de Natal mais incrementados que a cidade já tinha visto. Nada podia ser menos revolucionário (e mais constrangedor para uma moça de classe média) do que vender cartões de Natal na porta das lojas do centro da cidade, mas Dilma cumpriu a tarefa. Tudo pela causa...

O circuito bar-escola-cinema fazia Belo Horizonte caber na palma da mão, apesar dos mais de 800 mil habitantes com que contava no fim dos anos 60, já então a terceira cidade do país. Todo mundo conhecia todo mundo de algum lugar nos universos gêmeos da política e das artes. Os quadros mais importantes da organização – Dilma em pouco tempo estava nesse grupo – tinham de se proteger. Beto, que tinha sido preso pichando muros, foi morar escondido na casa de José Aníbal, que também emprestava seu fusca verde para as missões da

organização.

Difícil era conter o ímpeto dos universitários, cada vez mais inquietos e numerosos na base da Polop. Universitários e secundaristas de Belo Horizonte foram os responsáveis, em 1965, pela primeira passeata contra a ditadura no país. Foi um protesto contra o envio de tropas brasileiras para sustentar o golpe de direita na República Dominicana. Hegemônicas no Rio e em São Paulo, a AP e as dissidências do PCB tinham de disputar com a Polop a direção do movimento estudantil em Minas. O núcleo mais forte era o da Faculdade de Medicina, onde Apolo Lisboa recrutou, entre outros, o casal de noivos Jorge e Maria José Nahas e o calouro Ângelo Pezzuti, que trouxe consigo o irmão mais novo, Murilo Silva, e a mãe dos dois, Carmela Pezzuti. Bonita, desquitada e independente, Carmela era secretária no gabinete do governador Israel Pinheiro. Prisão, tortura e exílio seriam o destino dos Nahas e dos Pezzuti. De todos, sem exceção.

Apolo Lisboa tinha sido preso pela primeira vez depois de uma ocupação da faculdade, em maio de 1964. Meses depois, virou notícia de novo, agora como campeão da etapa mineira do Concurso Nacional de Bíblia. Primogênito entre os 12 filhos de um pastor presbiteriano, Apolo sabia de cor a linhagem dos profetas do Antigo Testamento, os salmos do Rei Davi e os nomes de cada um dos muitos filhos do Rei Salomão. Ele guardou na memória a nota irônica de um jornal da época, algo na linha "A polícia prendeu como subversivo um rapaz que já leu a Bíblia cinco vezes". Dilma guardou a lembrança da comemoração na casa do pastor, onde a vanguarda do proletariado foi recebida com limonada e Ki-Suco. O tempo de rebeldia quase inocente ia ficando cada vez mais distante.

Quando entrou para a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, em 1967, Dilma acompanhava discretamente o movimento estudantil, apesar da tentação das passeatas. Ela continuava no setor de imprensa da Polop, que iria educar o novo proletariado se a vida corresse conforme os planos da organização. Galeno trabalhava como repórter na *Última Hora*, convidado por Guido Rocha, e o casal devia se manter longe de confusões. Faltou combinar com os dois professores italianos convidados para o encerramento de um festival de cinema, um coquetel na galeria de arte Guignard. No meio da festa os italianos deram pelo sumiço de um livro que traziam, o roteiro do filme *Os companheiros*, de Mario Monicelli.

Roteiros eram pequenos tesouros naquele tempo. Márcio Borges nunca se esqueceu, por exemplo, da tarde em que Dilma e Marina Gontijo foram visitá-lo no apartamento do Edifício Levy, quando convalescia de um acidente quase fatal. Elas levaram de presente o roteiro de Marguerite Duras para o filme *Hiroshima meu amor*, de Alain Resnais, que o Dickson tinha copiado para ele à

mão, cena por cena. Aquilo, sim, era uma prova de amizade.

Pois lá na galeria os italianos avisaram que não voltariam para casa sem o precioso livro. O tempo fechou no festival. Dilma e Galeno não tinham nada a ver com o sumiço e decidiram sair daquele princípio de confusão, mas qual!

“Daqui só sai depois que eu revistar”, gritou um sujeito na porta, mãos estendidas em direção a Dilma.

Antes que Galeno pudesse reagir, o pé esquerdo de Carlinhos Flex alcançou o peito do atrevido. Socos pra lá e pra cá, sirene de radiopatrulha, corre-corre. Quando Carlinhos deu por si, estava escondido no banheiro ao lado de seu contendor, ambos com os punhos feridos, esperando a barra limpar para sair dali. Dilma e Galeno já estavam longe. Naquela altura, tinham motivos mais sérios para evitar a polícia.

capítulo 4

A revolução tem pressa, companheiro

A velocidade do mundo começou a mudar mais ou menos quando Dilma e Galeno se casaram, em setembro de 1967. A cerimônia, presidida por um juiz de paz, foi num cartório no centro da cidade, para onde tinha se mudado a família da noiva. Fizeram uma recepção para os amigos mais próximos, militantes da Polop, alunos da Faculdade de Economia e colegas da redação do jornal. Era um dia de semana comum e Dilma compareceu às aulas na faculdade, pela manhã, já com o vestido verde-água que usou para se casar. Tinha 19 anos e calçava sapatos prateados.

Viúva, dona Dilma Jane havia assumido o comando da pequena família, mas nem pensava em controlar a filha mais velha. Aquele casamento "só no civil" contrariava as convenções – mas quem seria capaz de impor a Dilminha uma cerimônia "burguesa"? A festa, com bolo, champanhe e bombons recheados de frutas, foi um dos últimos momentos de "vida normal" para ela. Na Polop e em toda a esquerda do continente, os tempos estavam agitados desde a criação, no ano anterior, da OLAS, a Organização Latino-Americana de Solidariedade. Foi a tacada de Fidel Castro na tentativa de romper o isolamento político de Cuba. Oferecendo apoio, doutrina, treinamento, dinheiro e armas para movimentos revolucionários em outros países do continente, Cuba tentava exportar a revolução.

Desde a tomada do poder, em 1959, a Revolução Cubana era uma forte referência para a juventude, com seus heróis barbudos, mestres no marketing político, que derrotaram um ditador tirânico e em seguida expulsaram invasores enviados pelos Estados Unidos à baía dos Porcos (também tinham dado pretexto à crise dos mísseis nucleares, em que o mundo esteve a um passo da guerra atômica, mas, para a esquerda do continente, aquilo foi um problema entre americanos e soviéticos, certo?). Em janeiro de 1962, terceiro aniversário da revolução, esquerdistas brasileiros de todas as tendências foram à ilha; entre eles, Carlos Alberto Soares de Freitas, o Beto da Polop.

Antes do Golpe de 64, Fidel se aproximou de Francisco Julião, o líder das Ligas Camponesas no Brasil, e de seu Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT),

formado basicamente por camponeses, mas também por sargentos e soldados. Em 1965, parte dos ex-sargentos estava sob a influência de Leonel Brizola, no Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Meteram-se na guerrilha da serra do Caparaó, que caiu sem dar um tiro. Cuba financiou a aventura em segredo, por meio do ex-governador, exilado no Uruguai. Mas foi com a criação da OLAS e o deslocamento do lendário Ernesto Che Guevara para as selvas da África, e depois para a Bolívia, que a Revolução Cubana passou a ocupar lugar central no imaginário, nos debates teóricos e na forma de agir dos revolucionários brasileiros.

Antes dos cubanos, a inspiração vinha da luta dos vietcongues no Sudeste Asiático, com sua estratégia de Guerra Popular Prolongada, inspirada na Revolução Chinesa, que combinava organização política e um exército popular de verdade. No final de 1967 as forças do general Vo Nguyen Giap preparavam a ofensiva do Tet (ano-novo lunar), que em janeiro iria impor uma derrota humilhante à maior potência capitalista do planeta, os Estados Unidos. Não foi sem motivo que a ministra Dilma Rousseff se emocionou quando conheceu o velho general Giap, na visita do presidente Lula ao Vietnã em 2008.

"A gente admirava aquele povo pequenininho, baixinho, magrinho, que comia arroz e que estava derrotando o nosso chamado Irmão do Norte", ela puxou da lembrança num depoimento ao cineasta Silvio Tendler, em agosto de 2009. Grande Irmão do Norte era a forma irônica de se referir aos Estados Unidos entre esquerdistas e nacionalistas latino-americanos. A forma usual era: os imperialistas ianques.

Mas o Vietnã do general Giap e do líder revolucionário Ho Chi Minh ficava do outro lado do mundo, e a estratégia de guerra popular começou a parecer prolongada demais para quem tinha ao alcance da mão a tática do foco guerrilheiro. Os companheiros de Dilma, ela recordou, também admiravam os cubanos por terem feito uma transformação tão rápida em seu pequeno país. A revolução tem pressa, companheiro.

A nova aposta de Fidel no Brasil era o ex-deputado comunista Carlos Marighella, um sobrevivente do levante de 1935, que divergia da direção do PCB e liderava a dissidência de São Paulo. Marighella passou seis meses em Cuba e voltou ao Brasil no fim de 1967 para formar a Ação Libertadora Nacional (ALN), o mais importante de todos os grupos que se lançaram de armas na mão contra a ditadura. A direção da Polop fazia o possível para conter a onda militarista que entusiasmava as bases da organização, mas era cada vez mais difícil defender uma estratégia de luta pacífica no quadro de radicalização que se

formava também pelo lado dos “gorilas”, como a esquerda chamava os generais da ditadura.

A máscara do regime começou a cair no final de 1965, quando houve eleições para governador em Minas Gerais e na antiga Guanabara. Israel Pinheiro e Negrão de Lima, ambos do PSD do ex-presidente JK, derrotaram os candidatos dos militares. A resposta do governo do marechal Humberto de Alencar Castello Branco (o primeiro presidente do regime militar) foi fechar os partidos políticos por meio do Ato Institucional nº 2, substituindo-os por uma legenda oficialista, a Arena, e outra de oposição, o MDB, expurgado e constrangido por ameaças de cassação. O AI-2 também suprimiu as eleições diretas para presidente e governador. Os adversários do governo tinham os direitos políticos cassados ou eram submetidos a comissões militares de inquérito; a censura ganhava corpo e os sindicatos caíam sob intervenção, enquanto uma nova política de combate à inflação impunha o arrocho dos salários.

Havia uma disputa entre militares mais ou menos autoritários pela sucessão de Castello Branco, que ia passar o bastão de comando em 1967. O general Arthur da Costa e Silva, ministro do Exército, se apresentava como único chefe capaz de conter a linha-dura militar e garantir a aparência de legalidade ao regime. Ao longo de 1966, ele viajou pelo país, simulando uma campanha eleitoral inexistente. No dia 25 de julho, Costa e Silva e sua comitiva eram esperados no Recife, mas o general candidato alterou o roteiro na última hora. Tarde demais para mudar os planos de um ex-padre e um operário da AP que plantaram uma bomba no aeroporto de Guararapes. O atentado passou longe do alvo, matou dois inocentes, feriu outros 14 e fortaleceu a linha-dura.

Foi o primeiro disparo da esquerda na luta desigual que marcou uma geração. Pelo lado da ditadura, o primeiro crime de sangue confirmado foi a tortura e o assassinato do ex-sargento Manoel Raimundo Soares, no Rio Grande do Sul. O corpo dele foi encontrado com as mãos amarradas numa ilha do rio Jacuí, em Porto Alegre, em agosto de 1966. Ao fim da ditadura, 20 anos depois, 379 pessoas tinham sido mortas em ações policiais, combates de rua, sob tortura nas cadeias, em locais clandestinos de extermínio ou simplesmente dadas como “desaparecidas”, segundo a Comissão Nacional de Mortos e Desaparecidos. Grupos de esquerda foram responsáveis por 73 mortes em assaltos, tiroteios e “justiçamentos”, de acordo com o balanço do jornalista Elio Gaspari. O projeto Brasil: Nunca Mais catalogou 7.367 réus da Justiça Militar no período, dos quais 1.918 ousaram denunciar que tinham sido torturados. Outras dez mil pessoas, pelo menos, foram presas sem processo na ditadura. Não é possível calcular quantas

foram presas sem registro.

Quando o general Costa e Silva tomou posse, em março de 1967, as bases da Polop já se consumiam numa disputa teórica sobre o caráter socialista da revolução brasileira e as formas de luta contra a ditadura. Em julho de 1966, Guido Rocha elaborou uma proposta de luta pacífica por uma Assembleia Constituinte Popular e Soberana. Os "gorilas" resolveram a questão a sua maneira, impondo uma Constituição e uma Lei de Segurança Nacional às vésperas da posse de Costa e Silva. Nas bases da Polop, a luta pela Constituinte deu lugar à fórmula cubana do foco guerrilheiro.

A receita da Sierra Maestra instantânea foi disseminada pelo continente, na versão mais simplista, por meio do jornalista francês Régis Debray. Amigo de Fidel e de Che, ele escreveu um daqueles livros que alguns leram, muitos ouviram falar e todo mundo achou fundamental – *Revolução na revolução?*. O único ponto de interrogação do livrinho estava no título. No mais, trazia certezas absolutas do tipo: "O foco guerrilheiro é o pequeno motor que aciona o grande motor da revolução."

A primeira cópia do livro de Debray chegou a Belo Horizonte na bagagem do ex-sargento da Aeronáutica João Lucas Alves. Ele vinha do brizolismo e se aproximou da Polop em São Paulo, onde as bases já estavam excitadas pelo ativismo militarista da ALN. A ideia era rodar uma edição clandestina em mimeógrafo e vender o livro da moda na cidade. *Revolução na revolução?* contribuiu pouco para melhorar as finanças da Polop, mas foi um catalisador eficaz da luta interna na organização. Dilma desconfiava daquela história de "12 homens na montanha e uma revolução na planície", mas parecia cada vez mais óbvio que não se luta sem armas contra uma ditadura militar. A morte de Che na Bolívia, em 8 de outubro de 1967, podia ter marcado o fim da aventura da OLAS, mas seu efeito, ao contrário, foi reforçar a aura de heroísmo dos guerrilheiros e o charme da luta armada na cidade ou no campo.

Na cabeça dos jovens militantes as dúvidas podiam ser simplificadas assim: construir o partido do proletariado ou pegar em armas contra o capitalismo opressor; ser reformista ou ser revolucionário; ser mais um intelectual pequeno-burguês ou ser um novo homem guerrilheiro? As contradições explodiram no fim do ano, em Campos, litoral do Rio, onde se realizou o IV Congresso da Polop. Eric Sachs apresentou seu "Programa Socialista para o Brasil", com uma concessão à tese da guerrilha rural, desde que fosse parte de uma Frente de Esquerda Revolucionária. As bases radicalizadas não tinham mais paciência para aquele papo equilibrista.

“OLAS, bolas!”, ironizou Apolo Lisboa numa rodinha do congresso. O trocadilho virou palavra de ordem dos rebeldes sob a influência cubana. Era o racha, como se dizia na esquerda.

A velha direção da Polop iria se reconstituir no Partido Operário Comunista (POC), mas a organização perdeu em Campos a maioria dos quadros de Minas, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Os dissidentes de São Paulo iriam constituir a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), reforçada pelo líder dos metalúrgicos de Osasco, José Ibrahim, e pelo capitão do Exército Carlos Lamarca, que mantinha uma célula secreta no Batalhão de Infantaria de Quitaúna. Os mineiros voltaram para casa discutindo o nome de sua nova organização. A sigla Colina, designando Comandos de Libertação Nacional, começou a se formar na cabeça de Apolo Lisboa a bordo do ônibus que o levou a Belo Horizonte.

– O nome dava ideia de ação. A sigla remetia ao relevo de Minas e aos guerrilheiros na montanha – ele recorda.

Dilma estava presente quando a Colina foi criada, no começo de 1968, num congresso realizado em um sítio em Contagem. A antiga Polop da Guanabara, liderada por Juarez Brito, juntou-se ao grupo. A nova organização era formada por células e setores bem definidos – e não por comandos autônomos, como eram os da ALN. Seu objetivo declarado era alcançar o socialismo, e não apenas lutar contra o imperialismo. Além disso, o nome da organização devia ser usado no plural (*os* comandos), mas a sigla Colina tinha uma sonoridade tão boa que... danem-se a gramática e a nomenclatura revolucionária.

O grupo da Faculdade de Medicina destacou-se ainda mais na nova organização, especialmente Ângelo Pezzuti e Jorge Nahas. Ângelo dividia o comando da Colina com Beto e Apolo. Guido Rocha, que vinha de uma complicada cirurgia de úlcera no estômago, foi isolado da direção, mas continuou escrevendo por algum tempo *O Piquete*, no setor de Dilma. A diminuta base operária da ex-Polop fez sua parte na greve dos operários de Contagem, organizada por militantes do Sindicato dos Metalúrgicos e pela Corrente, a dissidência mineira do PCB, braço local da ALN.

Surpreendida pelo movimento grevista, a ditadura mandou a Minas o ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho, para anunciar um aumento de 10% no salário mínimo, abrindo uma brecha na política de arrocho. Nos meses seguintes, uma lista negra de demissões se abateu sobre os trabalhadores, fábrica por fábrica, desarticulando por muitos anos o movimento operário na região.

A greve coincidiu com a eclosão das passeatas estudantis apoiadas pela classe

média, pelos artistas e, agora, também pelos padres. O movimento de massas levantava-se contra a ditadura, afinal, mas não teria fôlego para chegar ao fim do ano nem para romper a lógica da radicalização. O ano de 1968 foi aquele em que o brigadeiro João Paulo Burnier tentou explodir o gasômetro do Rio, botar a culpa na oposição e lançar seus chefes em alto-mar; foi o ano em que a esquerda começou a assaltar bancos, roubar armas e explodir bombas; o ano da Passeata dos Cem Mil e da prisão de 920 estudantes no Congresso da UNE em Ibiúna; o ano em que a tortura foi banalizada, o Congresso Nacional foi fechado e a ditadura baixou o AI-5, transferindo todo o poder às Forças Armadas.

Filhos da mesma costela, VPR e Colina planejavam estabelecer, em algum ponto do país, a "área estratégica" – uma base guerrilheira articulada com a resistência urbana, versão brasileira da coluna de Régis Debray. Mas os dois grupos eram incomparáveis em matéria de preparação militar. A organização de São Paulo tinha no comando o ex-sargento Onofre Pinto, treinado em Cuba, tinha a célula no Quartel de Quitaúna (de onde o capitão Lamarca levaria três comandados, 83 fuzis leves, granadas e munição) e fuzis roubados da sentinela do Hospital do Exército. A primeira metralhadora da Colina, uma Thompson, foi adquirida por Ângelo Pezzuti com o dinheiro que Maria José tinha guardado para se casar com Jorge Nahas. Muitos anos depois, Zezé Nahas recordaria o sorriso maroto de Ângelo exibindo-lhe a arma: "Olha aqui seu enxoval, Zezé..." [3]

A Colina tentou fazer finanças no estilo comercial, como nos tempos da Polop. Carmela Pezzuti, a mãe de Ângelo e Murilo, e Maria Auxiliadora "Dodora" Lara Barcelos, grande amiga de Dilma, abriram uma lojinha de bijuterias de vida brevíssima. Depois que a VPR explodiu um caminhão no comando do II Exército em São Paulo (matando o soldado Mário Kozel Filho), o caminho das ações armadas estava aberto à pólvora, tornando inútil toda discussão teórica sobre sua conveniência tática. Ângelo Pezzuti e Jorge Nahas assumiram o comando do front militar da Colina, o setor de expropriação do grupo.

No dia 23 de agosto de 1968, viajando em dois carros com placas frias, vestindo fardas da PM adquiridas legalmente por um sargento companheiro e portando armas levadas do Rio pelo Beto, seis militantes da Colina cercaram um jipe da Secretaria da Fazenda na estrada para a cidadezinha de Guanhães. Planejada em detalhes e executada com precisão, a primeira ação da Colina teria sido um sucesso não fosse um detalhe: naquele dia, o jipe da Pagadoria não transportava um centavo sequer, apenas papéis sem valor.

O fiasco de Guanhães foi compensado cinco dias depois, no bem-sucedido assalto à agência do Banco Comércio e Indústria na avenida Pedro II. A ação

não rendeu muito, mas recuperou o moral do setor de expropriação. Em 4 de outubro, depois de assaltar a agência do Banco do Brasil na Cidade Industrial, o comando espalhou panfletos assinados pela Colina. Foi a primeira vez que um grupo de esquerda reivindicou a autoria de uma ação armada no Brasil. Duas semanas mais tarde, a Colina voltou a "assinar" ações: duas bombas explodiram, sem produzir vítimas, diante das casas do delegado do Ministério do Trabalho, Onésimo Viana, e do interventor no Sindicato dos Bancários, Humberto Porto. Cheiro de queimado e panfletos na calçada. Tanta ousadia não podia ficar impune.

Dilma e Galeno, casados, foram morar num dos imóveis deixados por Pedro Rousseff, o apartamento 1.001 do Condomínio Solar, aquele edifício moderno perto da Faculdade de Direito. Bem localizado, o apartamento foi se transformando aos poucos num "aparelho" da Colina. "Aparelho" era o nome que os militantes e a polícia davam aos esconderijos da esquerda. O apartamento do Solar recebia militantes vindos de outras cidades e servia para reuniões mais amplas. Marco Antônio Meyer foi recrutado no Estadual Central e dirigia a Kombi vermelha da Colina em missões pela cidade. Ele se lembra de ter ido ao Solar para ouvir um ex-sargento falar de táticas militares. Aulas práticas eram ministradas num sítio na região de Betim. (Dilma só realizou seu treinamento militar em 1969, numa fazenda no Uruguai, em outro grupo de esquerda. Ela contou que aprendeu a montar e desmontar um fuzil "de olhos fechados", mas nunca tentou aprender a atirar por causa da miopia acentuada.)

Marco Antônio Meyer recorda que subiu pelo elevador do Edifício Solar até o apartamento 1.001, passando pela portaria sem ser importunado, da mesma forma que uma dúzia de companheiros que lá encontrou. Pouco depois, pelo interfone, o porteiro avisou que dois homens estavam subindo para "consertar a geladeira". Subiram de fato dois eletricistas vestidos de macacão, mas não iam consertar coisa alguma. Juntos, os dois compunham quase toda a base operária da Colina e inventaram a desculpa para explicar ao porteiro o que estavam fazendo naquele endereço de gente fina.

A organização tinha pelo menos três "aparelhos" em pontos mais distantes e discretos da cidade, mas acabou "queimando" a residência do casal. Isso ficaria evidente para a primeira leva de presos da Colina, no começo de 1969: nos interrogatórios, quase todos foram confrontados com fotos de suas entradas e saídas no Solar.

Se a Colina queria ser pioneira nas formas de luta e propaganda, os agentes da segurança em Minas eram a vanguarda da repressão no país. O DOPS de Belo

Horizonte foi o primeiro a bater em estudantes com cassetetes elétricos e dissolver passeatas com jatos lançados de carros brucutus. Seus chefes, os delegados Thacyr Menezes Sia e David Hazan, transitavam da alta-roda ao porão de interrogatório sem amarrotar o terno. DOPS era a sigla dos Departamentos (ou Delegacias) de Ordem Política e Social, a polícia política que a Constituição de 1946 transferiu para os governos estaduais. Nos anos 60 e 70, caçavam subversivos, artistas, maconheiros e hippies.

Entre 1960 e 1967 o moderno prédio do DOPS mineiro na avenida Afonso Pena era frequentado por um americano quarentão e simpático, com cargo de adido no Consulado dos Estados Unidos (o mesmo incendiado pelos comunistas no dia em que Getúlio morreu). Chamava-se Daniel Dan Mitrione, era policial de formação, com passagem pelo FBI, e andou pela América Latina a serviço do OPS, o setor de sujeira política da CIA. Sua especialidade era extrair o máximo de informações de um preso, usando doses calculadas de pressão (quanto às formas de supliciar um preso, não havia muita coisa para ensinar à polícia brasileira).

Em Belo Horizonte, Dan Mitrione fazia suas demonstrações com mendigos e presos pobres, segundo as recordações de antigos prisioneiros do DOPS. Discretíssimo em vida, ele ficou famoso no mundo depois de sequestrado e executado pelos guerrilheiros Tupamaros do Uruguai, em 1970, quando servia em Montevidéu. No filme *Estado de sítio* (1972), do grego Costa-Gavras, Mitrione virou o personagem Philip Santore, que ensina técnicas de tortura a policiais uruguaios. A cena do filme foi baseada no relato de uma aula real de tortura no quartel da Polícia do Exército Brasileiro, no Rio, em que os irmãos Pezzuti serviram de cobaias (naquela ocasião Mitrione já estava fora). Morto, o homem da CIA tornou-se mártir em seu país: William Rogers, secretário de Estado do presidente Richard Nixon, compareceu ao enterro; Frank Sinatra e Jerry Lewis deram um show para ajudar a viúva e os nove órfãos.

Em Minas, por fim, a polícia cooperava com os serviços de segurança dos militares, o que ainda não era regra em outros estados. O coronel encarregado dos IPMs (Inquéritos Policiais-Militares) na área era um dos mais afiados oficiais do Exército em matéria de informações. Chamava-se Octávio Aguiar de Medeiros e encerraria a carreira como general em 1985, com quatro estrelas sobre os ombros, no comando do Serviço Nacional de Informações (SNI) de João Baptista de Oliveira Figueiredo, último presidente da ditadura.

A vulnerabilidade da Colina era evidente e ameaçava os que não se envolviam nas ações armadas, como era o caso de Dilma. No meio do ano, Guido Rocha e

Galeno tiveram de deixar a *Última Hora*, sob pressão dos militares (além do emprego, Galeno perdeu o jipe de reportagem que usava em missões da Colina). A barra ia ficando mais pesada à medida que 1968 chegava ao fim, e com ele as passeatas, a simpatia da classe média pela esquerda, a onda rebelde em Paris, Praga, São Francisco, Cidade do México... Dilma apostava que o regime endureceria de vez depois da visita da rainha Elizabeth II da Inglaterra ao Brasil. "Quando a rainha for embora, eles fecham pra valer", ela dizia aos amigos.

Dilma e seus companheiros se assombravam com o fantasma da Indonésia, onde os militares reagiram ao golpe comunista de 1966 exterminando meio milhão de pessoas. Elizabeth II percorreu o Brasil em visita de Estado de 1º a 11 de novembro. No dia 13 de dezembro, Costa e Silva baixou o AI-5. Caía a máscara da ditadura. Estava fechado o Congresso, mutilado o Supremo Tribunal Federal, suspenso o habeas corpus. Intelectuais, jornalistas e artistas foram presos por serem intelectuais, jornalistas e artistas. Os compositores Gilberto Gil e Caetano Veloso foram trancados numa cela do Exército no bairro de Realengo, no Rio, e forçados a deixar o país. No samba-despedida que gravou antes de partir para o exílio em Londres, Gilberto Gil (que seria colega de Dilma no ministério de Lula) deixou uma denúncia cifrada: "Alô, alô, Realengo/ Aquele abraço." Acima de qualquer manifestação individual – cantada ou pintada, falada ou escrita – prevaleciam os censores embrutecidos. Acima de tudo e de todos pairava sobre o país o medo, verdadeiro soberano da nova ordem.

A notícia do AI-5 nos jornais foi um presente de aniversário às avessas no dia em que Dilma completou 21 anos. Ela e Galeno já haviam abandonado o apartamento "queimado" do Edifício Solar. Escondiam-se em casas de amigos e simpatizantes. Ele, na casa de Dickson, o amigo existencialista; ela, na casa da tia Dalva, a que lia para ela contos de fadas. Dilma não conseguiu reter uma só lembrança do Natal de 1968.

A Colina começou a cair em 14 de janeiro de 1969, depois de um assalto à agência do Banco da Lavoura em Sabará, cidade vizinha a Belo Horizonte. Ângelo Pezzuti comandou um grupo de dez na ação e, na volta, estacionou o carro da fuga, com suas impressões digitais, na praça da Liberdade, em frente à Secretaria de Segurança. Dali seguiu a pé para casa, onde seria preso naquela noite. Quinze dias depois a polícia localizou o aparelho do bairro São Geraldo, onde Murilo, irmão de Ângelo, Jorge e Zezé Nahas e mais quatro do setor de expropriação planejavam o resgate do companheiro preso. Murilo reagiu conforme o manual, disparando a Thompson contra os policiais. No tiroteio, morreram dois detetives. O delegado Luís Soares, chefe da operação, teve de

usar muita energia e toda sua autoridade para impedir que os policiais mortos fossem vingados pelos colegas ali mesmo.

No dia seguinte, Dilma e Galeno voltaram pela última vez ao Solar. Entraram pela garagem e subiram sem ser vistos ao 1.001. Estavam destruindo documentos incriminadores quando a campainha soou. Pela soleira da porta viram os coturnos e, através da persiana, os carros da polícia estacionados na rua. Em silêncio absoluto, passaram a noite rasgando papéis, que Galeno enfiou pelo vaso do banheiro com arame de cabide. Também foram eliminados dois rolos de microfilme, com fotos de locais de treinamento militar, que alguém tinha escondido na caixa da tomada de energia. Pela manhã, Dilma percebeu a saída da empregada do apartamento vizinho e viu, pelo olho mágico, que ela ajeitava a saia de uma forma que não faria se houvesse alguém mais no corredor. Deduziram que não havia vigilância, desceram pelo elevador de serviço e escaparam por um vão na parede da garagem. A bordo de um táxi, passaram ao lado dos carros do DOPS, que continuavam estacionados na entrada principal.

A fuga os levou a uma casa no bairro da Serra onde morava a amiga Vera Sílvia. Ela estava lá e a família, fora, de férias: muito conveniente. Os jornais tinham publicado um retrato falado de Galeno e eles decidiram mudar a aparência, o que Vera tratou de fazer com muita tintura de cabelo e nenhum senso de equilíbrio. Com uma pinça, separou as sobrancelhas de Galeno, originalmente unidas num traço reto. À noite, a TV mostrou que a polícia também tinha batido na casa de dona Dilma Jane em busca do casal. Foi quando a família soube que Dilminha estava “metida em política” muito além do que imaginava. Era impossível ser clandestino em Belo Horizonte. Ainda incomodado com os cabelos vermelhos, Galeno foi de ônibus para o Rio, onde já estavam ou iam chegar Beto, Inês Etienne, Apolo, Dodora, Herbert, Juarez e Maria do Carmo. Dilma seguiu uma semana depois. A Colina estava chegando ao fim e seu primeiro casamento, também.

capítulo 5

A engrenagem sem retorno

No verão de 1969 o Rio de Janeiro oferecia um encanto especial para grupos clandestinos: os apartamentos de temporada. Com pagamento antecipado, sem perguntas, sem documentos, alugava-se um aparelho com uma boa fachada para a polícia e os vizinhos. Assim mesmo estava difícil abrigar os "deslocados" que vinham de Minas e de São Paulo, onde a VPR também sofrera quedas importantes. A Colina não tinha onde guardar Dilma e Galeno de imediato, disse-lhes Maria do Carmo, a companheira *Lia*, casada com Juarez Brito, o companheiro *Juvenal*. O casal apresentou-se então na casa da tia Diva, irmã mais velha de dona Dilma Jane.

Chegaram com um papo de casalzinho em férias: sol, praia, carnaval. Tia Diva não fez perguntas difíceis. Dez dias depois, Dilma e Galeno se mudaram para um conjunto de pequenos apartamentos em Laranjeiras. Era uma espécie de asilo para idosos, mas foi o melhor que *Lia* e *Juvenal* encontraram. Uma alegria reencontrar o Beto, aliás, companheiro *Breno*, e compartilhar as dúvidas sobre o caminho da revolução, numa cidade grande e cosmopolita, onde não se encontrava "todo mundo" nas ruas, no cinema, no bar. Dilma criticava o viés que a luta ia tomando, marcadamente militarista, mas seria acusada de vacilante se abrisse seus receios a qualquer um. Com Beto era possível duvidar. Ele se torturava procurando uma formulação teórica capaz de combinar luta de massas e luta armada.

Herbert Eustáquio de Carvalho, o *Daniel*, 22 anos, era outro que alimentava dúvidas em segredo. Dilma o conhecia dos tempos de escola. Secundaristas, estudavam juntos na casa de Herbert, no Prado, perto do quartel da PM. Filho de pai militar, ele precisava disfarçar sua homossexualidade em casa e na organização; clandestino em dobro. Exilou-se em Paris e, de volta ao Brasil com a Anistia, tornou-se escritor famoso, assinando Herbert Daniel, combinação de nome e codinome. Militou contra o preconceito nos anos 80 e escreveu um dos mais sinceros depoimentos sobre a geração da guerrilha: *Passagem para o próximo sonho*, citado por nove em dez pesquisadores do período. Morreu de aids em 1992.

Na barra-pesada de 1969, Dilma era uma das poucas que entreviam a segunda angústia de Herbert, nos papos que ela costumava regar com batida de limão, preparada na cozinha do aparelho. Com ele e com Beto, Dilma aprendeu a dividir o prato feito de preço tabelado, o *sunabão*, refeição de militante em fase de penúria. Com o dinheiro economizado em dois dias rachando o *sunabão,* dava para pagar um belo pato com laranja num restaurante decente: estratégias de sobrevivência no front.

Pouco antes do carnaval, Cláudio Galeno, aliás, companheiro *Lobato,* foi deslocado para Porto Alegre e não podia levar Dilma junto. A organização que os uniu agora os separava. A missão de *Lobato* no Sul seria longa e exaustiva: organizar as bases da Colina, preparar esconderijos para militantes queimados, levantar rotas de fuga pela fronteira. Para Dilma, a tarefa era fazer contatos e preparar os documentos políticos para a fusão da Colina com a VPR, que começava a ser discutida. Sua base seria o Rio. As reuniões eram no aparelho de *Juvenal* e *Lia*, na avenida Nossa Senhora de Copacabana, bem atrás do Copacabana Palace. Arrumaram para Dilma um aparelho ali perto: apartamento pequeno, quartinho com duas camas, banheiro, cozinha e corredor.

A VPR ostentava um cartel de ações espetaculares no ano anterior: o ataque ao palanque do governador Laudo Natel na festa do 1º de Maio; o atentado contra a sede do II Exército, o roubo de toneladas de dinamite numa pedreira do interior e de um pequeno arsenal na loja de armas Casa Diana. O principal quadro operário da VPR, José Ibrahim, líder da greve de Osasco de 1968, estava preso, mas a deserção do capitão Carlos Lamarca, em 26 de janeiro de 1969, oferecia um novo ícone à organização: um subversivo com patente de oficial e experiência militar na missão multinacional da ONU no Canal de Suez.

Na iminência da fusão, que iria criar um novo grupo, Colina e VPR passaram a se chamar *O*. (dizia-se Ó Pontinho), à espera do batismo definitivo. Com todas as dúvidas, Dilma cumpria as tarefas da fusão com aquele grupo marcadamente militarista. Recebia companheiros no Rio ou viajava pelo país para discutir as teses da futura organização unificada. Numa dessas missões, foi a Porto Alegre e reencontrou Galeno. “Eu estou com o Max e vou ficar com ele”, chegou falando, de cara.

Dilma nunca deixou de dizer coisas que doem mas devem ser ditas, como decretar o fim de um casamento. Nunca foi de preâmbulos, tampouco. A relação já tinha acabado para Galeno também, ele tinha até uma namorada, mas Dilma “abriu a questão” e abreviou o fim do casamento. “Estivemos juntos enquanto durou a paixão. Quando acabou, nos separamos, sem rancores, e

mantivemos nossa grande amizade", afirma Cláudio Galeno.

No primeiro dia de 1970, Galeno sairia do Brasil da maneira mais heroica para um guerrilheiro: no comando de um avião Caravele da antiga Cruzeiro do Sul, sequestrado para Havana. Passou pelo exílio no Chile, onde se casou com a nicaraguense Mayra, mãe de suas duas filhas. Esteve em Paris, trabalhando em publicações da resistência brasileira, voltou ao Brasil depois da Anistia e então se mudou para a Nicarágua, para trabalhar no governo dos revolucionários sandinistas.

O *Max* com quem Dilma tinha resolvido ficar era o advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo. Ele tinha 31 anos no começo de 1969 e era um quadro político veterano até para padrões mais rigorosos que os da esquerda juvenil brasileira. Literalmente, um comunista desde criancinha. Foi iniciado pelo pai, Afrânio Araújo – o primeiro e, por um longo tempo, único advogado dos sindicatos de trabalhadores no Rio Grande do Sul. Elegante, culto, jogador de xadrez, Afrânio lembrava o tipo "comunista da aldeia", como o prefeito *Peppone*, da sátira de Giovanni Guareschi no pós-guerra italiano *O pequeno mundo de Dom Camilo,* adaptada para a TV no Brasil nos anos 60.

Doutor Afrânio era o único comunista conhecido em sua pequena cidade, São Francisco do Sul (havia outro, veterano da Guerra Civil Espanhola, mas disso só Afrânio sabia). Luiz Carlos Prestes, ele mesmo, o secretário-geral do PCB, escondeu-se uma vez em sua casa, uma das memórias de infância de Carlos. A sociedade local tolerava a excentricidade política do advogado por sua conduta de cavalheiro – e continuou assim quando ele se mudou para Porto Alegre. Carlos herdou do pai a opção ideológica, a banca de advocacia e a vocação incorrigível para dialogar com o oponente em situações difíceis – até mesmo com o carrasco.

Em 1957, enquanto *Dilminha* pedalava sua bicicleta amarela, Carlos estava em Moscou, enviado pelo PCB ao Festival Mundial da Juventude. Constatou in loco tudo o que se dizia dos horrores de Stalin no Relatório Kruschev – e que a direção comunista tentava ocultar no Brasil. Saiu do partido, mas não da militância. Em julho de 1962, levou um tiro de metralha na orelha esquerda, num atentado do Movimento Anticomunista (MAC) contra a UNE no Hotel Quitandinha, em Petrópolis. Tornou-se braço direito do deputado Francisco Julião, o líder da reforma agrária "na lei ou na marra", criador das Ligas Camponesas e do MRT. Atuou no Master, o movimento de sem-terra que fazia jogo de morde e assopra com o governador Leonel Brizola. Rompeu com a Liga e voltou-se para o movimento sindical.

Na ressaca do Golpe de 64, Carlos dividiu a cadeia com o pai e dois irmãos em Porto Alegre. Quando foram libertados, depois de um mês, o secretário de Segurança quis saber do Doutor Afrânio se ele tinha sido, ao menos, bem tratado. "Eu não gosto de polícia nem aqui nem na União Soviética", foi a resposta desconcertante do pai de Carlos.

De volta às ruas, Carlos Araújo achou tempo para casar, tornar-se pai de Leandro, descasar e seguir fazendo política onde fosse possível: sindicatos, igrejas, reuniões de bairro. Em 1968, organizou a greve na fábrica de fogões Wallig, reprimida a patadas pela tropa de cavalaria do Exército. "Foi uma surra, um massacre", ele recorda. "A partir daí a gente resolveu conversar com o pessoal que estava na luta, e eu fui procurar os caras da Colina." A busca o levou a um "ponto" (um encontro discreto com outro companheiro) em Copacabana, de onde foi conduzido de olhos vendados ao aparelho de *Juvenal* e *Lia*, onde sua vida ia mudar.

Quando tomou intimidade – o que não demoraria muito –, Carlos passou a chamá-la de "Nega". Depois de alguns anos de uma longa convivência, Dilma o chamaria para sempre de "Gordo". Eram *Max* e *Estela* quando foram apresentados, pouco depois do carnaval de 1969. *Estela* ia se chamar *Vanda* e *Luíza*, depois da fusão com a VPR. Ela sugeriu que ele virasse *Pedro*, codinome que Carlos usou por um breve tempo, sem saber que era assim que se chamava o pai da companheira. Os nomes verdadeiros de cada um, eles só iam conhecer depois de presos.

Naquela primeira reunião, *Estela* chamou a atenção de *Max* pela importância que dava ao "trabalho de massas". "Além da inteligência, ela me encantou pela beleza", recorda. Ele se deliciou com o sotaque e as expressões mineiras num timbre de voz mais grave, surpreendente para a juventude de *Estela*. *Max* narrava as façanhas de seu grupo, pontuadas por expressões gaúchas, por um sorriso largo e pelos dentes claros e fortes debaixo dos bigodes negros e espessos. Uma semana depois, de volta ao mesmo cenário, escalaram-se para lavar a louça na cozinha no intervalo da discussão. À noite, eram mais um casal passeando nas ruas de Copacabana.

Quando voltou ao Rio pela terceira vez, *Max* já estava clandestino, além de apaixonado. Na pausa de uma longa reunião, Maria do Carmo surgiu pela porta da cozinha com um bolo confeitado e velas acesas. Deu-se uma cerimônia de casamento revolucionária com românticos toques burgueses: o laralalá da *Marcha nupcial* foi cantarolado a meia voz, para não chamar a atenção dos vizinhos, e o noivo pediu a mão da noiva a Juarez Guimarães de Brito, o dirigente

máximo da organização.

Pelo resto do ano, quando não estavam em missões país afora, *Max* e *Estela* dividiam aparelhos provisórios, pulando de bairro em bairro como o casal do poema "Tragédia brasileira", de Manuel Bandeira. Quando viviam num barracão no Jardim Botânico, Carlos chegou de viagem e encontrou um cadeado no portão. Passou direto e correu para conseguir um contato com a companheira e avisá-la do perigo. Era evidente que o aparelho tinha "caído", como diziam quando a polícia encontrava um esconderijo ou interceptava um "ponto". "Cair" também significava ser preso, o pior sentido da palavra.

Max e *Estela* não "caíram" no Rio, mas a vida de casados os levou a transgredir, aqui e ali, as normas de segurança de um militante clandestino. Uma vez, desceram as escadas do prédio em que se escondiam e levaram até a calçada da rua Visconde de Pirajá uma discussão iniciada dentro do apartamento, por motivo que a memória não guardou, como se fossem um casal comum em desavença e não dois subversivos procurados pela polícia. "Houve entre nós uma paixão, com todos os componentes encantadores e alucinantes de uma paixão", relembra Carlos.

Foi no final de março, antes do "casamento", que Iara chegou para dividir com Dilma a quitinete de Copa. Bonita, charmosa, atrevida, prestes a completar 25 anos, Iara Iavelberg era uma lenda na esquerda. De família judia do Bom Retiro, estava desquitada de um casamento precoce quando entrou na Faculdade de Psicologia da USP, despertando fantasias e preconceitos. Teve um romance pontuado de idas e vindas com José Dirceu, o jovem líder da Dissidência Comunista no movimento estudantil, um dos presos no Congresso da UNE em Ibiúna. Iara tinha deixado em São Paulo o capitão Carlos Lamarca ardendo por ela de paixão – e também de remorsos, pois tinha enviado a Cuba a mulher e os dois filhos, com promessa de reencontro na vitória da revolução.

Iara e Dilma conheciam-se do congresso da Polop de 1967. Tinham uma amiga comum, Maria Auxiliadora Lara Barcelos, a Dodora – aquela que sonhou financiar a Colina abrindo uma loja de bijuterias com Carmela Pezzuti. Dodora era estudante de Medicina e fazia trabalho voluntário nos hospitais psiquiátricos mais desumanos de Belo Horizonte quando aderiu à luta. Na clandestinidade, tornou-se *Chica* e zanzava entre Rio e São Paulo. Iara cuidava da aparência, vestia-se com bom gosto e racionalizava a vaidade natural. "Faz bem à autoestima. Quem se acha interessante trabalha melhor, é mais segura, dá menos bandeira", ela disse uma vez a Dodora.

Com esse papo na ponta da língua e um surpreendente cartão de crédito, Iara

convenceu Dilma a "cortar essa juba fora de moda" no salão do badalado Carlos Jambert, onde serviam champanhe às clientes. "Você é uma feminista, Iara, a primeira que conheço", admirou-se a nova amiga.

Iara sentiu-se atraída pelo Beto – e Dilma fazia o papel de cupido –, mas havia o caso não resolvido com Lamarca. Ela mostrou para a amiga uma carta de amor do capitão guerrilheiro, levada ao Rio no meio de textos políticos por Antonio Roberto Espinosa, dirigente político da VPR. A carta era de uma sinceridade comovente e um sentimentalismo quase piegas. Iara não sabia como responder. "Diga que você está gostando de outro", sugeriu Dilma, que tinha feito exatamente isso com Cláudio Galeno.

Iara vacilou. Por um breve período, Beto ocupou o lugar de Lamarca em sua afeição (e a vaga de *Estela* no aparelho pequenino). No fim de março, prestes a voltar para São Paulo, a bela companheira decidiu encerrar o caso. Paixão fugaz e marcante, como seria o casamento da Colina com a VPR; como tudo o que parecia eterno naquela louca vida clandestina.

A Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares foi criada afinal em julho, numa reunião de chefes dos dois grupos na praia de Mongaguá, no litoral paulista. Quatro dias de discussão pesada entre *militares* da VPR ("Não se faz revolução sem fuzil", diziam) e *políticos* da Colina (que retrucavam: "Fuzil sem política é inconsequência"). Elegeram uma direção provisória e adiaram a solução do impasse para setembro, quando haveria um congresso nacional da nova organização.

Naquele momento havia algo mais urgente a fazer: uma grande ação de levantamento de fundos. Os grupos de esquerda sobreviviam basicamente de assaltos a bancos (seriam mais de 100 em 1970), sempre arriscados e de resultado incerto. O alvo agora era a fortuna de um político corrupto, que estaria ao alcance da mão numa casa no alto de Santa Teresa. A casa pertencia ao cardiologista Aarão Burlamaqui Benchimol, tio do secundarista Gustavo Schiller, da base da VAR no Rio. O médico era irmão de Ana Benchimol Capriglione, a verdadeira responsável pelo dinheiro guardado no cofre.

Ana Capriglione tinha sido secretária e amante do ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros, que a chamava pelo debochado codinome de *Doutor Rui*. Político manhoso, Adhemar tinha morrido em março com justificada fama de ter enriquecido pela corrupção. Deixou espalhar que seu lema era "rouba, mas faz". Também tinha ligações com o jogo do bicho, em São Paulo e no Rio. Ana Capriglione seria herdeira de uma parte dos rendimentos do jogo, que era guardada em cofres antes de ser remetida ao exterior. O jovem Gustavo contou

a Juarez Brito que haveria dois cofres, um num apartamento em Copacabana e outro na casa do tio, em Santa Teresa. A estreante VAR-Palmares decidiu pagar pra ver.

A *Ação Grande* foi desenhada em detalhes por Juarez Brito, usando a técnica PERT, de planejamento administrativo, que ele aprendeu na Faculdade de Economia da UFMG. Na tarde de 18 de julho, um comando da VAR ocupou a casa. Fizeram-se passar por policiais federais, trancaram na despensa os criados e até o sobrinho-companheiro, que se fez de surpreendido. Vinte e oito minutos depois, o pesado cofre estava na carroceria de uma picape, coberto por um tapete, a caminho de um aparelho em Jacarepaguá, do outro lado da cidade. O mecânico Jesus Paredes Soto, vindo do Sul, usou a chama de um maçarico para romper a parede do cofre. Aberto o primeiro orifício, injetaram água dentro, de forma a proteger da chama o conteúdo ainda desconhecido.[4]

Ao final da operação, a VAR-Palmares detinha cerca de 2,5 milhões de dólares – dinheiro ensopado, mas quente, "expropriado da corrupção". Ao todo, 13 militantes se envolveram no assalto, do planejamento até a secagem das notas. Dilma não participou. A *Ação Grande* foi a "expropriação revolucionária" mais lucrativa de todos os tempos, mas as atenções do mundo se voltavam para a missão da *Apollo 11*, que culminaria dois dias depois com a chegada do primeiro homem à Lua. Ana Capriglione não passou recibo – "Só havia papéis no cofre", ela declarou –, mas a polícia e os militares sabiam que uma fortuna havia trocado de mãos, e isso aumentou a cobiça dos caçadores de subversivos.

Para os *políticos*, como Dilma, aquele dinheiro seria suficiente para a sobrevivência da VAR-Palmares sem ter de recorrer aos arriscados e violentos assaltos. Para os *militares*, como Lamarca, serviria para comprar terras e armas modernas e deslanchar a guerrilha no interior do país. Mas primeiro era preciso transformar dólares em cruzeiros novos, a moeda brasileira. "Tínhamos uma fortuna escondida, mas nosso pessoal no Rio não tinha dinheiro para pagar o almoço", recorda Carlos Araújo. Ele e Roberto Espinosa receberam uma parte do dinheiro para distribuir entre setores da VAR-Palmares. "Cerca de 700 mil dólares", Carlos calcula. Juarez e Maria do Carmo entregaram 1 milhão de dólares ao embaixador da Argélia, que guardaria o dinheiro no exterior. O restante ficou com militantes ligados a Lamarca.

A primeira troca foi feita no dia seguinte, numa casa de câmbio em Copacabana, uma das poucas que havia então. Carlos e Espinosa ficaram do outro lado da rua, dando cobertura a Dilma e Dodora, que sabiam falar inglês e se passaram por turistas americanas. Elas trocaram cerca de mil dólares cada

uma, dinheiro que virou almoço e jantar para os famintos da VAR naquela semana. A oportunidade de trocar uma grande quantia viria logo depois. “Um emissário do Banco Bradesco disse a um de nossos militantes que eles queriam comprar os nossos dólares, pagando ágio de 20%”, Carlos recorda (a entrada de dólares no país era controlada pelo governo naquele tempo). “Fiquei muito impressionado: os banqueiros chegaram até nós antes da repressão. Era o capital farejando o capital.” Outro militante foi escalado para trocar 300 mil dólares.

O dinheiro do cofre não trouxe felicidade à VAR-Palmares. Boa parte foi dissipada na compra de terras para sediar guerrilhas que nunca saíram do papel. Muito se gastou no sustento de mais de 300 militantes clandestinos. O milhão que foi para Argel só iria ser resgatado, parcialmente, três anos depois e distribuído entre grupos remanescentes da esquerda no exílio. O dinheiro da *Ação Grande* se perdeu em quedas, extorsões e lendas.

***

No segundo semestre de 1969, as prisões se sucediam, junto com os relatos de atrocidades. João Lucas Alves, o sargento do livrinho de Régis Debray, preso no Rio, foi levado para a tenebrosa Delegacia de Furtos de Belo Horizonte, de onde sairia direto para a mesa de autópsia: tinha os olhos vazados, as unhas das mãos arrancadas, as solas dos pés queimadas, o tórax afundado, hematomas e cortes por todo o corpo. A repressão não sabia disso quando o prendeu, mas o sargento João Lucas Alves foi um dos executores do major do Exército alemão Edward Westernhagen, em julho de 1968. O militar estava no Rio, fazendo um curso para estrangeiros na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Na mesma turma estava o capitão Gary Prado, do Exército boliviano, o homem que matou Che Guevara. Gary Prado era o alvo de João Lucas e de dois parceiros na ação. Confundido com ele, o alemão foi a vítima.

Em São Paulo, a repressão passou a se organizar em torno da Oban, a Operação Bandeirante, um combinado de militares e policiais civis, comandados em tese por um major do Exército. A Oban ficava numa delegacia na rua Tutóia, no bairro do Paraíso, e era financiada pelo governo do estado e por uma caixinha de empresários. Um dos colaboradores mais ativos da caixinha, o norueguês Henning Albert Boilesen, da Ultragaz, seria morto a tiros por um comando da ALN em 1971, na fase terminal da organização.

A Oban contava com a colaboração – na verdade, concorrência – do DOPS, comandado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, chefe do Esquadrão da Morte, que executava criminosos, suspeitos e desafetos da polícia. Na caça aos

subversivos, Fleury atuava como parceiro do Centro de Informações da Marinha, o Cenimar. No Rio, era o Centro de Inteligência do Exército (CIE) que enfiava as botas no trabalho sujo. A competição entre as forças da ordem refletia a instabilidade dos quartéis, onde os generais disputavam o futuro da Revolução Democrática de 1964. Quem viu no AI-5 o auge da ditadura não imaginava o que estava por vir na segunda metade de 1969.

Foi pouco depois do roubo do cofre que o general presidente Arthur da Costa e Silva sentiu os primeiros sintomas de um derrame que o deixaria sem fala e sem os movimentos do lado direito do corpo a partir de agosto. Boateiros da época ligaram o roubo ao acidente vascular do general de 67 anos: em meio aos dólares de Adhemar, os terroristas teriam pilhado recibos de depósitos no exterior para dona Yolanda, a mulher do presidente. A história era falsa, mas os indícios de corrupção na família do presidente, não. Serviam de munição aos adversários de Costa e Silva nos quartéis, únicos locais onde se fazia política desde o fechamento do Congresso. O general Albuquerque Lima, nacionalista e autoritário em porções iguais, fazia campanha aberta para ser o próximo presidente.

A paralisia de Costa e Silva fez cair o último resquício de institucionalidade da ditadura: Pedro Aleixo, o vice-presidente civil, foi impedido de assumir a presidência. Em seu lugar tomou posse uma junta formada pelos ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, caricatura vergonhosa para o país. Dezenove anos depois, no discurso em que proclamou a Constituição democrática, o deputado Ulysses Guimarães iria se referir à junta militar pelo nome apropriado: “os três patetas”.

Foi a esse trio patético que um comando conjunto da ALN e do MR-8 (nome adotado pela Dissidência Comunista da Guanabara) dirigiu um ultimato em 4 de setembro. Exigia a libertação de 15 presos políticos e a divulgação, por rádio, TV e jornais, de um comunicado revolucionário, em troca da vida do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, sequestrado na mais espetacular ação da guerrilha no Brasil. O redator do comunicado era um dos idealizadores do sequestro, o líder estudantil Franklin Martins. Quase 40 anos depois, ele seria companheiro de Dilma no ministério do presidente Lula. Sob pressão do governo americano, a junta acatou as exigências, os presos desembarcaram no México e Elbrick foi solto no domingo, 7 de setembro, Dia da Independência do Brasil, para maior humilhação da ditadura.

O sequestro do embaixador surpreendeu a VAR-Palmares em pleno congresso clandestino, numa casa cercada de vegetação no alto de Teresópolis. Se já era complicado manter mais de 40 pessoas ali sem despertar suspeitas, a

caçada aos sequestradores, com buscas em toda a cidade e barreiras nas estradas, aumentava os riscos e a tensão. Dentro da casa, as divergências explodiam. Num depoimento a Judith Lieblich Patarra, biógrafa de Iara Iavelberg, Dilma recordou seus argumentos 20 anos mais tarde. "Qual o sentido político da ação? Substituímos a guerra revolucionária por assaltos a banco. Dizer que somos compelidos a buscar fundos é quase subjetivo. Essencial seria buscar o povo", foram as palavras de Dilma registradas por Judith.

Dilma, Carlos e Beto queriam investir numa União Operária, organização *política*. Os *militares* achavam que isso desviaria bons quadros da luta armada. Para Lamarca, aquela conversa servia só para adiar o início da guerrilha no campo, que não estava fora dos planos de ninguém. Havia até uma nova estratégia, a coluna móvel, diferente do foco de Debray, que o capitão chamava com deboche de "floco guerrilheiro".

Calculados os votos, Beto, Carlos e Dilma ousaram uma manobra para evitar a derrota: alegaram que a delegação de São Paulo não havia sido eleita "pelas bases", não era legítima para o Congresso. Surpreendentemente, a manobra colou e a decisão foi suspensa até que se fizesse uma eleição secreta em São Paulo, envolvendo duas centenas de militantes.

Foram 26 dias de espera, tensão, suspeitas, provocações. Lamarca estava uma pilha. Apolo se recorda de tê-lo visto chorar, falando dos filhos em Cuba, numa noite em que faziam a dupla da ronda. Se a polícia chegasse, os pegaria numa ratoeira: a única saída dava para a serra do Mar, três dias de caminhada na mata até a estrada mais próxima. Uma noite, esgotado, Lamarca pediu uma reunião do comando provisório. Chegou com mais seis de seu grupo. Puseram as armas sobre a mesa e, de acordo com a apuração de Judith Patarra, o capitão avisou: "A VPR está deixando a VAR-Palmares. Vamos fazer guerrilha. Posição fechada." Na discussão que se seguiu, houve pelo menos um tiro de ameaça. Barra-pesada.

Não havia mais debate teórico a travar. O primeiro e último congresso da VAR-Palmares terminou numa disputa pelos dólares e pelas armas da organização. A VPR ficou, naturalmente, com a maior parte dos fuzis. Cada grupo ficou com o que tinha do que restou do roubo do cofre. O grupo de Lamarca se despediu do Congresso no dia seguinte, entre acusações de traição e promessas de reencontro na vitória da Revolução. Roberto Espinosa, da VPR original, ficou com Beto, Carlos e Dilma no grupo que restou da VAR. Juarez, Maria do Carmo, Herbert Daniel e Inês Etienne, da velha Colina, seguiram com Lamarca na nova VPR. Dirigentes dos dois grupos se espalharam pelo país,

disputando a adesão das bases.

Enquanto a esquerda se dividia outra vez, a ditadura voltava a se perfilar perante um comandante único e inconteste, depois de mais de cinco anos de disputas nos quartéis. No dia 7 de outubro de 1969, o general Emílio Garrastazu Médici, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações, apresentou-se ao país como novo presidente da República, escolhido pelos oficiais-generais das três Forças. Seria sucessor, não apenas substituto, do entrevado Costa e Silva, pelos cinco anos seguintes. O Congresso emasculado foi reaberto para consumar sua escolha e validar outra Constituição autoritária. Na primeira fala, recendendo a caserna, Médici advertiu: "Todo aquele que tentar contra a tranquilidade pública e a segurança nacional será inapelavelmente punido. Quem semear a violência colherá fatalmente a violência."

Em 31 de março, no sexto aniversário do golpe, o general Médici seria ainda mais claro: "Haverá repressão, sim. E dura, e implacável. Mas apenas contra o crime, e só contra os criminosos. Fiquem pois os criminosos do terrorismo advertidos (...) Este governo é forte demais para se deixar atemorizar pelo terror."

Nunca antes um chefe da ditadura tinha se dirigido de forma tão direta e ameaçadora aos subversivos, mas a essa altura não havia como dar meia-volta na engrenagem implacável da luta clandestina. Não havia retorno possível para quem tinha feito o caminho da revolução. A nova ordem de Médici, ordem unida, deu eficácia cruel ao comando brutal do AI-5. Em pouco mais de dois anos, as organizações revolucionárias no Brasil estariam reduzidas a apenas dois grupos: os presos e os mortos.

Ainda em outubro de 1969, o ministro do Exército, Orlando Geisel, reorganizou a repressão por meio do DOI-Codi (Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna). A estrutura reproduzia para todo o país o modelo da Oban e era centralizada pelo Exército. Mesmo assim, coube ao delegado Sérgio Fleury – o parceiro do Cenimar – o mais cobiçado troféu da temporada de caça aos subversivos. Em 4 de novembro, escoltado por equipes do DOPS, Fleury emboscou e matou a tiros Carlos Marighella, chefe da ALN, o subversivo mais procurado do país.

Duas semanas depois, num aparelho no bairro de Lins de Vasconcelos, no Rio, o DOI-Codi prendeu Espinosa, Dodora e o estudante de medicina Chael Charles Schreier, que havia participado de um assalto no levantamento de fundos para a *Ação Grande*. Houve tiroteio, mas os três foram levados com vida ao assombrado quartel da Polícia do Exército na rua Barão de Mesquita, onde foram

recebidos com choques, pancadas e sessões de afogamento. Obeso e cardíaco, Chael amanheceu morto na cela, com dez costelas quebradas, os intestinos rompidos e mais de 50 marcas de violência pelo corpo. Era um dos mais queridos amigos de Dilma. Costumavam trocar revistas de *Asterix, o Gaulês*, que adoravam. Ela o achava uma alma doce e ingênua, feito o gordo Obelix.

Morrer numa emboscada, no pau de arara ou num tiroteio passou a ser um destino cada vez mais provável para qualquer militante de esquerda. Havia mais de mil presos políticos àquela altura, número muito superior ao dos que ainda se escondiam em organizações como VAR, VPR, ALN, MR-8, PCBR, APML e Ala Vermelha. A vida útil de um militante clandestino era de um ano, no máximo dois, até ser preso ou morto, calculou Herbert Daniel, um dos raros que conseguiram chegar ao exílio depois de servir no Brasil por mais tempo do que seus companheiros.

Viver nos subterrâneos, com medo de "cair" a qualquer momento, dava aos militantes uma sensação de isolamento incompatível com a perspectiva de construir o socialismo. Havia, sobretudo, uma nova realidade econômica e social no país, que distanciava os revolucionários das massas: a ditadura estava controlando a inflação – um ponto fraco do governo deposto em 1964 –, fazendo a economia crescer e criando empregos em ritmo veloz. Mesmo com o arrocho dos salários, o consumo da classe média aumentava. Novos investimentos fizeram o Produto Interno Bruto (PIB) crescer 9,8% em 1968 e 9,5% em 1969 (o crescimento do PIB bateria os 10,4% em 1970 e seria de inacreditáveis 14% em 1973, em situação de pleno emprego).

O "milagre brasileiro" era financiado por uma oferta de capitais sem precedentes desde o fim da Segunda Guerra, possibilitando alto endividamento externo e grandes investimentos num país sem greves e sem opinião pública. Seu condutor era o ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto, um jovem professor de Economia culto e sagaz. No auge da luta pela redemocratização, nos anos 80, Delfim se converteria no totem dos piores males da ditadura: da inflação à dívida externa, da corrupção à impunidade.

No século XXI, vivendo em outro Brasil, Delfim se tornou conselheiro econômico de Lula e interlocutor da própria Dilma. A esquerda já o demonizava em 1969, mas não foi capaz de perceber o que ocorria no país real. A euforia do milagre foi embalada numa onda de patriotismo e exaltação à ditadura, impermeável a qualquer crítica marxista e, por algum tempo, até mesmo à pauta das liberdades democráticas: "Brasil, ame-o ou deixe-o."

Para Dilma, era tempo de deixar o Rio. Com a prisão de Roberto Espinosa, ela

foi escalada para reorganizar a VAR-Palmares em São Paulo e dessa vez teria de ir só: Carlos estava no comando nacional e tinha outras tarefas a cumprir. Ficava no Rio. Foi quando Iara pediu à VPR que lhe arranjasse um ponto com Dilma. Seguiria com Lamarca, para onde quer que ele fosse, e queria se despedir da amiga e confidente. Marcaram no Leblon, na praça Antero de Quental. Iara trazia um embrulhinho na mão: uma caixa da Casa Sloper com quatro lencinhos coloridos, cada um bordado com um naipe do baralho. "Lembrancinha pra você", Iara disse. Ainda não sabiam, mas era uma despedida para sempre.

Dilma seria presa dois meses depois. Iara enfurnou-se com o capitão Lamarca (e com Herbert) num treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira e depois o acompanhou em esconderijos diversos, compartilhando a ilusão nunca realizada da coluna móvel guerrilheira. Lamarca foi fuzilado pela tropa do coronel do Exército Nilton Cerqueira no sertão da Bahia, em setembro de 1971. Estava doente, faminto, esfarrapado. Em agosto, cercada pela polícia num apartamento em Salvador, Iara suicidou-se com um tiro no peito.

Em fevereiro de 1971, Beto seria preso com dois companheiros numa pensão da rua Farme de Amoedo e levado ao quartel da PE, para nunca mais ser visto pelos companheiros. Os torturadores de Inês Etienne disseram a ela que Beto foi assassinado 100 dias depois, com três tiros, na Casa da Morte de Petrópolis.

Dodora foi banida do Brasil em janeiro de 1971, no grupo de 70 presos políticos trocados pelo embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bücher, num sequestro comandado por Lamarca. Passou por Chile, Bélgica e França até chegar, em 1974, a Colônia, na Alemanha, onde pretendia terminar o curso de Psiquiatria. Antes de fazer a última prova, Dodora atirou-se nos trilhos do metrô e teve morte instantânea.

***

No dia 20 de fevereiro de 2010, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, chegou cedo ao casarão no Lago Sul de Brasília onde funcionava a Polis Propaganda, do jornalista João Santana, marqueteiro do presidente Lula. Ela estava acompanhada do professor Marco Aurélio Garcia, assessor especial de Lula e ex-dirigente do POC, o ramo da Polop que não aderiu à luta armada. Garcia e o ministro Franklin Martins tinham feito sugestões para o discurso que Dilma faria no dia seguinte, no Congresso Nacional do PT que a indicou candidata ao Planalto.

Ela abriu o laptop sobre a mesa de fórmica branca no salão dos fundos da

casa, junto ao gramado. Já estava trabalhando no texto quando chegou para ajudar o ex-prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, amigo dos tempos de Colina. Avançaram até o fim da tarde, avaliando cada uma das 25 mil palavras do discurso. Por telefone, Dilma checava números com ministros ou secretários executivos de sua confiança: Nelson Barbosa, da Fazenda, Carlos Eduardo Gabas, da Previdência, Paulo Sérgio Passos, dos Transportes. Almoçou ali mesmo, comida preparada em sua casa pela governanta Marly Ponce Branco. O deputado Antonio Palocci chegou no fim da tarde, quando Dilma ensaiava o texto diante do aparelho de *teleprompter*. Dilma deixou para escrever por último a referência aos amigos que perdera para a engrenagem sem retorno da vida clandestina. Ficou assim:

> *Quero recordar aqui três companheiros que se foram na flor da idade.*
> *Carlos Alberto Soares de Freitas. Beto, você ia adorar estar aqui conosco.*
> *Maria Auxiliadora Lara Barcelos. Dodora, você está aqui no meu coração, mas também está aqui com cada um de nós.*
> *Iara Iavelberg. Iara, que falta fazem guerreiras como você.*

capítulo 6

Tão logo a noite acabe

"Não reage, porque nós estamos presos", avisou, quase num sussurro, o companheiro junto ao balcão do bar na esquina da rua Álvaro de Carvalho com a rua Major Quedinho, perto do antigo prédio do jornal *O Estado de S. Paulo*.[5] Ao perceber que tinha caído numa emboscada, a primeira reação foi fingir que não era com ela, que não conhecia aquela pessoa, que ninguém lhe dirigira a palavra, que estava ali por outro motivo, qualquer um que não fosse cobrir um ponto com alguém da organização. Podia ser fome. Voltou os olhos para a vitrine do bar, repleta de ovos coloridos, daqueles cozidos em anilina. "Garçom, me vê um desses, faz favor", ela pediu, sem escolher a cor.

Pagou e foi saindo com aquele ovo cozido nas mãos; nada a ver com o conjunto de saia lisa e blusa xadrez que estava vestindo, sapatos clássicos, brincos combinando com o colar. Não era seu modo usual de se vestir, mas era a roupa adequada para a viagem de avião que faria ao Rio, depois de cobrir o ponto. Os cabelos tinham crescido, mas ainda guardavam o desenho do corte no salão do Jambert. Entrou numa loja de móveis vizinha, que tinha outra saída para a rua Martins Fontes. Desfez-se do ovo e em seguida dos brincos, puxando-os e fazendo-os escorregar para a bolsa. Na saída da loja, deparou com um dos três carros da Oban mobilizados para sua captura.

A *Vanda* da VAR-Palmares, aliás, *Luíza,* aliás, *Estela*, estava cercada. Eram quatro horas da tarde de 16 de janeiro de 1970, uma sexta-feira. Nos 22 dias seguintes, Dilma Rousseff conheceria o inferno da tortura, aonde se chegava cruzando a cancela do DOI-Codi na rua Tutóia. Ela só voltaria a andar pelas ruas depois de passar dois anos e dez meses num presídio da ditadura.

Muito tempo depois, Dilma Rousseff reconstituiu aquele momento fazendo uma severa autocrítica. "Eu fui presa porque fui absolutamente incompetente", ela disse no depoimento ao cineasta Silvio Tendler, quando era ministra da Casa Civil. Sem citar o nome do companheiro que estava no bar (era José Olavo Leite Ribeiro), Dilma contou que ele tinha "furado" dois pontos antes daquele, o que era um fortíssimo indício de que deveria ter sido preso. Pelo manual de segurança, cobrir o terceiro ponto era um risco que nenhum militante estava

obrigado a correr.

Forçar prisioneiros a cobrir pontos na rua, servindo como iscas, era um expediente corriqueiro da polícia. O ardil do preso era inventar encontros (e arriscar-se a pagar o preço no pau de arara) ou levar os tiras ao lugar certo, mas na hora errada. José Olavo calculou que Dilma não se arriscaria no terceiro ponto. Uma boa aposta, mas falhou com ela. Dilma nunca culpou Olavo, ou qualquer pessoa, por sua prisão. "Muitas pessoas atribuem aos outros suas responsabilidades, não é? Eu tinha discernimento naquela circunstância para saber (que não devia ter ido)", ela disse a Silvio Tendler. "E tem mais uma coisa: eu sonhei que ia ser presa, acordei de manhã com esse sonho na cabeça. É que a gente nunca acredita que vai acontecer com a gente. No consciente, não acredita."

Ainda havia luz quando Dilma foi jogada na cela das mulheres da Oban. Apresentou-se como *Vanda,* e uma prisioneira grávida, da ALN, deixou escapar: "Xii... Você está ferrada. Eles estão loucos te esperando."

Não é a coisa mais estimulante para se dizer a quem está na expectativa de enfrentar a tortura pela primeira vez. O medo de não suportar a violência e trair amigos é uma parte da angústia. O medo de morrer é outra. Naquela mesma noite, por exemplo, o jornalista Mário Alves de Souza Vieira, veterano comunista e fundador do PCBR, foi sequestrado no Rio por militares do DOI-Codi e levado para o quartel da Polícia do Exército. Estaria morto de madrugada. A viúva, que também se chamava Dilma, divulgou fora do país o relato de três presos chamados para limpar a cela, suja de sangue, urina e fezes:

> Depois de violentamente espancado, torturado com choques elétricos, no pau de arara, afogamentos, introduziram um cassetete de madeira com estrias, que provocou perfuração de seus intestinos e a hemorragia que determinou sua morte.

Mário Alves foi dado por "desaparecido". A prática de sumir com os corpos de prisioneiros assassinados começou quando prenderam Virgílio Gomes da Silva, o *Jonas* da ALN. Operário de origem, foi o comandante militar do sequestro do embaixador americano. Capturado pela Oban em 29 de setembro de 1969, Virgílio nunca mais foi visto. Pelo menos 138 presos iam "desaparecer" depois dele.

Três equipes de interrogatório se revezavam no DOI-Codi da rua Tutóia. Dilma caiu no turno do capitão Benoni de Arruda Albernaz, citado 15 vezes como torturador no levantamento de processos em auditorias militares que deu base ao

livro *Brasil: nunca mais*. A equipe do capitão Albernaz era a mais temida pelos presos da Tutóia.

Uma única vez Dilma falou em detalhes sobre a tortura que sofreu: no fim de 2003, quando o jornalista Luiz Maklouf Carvalho a procurou para corrigir e atualizar seu livro *Mulheres que foram à luta armada*, publicado em 1998. Em 21 de junho de 2005, quando Lula a indicou para a Casa Civil, a *Folha de S. Paulo* publicou trechos do que Dilma disse na ocasião ao autor do livro:

> Entrei no pátio da Operação Bandeirante e começaram a gritar "mata!", "tira a roupa", "terrorista", "filha da puta", "deve ter matado gente". (...) A pior coisa que tem na tortura é esperar, esperar para apanhar. Eu senti ali que a barra era pesada. E foi. Também estou lembrando muito bem do chão do banheiro, do azulejo branco. Porque vai formando crosta de sangue, sujeira, você fica com um cheiro...
>
> **Por onde a tortura começou?**
> Palmatória, levei muita palmatória.
>
> **Quem torturava?**
> O Albernaz e o substituto dele, que se chamava Tomás. Eu não sei se é nome de guerra. Quem mandava era o Albernaz, quem interrogava era o Albernaz. O Albernaz batia e dava soco. Ele dava muito soco nas pessoas. Ele começava a te interrogar. Se não gostasse das respostas, ele te dava soco. Depois da palmatória eu fui pro pau de arara.
>
> **Dá pra relembrar?**
> Mandaram eu tirar a roupa. Eu não tirei porque a primeira reação é não tirar, pô. Eles me arrancaram a parte de cima e me botaram com o resto no pau de arara. Aí começou a prender a circulação. Um outro xingou não sei quem, aí me tiraram a roupa toda. Daí, depois, me botaram outra vez.
>
> **Com choques nas partes genitais, como acontecia?**
> Não. Isso não fizeram. Mas fizeram choque, muito choque, mas muito choque. Eu lembro, nos primeiros dias, que eu tinha uma exaustão física, que eu queria desmaiar, não aguentava mais tanto choque. Eu comecei a ter hemorragia.
>
> **Onde eram esses choques?**
> Em tudo quanto é lugar. Nos pés, nas mãos, na parte interna das coxas, nas orelhas. Na cabeça é um horror. No bico do seio. Botavam uma coisa assim, no bico do seio, uma coisa que prendia, segurava. Aí cansavam de fazer isso porque tinha de ter um envoltório pra enrolar, e largavam. Aí você se urina, você se caga todo, você...
>
> **Quanto tempo demorava uma sessão dessas?**

Nos primeiros dias, muito tempo. A gente perde a noção. Você não sabe quanto tempo nem que tempo que é. Sabe por quê? Porque para, e quando para não melhora, porque ele fala o seguinte: "Agora você pensa um pouco." Parava, me retiravam e me jogavam nesse lugar de ladrilho, que era um banheiro no primeiro andar do DOI-Codi. Com sangue, com tudo. Te largam. Depois você treme muito, você tem muito frio. Você está nu, né? É muito frio. Aí voltava. Nesse dia foi muito tempo. Teve uma hora que eu estava em posição fetal.

Dá pra pensar em resistir, em não falar?

A forma de resistir era dizer comigo mesma: "Daqui a pouco eu vou contar tudo o que eu sei." Falava pra mim mesma. Aí passava um pouquinho. E mais um pouco. E aí você vai indo. Você não pode imaginar que vai durar uma hora, duas. Só pode pensar no daqui a pouco. Não pode pensar na dor.

A Sra. aguentou?

Eu aguentei. Não disse nem onde eu morava. Não disse quem era o Max (Carlos Araújo). Não entreguei o Breno (Carlos Alberto Freitas), porque tinha muita dó. (...) Primeiro, eu não queria que meus companheiros estivessem numa situação daquelas. Segundo, eu tinha medo que algum deles morresse.

Palmatória, pau de arara, choque, o que mais?

Não comer. O frio. A noite. Eles te botam na sala e falam: "Daqui duas horas eu volto pra te interrogar." Ficar esperando a tortura. Tem um nível de dor que você apaga, em que você não aguenta mais. A dor tem que ser infligida com o controle deles. Eles têm que demonstrar que têm o poder de controlar a tua dor.

A repressão sabia que ela era um quadro importante, mas não desconfiava que Dilma tinha se tornado dirigente da VAR-Palmares depois do racha de Lamarca. Na bolsa, ela trazia uma carteira de identidade falsa, com o nome de "Maria Lúcia Santos", e uma carteira estudantil em nome de "Marina Guimarães Garcia de Castro". Em nome de "Marina" também estava o fusca bege ano 1966, que Dilma comprou em São Paulo, com dinheiro da VAR, quando aprendeu a dirigir. Dilma não revelou o endereço da pensão onde dividia um quarto com uma companheira. Falou apenas de um aparelho desativado, na praia do Suarão, em Santos, onde os agentes acharam pilhas de textos subversivos.

A história que ela contou na tortura enganou os carrascos por algum tempo: como ela poderia ter informações quentes se nem mesmo estava com o marido, Cláudio Galeno (*Lobato*), no sequestro do avião para Cuba? Quando descobriram

que ela não estava mais com Lobato havia quase um ano, a história "caiu" e as sessões de tortura pioraram, mas ela não revelou sua ligação com *Max*. "Teve um dia que eu tive uma hemorragia muito grande, foi o dia em que eu estive pior", ela contou a Maklouf. "Hemorragia mesmo, que nem menstruação. Eles tiveram que me levar para o Hospital Central do Exército. Encontrei uma menina da ALN. Ela disse: 'Pula um pouco no quarto para a hemorragia não parar e você não ter de voltar.'"

Dilma ainda estava sendo torturada quando a notícia de sua prisão foi publicada, 12 dias depois. Em 28 de janeiro, a *Folha de S.Paulo* deu na segunda manchete: "Operação Bandeirante desbarata grupo Palmares". O texto, saído diretamente dos porões, traçava o perfil de alguns dos 320 subversivos presos nos meses recentes, pelas contas da Oban. Entre eles:

> Dilma Vana Rousseff Linhares ("Luíza"), oriunda da Colina de Minas Gerais e que ultimamente vinha operando na Guanabara, veio para São Paulo em dezembro de 69, por determinação do Comando Nacional da VAR-Palmares, para reestruturar esta organização subversivo-terrorista; pertencia ao Comando Regional da VAR-P e era coordenadora do Setor de Massas Populares; é esposa de Cláudio Galeno Linhares ("Lobato"), terrorista que participou do sequestro do último avião da Cruzeiro do Sul desviado para Havana.

Nenhuma palavra sobre tortura. De acordo com a notícia, "agentes da Oban vinham agindo sigilosamente desde setembro" e, "após seguirem várias pistas", chegaram a aparelhos da VAR-P em Osasco e Santo André, na Casa Verde, Lapa e Aclimação, onde foram presos 24 subversivos e teriam sido apreendidos 56 fuzis da Força Pública, quatro morteiros, explosivos e munição. Na mesma página havia a notícia de que o juiz auditor da Aeronáutica no Rio, José Manes Leitão, tinha decretado a prisão preventiva de Juarez Brito e mais 12 pelo roubo do cofre de Adhemar, esclarecido seis meses depois. Um dos 12 já tinha sido morto pela Oban em São Paulo.

O jornal não fazia referência tampouco ao endereço da avenida Celso Garcia, no Brás, onde Dilma dividia um quarto de pensão com Maria Celeste Martins até o dia em que foi presa. Graças a seu silêncio, a polícia não localizou Celeste nem o pequeno arsenal que elas escondiam no quarto, debaixo das camas: meia dúzia dos fuzis do capitão Lamarca, enrolados num cobertor, um balde cheio de munição, pistolas recolhidas em aparelhos caídos. Quem acabou encontrando Celeste, por puro acaso, foi Carlos Araújo, que partiu para São Paulo assim que

soube da queda de Dilma (e descobriu, pelos jornais, o nome verdadeiro da companheira). “Minha reação foi de pavor, foi violenta, era a minha companheira”, ele recorda.

Desorientados com a sequência de quedas, Carlos e Celeste tiveram a mesma intuição: passar todos os dias pelo Largo do Arouche, típico local de pontos da esquerda, na esperança de encontrar um rosto conhecido e de confiança. “Foi uma sorte muito grande, uma alegria imensa quando um dia encontrei a Celeste”, ele se lembra. Conversando com ela, Carlos soube do essencial que se filtrava da cadeia: Dilma estava viva, não tinha entregado ninguém e tinha sido transferida para o DOPS. Do inferno ao purgatório.

No DOPS, Dilma foi para uma cela no Fundão, onde passou dois meses com Leslie Denise Beloque, a *Lelé* do setor estudantil da ALN. Um dia um preso bateu com a caneca na porta da cela. Dilma recordou a cena num depoimento para a revista *Época*, em 2009: “Pela janelinha, vimos um velhinho de olhos azuis, com bandagens nos pulsos. Ele disse assim: ‘Oi, meu nome é Jacob Gorender. Como é que vocês se chamam?’” Fundador e dirigente nacional do PCBR, o baiano Jacob Gorender vinha da sessão de torturas da Oban. Aos 47 anos, aparentava ser um homem velho.

“Fizeram barbaridades com ele e passamos a cuidá-lo. Lavávamos sua roupa, amassávamos abacate, botávamos açúcar, limãozinho. Ficamos amicíssimas dele”, Dilma puxou da memória. Historiador rigoroso e excelente escritor, Gorender publicou, em 1987, *Combate nas trevas*, um precioso relato sobre a aventura da esquerda armada no Brasil. Uma vez conversavam sobre tortura e torturadores: “Se você achar que eles sabem tudo, que entendem tudo e são tão poderosos, você já se derrotou”, disse Jacob à jovem prisioneira. “Cuidado, só você pode se derrotar.” Dilma tomou como um conselho para a vida. “Você não pode achar nunca que as pessoas sabem tudo ou são tudo. Se você não for capaz de entender o que a outra pessoa quer de ti, como é que ela te atinge, você já perdeu”, ela diria no depoimento de 2009.

***

O prédio principal do presídio da avenida Tiradentes foi construído em 1851, em estilo colonial já meio tardio. Tinha servido como depósito de escravos antes de virar cadeia pública e era tão decadente quanto o conjunto de cárceres que foi crescendo a sua volta. O presídio inteiro seria condenado numa vistoria técnica em 1973, por risco de incêndio e desabamento. Foi demolido para dar passagem a uma linha do metrô. Em 1970, quando Dilma Rousseff chegou lá para aguardar julgamento, o Tiradentes era um canil degradante, onde a polícia jogava

mendigos, prostitutas e suspeitos de qualquer coisa, desde que fossem pobres.

Havia um grande tanque no pátio, onde eram supliciados os *corrós* (como eram chamados os presos e as presas "correcionais" ou "detidos para averiguação"). O tanque servia também para matar afogadas as vítimas do Esquadrão da Morte. Desde a queda da UNE, em 1968, o Tiradentes era usado como cárcere para inimigos do regime, o que já havia ocorrido na ditadura do Estado Novo, de 1937 a 1945. Com o tempo, toda uma ala com 13 celas coletivas voltaria a servir de cárcere político. Pelo menos 400 prisioneiros da ditadura passaram por lá.

No edifício mais antigo, duas escadarias, em curvas suaves e opostas, conduziam até as celas das presas políticas. Pela arquitetura, pelo isolamento no patamar superior e pela condição feminina de sua população, tornou-se a Torre das Donzelas (a capacidade de ironizar a própria desgraça ajuda a manter a mente sã na cadeia, ensinam prisioneiros de todos os tempos).

O caminho para a Torre das Donzelas passava pelo corredor das presas *corrós*. Em 2010, a jornalista Rose Nogueira, da ALN, presa em 1970, lembrou-se de ter ouvido as *corrós* gritando, à sua passagem, coisas do tipo: "Terrorista! Linda! O que você tá fazendo aqui?"[6] Era o rito de chegada para as presas políticas. O estranhamento entre *corrós* e subversivos muitas vezes evoluiu para a cumplicidade. Os presos comuns ajudavam na troca de mensagens entre as celas; os políticos pressionavam para reduzir os castigos. Depois de uma visita do novo arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, em 1971, o tanque dos suplícios foi desativado.

As celas da Torre eram úmidas, as paredes, cobertas de mofo, e as latrinas eram buracos no chão. Havia goteiras por toda parte e, nas noites frias, as presas usavam jornais velhos para tapar os vãos entre as grades das janelas. Dilma chegou em maio, depois de dois meses no Fundão do DOPS. Ficou na cela 6, entre a cozinha e o "celão", um espaço de 80 metros quadrados que servia de auditório, sala de aula, salão de reuniões, sala de jantar e de TV. Maria Aparecida Costa, a *Cida* da ALN, foi uma das primeiras companheiras de cela. Ela recordou a paisagem vista da Torre: "A visão da rua era a liberdade, ali, ao alcance do olhar."

Dilma ocupava a parte de baixo do beliche. Algumas vezes cedia esse pequeno conforto para companheiras recém-chegadas da tortura. "Quando cheguei, recebi de Joana D'Arc e Dilma, duas antigas amigas de militância em Belo Horizonte, um imenso afeto e carinho que me ajudou a segurar as 'barras emocionais'", escreveu a socióloga Eleonora Menicucci de Oliveira, ex-POC, no

livro *Tiradentes, um presídio da ditadura*, um tocante memorial de ex-prisioneiros. Poucas chegaram ao Tiradentes em condições tão lastimáveis quanto Maria Cristina Uslendi, em outubro de 1971. Por ser uruguaia de forte sotaque, a polícia e as colegas a chamavam de *Tupamara*, embora fosse militante do Partido Socialista em seu país. Entrou na guerra dos brasileiros por amor a Tarzan de Castro, militante do PCdoB treinado na China, preso desde 1969 e amigo de Carlos Araújo dos tempos das Ligas Camponesas. Cristina tinha apanhado muito em Recife e no Rio, e tornaria a ser torturada em São Paulo.

"Voltei aos infernos inúmeras vezes e sempre que voltava a minha cela encontrava a Dilma de braços abertos, me amparando, me ajudando a usar a latrina quando não tinha forças, me dando sopinhas de colher na boca, me cedendo a parte de baixo do beliche, pondo na vitrolinha de pilhas as melhores músicas da MPB", recordou Cristina, num artigo que escreveu para a revista *Agora*, de Goiânia, muito tempo depois.

Dilma fez a nova amiga prestar atenção à letra de *Para um amor no Recife,* de Paulinho da Viola:

A razão por que mando um sorriso
E não corro
É que andei levando a vida
Quase morto
Quero fechar a ferida
Quero estancar o sangue
E sepultar bem longe
O que restou da camisa
Colorida que cobria minha dor
Meu amor eu não esqueço
Não se esqueça por favor
Que voltarei depressa
Tão logo a noite acabe
Tão logo este tempo passe
Para beijar você

Aos seus ouvidos, o lirismo do sambista soava como delicada metáfora para o sofrimento e a esperança das donzelas da Torre.

No ano da clandestinidade, apenas uma vez Dilma tinha conseguido ver a mãe, e só rapidamente. No Tiradentes, dona Dilma Jane passou a visitá-la aos sábados, viajando de ônibus desde Belo Horizonte. Algumas vezes, vinha com tia

Arilda, com Igor, que tinha passado um tempo no Canadá e nos Estados Unidos, e Zana Lívia, a irmã caçula. Os dias de visita eram o ponto de contato entre o "mundinho", como as donzelas chamavam sua rotina, e a vida real. "Eram momentos muito fortes e cheios de emoções, um dos laços que mantínhamos – entre outros – com o 'mundo lá fora'", recordou a advogada Rita Sipahi, do MRT. Aos sábados, Dilma trocava o moletom ou o jeans por roupas mais alegres (havia uma arara coletiva para essas ocasiões) e passava um batonzinho básico. Dilma Jane nunca deixou passar uma expressão de tristeza diante da filha; nunca chorou numa visita.

As donzelas inventaram uma sigla para a solidão: CTA, Carência Total de Afeto. Carta de Márcia Mafra, presa da ALN, em 1971: "Cá estou a ouvir Blood, Sweat & Tears e talvez não fosse o melhor momento de escrever, porque a faixa que está tocando (*You've Made Me So Very Happy*) aumenta sobremaneira meu CTA." Um dia, um gato apareceu na Torre e foi adotado pelas donzelas. Carta de Cristina Uslendi a Tarzan de Castro: "Cada uma de nós o chama de forma diferente; eu o chamo de Brutus, mas tem quem chame de Tulius Detritus ou Princípio. Ele é vítima das carências afetivas de 27 mulheres e vai de cama em cama na maior manha." Dilma era a mais cuidadosa com o gato e com sua caixinha de areia, de fundo falso, que servia de correio entre as celas, recordou Cristina.

O coletivo distribuía tarefas e organizava o cotidiano. Livros circulavam entre a Torre e a ala masculina. Havia os livros legais e os clandestinos, armazenados no assoalho do X-3, uma das celas do andar de baixo. "A capa dura, o introito do livro e as primeiras páginas eram de um inocente romance. A partir daí era um livro marxista que sobreviveu a muitas e muitas batidas nas celas", recordou Nilmário Miranda, remanescente da Polop original. Viria a ser ministro da Secretaria de Direitos Humanos no primeiro governo Lula. Laurindo Junqueira, o bibliotecário do X-3, vinha do POC. Em um ano fez três cópias manuscritas de *Que fazer?*, de Lenin. Sobrava tempo onde faltava liberdade.

Na cadeia, além de atualizar as leituras marxistas, Dilma leu Lévi-Strauss e muita ficção científica (tinha sido iniciada pelo Beto, fã de Ray Bradbury), acertou as contas com Dostoievski e estudou História da Arte. Matava o tempo fazendo crochê e tapeçaria. "Tecíamos tal qual Penélope", lembrou Rose Nogueira. "Quanto tempo levaria para terminar a renda?" À noite, a TV ficava ligada até altas horas. Dilma, Cida, Márcia e Leslie não perdiam os filmes da sessão Varig é Dona da Noite. Nas noites de sábado, o melhor vinha depois, com o seriado *Jornada nas estrelas*. A racionalidade inabalável do Sr. Spock sempre

fascinou Dilma Rousseff.

Cada presa fazia algo para tornar melhor o mundinho. Elza Lobo, Dulce Maia e Maria Barreto Leite, que trabalhavam em teatro, produziam espetáculos caseiros. Márcia Mafra virou cabeleireira. "Até o cabelo da Dilma, que é muito chata no assunto – diz que tem cabelos crespos e é preciso cortar mais os de baixo que os de cima, pra diminuir o volume –, eu cortei" (carta à mãe). Dilma organizava cursos de Economia e era rigorosa com a frequência das colegas. "Estudar é uma tarefa revolucionária", ela cobrava.

Havia outras tarefas coletivas e inescapáveis, como o rodízio de duplas na cozinha. Não era mesmo fácil, pois a população da Torre chegou a ser de 60 donzelas, mas uma das lembranças amargas que todas guardaram foi o péssimo desempenho da dupla formada por Dilma e Cida Costa na cozinha. Carta de Márcia Mafra à mãe: "Você vai conhecê-las. São pessoas incríveis, mas não aceite convite de uma delas para jantar." Eleonora Menicucci, no memorial dos ex-presos: "Coitadas das meninas que iam comer nosso menu. Só não éramos piores que a famosa dupla Dilma-Cida Costa." Artigo de Cristina Uslendi na revista *Agora*: "No dia do plantão de Dilma na cozinha da Torre, todo mundo comia pão com mortadela (quando havia)."

Dilma saía-se melhor defendendo suas opiniões do que seu tempero, mesmo quando suas ideias pareciam indigestas para a esquerda. Na Copa do Mundo de 70, ela torceu pela seleção brasileira com conhecimento e convicção. Era torcedora do Atlético Mineiro ("E viva o Galo!", ela bradava), compreendia táticas de futebol e até o insondável mistério da linha de impedimento. Entre os companheiros que denunciavam a "seleção manipulada pela ditadura" e os "90 milhões em ação", Dilma optou pela linha de massas. Quando a ditadura decidiu ampliar o mar territorial brasileiro de 12 para 200 milhas, antecipando-se à convenção da ONU sobre direitos do mar, parte da esquerda torceu o nariz: era uma patriotada irresponsável, criticavam. Para Dilma, era uma questão de soberania nacional – e ponto. Sem as 200 milhas, a Petrobras jamais teria desenvolvido suas plataformas marítimas – nem a futura ministra Dilma Rousseff teria anunciado ao país a descoberta das gigantescas jazidas do pré-sal, em outubro de 2008, quase 40 anos depois. Em 1971, ela foi contra uma greve de fome que rachou o presídio. Ficou solidária aos grevistas, mas a repercussão do protesto foi negativa, como havia calculado.

***

Dez meses depois de ter sido presa, Dilma recebeu a primeira carta de Carlos Araújo. Graças aos contatos de Celeste, ele havia retomado a articulação da

VAR em São Paulo: uma base universitária, alguns secundaristas, simpatizantes da classe média. Carlos foi capturado em 12 de agosto por uma equipe do delegado Sérgio Fleury, em frente à sede do Palmeiras. Da mesma forma que havia acontecido com Dilma, ele cobria o ponto de um companheiro que já estava preso. A atriz Bete Mendes, jovem e belíssima estrela da novela *Beto Rockefeller*, sucesso de então na TV Tupi, havia desembarcado do mesmo táxi que Carlos, apenas 50 metros antes – e escapou por pouco. Ela estava em contato com a VAR-Palmares desde maio, quando foi apresentada ao *Max* pelo grupo de estudantes. Era famosa demais para ficar exposta, mas envolveu-se politicamente com a organização e afetivamente com Carlos. Ele foi parar no DOPS e ela sumiu pelas ruas na região do Parque Antártica. Bete seria presa em dois meses.

Se podia haver algo pior do que ser preso pela Oban era ser preso pela equipe de Fleury. Carlos já chegou à delegacia apanhando, foi logo pendurado no pau de arara e ligado à maricota, a máquina de choque elétrico. Mentiu que vivia no Rio, forneceu endereço falso na Rocinha – "rua Arno, 1.040". Um médico mediu-lhe a pressão e liberou mais uma sessão de choques. Médico, maricota, médico, maricota.

"Eu pensei: tu é tão filho da puta que vai chegar amanhã e eles não vão te matar; os caras vão te torturar, você está frágil, vai entregar tudo. Vão matar teus amigos, teus irmãos. Só tem uma saída honrosa: é se matar", recorda Carlos. "Vi que não ia aguentar e falei pros caras: 'Vou encontrar o Lamarca amanhã de manhã.' Chutei logo um negócio pra eles acreditarem e eles disseram: 'Se não for verdade, aí tu vai ver o que é tortura. Hoje foi sopa.'"

Os carrascos providenciaram um massagista para botar o preso de pé, depois de massacrado pela tortura. Pela manhã, de banho tomado, Carlos fingia-se de isca numa rua movimentada da Lapa, planejando se atirar diante de um carro em movimento. "Passava jamanta, passava ônibus, caminhão, e eu pensando: quem sabe um carro mais levinho?" Decidiu-se por uma Kombi. Seu corpo ficou estatelado no asfalto, sangrando no joelho, no peito e na cabeça. Furiosos, os policiais o levaram ao Hospital das Clínicas, onde os médicos jogaram do lado da vítima. Fizeram a sutura no corte na cabeça, pediram muitos exames e ganharam tempo até a chegada de um oficial do Exército. "O Fleury está jogando contra nós. Ele tinha de ter entregado o senhor pra gente", disse o oficial, usando o tratamento respeitoso. "Nós vamos tirar o senhor daqui agora e levar para um hospital militar."

Pelas mãos de um certo capitão Alberto, do DOI-Codi, Carlos ficou livre da

vingança de Fleury, mas não escapou do temido capitão Benoni Albernaz. O oficial que torturou Dilma entrou no hospital militar ameaçando começar a bater no preso ali mesmo. As freiras que trabalhavam no hospital tiveram a coragem de fazer um escândalo. Carlos se recorda de que havia uma loura bonita, num casaco de pele, acompanhando o capitão, provavelmente sua mulher. Ela deu maçãs para o preso e convenceu Albernaz a sair dali.

Na manhã seguinte o capitão Homero César Machado chegou ao hospital e se apresentou como chefe de equipe do DOI-Codi. Foi logo avisando que não perderia tempo interrogando um preso que só iria falar mesmo debaixo de tortura. Ia ficar ali estudando para exames na escola de oficiais. Carlos vislumbrou a chance de abrir um diálogo. Pediu emprestado o livro de Matemática, fez uns exercícios, mostrou que conhecia bem a matéria. O capitão pediu umas dicas; em pouco tempo estava recebendo lições do seu preso.

Homero contou que tinha batido em muita gente, mas queria mudar de vida, casar-se e seguir carreira até se tornar general. Quando Carlos saiu do hospital para o DOI-Codi, oito dias depois, Homero percebeu que não ia arrancar mais nada daquele preso, além das lições de Matemática. O capitão Alberto contava com Carlos para denunciar Fleury na Justiça Militar. Destes, Carlos não ia apanhar mais, mas não escaparia do temido capitão Benoni Albernaz.

Albernaz ainda bateu em Carlos pelo menos três vezes na rua Tutóia. Ele nunca se adaptou à vida fora do porão. Em 1984, na reserva com o posto de major, foi preso passando-se por coronel, acusado de aplicar golpes no mercado de imóveis. Colegas diziam que ele estava louco quando morreu, em 1993. Homero passou para a reserva sem chegar a general. Carlos perdeu a pista do capitão Alberto. O delegado Sérgio Fleury morreu num misterioso acidente em sua lancha em 1979. Para impedir que ele fosse preso pelos crimes do Esquadrão da Morte, o general Médici editou em 1973 a lei que permite a réus primários recorrerem da condenação em liberdade. A Lei Fleury atravessou a ditadura, sobreviveu à Constituinte e à reforma do Judiciário e permaneceu como uma das principais razões para a impunidade na democracia brasileira.

***

Da rua Tutóia, Carlos foi despachado para o DOPS, já sob o comando do delegado Romeu Tuma, mais ou menos na época em que prenderam Bete Mendes, 12 estudantes e Maria Celeste. Em 17 de outubro de 1970, a *Folha* repetia o título de janeiro: “Desbaratado o grupo Var-Palmares em SP”. Carlos ficou indignado porque era referido como “aliciador” de menores para a subversão. Além disso, precisava resolver sua situação afetiva. Escreveu uma

carta para Dilma; letra miúda, papel fino dobrado e redobrado até caber num chiclete mascado, escondido no fundo do maxilar do portador. “Eu tinha de abrir a situação, arriscando-me a ficar sem ela, mas era minha realidade”, recorda. Bete respondeu ao processo em liberdade e Carlos só voltaria a vê-la muito tempo depois, mas seu reencontro com Dilma estava muito perto de ocorrer.

O ano de 1970 estava terminando quando Dilma passou pela angústia de todo preso tirado da cela sem explicação. Podia ser a volta da tortura ou a hora de “desaparecer”, como havia ocorrido com muitos. Ela já havia recebido uma vez a visita de agentes do DOI-Codi, da equipe do capitão Mauricio Lopes Lima. Ameaçaram levá-la de volta ao inferno. Quando perguntou se tinham autorização judicial, a resposta foi: “Você vai ver o que é juiz lá na Oban...” Era uma noite no começo de novembro, e Dilma foi embarcada num pequeno comboio diante do presídio. Carlos estava dentro de um dos camburões, vindo do DOPS, e vislumbrou o rosto de Dilma. Na manhã seguinte, encapuzados, desembarcaram no Quartel da PE no Rio, a tenebrosa sede do DOI-Codi.

Dilma e Carlos passaram uma semana no mesmo corredor, em celas separadas, até serem levados à sede da Primeira Auditoria Militar, uma dependência da Marinha na Ilha das Flores. Descobriram ali o motivo daquela viagem: estavam indiciados juntos no Inquérito Policial-Militar (IPM) da VAR, com outros réus presos no Rio. (Dilma responderia a mais dois IPMs, em Juiz de Fora e São Paulo; Carlos, a quatro.) Na Ilha das Flores, puderam se ver, abraçar, conversar, retomar o fio da relação. “Foi uma emoção enorme aquele reencontro”, lembra Carlos. “Ela nunca me perguntou sobre o caso com a Bete que eu contei naquela carta.”

Encerrados os depoimentos, Dilma voltou para o Presídio Tiradentes e Carlos foi para uma prisão da Aeronáutica, num hangar do Aeroporto Santos Dumont, onde ficou por mais seis meses. Num dia de visitas, ele procurou a mãe de um prisioneiro de Belo Horizonte. “A senhora conheceu lá a Dilma? E a mãe dela? Poderia levar uma carta?”, ele indagou. No sábado seguinte, dona Dilma Jane estava lá para conhecê-lo. Continuou indo ao Rio visitar aquele genro inesperado, até que ele foi devolvido a São Paulo, para uma cela no Tiradentes, na segunda metade de 1971.

Presos casados podiam se encontrar no pátio em dia de visita e, eventualmente, conseguiam ter encontros íntimos. A regra não valia para Dilma e Carlos. Aos olhos da lei ela permanecia casada com Cláudio Galeno e ele, com a arquiteta Vânia Abrantes. Nada de encontros para os dois. Dilma Jane e Marieta Araújo, mãe de Carlos, assumiram a causa dos filhos. Instalaram-se

numa pensão próxima ao presídio, de onde saíam todos os dias para pedir que o Estado reconhecesse a união dos dois. A fórmula encontrada pela burocracia foi uma "investigação de concubinato marital", as mães servindo como testemunhas da união, em depoimentos tomados a termo. Dois anos depois do matrimônio revolucionário num aparelho clandestino, Dilma e Carlos foram casados pela polícia.

Como tantas mães que acudiam os filhos presos no Tiradentes, Dilma Jane e Marieta Araújo iam se tornar militantes do Movimento Feminino pela Anistia. O MFA foi criado em 1975 por uma das companheiras de Dilma na prisão: Therezinha Zerbini. Ela era casada com o general Euryale de Jesus Zerbini, um oficial comandante que não aderiu ao Golpe de 64, foi cassado e perseguido pelos colegas. Dona Therezinha ficou presa por seis meses em 1970. Aos 42 anos, era uma senhora de fino trato entre as donzelas rebeldes. Educada no Colégio Sion, Dilma soube recebê-la sem preconceitos. "As amigas dela me chamavam de burguesona e ela me defendeu. Ela tinha uma liderança nata", recordou dona Therezinha, numa entrevista à *IstoÉ*. Um dia ela foi procurada por alguns militares que lhe ofereciam liberdade em troca de apoio público ao governo. "Quando eu estava mandando-os ir embora, a Dilma gritou: 'Dá duro neles, Therezinha. Se precisar, nós colocamos todos pra fora.'"

Os depoimentos nas auditorias militares eram ocasiões para sair da cela e rever companheiros. Em Juiz de Fora, Dilma encontrou Gilberto Vasconcelos, o contato da Colina em Uberaba. Estudante de Medicina, um dos presos no Congresso da UNE em Ibiúna, ele operava o telex da agência do Banco do Brasil em Uberaba e foi acusado de tramar um assalto que nunca ocorreu. Seu filho, Carlos Alberto Vasconcelos, batizado em homenagem ao Beto da Colina e da VAR, viria a ser subchefe de Assuntos Jurídicos da ministra Dilma na Casa Civil. Nenhum ato era assinado pelo presidente Lula sem passar antes pelo crivo de Beto Vasconcelos.

Em Juiz de Fora ela também reviu Guido Rocha, seu mentor político na Polop. No exílio, Guido iria esculpir uma série de cristos torturados na cruz com o semblante de amigos que foram ao pau de arara. Os cristos de Guido Rocha foram uma das mais eloquentes denúncias da tortura de presos no Brasil. Ele morreu em Belo Horizonte, em 2007, pouco antes de completar 74 anos.

Nenhum dos três IPMs estabeleceu a participação de Dilma nas ações armadas (assaltos a bancos, roubo de carros e armas, atentados, entre outros) da Colina e da VAR. Ela foi indiciada e julgada em três artigos do Decreto-lei 510/69, sobre crimes contra a segurança nacional:

Art. 23 – Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva. Pena – reclusão de 2 a 4 anos.
Art. 36 – Constituir, filiar-se ou manter organização de tipo militar, de qualquer forma ou natureza, armada ou não, com ou sem fardamento, com finalidade combativa. Pena – reclusão de 1 a 3 anos para os cabeças, reduzida de metade para os demais.
Art. 38 – Constitui também propaganda subversiva, quando importe em ameaça ou atentado à segurança nacional (...) III – o aliciamento de pessoas nos locais de trabalho ou de ensino. Pena – detenção de 6 meses a 2 anos.

Dilma foi condenada a um ano de prisão no IPM de Juiz de Fora, pelo artigo 36, e a um ano e um mês no do Rio. Em São Paulo, o juiz auditor carregou a mão na denúncia – chamou Dilma de "papisa da subversão", "uma das molas mestras e um dos cérebros dos esquemas revolucionários postos em prática pelas esquerdas radicais" – e obteve a pena máxima: quatro anos. Em novembro de 1972, o Superior Tribunal Militar (STM) reavaliou os processos, fixou a pena total em dois anos e um mês e determinou a soltura da ré. Quando desceu da Torre das Donzelas, Dilma tinha completado dois anos e dez meses no cárcere. No saldo, nove meses além da pena imposta pelo tribunal militar.

Num artigo sobre a luta armada contra a ditadura, o sociólogo Marcelo Ridenti registrou a atuação de 434 mulheres em organizações clandestinas, das quais pelo menos 43 foram mortas, a maioria sob tortura. Em suas memórias do cárcere, Dilma guardou a frase do dramaturgo alemão Bertolt Brecht, que alguém escreveu numa parede do Presídio Tiradentes: "Feliz é o povo que não precisa de heróis."

***

Em abril de 1972, o torneiro mecânico Luiz Inácio da Silva, mais conhecido como Lula, assumiu o setor de Previdência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Entre os diretores, era o mais jovem (24 anos, um a menos que Dilma) e o mais ligado à base de trabalhadores. Um ano depois, um grupo de metalúrgicos da Ford o procurou para discutir um plano de greve na fábrica. Lula os levou para conversar com o presidente do sindicato, Paulo Vidal. Jamais esqueceu o que ouviu. "O Paulo Vidal começou a falar que a lei não permitia fazer greve (...) que eles torturavam, que eles enfiavam camundongo no ânus das pessoas. O cara foi ao sindicato pra saber se devia ou não fazer greve e recebe uma aula de tortura", ele narrou a Denise Paraná, autora de *Lula, o filho do Brasil.*

Cinco anos depois, já presidente do sindicato, Lula comandaria a grande maré

grevista que desafiou a ditadura e levantou a cabeça do movimento operário. Eram as massas, e não apenas os heróis, abrindo enfim o caminho para a democracia.

capítulo 7

Começar de novo

"Quando saí da cadeia, eu senti uma coisa muito forte; eu senti uma grande solidão. Quem eu conhecia ou estava na cadeia, ou tinha saído do Brasil ou estava morto", recordou a ministra Dilma Rousseff em agosto de 2009.[7] No começo de 1973, a solidão tinha para ela a forma exata de uma ilha no meio do Guaíba, em Porto Alegre. A Ilha do Presídio, como era chamada, foi onde mataram o sargento Manoel Raimundo Soares, primeiro preso político assassinado pela ditadura, em 1966. Sete anos depois, servia de cárcere para os remanescentes da guerra que a esquerda armada perdeu – entre eles, Carlos Araújo, transferido para lá quando desativaram o Presídio Tiradentes. Os pais dele, Afrânio e Marieta, viviam numa casa ampla, mas sem luxos, numa curva à beira-rio no bairro Assunção. Dilma foi morar com eles no começo do ano para ficar mais perto de Carlos. Do quintal da casa ela podia ver, bem nítida no Guaíba, a ilha onde o companheiro estava preso.

Antes de se mudar para Porto Alegre, Dilma passou o Natal de 1972 e algumas semanas mais com a família em Belo Horizonte, para se recuperar das feridas. Estava muito magra e tinha a glândula tireoide arruinada, mas sobrevivera a um ano de clandestinidade, a três anos de cárcere e a 22 dias de tortura – cada um desses dias valendo uma eternidade. Não seria mais a *Estela* da VAR-Palmares, nem *Vanda, Luíza, Marina* ou *Maria Lúcia*, mas ainda era Dilma Rousseff, uma brasileira de 25 anos, com uma vida para recomeçar e um país para mudar.

Para chegar ao presídio tomava-se um barco da polícia, que singrava o Guaíba às quartas e aos domingos, saindo pela manhã e voltando à tardinha. Dilma teve de esperar mais de seis meses até entrar naquele barco: as autoridades gaúchas não reconheceram seu "casamento" com Carlos pela polícia paulista. Doutor Afrânio Araújo acionou em vão seus contatos com o mundo da lei e da ordem, até que o filho obteve uma audiência com o coronel-chefe de relações-públicas do III Exército. O tal coronel – Carlos sabia – era, de fato, o homem do DOI-Codi na área e já farejava o projeto de distensão controlada do general Ernesto Geisel, sucessor indicado do presidente Médici,

com posse marcada para março de 1974.

– Como é que está o pessoal lá na ilha? Estudando muito marxismo, pensando na revanche? – provocou o coronel ao receber o preso em seu quartel.

– É só dar uma folga que a gente estuda, porque temos de estar preparados para chegar ao poder. Mas não tem isso de revanche, não – Carlos se lembra de ter respondido.

– E a minha imagem lá, como está? – quis saber o oficial.

– Quer uma resposta sem enfeite? Está péssima, suja total. O pessoal diz que o senhor comandou os horrores que ocorreram aqui – devolveu Carlos.

O homem do DOI-Codi negou tudo, como teria feito um subversivo diante da polícia, mas admitiu que aquilo era mesmo o que se dizia dele; não só na ilha, mas na sociedade de Porto Alegre.

– Espalharam isso aí não sei como. Preciso corrigir essa imagem – ele disse. Carlos saiu da audiência com autorização para receber visitas da companheira.

Nos dias de visita, os presos podiam caminhar no exíguo espaço da ilha: 140 metros de comprimento por 60 metros de largura, a maior parte coberta de vegetação. Para obter alguma privacidade, era preciso refugiar-se entre as grandes pedras brancas da costa norte. O regime no presídio era de celas abertas durante o dia, mas o coletivo estabelecia horários rigorosos para tudo: ginástica, refeições, banho, leitura e até para dormir. "Interessante, não é? Vocês conseguiram criar uma cadeia dentro da cadeia", ironizou Carlos, de acordo com a memória de Carlos Alberto Tejera De Ré, colega de cela e amigo para o resto da vida. (De Ré morreu em Porto Alegre, em maio de 2011.)

De Ré vinha da VPR e pagava a segunda temporada na prisão. Virou ativista aos 16, quando prenderam seu pai, um ferroviário do PTB, no Golpe de 64. Era secundarista quando roubou, com colegas de sala, a metralhadora Thompson de um coronel do Exército. A arma velha, imprestável, do tipo lata de goiabada, fez a fama do grupo em Porto Alegre: eram os Brancaleone, como na comédia de Mario Monicelli. Topavam qualquer parada, desde estocar dinamite até organizar fugas pela fronteira.

Em dezembro de 1969, Carlos De Ré foi preso distribuindo jornais da VAR. Solto seis meses depois, foi recrutado pela VPR. Em dezembro de 1970, ele estava no assalto espetacular ao Hospital Conceição: saquearam a agência bancária e o depósito de material médico. O carro da fuga quebrou e De Ré resolveu entrar num ônibus, carregando um saco de aniagem estufado de tanto dinheiro. "É roupa suja do hospital", disfarçou para a curiosa passageira ao lado. No dia seguinte, como era de se prever, estava preso outra vez.

Com muito tato, Carlos conseguiu afrouxar o regime do coletivo e reconstituir um grupo político na ilha. “Não foi tanto o arcabouço teórico que nos aproximou a todos, mas sim a solidão, a imensa solidão em que a esquerda tinha se jogado”, relembrava De Ré. Eles tinham a memória do trabalhismo pré-64, uma força política de massas, especialmente no Sul. No futuro, formariam a ala de esquerda do PDT gaúcho, conhecida como a “turma das alpargatas”, numa alusão aos calçados de lona, confortáveis e baratos, que Carlos Araújo e seus amigos gostavam de usar. “Nossa ida ao trabalhismo, anos mais tarde, foi uma espécie de reencontro com o que havia de popular e progressista na política”, ele raciocinava.

Quando saiu da ilha, no final de 1973, De Ré foi se reunir com Dilma num grupo de estudos, junto com Calino Pacheco Filho. Calino a conhecia da VAR no Rio, desde 1969, e também vinha da prisão. Preparavam-se para o vestibular da Faculdade de Economia da UFRGS (Dilma perdeu os dois anos que já tinha cursado porque a UFMG jubilou alunos condenados por subversão, conforme o Decreto-lei 477 da ditadura). Entre uma lição e outra, estudavam marxismo, muito Lenin e o velho Althusser. Dilma e Calino passaram nos exames; De Ré, não, mas os três continuaram juntos em 1974, como estagiários da FEE, a Fundação de Economia e Estatística do governo do Rio Grande do Sul. Foi o primeiro emprego de Dilma, resultado dos bons contatos da família Araújo.

Dilma estava de novo na faculdade quando Carlos foi transferido da ilha para o Presídio Central de Porto Alegre, no começo de 1974. A massa carcerária era de condenados por crimes comuns, e Carlos logo se tornou advogado coletivo, intercedendo por eles junto ao delegado diretor do presídio. “Eu disse ao delegado que eles eram espancados quando ele ia embora. O sujeito não queria aborrecimento e praticamente me nomeou diretor-auxiliar do turno da noite”, Carlos recorda.

Carlos Araújo organizou para os presos um curso supletivo, recrutando professores voluntários entre os amigos. Dilma dava aulas de Matemática. Além da matéria, ensinavam os macetes para passar na prova oficial. Conseguiram formar a primeira turma e até encaminhar alguns condenados para o vestibular.

Na expectativa de que Carlos fosse beneficiado – como ela tinha sido – pela unificação das penas que recebeu em quatro estados, Dilma aguardava sua libertação e alugou um pequeno apartamento para os dois no bairro Cristal. O Superior Tribunal Militar rejeitou a apelação de Carlos e o processo chegou ao Supremo Tribunal Federal, com uma inusitada alegação do réu: “Eu sou um comunista nacional; não sou comunista estadual em quatro lugares do país.”

O julgamento se arrastava no STF, com três votos favoráveis e três contra, até que Afrânio Araújo teve um infarto fulminante em junho de 1974. Carlos compareceu algemado ao enterro do pai, diante do mundo jurídico do Sul. Dois dias depois, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Eloy José da Rocha, gaúcho de São Leopoldo, amigo e parceiro de xadrez do velho Afrânio, convocou a sessão final sobre o caso: cinco votos a cinco. Eloy Rocha desempatou, contra a Justiça Militar e a favor do réu, abrindo um precedente que beneficiaria outros presos políticos. A ordem de soltura de Carlos foi expedida no mesmo dia.

Após a morte do velho Afrânio, Carlos foi morar com Dilma na casa da família à beira-rio. O apartamento do Cristal foi cedido a Calino. Na faculdade, os alunos mais politizados conheciam a história da nova colega, mas ela era discreta como convinha a alguém que tinha acabado de sair da prisão. Com o estágio na FEE, não era o caso de dar bandeira no movimento estudantil que começava a se reorganizar. Ainda em 1974, no entanto, a FEE ganharia fama de ser um "antro de comunistas". Num debate entre candidatos ao Senado, Paulo Brossard, do MDB, desfiou uma série de dados negativos sobre a economia e a situação social dos gaúchos. O adversário Nestor Jost, da Arena, desdenhou daqueles números "inventados". Brossard sacou então da pasta um calhamaço de papéis com o timbre da FEE: os dados eram oficiais, do governo do Rio Grande do Sul. Alguma cabeça teria de rolar na fundação, e foi a de Carlos Alberto De Ré, por sua conhecida ficha de ações armadas em Porto Alegre. A ditadura, além de poderosa, era vingativa.

O resultado das eleições de 1974 foi uma surpresa – para o governo e para a esquerda, que torcia o nariz diante do MDB (a maior parte dos revolucionários defendeu o voto nulo). O partido da oposição consentida conquistou 16 das 21 cadeiras em disputa no Senado e dobrou sua bancada na Câmara para 161 deputados, número suficiente para criar comissões de inquérito, atrasar votações e barrar mudanças para pior na Constituição. Apenas dois anos antes, diante do fiasco nas eleições municipais, setores responsáveis do MDB tinham defendido a autodissolução do partido, como forma de denunciar a ditadura.

Por trás da vitória de 1974 estava a audácia do novo presidente da legenda, o deputado Ulysses Guimarães, de São Paulo. Em vez de fechar o partido, Ulysses deu-lhe visibilidade. Em outubro de 1973, ele se apresentou ao Congresso como anticandidato na eleição indireta de Ernesto Geisel – não para disputar contra o general imposto, mas para denunciar a farsa. "Navegar é preciso!", comandou, no seu mais famoso discurso, apropriando para a luta política o verso náutico de Fernando Pessoa.

Com Ulysses, o MDB desceu do Congresso e passou a ter vida cotidiana nas maiores cidades, com o Setor Jovem e o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (Iepes). Dilma logo foi atraída pelos debates – meio acadêmicos, meio políticos – do Iepes e aproximou-se do MDB gaúcho, chefiado então pelo deputado estadual Pedro Simon. "Eu era muito jovem, tinha acabado de sair da prisão e havia encontrado meu espaço de resistência no Iepes", ela recordou em 12 de junho de 2010, na convenção do PMDB que selou a aliança com o PT para sua eleição.

Naquela altura, o senador Pedro Simon era um dissidente em seu partido: apoiava o candidato tucano José Serra e nem iria à convenção. A coordenação da campanha sugeriu a Dilma riscar do discurso uma referência direta a ele, mesmo remontando ao passado distante. Ela fez que sim, mas diante dos convencionais surpreendeu a todos ao recordar a eleição de 1974: "Nós navegamos, com Ulysses e Simon, naquela campanha inesquecível que nos devolveu a esperança de seguir lutando contra a tirania." Pedro Simon não mudou o voto, mas registrou a gentileza. Durante a campanha, poupou Dilma de críticas pessoais e passou a referir-se a ela com uma ponta de carinho.

Naqueles tempos de censura, o slogan da oposição era um vazio retórico a serviço de uma eloquência subliminar: "Sou do MDB, você sabe por quê". A acelerada urbanização do país cobrava seu preço nos quebra-quebras de ônibus e trens nas capitais. Em São Paulo, houve uma epidemia de meningite escondida do público pela censura. O fim do padrão ouro, decretado por Richard Nixon para salvar sua reeleição em 1972, desorganizou a economia mundial e secou a fonte do milagre econômico. A dívida externa instalou-se na antessala do ministro da Fazenda, e logo o Fundo Monetário Internacional iria ocupar sua cadeira. O primeiro choque do petróleo, em 1973, fez dobrar o preço da gasolina, trouxe de volta a inflação (34,5% em 1974, já fora de controle) e com ela a carestia. Foi só então que a esquerda brasileira resolveu estudar economia, mas aí o doutor Ulysses Guimarães do MDB já era o chefe da oposição.

Dilma não podia votar nem ser votada – sua pena incluiu a cassação dos direitos políticos por dez anos –, mas fez seu novo círculo de amigos entre filiados ao Setor Jovem do MDB. Entre eles, Marcos Klassmann e o casal Glênio e Lícia Peres, todos ativistas de esquerda. Foi lá também que ela conheceu a jornalista Jandira César, repórter de política do jornal *Zero Hora*. Os primeiros anos em Porto Alegre propiciaram a Dilma retomar os prazeres do cinema e da música, além dos livros, é claro. Gostava de provocar inveja nos amigos falando de livros e filmes que tinha lido ou visto antes de todos. "Li o livro tal que você não tem",

Dilma provocava, como uma criança, recorda Jandira. “Daí a pouco ela te emprestava o livro e queria saber a tua opinião.”

Os óculos pesados não resistiam a tanta leitura, mas Dilma não se importava de usar pedaços de arame para prender as hastes à armação surrada. Aos poucos incorporou expressões gaúchas ao falar mineiro, misturando o *ti* com *ocê*, o *tchê* com *uai*. Aprendeu a torcer pelo Internacional, time da família de Carlos. Sentia-se acolhida em Porto Alegre, com uma vida política e social intensa e centrada na Assembleia Legislativa. Qualquer coisa, Buenos Aires estava a um passo, com suas livrarias e seus cinemas, a temporada lírica do Teatro Colón e toda aquela gente com mania de psicanálise. Por meio da amiga Vera Stringuini, Dilma conheceria nesse tempo a obra do psicanalista francês Jacques Lacan, que se tornou para ela uma referência constante.

Dilma e Carlos passaram no Rio o verão de 1975, o primeiro em liberdade, hospedados no apartamento de Dilma Jane no Arpoador. “Reunimos todo mundo da VAR que não estava na prisão, mas só para tomar chope na praia”, lembra Carlos. Não precisavam mais se esconder, mas a noção de liberdade ainda era tão estreita quanto a prática.

Em junho, ela foi a São Paulo a chamado de Therezinha Zerbini. Voltou a Porto Alegre levando uma cópia do manifesto do Movimento Feminino pela Anistia, que Therezinha acabara de lançar, defendendo a libertação dos presos políticos, o retorno dos milhares de exilados e o fim das cassações. Dilma estava grávida e, com seus antecedentes, não convinha tomar a frente do movimento no Sul. Ela confiou a missão a Lícia Peres, que vinha da Bahia com ficha limpa, e ficou atuando nos bastidores.

A seção gaúcha do MFA contribuiu com mais da metade das 12 mil assinaturas que o manifesto recebeu em todo o país. Uma bandeira com a palavra ANISTIA foi lançada sobre o caixão do ex-presidente João Goulart, morto no exílio uruguaio em dezembro de 1976 e sepultado em São Borja. Condicionados pela censura, raros jornais ousaram publicar a foto. Na missa de 30 dias da morte de Jango, 300 policiais militares invadiram a Catedral de Porto Alegre quando o público começou a murmurar – e em seguida a bradar – a palavra proibida. Dilma estava lá naquela noite.

A ditadura havia reagido à derrota eleitoral de 1974 da única forma que sabia: proibindo os candidatos de falar no rádio e na TV, com a chamada Lei Falcão. A partir das eleições municipais de 1976, a propaganda dos candidatos se resumiria a nome, apelido (se houvesse), foto 3x4 e breve currículo. O ministro da Justiça de Geisel que emprestou seu nome ao ato de censura, Armando Falcão, era

conhecido pela resposta-padrão que dava aos jornalistas: “Nada a declarar.”

A ala jovem do MDB em Porto Alegre queria falar, e muito. Dilma ajudou a fazer o jornal de Glênio Peres e Marcão Klassmann, candidatos da esquerda a vereador (nas capitais estava proibida a eleição de prefeito). Era o *Panfletão*, uma plataforma de participação popular intitulada *Vote contra o governo*, com todas as letras desafiadoras. O MDB elegeu 14 dos 21 vereadores. Escolhido líder da bancada, Glênio foi cassado pelo presidente Geisel, com base no AI-5, em 8 de fevereiro de 1977, por causa do discurso de posse denunciando a prática da tortura no país. Marcão o substituiu na liderança e foi cassado sete dias depois, pelo mesmo motivo. Feitas as contas, o desgaste maior era para a ditadura: quando o presidente da República desce do Olimpo para punir dois vereadores de expressão meramente local, os atingidos tornam-se notáveis e o presidente dissipa sua autoridade.

O projeto de distensão controlada de Geisel e seu guru, o general Golbery do Couto e Silva, previa a neutralização da esquerda marxista e a divisão da frente oposicionista formada em torno do MDB. A primeira etapa foi executada pelo método clássico. Feita a maior parte do trabalho sujo pelo antecessor, o governo Geisel concluiu o silencioso extermínio da guerrilha do PCdoB na região do Araguaia (64 comunistas e pelo menos 12 camponeses mortos entre 1972 e 1974) e apertou o cerco ao PCB (um terço do comitê central do partido “desapareceu” de 1973 a 1975).

Em outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog, ligado ao PCB, morreu na tortura do DOI-Codi de São Paulo. O comandante do II Exército, Ednardo D’Ávila Mello, sustentou a incrível versão de suicídio. Herzog era diretor da TV Cultura e seu assassinato catalisou o primeiro ato público contra o regime desde a última passeata de 1968: um culto ecumênico na Catedral da Sé do cardeal Paulo Evaristo Arns. Três meses depois o DOI-Codi tinha outro cadáver na cela, do operário Manoel Fiel Filho, ligado ao PCB e à Igreja. Geisel entendeu que tentavam minar seu governo por dentro e demitiu o general Ednardo.

A exoneração do comandante do II Exército não impediu a linha-dura de continuar agindo, com uma série de explosões e incêndios em livrarias e bancas de jornal, atribuídos a um suposto “Comando de Caça aos Comunistas”. Intimidando livreiros e jornaleiros, os atentados derrubaram as vendas de publicações independentes e de oposição, que já eram bastante mutiladas pela censura: *O pasquim, Opinião, Movimento, Em Tempo* (para o qual Dilma chegou a escrever artigos anônimos), entre outros.

Como sempre, a ação da linha-dura tinha por trás um projeto político de farda.

Desta vez, o candidato a general presidente era o ministro do Exército, Sylvio Frota. Em 29 de setembro de 1977 ele reuniu o alto-comando para examinar uma lista de 98 servidores públicos com ficha nos órgãos de segurança. No dia seguinte a lista de "subversivos infiltrados" foi publicada pelo *Estado de S. Paulo.* Geisel percebeu ali outra manobra para desmoralizar seu governo por dentro e acabou exonerando o ministro do Exército em 12 de outubro. Frota tentou reagir com uma quartelada, mas não teve generais para apoiá-lo.

No derradeiro enfrentamento entre a distensão e a linha-dura, Dilma Rousseff tornou-se vítima outra vez: o nome da estagiária da FEE era o segundo na "Lista do Frota". O nome de Calino também estava lá. Os estagiários foram demitidos mais rapidamente que o ministro do Exército golpista.

***

Paula Rousseff de Araújo nasceu em Porto Alegre no dia 27 de março de 1976. Dilma foi mãe aos 28 anos, o que era considerado tardio naquela época. Fez de tudo para ter um parto normal, mas os médicos decidiram realizar uma cesariana, o que ainda é considerado absurdamente comum nas maternidades do Brasil. Com o passar do tempo, a semelhança entre mãe e filha seria notável – fisicamente e também no temperamento. Primeira neta menina dos dois lados da família, Paula recebeu atenção especial das avós, das tias e dos tios. Dilma Jane e tia Arilda vinham de Minas para temporadas de corujice. Jandira César divertia-se com o jogo de ironias e indiretas entre as três mineiras:

– Ô tia Arilda, *ocê* sabia fazer um café do bom, mas agora não dá mais conta, né?

– Ô Dilminha, como é que *ocê* diz uma coisa dessa na frente da visita? O que a Jandira vai pensar de mim? *Ocê* não entre na cozinha que eu já tô passando o café.

– Dilminha, *ocê* lembra de fulana?

– Uma que era casada com fulano, dona Dilma?

– Pois é, benzinho, *ocê* nem imagina o que aconteceu com ele.

Zana Lívia, a irmã caçula de Dilma, era presença constante em Porto Alegre nesse período. Jovem, muito bonita e muito ligada à irmã, Zana se apaixonou por um advogado amigo de Carlos. Decidiram viver juntos e alugaram um apartamento. No primeiro dia na nova casa, Zana sentiu-se mal, foi levada a um hospital e saiu de lá, horas depois, sem um diagnóstico conclusivo. À noite, Carlos e Dilma foram acordados por um telefonema do companheiro de Zana: ela tinha voltado a se sentir mal. O diagnóstico foi de parada cardíaca. Fulminante. Zana ia completar 25 anos quando morreu. Dona Dilma Jane estava em Belo Horizonte,

para onde o corpo da filha mais nova foi trasladado de avião. “A mãe recebendo a filha sem vida, naquela circunstância, foi uma das cenas mais tristes que já presenciei”, diz Carlos.

***

Quando Paula nasceu, a casa de Carlos e Dilma era um centro de atividade política permanente. Lá se reuniam os grupos do MDB, da Anistia e do movimento sindical que recomeçava. Carlos assumiu o escritório do pai e participava de articulações com os líderes do Sindicato dos Bancários, Olívio Dutra, e dos Trabalhadores em Vestuário, João Paulo Marques. Por meio deles, conheceu Lula, que tinha sido eleito presidente dos Metalúrgicos de São Bernardo em 1975. Eles formavam a Intersindical, uma organização informal de sindicalistas de diferentes setores e regiões. Em pouco tempo estariam desafiando a legislação antigreves.

Com seus quatro quartos, duas salas, um galpão e um barraco nos fundos, a casa de Carlos e Dilma era o pouso seguro e acolhedor para militantes de todo o país e de qualquer lugar do planeta. Ela serviu de abrigo para os primeiros exilados que retornaram ao país, antes mesmo de a Anistia ser aprovada, em agosto de 1979. O líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, o antropólogo Darcy Ribeiro, criador da Universidade de Brasília, e muitos outros se hospedaram na casa no bairro Assunção.

Em certas temporadas, havia colchões espalhados por todos os cômodos. Além dos viajantes da esquerda universal, a casa servia de morada provisória para amigos que se separavam – e como isso era comum naquele tempo... Certa manhã, já nos anos 80, Carlos e Dilma faziam o desjejum com um hóspede quando quatro passistas de escola de samba irromperam na copa, vestidas a caráter para um desfile. Tinham sido levadas do Rio por um militante do setor cultural do PDT, para uma apresentação naquela manhã em Porto Alegre. O amigo pedetista, que tinha as chaves da casa, havia hospedado as quatro no barracão dos fundos, onde costumava ficar nas suas viagens ao Sul. Depois daquela performance, Carlos reduziu o fluxo de visitas a uma certa normalidade, mas elas nunca cessaram totalmente.

Paula cresceu nesse ambiente de assembleia geral, tendo de dividir os pais com a política e a geladeira, com os hóspedes e visitantes. “Pegaram o meu iogurte”, ela se queixou mais de uma vez. Dilma interrompia qualquer reunião para acudir os chamados da filha. Quando acabava o repertório de historinhas e canções de ninar, mamãe apelava para a marcha-rancho de Max Nunes e Laércio Alves:

Bandeira branca, amor
Não posso mais
Pela saudade que me invade
Eu peço paz

Dilma se esforçou para conciliar maternidade e militância. Estudava saúde infantil por conta própria e costumava opinar sobre as doenças dos filhos das amigas. Quando encontrou um pediatra de confiança, Adir Farias, ele se tornou o médico de toda uma geração de filhos da esquerda gaúcha. Em 1978 e 1979, Dilma foi se refugiar da agitação doméstica em Campinas, matriculada na pós-graduação de Ciências Econômicas da Unicamp. Levou junto a pequena Paula. A família se reunia nos fins de semana, ora em Campinas, ora em Porto Alegre. Dilma concluiu os créditos do curso, mas nunca apresentou dissertação final para receber o título de mestre.

Quando ia a Porto Alegre nesse período, Dilma encontrava a turma das alpargatas mergulhada nas articulações do novo Partido Trabalhista. Eles haviam criado, em 1977, a Associação de Estudos e Debates do PTB, na expectativa da reforma partidária prevista no projeto de Geisel. Dilma liderava o setor feminino. Para a ditadura, a reforma tornou-se imprescindível em abril daquele ano, quando o MDB do doutor Ulysses conseguiu impedir o governo de aprovar na Câmara uma reforma do Judiciário. Geisel respondeu usando o AI-5: cassou mandatos, fechou o Congresso e impôs seu projeto. O chamado Pacote de Abril adiou, de 1978 para 1982, a volta das eleições diretas para governador e criou a figura do senador sem votos. Das 44 vagas do Senado em renovação nas eleições de 1978, metade seria indicada pelas assembleias estaduais controladas pela Arena. O povo os batizou de senadores biônicos. Depois de garantir, com a demissão de Sylvio Frota, a indicação de seu sucessor (general João Figueiredo), Geisel assegurou com o Pacote de Abril o controle do Congresso e dos governos estaduais pelos anos seguintes.

Ernesto Geisel concluiu seu período de governo revogando o AI-5, em outubro de 1978, e substituindo-o por uma draconiana Lei de Segurança Nacional. Deixou para Figueiredo, que tomaria posse em março de 1979, com um mandato de seis anos, os abacaxis da Anistia, da reforma partidária e de uma inflação que bateu em 46% no último ano de governo. Deixou também uma onda de greves que se alastrava desde março daquele ano, uma onda iniciada na fábrica da Scania em São Bernardo, na área do sindicalista Luiz Inácio da Silva, o Lula.

Figueiredo tratou as greves na base do cassetete. Tropas do Exército ocuparam São Bernardo em abril de 1979. Lula e os diretores do sindicato foram presos e

acusados de crime contra a segurança nacional, mas o desafio aberto dos metalúrgicos ao governo estimulou novas paralisações pelo país – muitas até espontâneas e desorganizadas – e catalisou a ruptura definitiva entre a ditadura e a sociedade brasileira. Na questão da Anistia, Figueiredo negociou a aprovação de um projeto restrito, excluindo os condenados que ainda estivessem cumprindo pena por "crimes de sangue". A Lei da Anistia indultou previamente os torturadores que viessem a ser acusados por "crimes conexos" na repressão aos subversivos. De qualquer forma, a porta estava aberta para o retorno dos exilados – e o mais aguardado de todos era Leonel Brizola, que estava em Portugal, depois de ter sido expulso do Uruguai e de passar dois anos nos Estados Unidos.

A esquerda que voltava do exílio ou saía da cadeia, fazendo uma autocrítica mais ou menos severa dos erros cometidos na luta armada, tinha pela frente um país em ebulição e três caminhos principais a escolher: manter a frente no MDB (que mudaria o nome para PMDB); criar um novo partido, em torno de Lula e dos novos sindicalistas; ou refundar o PTB sob a liderança de Brizola. O PT de Lula, fundado em fevereiro de 1980, recebeu a maior parte do espólio das organizações revolucionárias – e levaria algum tempo até se tornar um partido de massas. A exceção foi o Rio Grande do Sul, onde a memória do trabalhismo era muito forte e a influência de Brizola, incontrastável. A turma das alpargatas, a direção da Anistia, egressos da luta armada e sindicalistas de peso ficaram no trabalhismo.

Brizola anunciou a refundação do PTB em junho de 1979, numa reunião em Lisboa com trabalhistas exilados e cerca de mil militantes e dirigentes vindos de todo o Brasil. A reunião foi abençoada pelo primeiro-ministro de Portugal, Mário Soares, que fazia a ponte entre Brizola e a Internacional Socialista. A Carta de Lisboa anunciava um programa socialista:

> *O novo Trabalhismo contempla a propriedade privada, condicionando seu uso às exigências do bem-estar social. Defende a intervenção do Estado na economia, mas como poder normativo, uma proposta sindical baseada na liberdade e na autonomia sindicais e uma sociedade socialista e democrática.*

O texto e o futuro programa do partido carregavam em seu DNA a memória da antiga Polop, contribuição do economista Theotonio dos Santos e de sua mulher, a socióloga Vânia Bambirra, dirigentes de Minas que se exilaram quando Dilma começava na organização, e brizolistas de primeira hora.

Carlos Araújo não foi à reunião em Portugal. Ele estava mais preocupado em consolidar seu grupo, que disputava a hegemonia do trabalhismo no Sul com

outros herdeiros políticos, conservadores, do velho partido de Jango e de Vargas. Quando se sentiu seguro, Carlos telefonou para Lisboa e acertou um encontro com Brizola, mais ou menos dois meses depois da famosa reunião. Marcou o embarque para São Paulo, de onde seguiria com Dilma, que estava morando em Campinas. Antes de se reunir a ela, Carlos foi a São Bernardo e convidou Lula para viajar com o casal. "Vamos lá falar com o Brizola, eu posso tirar sua passagem hoje ainda", ele propôs. O sindicalista já tinha avançado demais no projeto de fundação do PT e não se arriscaria a reabrir a questão frente a frente com um monstro sagrado da política. Lula ficou em São Bernardo.

Carlos e Dilma foram recebidos duas vezes no apartamento do *Comandante*, como Brizola ainda era chamado pelos aliados. Ganhou esse título em 1961, quando era governador do Rio Grande do Sul e chefiou a resistência política e militar à tentativa de golpe contra a posse de João Goulart, o vice que devia assumir após a renúncia de Jânio Quadros. Mais tarde, o título de *Comandante* seria substituído por *Engenheiro*.

As conversas foram longas, pouco objetivas e pontuadas de casos e expressões gauchescas – como eram todas as conversas com Leonel Brizola. A mulher dele, dona Neuza, acompanhava de perto. Ela deixou escapar para os visitantes uma obsessão que a perseguiria por toda a vida: a certeza de que tentariam matar seu marido. Era uma suspeita sustentada pela crença – jamais provada, mas ainda hoje muito difundida – de que os ex-presidentes Jango (irmão de Neuza) e JK teriam morrido em complôs envolvendo militares e a CIA. Naquela viagem, Carlos Araújo, Dilma Rousseff e Leonel Brizola iniciaram uma relação política que ia subir e descer feito montanha-russa nos vinte anos seguintes.

***

Carlos e Dilma hospedaram-se em Lisboa no apartamento onde viviam Alfredo Sirkis, exilado da VPR, e Carlos Minc, veterano da VAR-Palmares, um dos 13 na *Ação Grande* do cofre do Adhemar. Carlos Araújo voltou logo para o Brasil e Dilma foi a Paris, onde reencontrou Cláudio Galeno e conheceu a mulher dele, a nicaraguense Mayra, e as duas filhas do casal, que passaram a chamá-la de tia Dilma. Galeno era amigo do irmão mais velho de Carlos, Luiz Eron, e tinha sido amparado pelo velho Doutor Afrânio em seus apuros de exilado. Meses depois desse encontro, Galeno e sua família estavam morando em Porto Alegre e frequentando a casa de Carlos e Dilma no bairro Assunção. Mundo pequeno.

capítulo 8

O tempo dos lenços vermelhos

Quando os novos partidos foram oficialmente criados, em 1980, Leonel Brizola perdeu a sigla histórica do PTB para a ex-deputada Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio, que fez antes dele o pedido de registro no Tribunal Superior Eleitoral. Brizola acusou o general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil do presidente João Figueiredo, de estar por trás da "manobra espúria" que lhe tomou a legenda. Uma semana depois, num gesto teatral diante das câmeras, rasgou uma folha de papel em que tinha escrito a sigla PTB e anunciou a criação do seu PDT, o Partido Democrático Trabalhista. Ele passaria a usar no pescoço o lenço vermelho dos maragatos, os federalistas rebelados na guerra civil gaúcha de 1893. Os maragatos perderam a guerra, mas os lenços vermelhos se tornariam um símbolo de altaneria adotado pelos brizolistas.

O PDT foi a última peça do quadro partidário que perdurou na fase final da ditadura, antes da transição para um governo civil, em 1985. No lugar do esquema plebiscitário de dois partidos, vieram o PDS, sucessor da Arena; o PTB de Ivete, sua linha auxiliar; o PMDB, mantendo a frente que ia do PCB e PCdoB clandestinos até os democratas conservadores; o PDT de Brizola e o PT, no qual Lula era a referência de um conglomerado de sindicalistas, intelectuais, comunidades de base da Igreja Católica, batizadas na Teologia da Libertação, e novas facções da esquerda revolucionária – leninistas e trotskistas – recicladas na cadeia.

No Rio Grande do Sul, como em nenhum outro estado, os cinco novos partidos existiram com nitidez política e expressão social. No PT, presidido por Olívio Dutra, os grupos de esquerda, muito ativos no movimento estudantil, reforçavam temores da turma das alpargatas. "Nós tínhamos uma desconfiança imensa de que isso iria pelo mesmo caminho do esquerdismo que tanto criticávamos, que o PT seria uma federação de tendências", relembrava Carlos Alberto Tejera De Ré.

PDT e PT passaram anos acusando-se mutuamente de dividir a esquerda e servir ao sistema: "Para ser presidente, Brizola pisaria no pescoço da mãe", disse Lula com rara infelicidade. "O PT é a esquerda que a direita gosta", fulminou

Darcy Ribeiro, o número 2 do brizolismo. A casa de Carlos Araújo, no entanto, seguiu aberta para os três chefes do PT gaúcho: Olívio Dutra (parceiro nas articulações da Intersindical), Raul Pont (o *Cachorrão* da DS, colega de cela no Presídio da Ilha) e Tarso Genro (advogado trabalhista no escritório do velho Afrânio). Tarso organizou no Sul o Partido Revolucionário Comunista, que depois se dissolveu no PT. O PRC foi o grupo de José Genoino, ex-guerrilheiro do PCdoB no Araguaia, futuro presidente nacional do PT, e de Marina Silva, sindicalista nas florestas do Acre, futura colega de Dilma no ministério de Lula e sua adversária, pelo PV, nas eleições de 2010. Olívio Dutra e Tarso Genro também seriam ministros de Lula.

Os novos partidos mediram forças nas eleições de 1982 e o resultado foi excepcional para o PDT. Brizola foi eleito governador do Rio, superando uma tentativa de fraude na apuração e a resistência de setores militares. Dias antes da eleição, o repórter Beto Stefanelli provocou Figueiredo numa coletiva: "Se o Brizola ganhar, leva?" O presidente reagiu de supetão: "Você acha que estou brincando de democracia? Quem ganhar leva. Eu garanto!" No Rio Grande do Sul, o PDT elegeu 13 deputados estaduais, entre eles Carlos Araújo, um dos mais votados na capital. Dilma, que atuava na direção do partido e no setor de mulheres, foi organizar a assessoria técnica e política da bancada na Assembleia Legislativa. Também fazia comentários sobre economia num programa de TV local.

Além de produzir estudos de fôlego sobre economia e problemas regionais, Dilma começou a fazer uma seleção diária de notícias, com uma análise dos fatos que orientava os pronunciamentos e as entrevistas dos deputados. Numa de suas passagens pelo Sul, Brizola percebeu o potencial da *Síntese* (este era o nome da seleção) para unificar o discurso do partido. A partir de então, a *Síntese* de Dilma passou a ser enviada por fax (uma novidade tecnológica de então) para o gabinete do governador, no Rio, e distribuída para as bancadas do PDT no Congresso e nos outros estados.

A eleição de Brizola, no Rio, e de governadores do PMDB em São Paulo, Minas e mais sete estados mostrou o esgotamento político da ditadura. Para manter estreita maioria no Congresso, a Arena teve de contar com os senadores biônicos e com os coronéis do voto nas regiões mais pobres do país, chamadas de "burgos podres" pelo novo governador de Minas, Tancredo Neves. A ditadura chegava ao fim, faltava só marcar a data. Poderia ter sido em outubro de 1984, se o Congresso aprovasse emenda do deputado Dante de Oliveira (PMDB) marcando eleições diretas para presidente naquela data. De junho de 1983 a abril

de 1984, gigantescos comícios pelas Diretas Já unificaram oposições, sindicatos, movimentos sociais, e levaram dez milhões de pessoas às ruas, segundo os organizadores. Reduza-se a cifra à metade, descontando o entusiasmo das fontes, e tem-se ainda assim uma mobilização de massas jamais igualada no país. Em 25 de abril de 1984 a emenda recebeu 298 votos no Congresso, 22 a menos do que os dois terços necessários para aprová-la.

Na véspera da votação, Brasília foi isolada do país por medidas de emergência decretadas por Figueiredo e executadas pelo general Newton de Oliveira Cruz, o Nini. Montado num cavalo branco, o general chicoteou pateticamente carros de manifestantes que desfilavam na área do Congresso. Nini foi um dos dois últimos espécimes conhecidos da linha-dura, ao lado do chefe do SNI, general Octávio Aguiar de Medeiros, o mesmo que interrogou os prisioneiros da Colina em Belo Horizonte e instruiu o IPM em que Dilma foi indiciada. Eram implacáveis ao denunciar a subversão infiltrada nos partidos, nas artes, na imprensa, até nas novelas, e lenientes com a direita clandestina, que atuava nos porões desde o final do governo Geisel.

Em 1976, uma bomba explodiu na Associação Brasileira de Imprensa. Em 1980, dona Lyda Monteiro, secretária da OAB, morreu ao abrir uma carta-bomba. Na noite de 30 de abril de 1981, um Puma prateado explodiu no estacionamento do Riocentro, onde cerca de cinco mil pessoas assistiam ao show do Dia do Trabalho. Dentro do carro estava o capitão Wilson Machado, ferido, ao lado do corpo do sargento Guilherme Rosário. Eram agentes do DOI-Codi do I Exército. Rosário era perito em explosivos. Contrariando as evidências de que tinham sofrido um "acidente de trabalho" enquanto preparavam um atentado contra a multidão no show, o inquérito militar concluiu que ambos eram vítimas, na certa de comunistas.

A derrota das Diretas Já manteve a escolha do sucessor de Figueiredo no Colégio Eleitoral (membros do Congresso e delegados das assembleias estaduais), em janeiro de 1985. A oposição passou a ter chances reais de vencer quando uma parte da Arena constituiu a dissidência da Frente Liberal, refratária à candidatura de Paulo Maluf, ex-prefeito de São Paulo, que controlava a maioria do partido. Mas havia dúvidas na oposição quanto à legitimidade do processo indireto. Além do mais, esse caminho só podia levar à eleição de Tancredo Neves, o político do PMDB com maior trânsito fora da oposição – um liberal habilidoso que tinha sido ministro da Justiça de Vargas e primeiro-ministro na breve fase parlamentarista do país, que ele ajudou a negociar para permitir a posse de Jango em 1961. Ficavam de fora Brizola e também Lula, que via seu PT

crescer nas fábricas e nas ruas, embora se reduzisse a apenas oito deputados na Câmara.

Brizola lançou um balão de ensaio: eleições diretas em 1987, com a concessão de mais dois anos ao mandato (agonizante) de Figueiredo. O balão murchou, alvejado por Maluf, e o PDT se engajou na campanha de Tancredo. O PMDB realizou grandes comícios e soube transformar a eleição indireta numa espécie de plebiscito contra Paulo Maluf, o político civil mais identificado com a ditadura. Os comícios capitalizavam a maré das diretas com o slogan "Muda Brasil, Tancredo Já!". Tancredo prometeu convocar uma Assembleia Constituinte, ao mesmo tempo que negociou com os militares uma transição pacífica, sem revanchismo. Sem pedir cargos em troca, o PDT deu a ele os votos de seus dois senadores e 23 deputados no Colégio Eleitoral. Brizola podia aguardar mais um pouco. Além do mais, a ideia de um presidente civil, mesmo eleito indiretamente, tinha criado uma onda de entusiasmo no país.

O PT se recusou a participar da eleição indireta e perdeu, por isso, três deputados, que decidiram votar em Tancredo: Airton Soares, José Eudes e Bete Mendes – ela mesma, a companheira da VAR-Palmares, a jovem atriz que estava com Carlos Araújo quando ele foi preso. Os três deputados saíram do PT para não serem expulsos. Airton e Eudes foram para o PDT; Bete, para o PMDB. Em 1986, ela estava numa viagem ao Uruguai na comitiva do presidente José Sarney (o vice, vindo da Arena, que assumiu com a morte de Tancredo). Na recepção oficial, Bete Mendes reconheceu o adido militar da embaixada brasileira em Montevidéu, coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Tratava-se do *Doutor Tibiriçá*, o temível chefe do DOI-Codi paulista onde ela, Carlos e Dilma foram torturados. Bete o denunciou ali mesmo, forçando sua remoção do posto no exterior. Sempre foi uma mulher valente.

Ao negar o voto a Tancredo, o PT cometeu erro político semelhante ao do velho PCB no final do governo Vargas. Em agosto de 1954, Getúlio Vargas era um presidente nacionalista que criava indústrias e tinha dobrado o valor do salário mínimo no ano anterior. O PCB juntou-se à UDN e à oposição raivosa do jornalista Carlos Lacerda, que acusava Vargas de presidir um mar de lama. Acuado pela investigação de um atentado contra Lacerda, que envolveu seu guarda-costas, Getúlio deu um tiro no peito. Os comunistas só perceberam que era o presidente mais popular da História quando as multidões carregaram seu caixão, no Rio, em Porto Alegre e em São Borja, onde foi enterrado. Tancredo baixou no Hospital de Base de Brasília na véspera da posse, com o país em festa pela volta dos militares aos quartéis. Passou por oito cirurgias, duas infecções,

três equipes médicas e um resfriamento criogênico até morrer, em 21 de abril, Dia de Tiradentes. A longa (38 dias) e cruel agonia fez dele um mártir nacional, o mártir da redemocratização – e o PT assistiu ao cortejo de multidões em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e São João del-Rei, onde ele foi enterrado.

A redemocratização de 1985 começou pela legalização dos dois partidos comunistas e pela convocação de eleições para prefeito nas capitais, que não ocorriam havia mais de 20 anos. Era mais um teste para os novos partidos. Brizola tinha obrigação de vencer no Rio e em Porto Alegre, onde o candidato natural era o deputado Alceu Collares, negro, de origem humilde, vereador do velho PTB antes de 1964 e três vezes deputado federal campeão de votos na capital, quando estava no MDB. Em 1982, sacrificou a reeleição para representar o PDT na disputa impossível pelo governo do estado. Era sua vez de ser prefeito.

Collares nunca foi de esquerda, mas, na hora de escrever sua plataforma e articular o apoio dos sindicatos, procurou Dilma para a primeira tarefa e Carlos para a segunda. Acabou acampando por uns tempos na casa da beira-rio. Contados os votos, Carlos atendeu em casa a um telefonema do vitorioso Collares. No meio da ligação, ele pôs a mão sobre o bocal do aparelho e avisou a Dilma que o novo prefeito ia convidá-la para assumir a Secretaria de Indústria e Comércio do município. “Me passa esse telefone aí”, ela cortou.

Ao desligar o telefone, Dilma tinha sido promovida da discreta pasta inicial para a Secretaria da Fazenda, a primeira mulher no país a comandar as finanças de uma capital. Verdade que, naquele tempo, a autonomia política e financeira dos municípios era próxima de zero (a nova Constituição corrigiria essa distorção até com exagero), mas, nos quase dois anos em que esteve na Fazenda, ela deu alguma ordem ao caos que encontrou. Quando entregou o cargo, no começo de 1988, a Dilma da articulação política e da formulação teórica era também a Dilma da gestão pública.

Carlos estava no segundo mandato de deputado estadual (o mais votado pelo PDT em Porto Alegre) e queria disputar a sucessão de Collares. Brizola tinha outros planos. Numa política de ampliação do PDT “para o centro”, ele reservou a vaga de candidato a prefeito para o deputado Francisco Carrion, recém-saído do PMDB. Brizola não era um líder que se contestasse. Os adversários o chamavam de *O caudilho* – os aliados, também. Era capaz de reduzir um correligionário a pó se não recebesse obediência completa. Carlos Alberto De Ré era presidente nacional da Juventude Socialista do PDT quando a ira do chefe caiu sobre sua cabeça, em 1986. Ficaram dois anos sem se falar (numa viagem a Cuba, no período do silêncio, De Ré forjou uma dedicatória do líder num livro

que deu de presente a Fidel Castro. Brizola não entendeu nada quando a retribuição de Fidel chegou a seu gabinete, na forma de uma caixa de charutos cubanos).

A ira do *Caudilho* desabou sobre Carlos Araújo numa sala do segundo andar da Assembleia em Porto Alegre, onde seria realizada a convenção municipal do PDT. Carlos saiu da sala arrasado, depois de ser humilhado diante de Collares e outros dirigentes do partido. Dilma esperava por ele na escadaria. Abraçaram-se e choraram, os dois sentados nos degraus, mas o dia ainda não havia terminado. Lá embaixo, o plenário em peso estava gritando o nome de Carlos quando Brizola desceu. O *Engenheiro* falou alguma coisa para Collares e alterou repentinamente sua posição: Carlos Araújo seria o candidato, por vontade da maioria. Ele e Dilma perceberam ali que a vitória teria um preço alto – e teve. Collares queria que sua segunda mulher, Neuza Canabarro, fosse candidata a vice. Carlos não aceitou. O candidato do PDT foi boicotado pela direção do partido do primeiro ao último dia de campanha. Faltou dinheiro, faltaram cartazes, faltou apoio da prefeitura. Uma greve de garis, que se esticou até a véspera da eleição, deixou as ruas imundas e os eleitores, exasperados. Para Carlos, foi um milagre ter chegado em segundo lugar. O eleito, atropelando no final, foi Olívio Dutra, do PT.

As mágoas da campanha municipal tiveram de ser guardadas, porque em 1989 o país teria, enfim, as primeiras eleições presidenciais diretas depois de 29 anos. Para o PDT, era hora de retomar "o fio da História", interrompido em 1964, quando Leonel Brizola era o candidato do PTB à sucessão do cunhado João Goulart. As diretas completariam o ciclo de transição do governo Sarney e da Constituinte, que aprovou em 1988 a carta democrática – com novos, modernos e amplos direitos sociais. Tirá-los do papel, num país desigual como o Brasil, seria o desafio dos próximos presidentes.

Foi uma campanha longa, com 22 candidatos (todos contra o governo Sarney, minado pela hiperinflação) e um resultado surpreendente no primeiro turno: com 20,6 milhões de votos (28,5% dos 70 milhões de votantes), o primeiro colocado foi o ex-governador de Alagoas Fernando Collor de Mello, do minúsculo PRN (Partido da Reconstrução Nacional). Jovem herdeiro de uma oligarquia local, ex-deputado da Arena, de ousadia temerária e hábitos de playboy, Collor foi dado por arrivista, aventureiro, mistificador, mas conquistou a maioria do eleitorado vendendo a imagem do antipolítico, do caçador de marajás que renovaria um país carcomido. A segunda surpresa da eleição também era um candidato jovem, um homem do povo que prometia revolucionar a velha política: Luiz

Inácio Lula da Silva, do PT, chegou ao segundo turno com 11,6 milhões de votos (16% do total de votantes).

Lula tirou Brizola do segundo turno por 454 mil votos, ou 0,6% do total. A maior diferença entre os dois era outra: Brizola se preparava para aquela disputa desde 1964, desde o tempo em que Lula era aprendiz de torneiro mecânico na Fábrica de Parafusos Marte e morava num barraco da favela Vila Carioca, na periferia de São Paulo. Na hora da eleição, o jovem metalúrgico e seu partido de calças curtas embaraçaram o "fio da História", pacientemente tecido por Brizola.

Lula demorou 18 dias para bater à porta do apartamento de Brizola e pedir o apoio do PDT no segundo turno. Seria uma conversa difícil, mas agora o petista estava muito mais preparado para falar com o *Caudilho* do que 11 anos antes, quando recusou a carona de Carlos Araújo para Lisboa. Ele tinha acabado de vencer Collor num debate pela TV. Brizola começou a conversa sugerindo que Lula e ele próprio, o terceiro colocado, desistissem em favor do quarto mais votado, o senador Mario Covas, do PSDB, o partido dos tucanos, criado em 1988 a partir de dissidências do PMDB em São Paulo e Minas Gerais. Lula cortou a proposta com um argumento rápido: "Se o Covas fosse bom de voto, quem estava no segundo turno era ele, não eu."

Brizola quis também que Lula trocasse de vice, o senador José Paulo Bisol, do PSB gaúcho, crítico ácido do PDT no Sul. Chance zero, mas Brizola preferiu achar que foi um ponto inconcluso da conversa. Desceram ao saguão do prédio e ele anunciou seu apoio ao rival: "Não seria fascinante fazer, agora, a elite brasileira engolir o Lula, este sapo barbudo?" O apodo "sapo barbudo" colou em Lula feito visgo.

Não foi fácil a convivência entre PT e PDT na campanha, especialmente no Sul. No comício de Porto Alegre, Brizola se recusou a subir no palanque com o vice Bisol, enquanto Raul Pont, por sua vez, ameaçava barrar o *Caudilho* no palanque do PT. Carlos e Dilma atuaram entre os bombeiros naquela noite. Bisol seguiu direto para o comício seguinte, em Caxias do Sul, onde não estava prevista a ida de Brizola, e Raul Pont, o Cachorrão, foi convencido a "aceitar" para Lula o apoio do líder político mais popular do estado.

Collor venceu as eleições com 35 milhões de votos, 4 milhões a mais que os dados a Lula. Como bom comandante de sua gente, Brizola transferiu para o "sapo barbudo" praticamente cada um dos 11 milhões de votos que tinha recebido no primeiro turno.[8]

A derrota para um candidato conservador na política e liberal na economia –

um “filhote da ditadura”, como Brizola apodou Collor – foi um baque estrondoso, como se o Muro de Berlim tivesse caído sobre a cabeça da esquerda brasileira, mas o PDT sobreviveu. Nas eleições de 1990, Brizola recuperou o governo do Rio, e Alceu Collares foi eleito governador do Rio Grande do Sul (o PDT também venceu no Espírito Santo, com Albuíno Azeredo; ele e Collares foram os primeiros governadores negros na História do Brasil). Carlos Araújo venceu sua terceira eleição para a Assembleia (de novo o mais votado do PDT na capital) e Dilma foi convidada por Collares para presidir a Fundação de Economia e Estatística, a mesma FEE onde tinha sido estagiária e da qual foi demitida por ter o nome na lista de subversivos do general Frota.

A presidência da FEE não era prêmio, era castigo. A pouca importância do cargo correspondia ao desgaste das relações do grupo de Carlos e Dilma com Collares, mas ele não podia compor seu governo sem uma representação da esquerda do PDT. Dilma teve de trabalhar, mais uma vez, para arrumar a casa. A FEE tinha sido praticamente engolida pelas secretarias e pelos conselhos estaduais, que requisitavam servidores da fundação. Dilma contratou a primeira série de pesquisas sobre emprego e desemprego na região metropolitana de Porto Alegre.

Em 1992, a auditoria do Tribunal de Contas do Estado detectou uma série de problemas na FEE – desde a cessão de servidores ao Executivo até o número errado na placa de patrimônio de um mouse de computador. Dilma ficou no cargo até dezembro de 1993, mas não sossegou enquanto não demonstrou que cada um dos erros apontados na auditoria vinha de gestões anteriores ou tinha sido corrigido por ela. Por causa da insistência de Dilma em esclarecer cada detalhe, o TCE levou seis anos para concluir – e aprovar – a tomada de contas de 1992. A decisão registra que “as providências adotadas pela recorrente [Dilma] revelaram-se eficazes, tanto que se refletiram positivamente no exercício seguinte”. Ela tinha orgulho dessa vitória, e demonstraria isso anos mais tarde na campanha presidencial.

Enquanto Dilma presidia a FEE, o brizolismo enfrentava uma de suas maiores crises. Escaldado pela cumplicidade do Congresso com o Golpe de 64 (o presidente do Congresso, Auro de Moura Andrade, declarou vago o cargo de presidente quando Jango ainda estava no país), Brizola resistia à ideia do impeachment de Fernando Collor, que mobilizou o país no segundo semestre de 1992. A campanha pela deposição constitucional do presidente crescia desde maio daquele ano, quando a revista *Veja* publicou uma entrevista do empresário Pedro Collor de Mello acusando o irmão mais velho de acobertar uma rede de

corrupção em torno de seu nebuloso tesoureiro de campanha, Paulo César Farias, o PC.

As denúncias começaram a tomar corpo em julho, numa CPI do Congresso. Políticos mais experientes duvidavam que a crise pudesse levar ao afastamento do presidente. “Impeachment não é Cafiaspirina que se receita pra qualquer dor de cabeça”, chegou a dizer Ulysses Guimarães (mais tarde ele se tornou um dos comandantes do impeachment). Mas o governo Collor fazia água no mundo real, com o retorno da inflação, e no mundo político – sua base no Congresso era restrita aos amigos e ao PFL dos remanescentes da Arena. Ele não tinha conseguido obter maioria no Congresso nas eleições de 1990, realizadas sob o impacto do seu plano para “matar a inflação com um único tiro”. O Plano Collor, de fôlego curto, custou o confisco da poupança de milhões de brasileiros e produziu uma recessão que ceifou um milhão de empregos. Dois anos e meio depois da posse de Collor, a inflação registrava 1.000% ao ano.

Quando Brizola autorizou a participação da Juventude do PDT nos protestos, a votação da abertura do processo de impeachment na Câmara já estava marcada para 29 de setembro, dois dias antes das eleições municipais. Substituído pelo vice, Itamar Franco, Fernando Collor foi definitivamente afastado pelo Senado em dezembro de 1992. Saiu de cena de forma ainda mais espetacular do que havia entrado.[9]

O PDT pagou o preço das vacilações de Brizola. No Rio, o prefeito eleito foi Cesar Maia (PMDB), uma das muitas ovelhas desgarradas do brizolismo. Em Porto Alegre, o PT manteve o comando da prefeitura com a eleição de Tarso Genro. Carlos Araújo chegou em terceiro lugar, atrás até do candidato do PMDB, Cezar Schirmer. Abalado por um enfisema pulmonar, Carlos decidiu encerrar ali sua trajetória eleitoral. Continuou a respirar política, mas nunca mais disputou eleições.

O governo Collares já estava então mergulhado numa crise política e administrativa. A economia ia bem, mas as finanças do estado iam pessimamente. Quando assumiu, ele teve de decretar moratória dos pagamentos a fornecedores para quitar a folha de funcionários. A imagem do governador era sombreada pela de Neuza Canabarro, primeira-dama, secretária de Educação e dona da última palavra em outros assuntos também. Neuza adotava medidas polêmicas e ele acumulava funções de chefe de polícia, pois extinguiu a Secretaria de Segurança. Estava acuado na Assembleia por uma CPI que o PT comandava, e perdia apoio no PDT.

Numa reunião do Diretório Regional, o governador chorou depois de uma dura

intervenção de quem? Dilma Rousseff. No final de 1993, Collares aceitou realizar uma reforma no secretariado. Era uma tentativa de salvar o partido na eleição de 1994 (inútil, pois o candidato do PDT, Sereno Chaise, teria 5% dos votos) e a ala esquerda ganhou espaço. Dilma foi promovida para a Secretaria de Energia, Minas e Comunicação (SEMC).

A primeira coisa que Dilma Rousseff fez depois de ser indicada foi ler e estudar tudo o que caiu nas suas mãos sobre energia e as outras atribuições da secretaria. Ela convidou Calino Pacheco para chefe de gabinete e, para secretária-adjunta, a engenheira Claudia Hofmeister, que havia trabalhado com ela na Secretaria da Fazenda. Seu grande parceiro no governo era o novo presidente do Banrisul, Flavio Obino. Ambos tinham a mesma visão sobre a necessidade de combinar investimentos públicos e privados para manter a perspectiva de crescimento da economia regional. Nos 13 meses em que esteve no cargo, Dilma não pôde fazer muito. Ainda assim, assegurou a participação do Rio Grande do Sul na partilha do gás natural, que o Brasil decidira importar da Bolívia, e retardou a primeira tentativa de privatização da CRT, a estatal de telefonia gaúcha (a empresa seria vendida três anos depois pelo governador Antônio Britto). Mesmo num governo do PDT havia adeptos da política de privatizações introduzida no país por Fernando Collor, que avançou em 1993 com a venda da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) por Itamar Franco e que chegaria ao auge com Fernando Henrique.

Foi nessa fase do governo Collares que Dilma conheceu Giles Carriconde Azevedo, que viria a ser seu braço direito em Brasília. Geólogo atuante nos movimentos sindicais do setor, Giles sucedeu a De Ré como presidente da Juventude Socialista do PDT. Funcionário de carreira do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e professor universitário, Giles era o nome mais qualificado para representar a ala jovem (e de esquerda) na reforma de Collares. O governador o convidou para ser seu chefe de gabinete, embora só se conhecessem de vista.

Na primeira semana no cargo, Giles desarmou uma pequena bomba. Neuza Canabarro tinha lido no *Diário Oficial* o ato de requisição de um funcionário de sua secretaria para a SEMC de Dilma. “Quero a revogação do ato no *D.O.* de amanhã, o servidor é meu”, ela determinou, e saiu em viagem com o marido. Giles adivinhou que Dilma jogaria o cargo às favas se tivesse de acatar ordens de Neuza. Ele mandou o ato de revogação para o diretor da Imprensa Oficial, Julinho Chaise, com um pedido de amigo: “Atrase a impressão do jornal o máximo que puder.”

Giles ganhou tempo para convencer Dilma de que não se tratava de um simples capricho, como tantos da primeira-dama: a transferência do servidor tinha mesmo de ser autorizada antes pela Secretaria de Educação. Quando se certificou disso, Dilma se encarregou, ela mesma, de um novo ato, revogando o anterior. Só então o *D.O.* foi para a gráfica. No dia seguinte, quando Collares perguntou pelo ato da esposa, Giles contou que a própria Dilma tinha percebido o erro e revogado a nomeação. Ela passou a prestar atenção naquele rapaz que a poupou de uma batalha inglória com a mulher do governador.

O ano de 1994 terminou com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, para presidente da República, algo impensável antes de ele se tornar o quarto ministro da Fazenda de Itamar Franco em menos de dois anos. Mesmo sendo sociólogo, e não economista, FHC coordenou o plano de estabilização econômica que livrou o país da inflação e o governo Itamar do fracasso. Quando as cédulas da nova moeda, o real, começaram a circular, em julho, Lula tinha 42% das intenções de voto e poderia ganhar a eleição no primeiro turno. Em setembro, Fernando Henrique já liderava com folga as pesquisas. FHC foi eleito na primeira rodada, em 3 de outubro, com 34,3 milhões de votos (54% do total). Lula teve a metade dessa votação e Brizola chegou em quinto, com míseros 2 milhões de eleitores (3%).

Foi em 1994 que Dilma e Carlos se separaram, depois de 25 anos de vida em comum. Ele não estava apenas tendo um romance escondido; sua namorada esperava um filho dele. Dilma simplesmente pôs Carlos para fora de casa – ele, suas malas, seus livros, seus objetos de estimação. Dois anos depois se reconciliaram e voltaram a viver juntos até meados do ano 2000, quando se separaram de novo, amigavelmente. Dessa vez, foi Dilma quem se mudou para um apartamento no mesmo bairro Assunção. Rodrigo, o terceiro filho de Carlos, tornou-se parte da família estendida de Dilma.

No carnaval de 2011, em sua primeira folga na presidência, Dilma foi para uma praia em Natal, onde se reuniu a Paula, com o marido Rafael Covolo e o filho Gabriel, primeiro neto, nascido em 2010, e Carlos, com os filhos Leandro e Rodrigo e a arquiteta Ana Meira, sua nova companheira, além de dona Dilma e tia Arilda. Depois da separação, ainda em Porto Alegre, Dilma namorou o engenheiro Luiz Oscar Becker por pouco tempo. Em abril de 2009 a revista *Marie Claire* perguntou à ministra Dilma Rousseff, solteira, então com 61 anos: "Como é lidar com a solidão?" Ela respondeu: "Mas não sou sozinha, não. Sou muito bem acompanhada. Me sinto muito bem comigo mesma. Pra gente se sentir só precisa estar muito carente. Não se fica sozinha aos 60. Ficamos

sozinhas aos 30."

Dilma voltou a trabalhar como economista na FEE em 1995. Era responsável pela edição da revista *Informe Econômico RS*, onde publicou uma série de artigos sobre política fiscal, dívida dos estados, relação entre taxa de juros e inadimplência, concentração e internacionalização do sistema financeiro no Brasil e uma análise da privatização do setor elétrico no Chile. Voltou a estudar na Unicamp, para um doutorado em Economia Monetária e Fiscal, sob orientação do professor João Manuel Cardoso de Mello. Interromperia o curso em 1999, novamente para assumir uma função de governo, sem apresentar a tese para obter o título de doutora. Na Unicamp ela se tornou amiga da professora Maria da Conceição Tavares, a Ceiça, famosa pelo carinho que dedica aos alunos e pelos puxões de orelha quando se transformam em autoridades.

Em abril de 2010, a professora Maria da Conceição convidou Dilma para seu aniversário de 80 anos. José Serra publicou na véspera um artigo em louvor da mestra com um título autorreferente: "Maria e eu". Ao chegar à festa, num restaurante do Rio, Dilma foi aplaudida pelos convidados, muitos deles petistas ou economistas favoráveis ao governo Lula. Serra era um estranho no ninho. Ceiça chamou os dois a sua mesa. Conversaram amenidades. Dilma proibiu os assessores de vazar qualquer informação sobre o constrangimento do adversário na festa da amiga.

As eleições de 1998 foram as primeiras em que presidente e governadores puderam disputar um segundo mandato consecutivo. A emenda da reeleição tinha sido aprovada no ano anterior, como fórmula para manter unida a aliança que Fernando Henrique montou entre o PSDB e o PFL do vice Marco Maciel, contando ainda com PTB, PP, PL e a maior parcela do PMDB, que não lançou candidato. Brizola disputou como vice de Lula e, mesmo somando forças, a chapa PT-PDT recebeu 21,5 milhões de votos (31,7% do total). FHC foi reeleito no primeiro turno com 36 milhões de votos (53%),[10] prometendo criar empregos e proteger o país da crise financeira que vinha por contágio da Ásia e depois da Rússia.

O governo impôs sua hegemonia em quase todos os estados, mas no Rio Grande do Sul haveria um segundo turno disputadíssimo entre o governador Antônio Britto (PMDB) e o ex-prefeito Olívio Dutra. Olívio tentou montar uma chapa de unidade com o PDT e queria Dilma como sua candidata a vice, mas o partido lançou a então senadora Emília Fernandes como candidata ao governo (foi terceira colocada, com 6% dos votos). No segundo turno, Brizola em pessoa

foi fazer campanha para Olívio, que venceu no olho mecânico e levou Dilma de volta para a Secretaria de Energia.

Os reflexos de mais uma crise financeira (FHC teve de apelar ao FMI depois da reeleição) e uma campanha contra a privatização da Vale do Rio Doce aproximaram a esquerda de setores nacionalistas e políticos de peso, como os ex-presidentes José Sarney e Itamar Franco. Por um breve período, Brizola acalentou a ideia de fundir seu partido ao PT. Com a proximidade das eleições municipais de 2000, ele voltou a sonhar com a presidência. Numa reunião com o PDT gaúcho, Dilma presente, Brizola traçou um roteiro que passava por sua eleição para prefeito do Rio, seguindo a fórmula do ex-prefeito de Buenos Aires Fernando de la Rúa, novo presidente da Argentina. Ele queria Alceu Collares candidato a prefeito em Porto Alegre, rompendo a aliança local com o PT. Isso era pedir demais, mesmo sendo o *Engenheiro* a pedir.

Depois dessa reunião, 383 filiados do PDT gaúcho, entre militantes, vereadores, prefeitos e secretários, assinaram um manifesto desligando-se do partido e ingressando no PT, Dilma inclusive. Para ela, o tempo dos lenços vermelhos tinha chegado ao fim.

***

Tarso Genro elegeu-se prefeito pela segunda vez, batendo Alceu Collares com quase o dobro dos votos. No Rio, Brizola recebeu 295 mil votos, menos de 10% do total. Ele morreu em 2004, aos 82 anos, depois de ver Lula tornar-se presidente com seu apoio no segundo turno de 2002. Fernando de la Rúa renunciou à presidência da Argentina em dezembro de 2001, em meio à mais profunda crise social e econômica da História de seu país.

capítulo 9

Uma luz no apagão

"Por onde anda aquele guri, o Giles?" Quando fez essa pergunta ao amigo Calino Pacheco Filho, em novembro de 1998, Dilma Rousseff se preparava para retornar à Secretaria de Energia, Minas e Comunicação, a SEMC, indicada pelo governador eleito Olívio Dutra. Dessa vez ela tinha pela frente um governo novinho em folha, bem diferente de sua primeira passagem pela secretaria, no conturbado ano final do mandato de Alceu Collares. Dilma tinha planos, muitos planos; estava montando sua equipe e achava que aquele era o lugar certo para o geólogo discreto, dedicado e hiperativo que conheceu na chefia de gabinete do ex-governador Collares.

Giles Azevedo não estava longe: ele era chefe da assessoria técnica da Comissão de Economia da Assembleia Legislativa. Fazia um trabalho reconhecido pelos deputados, premiado por entidades empresariais, mas nada que se comparasse à vida de geólogo de campo, sua paixão. Depois de terminar o curso na Universidade de Brasília, em 1983, Giles viajou pelo Brasil a serviço do DNPM, por trilhas e estradas que só os geólogos e os muito aventureiros conhecem. Ele gostava de passar dias a sós com seus instrumentos e o caderno de notas. A Geologia o levou à Antártica, uma, duas, três, quatro vezes, para temporadas de até dois meses de solidão no gelo. Depois de conhecê-lo melhor, Dilma passaria a apresentá-lo assim: "Um cara que vai pra Antártica uma vez pode ser até por acaso; um cara que pede pra voltar pode ser meio maluco, mas um cara que vai lá quatro vezes, esse é o Giles Azevedo."

Ele imaginou que Dilma o convidaria para trabalhar na CRM, a empresa estadual de mineração, lugar de geólogo. Ela o queria na presidência da Sulgás, empresa que, apesar do nome, não distribuía gás nem vento, era só um par de salas perdidas no centro de Porto Alegre.

– Esquece a CRM, Giles. Aquilo é carvão, é passado. O futuro é o gás. Lê isso aqui que você vai entender – ela disse, estendendo-lhe um calhamaço de estudos.

Ele leu tudo, concordou que o gás era a energia do futuro, mas havia um problema:

– A empresa não tem um tostão no orçamento do estado, Dilma. E o governo

federal não financia mais empresas públicas.

– É você quem vai construir a Sulgás, Giles. E nós vamos encontrar financiamento, sim – ela retrucou.

Dilma tinha em mente os acordos assinados com a Petrobras no governo Collares para garantir a passagem do gás boliviano pelo estado. Agora, o gasoduto Brasil-Bolívia estava saindo do papel e ela pensava na engenharia financeira para levar gás natural às indústrias e aos consumidores do Sul. Giles estava na praia do Rosa, arrumando o terno para se casar com Gabriela, quando recebeu o telefonema de Dilma confirmando a nomeação, em 18 de dezembro. Quatro anos depois, Giles e Gabriela já tinham o primeiro filho, João (o segundo, Antônio, estava a caminho), Dilma tinha convencido o governo Fernando Henrique a botar dinheiro numa empresa pública estadual, o gás tornou-se uma realidade no Rio Grande do Sul e Giles presidia uma empresa lucrativa, com patrimônio de mais de 400 milhões de reais.

Contando assim parece que foi simples, mas nada parecia mais precário do que a Secretaria de Energia quando Dilma a assumiu pela segunda vez, contando de novo com a secretária-adjunta Claudia Hofmeister. Levou também Anderson Dorneles, o estagiário da FEE que tinha resolvido adotar. A SEMC estava em processo de extinção: a empresa de telefonia, CRT, foi vendida num dos primeiros leilões de privatização; a companhia de eletricidade, CEEE, seguiria pelo mesmo caminho se Antônio Britto tivesse sido reeleito; CRM e Sulgás caminhavam para a liquidação. O quadro permanente da Secretaria se resumia a dois engenheiros e alguns servidores administrativos. Entre esses últimos estava Seu Canhoto, que ficava na recepção distribuindo ligações telefônicas pelos ramais do velho sistema PABX. *Seu Canhoto* nunca foi muito bom de recados, mas um dia ele passou da conta:

“Ligou uma pessoa lá do Rio, acho que é da Petrobras, pra falar de um negócio aí de não sei quantos milhões”, ele disse ao Anderson, na antessala da doutora Dilma, e foi saindo porque o expediente estava no fim, tchê!

Dilma já tinha o hábito de trabalhar com a porta aberta e o ouvido atento ao que se passava na sua antessala. Seu Canhoto nem percebeu quando o corre-corre começou, e foi logo depois que ele virou as costas para sair da repartição. Ela não sossegou enquanto não reuniu toda a equipe dirigente e localizou a tal pessoa que tinha ligado do Rio. Era Antônio Luiz Menezes, superintendente da Petrobras para implantação do gasoduto Brasil-Bolívia. A notícia que ele tinha era realmente boa: estava autorizada a assinatura de um contrato de mútuo entre a Petrobras e a empresa que Giles dirigia para distribuir o gás boliviano no

estado. A cifra que Seu Canhoto não se lembrou: 35 milhões de reais. Tudo certo, desde que não se perdesse nem mais um minuto. Ah... Seu Canhoto.

Depois desse contrato Dilma conseguiu quebrar um dos paradigmas da política rígida de ajuste fiscal do ministro da Fazenda, Pedro Malan: nem um tostão do governo federal para financiar empresas públicas ou cobrir déficits dos estados. O BNDES, subordinado a Malan, financiou a implantação final da rede da Sulgás. A questão fiscal era parte do cabo de guerra político e ideológico em que o PT estava numa ponta e o governo tucano, na outra. O maniqueísmo inerente a esse tipo de conflito gerou simplificações do tipo: *tucanos neoliberais x petistas estatizantes, fiscalistas x gastadores, monetaristas x desenvolvimentistas* – com exageros e equívocos de parte a parte.

Nas reuniões que manteve com a Petrobras e o BNDES, Dilma, secretária de um governo petista, não levou argumentos ideológicos; levou os contratos de pré-venda de gás natural que tinha feito com grandes grupos industriais: Gerdau Aços Finos Piratini, Agrale, AGCO e as empresas do polo petroquímico de Triunfo. Agiu da mesma forma para negociar a distribuição de gás comprado da Argentina por meio da holding TSB. Dilma sabia falar a linguagem dos empresários; tratava de negócios, não de política, e soube fazer deles seus aliados nas negociações com o governo federal.

Dilma também sabia falar duro, como perceberam os novos controladores da telefônica CRT. Logo que voltou à SEMC, ela confinou o economista Álvaro Baggio numa sala onde estavam guardados todos os contratos de privatização do governo anterior. “Os documentos ocupavam a sala inteira”, recordou Baggio. “Não me saia da sala antes de passar um pente fino em tudo, contrato por contrato”, ela avisou. “E tire xerox só do que for realmente importante.”

Álvaro Baggio também era matemático, e Dilma o conheceu trabalhando no gabinete de Carlos Araújo na Assembleia. Copiando documentos e fazendo contas, ele descobriu que restara ao governo do estado um pequeno lote de ações da antiga estatal de telefonia, insuficiente para influir nas decisões, mas o bastante para participar de uma assembleia de acionistas. Foi o que Dilma tratou de fazer, pessoalmente. Enquanto esteve na secretaria, ela trabalhou para evitar demissões de funcionários e cortes nos investimentos da empresa, mesmo que só pudesse fazer barulho.

Dilma era obcecada por fontes alternativas de geração de energia. Num mundo pressionado pela dependência de petróleo e gás e cada vez mais atento aos riscos do aquecimento global, o vento soprava nessa direção – e vento, no Rio Grande do Sul, é um elemento tão presente no cotidiano que tem até nome

próprio: minuano. Ela encarregou o engenheiro Ronaldo Custódio de avaliar o potencial eólico do estado. Havia algumas medições, feitas pela Universidade de Pelotas, mas ela precisava detalhar a viabilidade econômica do uso dos ventos para gerar energia. Na total falta de estrutura da SEMC, tudo o que Dilma podia oferecer a Custódio era o apoio de seu próprio mensageiro, Anderson Dorneles: "Leva esse guri pra te ajudar."

Ronaldo Custódio instalou torres de medição dos ventos pelo interior do estado. Os resultados tinham de ser recolhidos periodicamente e esta seria a função de Anderson, que chegou a rodar 4 mil quilômetros por semana. As análises confirmaram a ocorrência de ventos constantes, numa velocidade que permitia o aproveitamento econômico da energia. De posse dos dados, Dilma despertou o interesse da espanhola Enerfin/Enervento, que constituiu a empresa Ventos do Sul Energia para construir o Parque Eólico de Osório, a 100 quilômetros de Porto Alegre (seria o maior da América Latina, com capacidade de atender a uma cidade de 700 mil habitantes).

O Parque Eólico de Osório, com suas 75 torres de 98 metros de altura e hélices de 70 metros de diâmetro, começou a operar em 2007. Dilma apoiou e acompanhou cada passo do projeto nos tempos do Ministério de Minas e Energia e da Casa Civil. Nos oito anos do governo Lula, a geração de eletricidade por fontes limpas (eólica e biomassa) aumentou em 7 mil megawatts, o equivalente a meia usina de Itaipu, mas os adversários de Dilma falavam dela como alguém insensível e até ignorante em relação à causa ambiental. Na campanha eleitoral, um antídoto contra esse tipo de ataque foram as imagens da candidata no Parque Eólico de Osório: ela aparecia no programa de TV tendo como cenário as torres gigantescas.

O Rio Grande do Sul não tem o potencial hidrelétrico que caracteriza o Brasil – 86% da energia elétrica do país provém dos rios. Dilma partiu em busca de soluções para enfrentar uma crise que se anunciava diante da falta de investimentos num setor centralizado pela estatal Eletrobras e suas controladas – Furnas, Eletronorte, Eletrosul e CHESF. Para reduzir a dependência da energia da binacional Itaipu, ela apostou na eletricidade que sobrava na Argentina. Deu prioridade ao projeto de uma subestação para fazer chegar essa energia ao Rio Grande do Sul. A subestação foi contratada por meio da CEEE, o que apressou sua instalação no prazo recorde de oito meses. Também investiu nas térmicas do complexo Candiota, abastecidas em parte pela produção regional de carvão. Ao fim da segunda gestão Dilma Rousseff na SEMC, a oferta de energia elétrica no Rio Grande do Sul tinha crescido 46%.

Enquanto a oferta crescia no Rio Grande do Sul, o Brasil enfrentava a maior crise de abastecimento desde a construção das grandes hidrelétricas no governo JK. As últimas grandes usinas do país (Itaipu, a maior do mundo; Tucuruí, outra gigante; e Balbina, um desastre ecológico e técnico) vinham do tempo dos militares. Os investimentos secaram de vez a partir de 1995, depois que as empresas do setor elétrico foram incluídas na lista das privatizações pelo ministro do Planejamento de FHC, José Serra. Não houve sucesso nos leilões e o Ministério de Minas e Energia (MME) tinha virado sucata quando a estiagem de 2000 e 2001 trouxe à tona uma crise longamente anunciada: o *apagão*.

A seca reduziu a um terço o nível dos reservatórios das regiões Sudeste e Nordeste, que vinha caindo desde 1998. No ano 2000, o consumo de energia no país praticamente empatou com a oferta: cerca de 40 mil megawatts. Sobrava energia no Sul, mas o governo não havia construído linhas de transmissão para levá-la a outras regiões. A escassez coincidiu com mais uma crise política entre FHC e o senador Antonio Carlos Magalhães, cacique do PFL e senhor do MME por um longo período. Magalhães gostava de desafiar a autoridade dos presidentes aos quais se aliava. Numa dessas, FHC substituiu o ministro indicado por ele por um político do grupo do vice-presidente Marco Maciel, senador José Jorge. Noviço no setor, Jorge anunciou que o país teria de reduzir 20% do consumo de energia à base de cortes temporários no fornecimento para as grandes cidades. Foi um deus nos acuda.

Fernando Henrique percebeu o tamanho do problema em maio de 2001, e destacou o melhor quadro de seu governo, o ministro Pedro Parente, da Casa Civil, para chefiar a Câmara de Gestão da Crise de Energia (CGE). Parente anunciou uma política de cotas e sobretaxas, última chance de reduzir o consumo antes do *apagão* generalizado: indústria, comércio e famílias teriam de baixar o consumo em 20% ou seriam punidos com multa e corte de energia. Dilma levou a Pedro Parente os resultados de um programa contra o desperdício, que já havia reduzido em 4% o consumo no Rio Grande do Sul e alcançaria em algum tempo os 12%. Além desse argumento, havia o aumento da oferta e o fato irrefutável de que a seca não atingira os reservatórios do Sul. Doze dias depois do início do plano, Parente reuniu os secretários de Energia dos três estados do Sul e anunciou que eles estavam fora do racionamento.

Na maior parte do país, o comércio noturno de shopping centers, de postos de gasolina e até o uso de caixas eletrônicos acabou; escolas, bancos e outros serviços tinham de abrir e fechar mais cedo para aproveitar a luz do sol; a produção caiu; 35% dos lares no Sudeste e 80% dos lares no Nordeste foram

atingidos pelo plano. Mais eficaz que o governo, a sociedade soube poupar energia até que as chuvas voltaram, abundantes, no verão de 2002 e permitiram suspender o racionamento. O estrago estava feito: a taxa de crescimento do PIB, que tinha voltado a subir depois da crise de 1999, caiu de 4,3% para 1,31%; a geração de empregos, de 4,3% para 0,6% em 2001. A meta de inflação estourou, desatando a espiral de alta dos juros para contê-la. Um estudo do TCU calculou em 45,2 bilhões de reais o prejuízo do *apagão* (60% na conta dos consumidores). Com esse dinheiro, seria possível erguer duas usinas do porte de Belo Monte, a maior obra do PAC, o programa que Dilma comandaria no governo Lula.

O prejuízo para o projeto político do PSDB também foi enorme. "*O apagão* trincou profundamente a imagem de bons gestores que os tucanos se acostumaram a vender ao país", analisou o secretário-geral do PT, Luiz Dulci, numa reunião do Instituto Cidadania, o QG de Lula, no final de 2001. Foi nessa época que o governador Olívio Dutra indicou o nome de sua secretária Dilma Rousseff para reforçar a equipe que trabalhava no programa de governo do PT.

O grupo de energia do Instituto era formado por três sumidades: os professores Luiz Pinguelli Rosa (mestre em Engenharia Nuclear pela COPPE e doutor em Física pela PUC-RJ), Ildo Sauer (doutor pelo Massachusetts Institute of Technology, MIT, nos Estados Unidos) e Maurício Tolmasquim (doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, na França). Na primeira reunião com o grupo, Lula reparou duas coisas na nova companheira: Dilma recorria toda hora a um laptop recheado de dados e informações e era a única ali com experiência de governo. Tinha jeito de ministra.

Depois de oito anos no poder, a hegemonia da aliança PSDB-PFL chegou esgotada ao fim do segundo governo FHC. O presidente tinha perdido no caminho os principais parceiros políticos: o deputado Luís Eduardo Magalhães, do PFL, o ministro tucano Sérgio Motta (ambos mortos em 1998) e o governador Mario Covas, que morreu em 2001. A disputa pelo controle do Senado entre Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho, do PMDB, estilhaçou a base política do governo. Na economia, o quarto e último presidente do Banco Central da era FHC, Armínio Fraga, conferiu racionalidade às erráticas políticas de câmbio e juros dos antecessores, e o ministro Pedro Malan impôs a mais rigorosa política fiscal de todos os tempos. Na vida real, porém, o Brasil era uma economia estagnada, extremamente vulnerável a choques externos, e a gigantesca dívida pública, decorrente em parte do ajuste dos estados, pressionava ainda mais as taxas de juros, já muito elevadas, para conter a inflação.

FHC não quis pagar o preço de arbitrar uma disputa feroz entre aliados pela

sua sucessão. O PFL apostava na candidatura da governadora Roseana Sarney. Ela subia feito balão nas pesquisas até ser abatida numa operação da Polícia Federal, que encontrou 1,3 milhão de reais, sem origem clara, numa empresa de seu marido. (Roseana e o pai, o ex-presidente José Sarney, acusaram José Serra de ter ordenado e vazado a operação. O tucano sempre negou.)[11] Numa articulação de bastidores, Serra assumiu a candidatura e fechou acordo com o grupo de Michel Temer para ter o PMDB na chapa. No caminho até a indicação, Serra deixou para trás o governador do Ceará, Tasso Jereissati, as famílias Sarney e Magalhães e um naco da base do governo no Congresso, PTB e PL.

Com a popularidade em queda livre (52% de reprovação na pesquisa Ibope de março de 2002), FHC tornou-se espectador de sua sucessão. Ele não conteve a adesão silenciosa de parte do PFL e do PSDB ao ex-ministro Ciro Gomes, amigo de Jereissati e candidato do PPS, com apoio do PDT de Brizola e do PTB. Com o governo dividido e a oposição reforçada, a hora de Lula parecia ter chegado.

Para disputar o Planalto pela quarta vez, Lula exigiu do PT o controle sobre alguns setores da campanha. Entregou a coordenação política ao presidente do partido, José Dirceu, e a coordenação do programa de governo ao prefeito de Santo André, Celso Daniel (que foi assassinado em janeiro de 2002 e substituído pelo prefeito licenciado de Ribeirão Preto, Antonio Palocci). Lula levou para o comando dois amigos pessoais, parceiros na fundação do PT e da CUT – o secretário-geral do partido, Luiz Dulci, e o ex-deputado Luiz Gushiken. Fechou pela primeira vez uma aliança com um partido fora do campo da esquerda, o PL, onde foi buscar seu vice, o senador e capitão de indústria José Alencar Gomes da Silva. Lula escolheu, por fim, o publicitário Duda Mendonça, que tinha trabalhado com Paulo Maluf, para ser o marqueteiro da campanha.

No primeiro programa de TV, em agosto, Lula anunciou um compromisso discutido com seu grupo de energia (já integrado por Dilma): fazer a Petrobras comprar de empresas brasileiras suas plataformas e seus navios "para gerar empregos e desenvolvimento no Brasil e não lá fora, como acontece hoje". Era um compromisso viável que mostrava o amadurecimento do líder petista. Duda Mendonça mostrava, dia sim, dia não, imagens de Lula com a equipe do programa de governo, um recurso que os marqueteiros chamam de "vacina". Não eram rostos conhecidos do público, mas compunham o cenário dos "técnicos" a serviço do "político". Dilma e seu laptop estavam lá, "vacinando" o candidato contra a ideia de que ele não teria quadros para governar.

Esse tipo de recurso era importante também num cenário de forte desconfiança dos investidores. Em junho, com os títulos da dívida brasileira

derretendo, FHC pediu um compromisso dos candidatos com os credores para acalmar os mercados. Lula produziu sua *Carta ao Povo Brasileiro*, que começava afirmando: "O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar", e, depois de analisar a situação econômica, responsabilizando o governo pela crise de confiança, prometia honrar os contratos públicos e promover "uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica".

O documento não evitou a desenfreada especulação que elevaria o risco Brasil a inacreditáveis 1.800 pontos, com taxas de juros e de inflação nunca vistas desde a criação do real (o governo FHC terminou com a inflação acima de 10%, a taxa básica de juros elevada a 25% e o dólar próximo dos 3,80 reais). Mas a *Carta* sinalizou para os setores produtivos que Lula propunha a retomada do crescimento à base de ampliação do mercado interno e substituição de importações. Mais ou menos o que ele dizia na propaganda de TV. Em setembro, faltando um mês para a eleição e com Lula liderando as pesquisas, Palocci foi procurado pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – Abdib. Queriam detalhes. Marcaram uma reunião entre os empresários e o grupo de energia. Dilma e seu laptop brilharam. "Ela fez uma exposição objetiva, demonstrou uma visão muito prática dos temas que realmente interessavam aos investidores", recordou Palocci nove anos depois.

Lula obteve 46% dos votos válidos no primeiro turno, o dobro de Serra, segundo colocado. Para o segundo turno, o candidato do PT recebeu o apoio de Ciro Gomes, de Brizola, dos ex-presidentes José Sarney e Itamar Franco, do PSB (apesar da má vontade de seu candidato, o evangélico Anthony Garotinho),[12] do PTB e de um setor do PP. Lula foi eleito com 52,7 milhões de votos, 20 milhões a mais que Serra. Foi a maior votação já obtida por um candidato no Brasil e a segunda maior no mundo, até então superada apenas pelo norte-americano Ronald Reagan, em 1980. Pela primeira vez um operário chegava à presidência no Brasil, 22 anos depois de ter criado um partido que não estava nos planos das elites políticas. Tanto o presidente eleito quanto o país tinham mudado bastante ao longo desse período – exceto, talvez, pela permanência de uma desigualdade social absurda e pela obstinação de Lula em combatê-la.

Por tudo que trazia de novo, a vitória de Lula gerou enormes expectativas e muitas apreensões. Uma frase de Duda Mendonça resumia o otimismo dos petistas e seus aliados: "A esperança venceu o medo." Cauteloso, Lula mandou Dirceu costurar a base política e botou Palocci no comando da equipe de transição, de forma a começar o mandato com apoio no Congresso e projetos objetivos de governo.

“Quero uma transição eminentemente técnica, não vamos misturar com a questão política”, ele disse. O grupo de energia foi todo convocado para a equipe de transição, instalada no Centro Cultural Banco do Brasil em Brasília. Dilma deixou a secretaria no Sul e mudou-se para Brasília com o inseparável laptop. Sua agenda foi tomada por reuniões com empresários do setor de energia para discutir as regras da retomada de investimentos e da construção naval, de modo a tornar possível a promessa feita por Lula na TV de comprar no Brasil tudo o que pudesse ser fabricado no Brasil.

No fim de novembro, Pedro Parente pediu a Palocci um nome para acompanhá-lo num seminário com investidores em Frankfurt, Alemanha. Era óbvio que os alemães queriam falar com gente do novo governo e não do que estava acabando. Apenas para testá-la, o chefe da equipe de transição perguntou a Dilma quem ela indicaria.

– O Tolmasquim, ele é o nosso líder aqui – ela disse.

Palocci reagiu com uma “provocação”, que indicava sua opinião sobre o assunto:

– E se eu perguntar ao Lula o que ele acha da sua indicação?

Dilma foi para a Alemanha. Na volta, ouviu de Palocci que seu nome era cogitado para o Ministério de Minas e Energia. Dilma não queria sonhar com essa hipótese. Primeiro, porque achava Pinguelli, Sauer e Tolmasquim superiores academicamente. Além disso, o espaço do PT gaúcho no futuro ministério ficou engarrafado com a derrota de Tarso Genro na eleição para o governo do Rio Grande do Sul. Lula deveria nomear o velho companheiro Olívio Dutra, o próprio Tarso e o vice-governador Miguel Rossetto, indicado pela tendência Democracia Socialista. Não havia lugar para ela, a não ser que... A não ser que o telefone tocasse, como tocou, na tarde de 19 de dezembro.

“Era ele. Eu vou ser ministra”, Dilma deixou escapar diante das poucas pessoas que estavam em sua sala, entre elas a amiga Maria Regina Barnasque, a Buluga. Ela exigiu segredo, mas não impediu a amiga de comprar e abrir, ali mesmo, duas garrafas de espumante. Para disfarçar dos curiosos, fingiram que estavam comemorando antecipadamente o Natal.[13]

Dilma já estava escolhida quando os jornais do Sul publicaram que o senador Pedro Simon iria para o MME, num acordo entre José Dirceu e o presidente do PMDB, Michel Temer, para dar a Lula o apoio dos 74 deputados e 20 senadores do partido. Errado: quando convidou Dilma, Lula já tinha decidido suspender as negociações com o PMDB, porque os nomes indicados por Temer eram todos da ala do partido que tinha apoiado José Serra. Além disso, ele já havia informado a

Dirceu que o MME estava reservado para Dilma. Lula tinha se fixado "naquela secretária durona do Olívio" desde os tempos do *apagão*. Ela parecia a pessoa certa para evitar um novo racionamento – além disso, Dilma tinha tirado do laptop umas ideias sobre levar energia para dois milhões de famílias no campo, um programa que seria conhecido como Luz para Todos.

***

No dia 20 de novembro de 2002, no auditório de um hotel em São Paulo, Lula convocou a imprensa para anunciar os nomes de cinco ministros do PT: Jaques Wagner (Trabalho), Cristovam Buarque (Educação), Humberto Costa (Saúde), Nilmário Miranda (Direitos Humanos) e Dilma Rousseff, a surpresa da festa. Lula apresentou sua ministra de Minas e Energia assim: "Havia quem pensasse que esse ministério era coisa de homem. Vamos provar que pode ser liderado por uma mulher."

Aos 55 anos, Dilma Rousseff era uma mulher madura, pessoal e profissionalmente realizada como poucas de sua geração. Conhecera a rebelião e a cadeia, a vitória e a derrota, verso e reverso da luta política. Aprendera a ser frontal, como os gaúchos, sem perder a cautela desconfiada dos mineiros. Sabia ser altiva com os interlocutores e exigente – terrivelmente exigente – consigo mesma e com os subordinados. Aquela mulher ainda lideraria muito mais que um ministério do novo governo, mas isso num futuro que ainda não era possível imaginar no dia 20 de dezembro de 2002.

Fotos: acervo pessoal Dilma Rousseff

Pedro Rousseff deixou a Bulgária em 1929, viveu 15 anos na França e, no fim da Segunda Guerra Mundial, veio parar no Brasil…

…onde se apaixonou por Dilma Jane, beleza morena, 26 anos mais jovem, que ele descobriu numa viagem a Uberaba, no Triângulo Mineiro.

Fotos: acervo pessoal Dilma Rousseff

Fotos: acervo pessoal Dilma Rousseff

Aos sete anos, Dilminha recebeu a primeira comunhão (acima), mas não ganhou o lindo vestido que a mãe e as tias usaram e que ela admirava no álbum de família. Queria ser bailarina, porque achava bonito. Ou então bombeira, que nem era profissão de mulher naquele tempo, mas que achava bonito também. Na foto ao lado, a tia Dora.

PÁGINA ANTERIOR, SENTIDO HORÁRIO
Os irmãos Igor e Dilma nasceram em 1947: ele em janeiro e ela em dezembro. Pedro levava os filhos à Pampulha e ao Minas Tênis Clube, onde ela aprendeu a nadar. A família cresceu em 1951, quando nasceu a caçula Zana Lívia (no colo do pai).

Folhapress

Praça da Sé, São Paulo, março de 1964: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade prenuncia o golpe contra o presidente João Goulart. A pretexto de combater o comunismo, os chefes militares sufocam a democracia.

Cinelândia, Rio, junho de 1968: quatro anos depois do golpe, estudantes, intelectuais e a classe média protestam contra a ditadura na Passeata dos Cem Mil. Entre um episódio e outro, Dilma amadurece sua opção política.

Arquivo/Agência O Globo

Acervo pessoal Dilma Rousseff

Acervo pessoal Apolo Lisboa

Arquivo público de Minas Gerais

Tortura Nunca Mais

Acervo pessoal Apolo Lisboa

Dilma tem 16 anos na foto do Colégio Estadual Central, em 1964 (no alto). Seus amigos eram da Polop, amavam cinema e sonhavam com a revolução. Aos 18, ela produziu um filme inacabado, com roteiro do namorado Cláudio Galeno (com quem está abraçada) e atuações de Guido Rocha (de óculos) e tia Arilda. O DOPS apreendeu essa foto do set de filmagens feita pelo companheiro José Aníbal, futuro deputado do PSDB. Aos 19, Dilma e seus amigos criaram a Colina, que lutava com armas e palavras pela revolução (à direita, revista da organização). Em 1969, fundaram a VAR-Palmares. Ela dividiu esconderijos com Iara Iavelberg (à esquerda) e Dodora Lara Barcelos (à direita). Amigos no cartaz: Apolo Lisboa no alto, à esquerda; embaixo, Beto Soares (assassinado em 1971) e Herbert Daniel.

Acervo Folha

Acervo pessoal Dilma Rousseff

Acervo pessoal Dilma Rousseff

Folhapress

Página de rosto do depoimento assinado por Dilma em 28 de fevereiro de 1970, quando foi transferida do DOI-Codi para o DOPS de São Paulo. Dilma foi torturada por 22 dias, mas não revelou o endereço que dividia com a companheira Celeste, nem sua relação com Carlos Araújo, o Max. *A ficha registra que ela "não está arrependida". Foi transferida para o Presídio Tiradentes, onde passou quase três anos na ala feminina, a Torre das Donzelas.*

PÁGINA ANTERIOR

Dilma foi presa em 16 de janeiro de 1970, mas a notícia só foi liberada para os jornais 12 dias depois. No texto, saído diretamente dos porões, ela é citada como dirigente do Setor de Massas Populares da VAR-Palmares.

Acervo pessoal Dilma Rousseff

Novembro de 1970: na sala da Primeira Auditoria Militar, no Rio,
Carlos Araújo aguarda o momento de depor.
Ele e Dilma se reencontraram ali, dez meses depois de ela ter sido presa.
Na página seguinte, Dilma, aos 22 anos, denuncia seus torturadores.
Ao fundo, os oficiais auditores escondem o rosto da História.

Acervo pessoal Dilma Rousseff

Ricardo Chaves/Editora Abril

Dezembro de 1976: a bandeira da Anistia cobre o caixão do ex-presidente João Goulart, uma ousadia das companheiras de Dilma no Rio Grande do Sul, onde ela foi morar com Carlos ao sair da prisão. Três anos depois, o metalúrgico Luiz Inácio da Silva (abaixo) comanda em São Bernardo (SP) as grandes greves que vão encurralar a ditadura, e Leonel Brizola (página seguinte) volta do exílio por São Borja (RS) para criar o PDT, ao qual Dilma se filia.

Irmo Celso/Editora Abril

Ricardo Chaves/Editora Abril

Fotos: acervo pessoal Dilma Rousseff

Paula Rousseff (acima, de vermelho), filha de Dilma e Carlos, nasce em março de 1976 e cresce numa casa em que amigos dos pais e militantes políticos convivem em clima de assembleia permanente. Com o tempo, acentua-se a semelhança entre mãe e filha (acima, à direita).

Em 1991, Dilma curte férias (foto à direita) antes de assumir a presidência da Fundação de Economia e Estatística.

Dulce Helfer/Agência RBS/Folhapress

A partir de 1983, Dilma foi assessora da bancada do PDT na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Fazia uma síntese do noticiário com análises políticas e econômicas que Leonel Brizola recebia no Rio. Ela também comentava economia num programa de TV.

ABAIXO

Agência RBS/Folhapress

Em 1986, com a posse de Alceu Collares na prefeitura de Porto Alegre, Dilma se torna a primeira mulher secretária municipal de Fazenda de uma capital brasileira.

Fernando Gomes/Agência RBS/Folhapress

Em março de 1998, Brizola reúne o PDT gaúcho numa churrascaria para dizer que será vice de Lula na eleição presidencial. Olívio Dutra, candidato do PT ao governo do estado, queria fazer uma aliança local, com Dilma de vice, mas os dois partidos só foram se encontrar no segundo turno. Eleito, Olívio chamou Dilma para a Secretaria de Energia (abaixo, em foto de 1999).

Paulo Franken/Agência RBS/Folhapress

Antônio Gaudério/Folhapress

Joel Silva/Folhapress

As prolongadas secas de 1999 e 2000 esvaziam os reservatórios das hidrelétricas e agravam a crise de geração de energia. O apagão *enfraquece o governo. No sul, Dilma aumenta a oferta de energia em 46%. É quando ingressa no PT e ajuda Lula a elaborar o programa de governo para as eleições de 2002.*

Jonne Roriz/Agência Estado/AE

*Avenida Paulista, 27 de outubro de 2002: Lula festeja sua eleição.
Vinte e dois anos depois de criar o PT, ele se torna o primeiro operário a conquistar a presidência da República, com quase 53 milhões de votos.
Dilma se prepara para trabalhar na equipe de transição.
Aos 54 anos, sua vida está prestes a recomeçar mais uma vez.*

capítulo 10

Passagem para o Planalto

Dos 33 ministros nomeados por Lula no primeiro dia de governo, 12 tinham militado em grupos marxistas clandestinos[14] antes ou depois da Anistia de 1979. Destes, três conheceram a cadeia por atividades políticas (José Dirceu, banido e exilado em Cuba; Dilma Rousseff e Nilmário Miranda, torturados, cumpriram pena no país), sem contar Gilberto Gil, preso por ser artista e forçado a se exilar, Olívio Dutra e Luiz Dulci, presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional por liderar greves, da mesma forma e na mesma época que o novo presidente. A equipe tinha um sobrevivente do governo deposto de João Goulart, o ex-consultor-geral da República Waldir Pires, cassado pelos militares. Onze ministros tinham sido dirigentes sindicais,[15] e Benedita da Silva, primeira ministra negra, tinha morado na favela, como Lula. Foi a maior mudança na origem política e social de um governo brasileiro desde a proclamação da República, em 1889. O discurso de Lula na posse, diante do Congresso Nacional, começava assim:

> *"Mudança" – esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro.*

O discurso continha, sim, suas ressalvas – "mudar com coragem e cuidado (...) por meio do diálogo e da negociação"; "manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais"; "o que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias" –, mas refletia a enorme expectativa em torno de Lula: 80% da população achava que ele faria um bom governo, diziam as pesquisas; 200 mil pessoas compareceram à posse, uma festa popular sem precedentes em Brasília. A responsabilidade sobre os ombros do presidente era também enorme. "Como primeiro trabalhador a ocupar este cargo, eu não tenho o direito de errar, ou outro trabalhador não será presidente tão cedo", Lula costumava dizer.

Era posível temer excessos de entusiasmo dos novos ministros – e até o deslumbramento de alguns –, mas não uma recaída insurrecional e

revolucionária. Depois de governar grandes cidades e alguns estados, o PT era um partido institucional clássico. Sua corrente majoritária (que a partir de 2006 se chamaria Construindo um Novo Brasil – CNB) estava mais próxima da social-democracia do que qualquer outro segmento político do país. Além disso, Lula buscou equilibrar a equipe com quatro expressões do mundo empresarial: Luiz Fernando Furlan, Roberto Rodrigues (ambos tinham votado em Serra), Walfrido dos Mares Guia (deputado do PTB que apoiou FHC até o penúltimo ano do mandato) e até um deputado eleito pelo PSDB, o ex-presidente do Bank of Boston, Henrique Meirelles, nomeado presidente do Banco Central. Na coordenação política, José Dirceu operava para repetir no Congresso a fórmula tucana de aliança com partidos médios, do centro à direita, e uma parcela do PMDB.

Lula usou seu capital político, no primeiro ano de governo, para avançar na reforma da Previdência e aplicar as medidas duras que a situação econômica exigia. A *Carta ao Povo Brasileiro* já alertava: "A margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena." A Fazenda de Palocci e o BC de Meirelles mantiveram os juros elevados – a taxa básica subiu a 26,5% nos primeiros meses e só começou a cair em julho. O governo se comprometeu com uma brutal economia nas contas: a meta de 4,5% de superávit primário (diferença entre o que o governo arrecada e todas as despesas, menos os juros da dívida). Lula precisava conter a inflação e recuperar a confiança no país, ao custo de passar mais um ano sem crescimento significativo da economia.

No começo do governo, a conexão com a esperança era o programa Fome Zero, que mobilizou solidariedade, mas tropeçou no voluntarismo e levaria algum tempo até ser corrigido e posto de pé. Também se podia perceber uma profunda mudança na agenda do presidente da República. Cada vez mais o Palácio do Planalto se abria para sindicalistas, índios, feministas, negros, ambientalistas, pescadores, quilombolas... Lula recebeu representantes de entidades de classe e movimentos sociais em 94 audiências nos primeiros 12 meses. Mais de mil entidades regionais participaram de debates nos estados sobre a elaboração do Plano Plurianual 2004-2009. Essa articulação social intensa se revelaria fundamental quando o governo enfrentou sua maior crise, em 2005.

Logo depois da posse, Lula foi ao esquerdista Fórum Social Mundial, de onde seguiu diretamente para o Fórum Econômico de Davos (que naquele tempo ainda tinha importância). O Itamaraty do chanceler Celso Amorim combinou a curiosidade global em torno do operário presidente com uma agenda comercial para abrir mercados – as exportações de matérias-primas e do agronegócio

sustentaram a economia no primeiro ano. Foram 32 viagens em 12 meses, cobrindo o espectro político da África à Ásia, da Europa à América do Sul, do Oriente Médio ao Caribe.

Depois de ser aplaudido de pé na ONU, onde propôs criar uma frente mundial de combate à fome, Lula desabafou com o então prefeito de Aracaju, Marcelo Déda. "Sabe no que estou pensando, Dedinha? No pessoal que está assistindo pela TV lá no boteco em São Bernardo. Eles estão vendo que um cara igual a eles chegou até aqui", disse Lula ao amigo na suíte do hotel em Nova York, vestido com uma camiseta branca e o calção preto do seu Corinthians.

A desenvoltura de Lula no exterior surpreendeu os adversários. Apostava-se no fiasco de um presidente monoglota – que cometia erros em seu próprio idioma – em contraste com FHC, um diplomata nato e até então o mais cosmopolita dos presidentes do Brasil. Pois Lula resolveu disputar com o antecessor justamente nesse quesito. Na sua primeira viagem aos Estados Unidos, em junho, ainda era forte a memória da humilhação a que foi submetido o chanceler de FHC, Celso Lafer, um ano antes: em missão oficial, Lafer foi três vezes obrigado a passar por revistas e a tirar os sapatos em aeroportos americanos (era a rebordosa dos atentados do 11 de Setembro). Durante o voo de Brasília a Washington (ainda no velho Boeing 727, o *Sucatão*), Lula reuniu sua comitiva de dez ministros e deu apenas uma ordem: "Ministro meu que tirar o sapato não é mais ministro; não vai nem voltar no *Sucatão* comigo."

Ninguém foi constrangido no desembarque. À noite, porém, quando os ministros chegaram à Casa Branca para a recepção do presidente George W. Bush, o carro que os transportava estacionou diante de uma fila de agentes do FBI, com um cão farejador à frente. "Ninguém sai", comandou José Dirceu quando a porta da van se abriu. Alguém ligou para Amorim, que já tinha chegado com Lula. Enquanto aguardava a solução do impasse, Dirceu olhava fixamente para o cão e resmungava, apertando os dentes:

– Se esse cachorro entrar no carro, eu mato ele...

Indiferente às ameaças do ministro-chefe da Casa Civil (com dois anos de treinamento militar em Cuba), o cão espichou o focinho para dentro da van. Num gesto reflexo, Dilma raspou o pé no assoalho do carro e enxotou:

– Sai, cachorro! Passa, tiu!

O cão recuou, sem latir nem ganir. Mais alguns contatos entre segurança e cerimonial dos dois países e agentes e cão farejador foram desmobilizados. Só então a comitiva desceu. Lula costumava recorrer aos sapatos de Celso Lafer para ilustrar sua tese sobre política externa soberana: "Só é respeitado quem se

faz respeitar; vale para as pessoas e vale para as relações entre países." Dilma sempre agiu assim.

No front interno, os desafios da ministra de Minas e Energia eram mais complicados do que enxotar um cachorro. Antes mesmo de tomar posse, ela suspendeu o pagamento de metade da conta cobrada ao governo pelas distribuidoras de energia (3 bilhões de reais) até fazer auditoria no mercado atacadista (MAE), e anunciou uma revisão nos reajustes de tarifas, previstos para abril – o IGPM, índice de inflação usado para corrigir as tarifas, tinha fechado o ano com alta de 25,31%.

No discurso de posse, ela prometeu um novo marco regulatório para o setor, baseado em três parâmetros: modicidade das tarifas, confiabilidade do fornecimento e segurança dos investidores. Disse que o *apagão* "foi a comprovação do fracasso do modelo lançado no país pelo governo que estamos substituindo, que criou entraves ao nosso desenvolvimento". Ao final de um dos mais duros discursos daquele dia de posses nos ministérios, agradeceu "às companheiras que durante os anos 60 e 70 foram combatentes na resistência à ditadura militar, especialmente àquelas que não estão mais entre nós". Aí a ministra durona chorou.

O Ministério de Minas e Energia era um dos cenários mais desoladores na Esplanada, uma repartição esvaziada, com mais motoristas do que engenheiros no quadro de servidores. Dilma levou o "líder" Maurício Tolmasquim para ser seu número dois na secretaria-executiva. Da equipe de transição, Dilma pinçou também o chefe de gabinete Nelson Hubner, que ela conheceu como chefe da Fiscalização da Aneel, mas que tinha laços com o PT e o PDT desde o tempo em que foi diretor da Companhia Energética de Brasília, no governo Cristovam Buarque (1995-1999). Ambos viriam a ser ministros interinos, com apoio de Dilma, ao longo do governo Lula. O professor Luiz Pinguelli foi presidir a Eletrobras (de onde saiu 15 meses depois para dar lugar a Silas Rondeau, indicado por José Sarney e futuro sucessor de Dilma no MME). O professor Ildo Sauer virou diretor de Gás e Energia da Petrobras (de onde saiu em 2007, acumulando divergências com o governo).

Do Sul, Dilma trouxe Giles Azevedo, dessa vez para uma função típica de geólogo, a Secretaria de Minas e Metalurgia. Numa prova de confiança, Dilma transferiu a ele a concessão de direitos de lavra, que até então era prerrogativa exclusiva do ministro. Trouxe ainda Álvaro Baggio, o escarafunchador de contratos, e o *menino* Anderson Dorneles. Para a consultoria jurídica, Dilma nomeou a advogada Erenice Guerra, funcionária da Eletrobras e assessora da

Liderança do PT na Câmara, a quem tinha sido apresentada durante a transição. Erenice ajudava Dilma a compreender o complexo mundo interno do PT.

Dilma consumiu o ano de 2003 nas negociações do novo marco regulatório da energia e nos projetos que tinha acertado com Lula. Nomeada presidente do Conselho de Administração da Petrobras, ela entrou em sintonia com o novo presidente da estatal, José Eduardo Dutra (mineiro emigrado como ela, sindicalista e ex-senador do PT por Sergipe), e o diretor financeiro Sergio Gabrielli (dirigente do PT na Bahia e colega de Dilma na equipe de transição). No segundo mês do governo, a Petrobras suspendeu as licitações das plataformas marítimas P-51 e P-52, para incluir a exigência de um percentual mínimo de conteúdo brasileiro, a promessa feita por Lula na TV. Tudo certo no papel, mas faltava combinar com a burocracia da estatal, que só conhecia fornecedores estrangeiros para quase tudo. Um dia disseram a Dilma que ninguém no Brasil sabia fabricar certo tipo de parafuso de segurança de uso naval. A ministra foi falar pessoalmente com os donos de uma metalúrgica no Rio. "Vocês não seriam capazes de fabricar isto aqui?", ela perguntou, mostrando a peça importada.

Seriam sim, ministra. Aquele e muitos outros componentes de navios e plataformas passaram a ser feitos no Brasil e vendidos para a maior empresa do país. Quando a P-51 foi inaugurada, em outubro de 2008, era a primeira plataforma semissubmersível totalmente construída no país, com mais de 75% de conteúdo nacional. O contrato gerou quatro mil empregos no estaleiro BrasFELS, de Angra dos Reis. A indústria naval se reerguia, depois de 20 anos encalhada.

Um balanço da Agência Nacional de Energia Elétrica no último ano de FHC mostrou que havia no país 230 obras do setor paralisadas e 33 concessões de usinas geradoras e linhas de transmissão prestes a caducar, por falta de confiança e de regras claras. Para setores mais empedernidos do PT, isso indicava a necessidade de anular contratos e estatizar novamente toda a geração e distribuição. A maior parte dos empresários do setor achava que esse era também o pensamento de Dilma, mas ela mostrou que não era bem assim. Dilma nunca foi estatizante nem antiestatizante por princípio. Gostava de analisar cada situação sem preconceitos.

A ministra deu mais ouvidos a Tolmasquim (e usou sua própria experiência no Sul) para viabilizar um modelo que combinava investimento público e privado, mercado aberto e poder regulador do Estado. A proposta seria aprovada pelo Congresso em 2004, com os votos da oposição. No modelo anterior, as concessões eram dadas ao grupo que pagasse mais ao governo pelo direito de gerar ou vender eletricidade. No modelo Dilma, vencia quem garantisse a menor

tarifa para o consumidor. O prazo dos contratos aumentou, e a segurança dos investidores também. No segundo governo Lula, a oferta de energia crescia em média 4,5% ao ano, sem contar os grandes investimentos nos rios Madeira e Tapajós. Nessa negociação, Dilma transitou muito no Congresso e ganhou a confiança dos investidores. Em agosto de 2006, um relatório da Standard & Poor's sobre o novo modelo afirmava:

> *Ele incentiva a estabilidade no setor ao implementar regras e procedimentos mais claros e favoráveis e, mais fundamentalmente, elegendo o planejamento de longo prazo como fator-chave para o setor (...) O país e o setor se recuperaram com êxito da crise de 2002.*

Noutras palavras, não faltaria energia para o país voltar a crescer, ou, como dizia Lula: "*Apagão*, nunca mais." Isso foi possível também porque Dilma acelerou a interligação do sistema elétrico nacional. Na falta de energia numa região, o abastecimento passou a ser possível com o excedente de outra. O novo modelo criou também a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), para recuperar a capacidade de planejamento. Dilma dizia que o desmonte do setor público de planejamento estava na raiz do *apagão* e de outros gargalos da infraestrutura. A EPE, que desde 2005 foi presidida por Maurício Tolmasquim, tornou-se uma referência para o ministério quando Lula cedeu a vaga de Dilma ao PMDB.

É verdade que energia é um assunto que só desperta a atenção do público quando está em falta, e isso explica por que apenas os especialistas perceberam a importância do novo marco regulatório. Mas havia mais de dez milhões de brasileiros que não tinham acesso a luz nenhuma, nem estatal nem privatizada, e foi para eles que Dilma dirigiu um programa que seria fundamental para a reeleição de Lula em 2006: o Luz para Todos. O governo anterior tinha um programa de eletrificação rural, Luz no Campo, que nunca deslanchou porque os consumidores não tinham como pagar pela instalação de transformadores, postes e fios até suas casas. E como poderiam, se a renda média em mais de 70% desses lares era de um a três salários mínimos? "Só com subsídio, só com o governo bancando é que vamos fazer", Dilma disse a Lula.

O dinheiro para isso, ela garantiu, estava em dois fundos formados com parte do dinheiro das contas de luz. Eram 5,3 bilhões de reais para investir em cinco anos, mais 1,7 bilhão de reais dos governos estaduais e das empresas de energia, que receberam concessões com metas de universalização do serviço. O Luz para Todos foi anunciado em novembro. Lula gostou tanto que levou todo o ministério, em março de 2004, para acender lâmpadas nos casebres rurais de Itinga, uma

das cidades mais miseráveis do vale do Jequitinhonha.

"Estes brasileiros viviam nas trevas do século XIX, e agora estão chegando ao século XXI", dizia o presidente enquanto ligava interruptores nos casebres. Numa dessas inaugurações, uma lavradora nordestina contou a Dilma e Lula que passou a primeira noite com energia em casa acendendo e apagando a luz do quarto, porque nunca tinha visto os filhos dormindo.

A essa altura todos no Palácio do Planalto sabiam que Lula prestava cada vez mais atenção à ministra, mas a prova dos nove veio na reunião da coordenação de governo que analisou o projeto Gasene – um gasoduto de 1.400 quilômetros que interligaria as redes da Petrobras do Sudeste e do Nordeste do país, obra de 8 bilhões de reais. Era o tipo de decisão estratégica que Lula preferia compartilhar. A Petrobras tinha uma parceria tradicional com o Japão nesse tipo de projeto e tudo indicava que seria mantida, a não ser por uma sugestão do Itamaraty: por que não usar o Gasene para firmar uma parceria estratégica com a China?

"Quando vi o Palocci e o Zé Dirceu votando a favor dos japoneses, pensei que o assunto estava liquidado", recorda José Eduardo Dutra. "Mas aí a Dilma chamou o presidente Lula de lado e ele nos disse que queria amadurecer a questão um pouco mais, antes de decidir. Isso nunca tinha acontecido."

Aconteceu que o gigantesco gasoduto se tornou a primeira obra realizada no Brasil pela Sinopec, a estatal chinesa do petróleo, abrindo caminho para outros investimentos chineses, como queriam Dilma e o Itamaraty. Sua inauguração na cidade baiana de Catu, em 26 de março de 2010, foi a última a que a ministra compareceu, ao lado de Lula, como chefe da Casa Civil e coordenadora do PAC, antes de deixar o governo para ser candidata.

Dilma tinha conquistado um lugar muito especial junto ao presidente quando a palavra *mensalão* desabou sobre o Palácio do Planalto, deflagrando a crise que marcou profundamente o PT, seus principais dirigentes e a história do governo Lula. O termo foi empregado pelo presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson, numa entrevista à *Folha de S.Paulo* publicada em 6 de junho de 2005. Ele dizia que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, vinha pagando mesada de 30 mil reais aos deputados do PL e do PP, em troca de apoio ao governo. Dizia que recusou uma oferta de *mensalão* para o PTB e que denunciou Delúbio a José Dirceu e mais quatro ministros. Dizia, por fim, que o pagamento foi suspenso depois que ele levou o assunto ao conhecimento do presidente Lula, e que Lula teria chorado ao ouvir seu relato.

As investigações da Polícia Federal, do Ministério Público e três CPIs no Congresso não comprovaram a parte gasosa da entrevista: Lula não chorou (ele

mandou o ministro de Relações Institucionais, Aldo Rebelo, apurar a história de Jefferson) e o esquema de Delúbio não funcionava da forma descrita pelo chefe do PTB. Mas o que se descobriu de verdadeiro era suficiente para cobrir o PT de vergonha e jogar o Planalto nas cordas: nos dois primeiros anos do governo Lula, o tesoureiro do partido manipulou pelo menos 55 milhões de reais obtidos na sombra com Marcos Valério Fernandes de Souza, sócio-diretor das agências de publicidade DNA e SMPB, de Belo Horizonte. O *valerioduto*, como ficou conhecido, era uma fábrica de empréstimos favorecidos nos bancos BMG e Rural, cobertos pela contabilidade das agências de publicidade e rateados entre chefes políticos sob as ordens de Delúbio. Praticamente igual ao esquema que Valério foi acusado de montar para pagar contas da campanha eleitoral do PSDB de Minas em 1998, e que vinha sendo investigado pelo Ministério Público e pela Polícia Federal.

Delúbio usou parte do dinheiro do *valerioduto* para pagar contas vencidas da campanha eleitoral de Lula (15 milhões de reais para o publicitário Duda Mendonça, mais as despesas com a festa da posse). Parte foi usada nas campanhas do PT para prefeito de 2004 e pelo menos 20 milhões Delúbio passou ilegalmente a dirigentes de partidos aliados: 10,8 milhões ao presidente do PL, deputado Valdemar Costa Neto; 4,1 milhões a um preposto do líder do PP na Câmara, José Janene; 2,1 milhões ao deputado José Borba, líder de uma das alas do PMDB; e 3,5 milhões ao PTB de Jefferson, o denunciante do *mensalão*. Era o que estava registrado nas anotações que Marcos Valério mostrou à polícia.

Os detalhes constrangedores desse esquema ainda não eram conhecidos quando José Dirceu, o homem forte do PT e do Planalto, começou a sentir a pressão da corda em volta do pescoço. Jefferson era um aliado fora de controle desde maio, quando a revista *Veja* divulgou o vídeo de um chefe de departamento dos Correios, Maurício Marinho, indicado pelo PTB, cobrando propina de um fornecedor. A denúncia era fruto de uma disputa comercial, mas o chefe do PTB enxergou ali o dedo do Planalto, tentando minar seu partido. Jefferson passou duas semanas ameaçando romper com o governo (procurado em casa por Dirceu e por Aldo Rebelo, despachou-os pelo interfone). Ele decidiu dar sua entrevista-bomba à *Folha* depois de ler, no jornal *O Globo*, um mapeamento dos cargos ocupados pelo PTB no governo federal, que só poderia ter saído da Casa Civil. Deu no que deu.

A cor do dinheiro estava tingindo as relações do PT com os aliados desde o dia em que Lula fechou a chapa com José Alencar, do PL. Numa negociação com Dirceu, da qual nem Lula nem Alencar participaram, o deputado Valdemar

Costa Neto exigiu, para formalizar a coligação, apoio financeiro do PT para os candidatos a deputado do PL. Exigiu e levou. Na CPI dos Correios, Delúbio iria dizer que o *valerioduto* pagou essa conta e financiou campanhas de candidatos do PL, PTB, PP e PMDB nas eleições municipais de 2004. O tesoureiro caprichou no eufemismo: "Recursos não contabilizados pelo partido." Todo mundo entendeu: caixa dois do PT.

Lula já tinha provado o gosto de demitir ministros quando a entrevista de Jefferson saiu. Em janeiro de 2004 ele dispensou Cristovam Buarque por telefone (o ministro da Educação estava em Portugal). Naquela reforma, ele criou a Secretaria de Relações Institucionais, deslocando da Casa Civil a coordenação política e o Ministério do Desenvolvimento Social, onde o deputado Patrus Ananias (PT-MG) iria botar de pé o Fome Zero, implantando o Bolsa Família. Mas Zé Dirceu não era um ministro qualquer; era o capitão do time, na expressão do próprio Lula.

Mesmo tendo deixado para o deputado José Genoino a presidência do PT, Dirceu era a maior liderança do partido, depois de Lula, e o principal articulador da corrente majoritária, à frente dele. Esteve no centro de cada decisão importante ao longo da campanha e era o mais visível candidato a suceder Lula, mesmo numa disputa velada em que o nome de Antonio Palocci vinha crescendo. A imagem de homem forte que Dirceu tinha deixado cultivar em torno de si se voltou contra ele na hora do escândalo. Apesar das negativas do ministro e da falta de provas materiais contra ele, era difícil pensar que qualquer coisa daquele tamanho pudesse ter acontecido, na cúpula do PT, sem o conhecimento do poderoso Zé Dirceu.

No final da manhã de 14 de junho, oito dias depois da entrevista de Jefferson, Dirceu já estava esvaziando as gavetas no gabinete do quarto andar do Palácio do Planalto, exatamente acima da sala do presidente, com quem compartilhava o elevador privativo. "Vou voltar para o Congresso como deputado, para defender o governo e minha honra. Está decidido, é só acertar a data com o Lula", ele contou a um jornalista.

No caminho até a porta, o ministro parou diante da mesa enorme, sobre a qual havia apenas um pedaço de papel, metade de uma folha tamanho ofício. Passou os olhos sobre o texto, um relatório de situação de um banco de investimentos estrangeiro. O documento traçava um cenário de baixo desempenho da economia brasileira, mencionava os gargalos na infraestrutura do país e apostava na manutenção dos juros elevados. "Era isso que a gente devia estar discutindo", lamentou, antes de pedir ao repórter que não o citasse como fonte da informação

de que ia deixar o governo.

A notícia de que José Dirceu já tinha acertado com Lula sua saída do ministério estava nos terminais da Agência Reuters às 15h36. Nos 24 minutos seguintes, o índice da Bolsa de Valores de São Paulo subiu 2 pontos percentuais, para fechar em alta de 3,38 pontos. A cotação do real subiu 0,65% em relação ao dólar. Para o mercado, não era Dirceu, era a crise que estava saindo do quarto andar do Palácio do Planalto. Na mesma tarde, o Conselho de Ética da Câmara ouvia Roberto Jefferson. A frase que ficou desse depoimento foi o conselho teatral do chefe do PTB ao chefe da Casa Civil, diante das câmeras de TV. "Sai daí, Zé. Sai daí logo antes que você faça réu um homem inocente, o presidente Lula", ele disse.

Dirceu tinha concluído um ciclo de três conversas com Lula. Na sexta-feira anterior, no final do expediente, avaliaram a necessidade de nomear mais ministros do PMDB (já havia dois), para apoiar o governo ao longo de uma crise de desdobramentos imprevisíveis. No fim da tarde de domingo, na Granja do Torto, onde Lula estava morando, Dirceu admitiu que, para o governo, era melhor que ele saísse. Foi provavelmente na terceira conversa, na segunda-feira, que Lula testou pela primeira vez a receptividade ao nome que tinha em mente para substituir Dirceu.

"Por que não a Dilma?", indagou Lula, naquele jeito de quem consulta já tendo uma opinião formada. Lula tinha dito mais de uma vez que Dirceu havia feito a escolha errada na reforma de 2004: devia ter ficado na coordenação política, deixando a Casa Civil para alguém com mais perfil de gestão – e gestão dura. Depois de dois anos e meio de convivência, Lula sabia que Dilma era a pessoa para esse lugar. Além disso, por ter vindo do brizolismo, ela não estava estigmatizada pelas disputas internas do PT. A reação positiva de Dirceu ao ouvir o nome da colega teria sido outra, provavelmente, se Lula o sondasse sobre Antonio Palocci. O ministro da Fazenda despertava simpatias fora do PT e resistências dentro dele pela mesma razão: a rigorosa contenção de gastos públicos e a política de juros que vinha mantendo para controlar a inflação. De resto, Lula não tinha opção para substituí-lo na Fazenda.

Antes que se abrisse uma disputa interna pela Casa Civil, com Dirceu ainda sentado na cadeira, Lula cuidou de semear sua ideia. "Eu estou pensando na Dilma, o que vocês acham?", ele perguntou, sem esperar resposta, a três auxiliares petistas que tinham ido sondá-lo: o ministro Luiz Dulci, o chefe de gabinete Gilberto Carvalho e o assessor para política internacional Marco Aurélio Garcia. Usou a mesma estratégia para abordar Palocci. Pela segunda vez, Lula

decidia o destino de Dilma Rousseff antes de consultá-la, como havia feito na escolha para o MME.

Dirceu tinha planos de ser líder do PT na Câmara e seguir como articulador do governo, mas não dispunha de condições políticas para articular muita coisa, além da própria defesa, quando entregou a Lula sua carta de demissão, dois dias depois da fala de Jefferson na Câmara. Na véspera, Dilma já tinha recebido uma sondagem sobre a troca de posto, mas foi na manhã de sexta-feira, 17, que Lula fez o convite. Pela primeira e única vez em oito anos de governo, Dilma pediu tempo para pensar antes de aceitar uma missão. Às 11h31 o site de notícias UOL publicava nota do jornalista Kennedy Alencar: "Dilma deve substituir Dirceu na Casa Civil". Lula tinha providenciado o vazamento extraoficial da informação para estancar especulações e dificultar um eventual recuo de Dilma. A conversa definitiva só ocorreu no fim de semana em Assunção, no Paraguai, no intervalo de um encontro de ministros e presidentes de países do Mercosul.

***

Dilma Rousseff foi a primeira mulher a assumir a chefia da Casa Civil da presidência da República. A solenidade de posse, na tarde de terça-feira, 21 de junho, foi também a despedida de José Dirceu do governo do PT. Em seu discurso, o capitão do time chamou a sucessora de "camarada de armas". Ela o chamou de "companheiro de lutas". No quintal da residência oficial do chefe da Casa Civil, para onde Dilma iria se mudar, Dirceu deixou o cão de raça fila Nego, que ela adotou. O primeiro programa de TV da campanha presidencial de 2010 foi uma competente cinebiografia de Dilma Rousseff, feita pela equipe do marqueteiro João Santana. O filme terminava com cenas da candidata brincando com um cachorro de pelo preto e macio, às margens do lago Paranoá, em Brasília. O cachorro era o Nego.

capítulo 11

Rua por rua, casa por casa

Foi no começo de julho de 2005, pouco depois de dar posse a três ministros do PMDB, que o presidente Lula recebeu no gabinete do Planalto um destacamento de ponta dos movimentos sociais: lideranças do MST, da Contag, da CUT, os aliados dos tempos de oposição, inclusive alguns que tinham ficado pelo caminho quando o PT chegou ao poder. Levados ao palácio por Gilberto Carvalho e Luiz Dulci, eram o fio terra entre o presidente e sua mais profunda base social. Foram dizer a ele que estavam prontos para sair às ruas e defender o governo contra um "golpe das elites", como eles interpretavam o cerco das investigações em torno do PT. Passeatas, greves, manifestações, o que fosse – aquele exército estava se apresentando para o combate.

Desde o início da crise do *mensalão*, a palavra *impeachment* tinha voltado a circular com naturalidade nas rodas políticas, colunas de jornal e conversas de botequim. Era um desfecho possível, devido ao impacto da denúncia e à desarticulação da base do governo no Congresso (em fevereiro, o PT tinha conseguido a proeza de perder a presidência da Câmara para o obscuro deputado Severino Cavalcanti). Era também uma aposta arriscada, pois encontraria resistência daquela gente que estava com Lula no gabinete e, certamente, estaria com ele nas ruas. "Nossos adversários não devem brincar com fogo", advertiu o presidente da CUT, Luiz Marinho, no dia seguinte à queda de José Dirceu. Na reforma da equipe de Lula, Marinho foi para o Ministério do Trabalho.

Uma semana antes da queda de Dirceu, Fernando Henrique Cardoso defendeu a estratégia de manter o governo se esvaindo na crise, em vez de partir para a deposição. Reportagem da revista *Época* reproduzia as conversas de FHC com aliados: "O erro do PT foi não ter deixado Collor sangrar; eles teriam vencido as eleições. Não vamos cometer o mesmo erro; vamos deixar o Lula sangrando e vencer as eleições." No primeiro dia de julho, o ex-presidente abriu o jogo numa entrevista à revista *Exame*: "Lula deveria anunciar que não é mais candidato à reeleição."

A entrevista do ex-presidente ainda ecoava quando Lula recebeu os movimentos sociais no Planalto. "O mais importante pra mim é saber que

continuo tendo a confiança de vocês", agradeceu o presidente da República. "Era isso que eu precisava ouvir neste momento." Lula não achava necessário, nem conveniente, radicalizar ainda mais o ambiente político. Até porque não sabia que tipo de coelho ainda podia sair da cartola do *mensalão*. Era fundamental contar com a carta da base social no jogo, mas ele sequer autorizou a divulgação do encontro.

Tomado o pulso da base, Lula podia confirmar a única estratégia para sair politicamente vivo da crise: fazer um bom governo nos 18 meses de mandato que lhe restavam e conquistar a reeleição em outubro de 2006. "Eu não sou o Collor de Mello, que caiu sozinho porque não tinha inserção social. Eu tenho o apoio de vocês", disse Lula aos camaradas. "Vamos superar isso tudo, porque meu governo tem muita coisa pra mostrar e vai ter muito mais até o ano que vem, vocês vão ver."

Parte do que Lula tinha para mostrar era o que vinha assegurando o apoio dos mais pobres, de acordo com pesquisas feitas no calor da crise – e não era apenas a recuperação da estabilidade econômica:

- o salário mínimo de 350 reais comprava quase 50% mais do que no governo tucano.
- o financiamento da agricultura familiar, multiplicado por cinco, chegava a dois milhões de pequenas propriedades; a produção de arroz cresceu 30%; o preço dos alimentos caía no Brasil enquanto subia no mundo.
- o Bolsa Família, redesenhado pela economista Ana Fonseca e implantado pelo ministro Patrus Ananias, chegava a oito milhões de lares pobres em 2005.
- os empréstimos consignados em folha de pagamento – ideia de Luiz Marinho – faziam circular mais 50 bilhões de reais na economia, aumentando o consumo das famílias.
- em dois anos e meio, foram criados três milhões de novos empregos com carteira assinada.

O que Lula mais precisava, naquele momento, era de uma retaguarda segura no Planalto para manter os programas sociais funcionando e desatar o grande nó dos investimentos em infraestrutura que não saíam do papel. Esta era a missão da ministra Dilma Rousseff.

A Casa Civil era um terreno minado pela incerteza e abalado pela queda de José Dirceu. Dilma chegou pisando em ovos. Convocou, primeiro, Giles Azevedo, com uma conversa de que precisava dele por "uns seis meses", só até arrumar a casa. Giles ficou até o último dia, sempre numa posição discreta para

o público, mas em linha direta com a chefe. Dilma manteve Miriam Belchior na subchefia de Articulação e Monitoramento, posto-chave para a gestão de projetos. Elas tinham trabalhado juntas na equipe de transição. Mestre em Administração Pública pela FGV, Miriam foi assessora especial de Lula no começo do governo e sempre teve a confiança do chefe. Ninguém conhecia melhor do que ela os programas estratégicos do governo. Dilma levou também a economista Tereza Campello, que tinha vindo do governo Olívio Dutra para a transição. Tereza trabalhou na implantação do Bolsa Família, mas Dilma fez dela uma especialista em energia renovável, na coordenação do programa do biodiesel.

A Casa Civil funcionava também como uma grande prefeitura da presidência da República, administrando o Palácio do Planalto, as residências oficiais, a frota de carros, restaurantes funcionais, telefones e serviços para o presidente, sua família e cerca de dois mil funcionários. Quem já viu um governo por dentro sabe o que é cuidar desse vespeiro: fornecedores, contas, cartões corporativos, miudezas do cotidiano que se tranformam em grandes problemas. José Dirceu tinha passado essa tarefa ao secretário executivo Swedenberger Barbosa, o Berge, ex-presidente do PT do Distrito Federal. Para substituí-lo, Dilma escolheu Erenice Guerra, a chefe da consultoria jurídica do MME que estava com ela desde a época da transição.

Amiga de *Berge*, Erenice conhecia os meandros do PT e suas ramificações no Planalto. Uma das primeiras missões que Dilma lhe deu foi desalojar o secretário-geral do PT nacional, Sílvio Pereira, que ocupava um gabinete no quarto andar do Planalto sem exercer qualquer função na presidência. Pereira iria pedir desfiliação do PT algumas semanas depois de perder a sala, quando a TV Globo mostrou que ele tinha ganhado uma caminhonete Land Rover de presente de uma fornecedora da Petrobras, a empresa GDK da Bahia.

***

Lula formou a nova coordenação de governo com Dilma, Palocci, Dulci, o amigo baiano Jaques Wagner (novo ministro de Relações Institucionais) e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, renomado criminalista e um conselheiro a quem Lula ouvia com respeito quase filial. Ciro Gomes, já filiado ao PSB, também se juntou ao grupo mais próximo do presidente. Os seis ministros reuniam-se todas as manhãs, antes da chegada do chefe, para avaliar as notícias do dia e calcular os desdobramentos. Pelo tipo de assunto com que lidava, a coordenação logo passou a ser chamada de gabinete de crise.

O *mensalão* era um desfile de vexames que parecia não ter fim, abatendo petistas feito dominós. As negativas peremptórias da cúpula do partido – "O PT não rouba nem deixa roubar", repetia como um mantra o presidente José Genoino – começaram a ruir quando a revista *Época* publicou, em 4 de julho, cópias de um contrato de empréstimo do Banco Rural ao partido. No valor de 2,4 milhões de reais, o documento era assinado pelo tesoureiro Delúbio Soares e pelo próprio Genoino, com aval de Marcos Valério Fernandes de Souza, o empresário de publicidade de Belo Horizonte que, sabia-se agora, era também um atrevido lobista.

A reportagem não dizia, mas a fonte da informação era um dirigente de segundo escalão do próprio PT. Ele entregou o empréstimo – que conhecia por ser amigo de Delúbio – na tentativa de se livrar de uma denúncia sobre suas próprias atividades numa empresa pública que tinha dirigido no primeiro ano de governo. Esse era o ambiente no PT: desconfiança, suspeita, delação. Ninguém sabia onde terminava a responsabilidade de um e começava a culpa do outro.

O furo da revista puxou o fio dos outros empréstimos e expôs as relações de Valério com setores do governo. Na condição de amigo do tesoureiro, ele tentou fazer negócios milionários para o Banco Rural e para o Grupo Opportunity, controlador de empresa de telefonia que era cliente de suas agências de publicidade. Valério fracassou como lobista em todos os casos investigados pela CPI, mas o simples fato de ter ousado tanto era constrangedor – além disso, restava dúvida se tentou fazer outros negócios e com que resultados.[16]

Nenhuma revelação sobre empréstimos facilitados, contabilidade clandestina ou tráfico de influência teria tanto impacto quanto a notícia que estourou na tarde de 8 de julho: no raio X do Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, a Polícia Federal deteve um passageiro que embarcava para Fortaleza transportando cerca de 200 mil reais na maleta. Ele disse que era o dinheiro da "venda de verduras" no Ceagesp. Ao revistá-lo, a PF encontrou mais 100 mil dólares escondidos nas roupas, inclusive dentro da cueca. O passageiro não deu mais explicações. Chamava-se José Adalberto Vieira da Silva, era assessor do deputado estadual José Guimarães, do PT cearense, que por sua vez vinha a ser irmão do presidente do partido, José Genoino.

"Deus do céu, isso parece pesadelo", reagiu Lula ao ver a notícia num canal de TV a cabo. Até onde a polícia apurou, aquele dinheiro não tinha ligação com o *valerioduto* nem com o presidente do PT, mas nunca antes, no imaginário do país, um símbolo se ajustou tanto a um escândalo quanto a cueca dos dólares.[17] Genoino renunciou ao cargo no dia seguinte. Ele tinha construído uma das mais

bonitas biografias da esquerda brasileira e conquistado o respeito de interlocutores em todo o espectro político. Mergulhou em depressão por um longo período.

Sete dias depois, Marcos Valério foi ao procurador geral da República, Antonio Fernando de Souza, para confessar o esquema de empréstimos facilitados e os 55 milhões de reais repassados ilegalmente por orientação de Delúbio. Entregou uma lista com 31 nomes, os valores que cada um recebeu e as datas. Não era a mesada descrita por Roberto Jefferson na entrevista que deu nome ao escândalo – nem por isso era menos escandalosa. A lista de Valério praticamente compõe o rol de beneficiários do esquema na denúncia apresentada pelo procurador geral ao STF.

Naquela altura, o próprio Jefferson tinha mudado sua versão: ele confessou ter recebido, sim, 4 milhões de reais de Delúbio – parte da "ajuda" de 20 milhões do PT a candidatos a prefeito do PTB, prometidos e não totalmente pagos. Disse que trancou o dinheiro num cofre, mas nunca revelou onde o tal cofre estava. Numa entrevista a uma agência de notícias, depois de instalado o escândalo, Valério disse que essa dívida estaria na origem do rompimento de Jefferson com o governo. Ele contou que estava na sede do PT em Brasília, em maio de 2005, separado apenas por uma divisória fina da sala onde Jefferson cobrava a conta de Delúbio. Segundo Valério, o chefe do PTB ameaçou "explodir vocês todos" se não recebesse o prometido.

"Esse cara ainda vai te criar muito problema, Delúbio. Ele te xingou de tudo", Valério se recordou de ter dito depois que Jefferson se foi. Delúbio, ele disse, apenas sacudiu os ombros e espalmou as mãos vazias. Antes de ir a Brasília para falar com o procurador geral, Valério mandou um recado à direção do PT. "Eu sou o backup do Delúbio. Só eu sei o que ele pagou e para quem", ele disse a um emissário do partido em Belo Horizonte.

Valério queixou-se de que tinha sido abandonado pelo PT e não queria se transformar no único culpado do *mensalão*. Depois de prestar depoimento em segredo, ele gravou uma entrevista para o *Jornal Nacional*. Delúbio repetiu o percurso de Valério nos dias seguintes. Ambos narraram a mesma história: empréstimos, caixa dois, dívidas de campanha do PT e dos partidos aliados; agiram por conta própria, sem o conhecimento de Lula.

O presidente estava em Paris, convidado por Jacques Chirac para a festa do 14 de Julho, quando as entrevistas de Valério e Delúbio foram exibidas. Uma hora antes de embarcar de volta ao Brasil, ele recebeu uma jornalista brasileira que atuava como freelancer na França. O combinado com o porta-voz André Singer

era um depoimento sobre a trajetória de Lula para a TV francesa. Com o presidente na mira da câmera ligada, as perguntas da repórter, naturalmente, foram sobre as denúncias de corrupção que derrubaram a cúpula do partido criado por ele.

"O que o PT fez do ponto de vista eleitoral é o que é feito no Brasil sistematicamente por outros partidos", disse o presidente, assumindo a versão do caixa dois.

Singer repreendeu a freelancer por ter descumprido o trato, mas não contou nada aos repórteres brasileiros que cobriam a viagem de Lula em Paris. O porta-voz já estava em Brasília no domingo, 17, quando descobriu – ele e os 30 milhões de telespectadores do *Fantástico* – que a fala do chefe tinha sido vendida à TV Globo.

Lula voltou ao Brasil disposto a tomar um banho de povo – é como se diz em Brasília quando presidentes saem pelo país em festas e inaugurações. No primeiro semestre ele já vinha visitando em média cinco cidades por semana. Queria dobrar a frequência, aproveitando a retaguarda da ministra Dilma no Planalto. Sentia-se seguro de que nada poderia ligá-lo ao dinheiro do *valerioduto*. Lula tinha mandado a Abin examinar todas as suas contas pessoais e as da primeira-dama Marisa Letícia e dos filhos, desde o dia da posse: cada conta bancária, os cartões de crédito, presentes e outras despesas. Não havia traço de pagamento, transferência ou doação feito por empresas de Valério, por Delúbio ou qualquer dos muitos investigados.[18]

"Não vai ser a elite brasileira que vai me fazer baixar a cabeça", Lula disse em 22 de julho, depois de almoçar com os trabalhadores da Refinaria Duque de Caxias, da Petrobras, no Rio.

Agosto, tradicionalmente o mais aziago dos meses na política brasileira, chegou para Lula no seu 11º dia. Naquela manhã, a CPI dos Correios ouviria o depoimento de Zilmar Fernandes, sócia de Duda Mendonça na agência de publicidade que tinha feito a campanha presidencial do PT e dos candidatos do partido ao governo e Senado no Rio e São Paulo. Quem apareceu na sala da CPI foi o próprio Duda. Quando ele saiu dali, dez horas mais tarde, a palavra impeachment voltava a fazer sentido.

Duda Mendonça confessou que havia recebido de Valério 11,9 milhões de reais, convertidos em dólares e depositados ilegalmente na conta de uma empresa aberta por ele no paraíso fiscal das ilhas Bahamas. O dinheiro seria parte do pagamento de 15,5 milhões de reais a sua agência, pelo pacote de campanhas do PT.

“O dinheiro era claramente de caixa dois, a gente não é bobo”, ele disse à CPI. “Nós sabíamos, mas não tínhamos outra opção, queríamos receber.”

Ansioso e informal demais para a ocasião, o marqueteiro resguardou, sem muita ênfase, as contas da campanha presidencial, que deveriam estar cobertas pelos pagamentos oficiais do PT a sua empresa. “Mas não posso garantir”, ressalvou. Na lambança que Duda Mendonça expôs, com cobertura ao vivo da TV, misturavam-se ao já conhecido caixa dois os crimes de sonegação fiscal e evasão de divisas.[19] “Temos um cadáver sobre a mesa da sala”, disse o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), aliado de Lula. Na oposição, falava-se em cassar o registro do PT na Justiça Eleitoral, extinguir o partido. No plenário da Câmara, cinco deputados petistas foram às lágrimas, dizendo-se traídos e decepcionados com a cúpula do partido. O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Geraldo Majella Agnelo, disse que Lula devia dar explicações: “O povo quer ouvir. É bom que ele fale nesta hora.”

Lula falou no dia seguinte, às 12h35 da sexta-feira, 12 de agosto, na abertura da primeira reunião com o novo ministério. O terno escuro e o semblante fechado contrastavam com a parede de pedras claras da churrasqueira da Granja do Torto. Praticamente sem tirar os olhos do papel, Lula começou lendo um texto sobre as realizações do governo e os avanços na situação do país. Na metade do roteiro, ele chegou ao ponto. Reconheceu “a gravidade da crise política” e, dirigindo suas palavras aos ministros, afirmou: “Quero dizer a vocês, com toda a franqueza: eu me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento. Estou indignado pelas revelações que aparecem a cada dia e que chocam o país.”

Era uma resposta calculada à pergunta que o país fazia desde a descoberta do *valerioduto*: “Ele sabia?” Nem as três CPIs nem a PF nem o procurador geral estabeleceram qualquer relação, direta ou indireta, entre o presidente da República e as denúncias. Lula não apontou nomes de quem o traiu – para ele, isso competia às investigações. Mas, além de negar, faltava pedir desculpas pelo que de fato aconteceu em seu partido e seu governo. Foi só depois de concluir a leitura do texto que Lula passou a encarar diretamente a câmera e encaixou um de seus habituais improvisos.

“Queria neste final dizer ao povo brasileiro que eu não tenho nenhuma vergonha de dizer, ao povo brasileiro, que nós temos que pedir desculpas”, ele disse, repetindo o destinatário das suas palavras. “O PT tem que pedir desculpas. O governo, onde errou, tem que pedir desculpas.”

Aquele improviso custou três horas de discussão entre Lula e o gabinete de

crise, enquanto os demais ministros aguardavam na churrasqueira. Encerrada a transmissão do discurso, Lula pediu a Dilma Rousseff que conduzisse a reunião ministerial e quase não falou nos debates. Todos viram que ele estava abatido.

O PT pediria desculpas dez dias depois, numa nota oficial, mas só iria formalizar a expulsão de Delúbio numa reunião da executiva no final de outubro. Depois da fala de Lula, a crise parecia enquadrada na moldura definitiva: o presidente tentando governar e a oposição fazendo-o sangrar, enquanto mandatos e reputações eram demolidos nos jornais e nos processos do Conselho de Ética da Câmara.

Em 25 de agosto, numa reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Lula disse que não repetiria os ex-presidentes Getúlio Vargas (que se suicidou em 1954), Jânio Quadros (que renunciou em 1961) e João Goulart (deposto em 1964). "O meu comportamento será o comportamento que teve o Juscelino Kubitschek: paciência, paciência, paciência", ele disse, lembrando o mais popular de seus antecessores, que também enfrentou denúncias em seu período de governo.

"Espero que o Lula não renuncie", provocou FHC. "O mais provável é que o governo chegue até o final do mandato, mas chegará mal, porque já perdeu a confiança", o ex-presidente apostava, numa entrevista publicada três dias depois pelo jornal argentino *Clarín*.

No pronunciamento oficial do 7 de Setembro, Lula prometeu manter o rumo da economia e do governo e "redobrar a vigilância ética". Ao final da fala, buscou mais uma vez marcar sua distância em relação aos acusados no escândalo: "É preciso separar o joio do trigo para que possamos punir quem deve ser punido, inocentar quem deve ser inocentado e corrigir o que deve ser corrigido."

Impeachment era só uma palavra estampada em letras amarelas na capa da revista *Veja* quando o alarme voltou a soar no gabinete de crise. O problema agora era com o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, acusado de cobrar propina pela concessão de um dos restaurantes do prédio do Congresso. Ter um aliado no comando da Câmara dos Deputados é algo estratégico para qualquer governo no Brasil. O presidente da Câmara determina a velocidade da tramitação de medidas e projetos do Executivo – é ele também que pode arquivar ou autorizar a abertura de processos de impeachment.

Severino não gostava da ministra Dilma. Ela tinha negado uma indicação dele para a estratégica Diretoria de Exploração e Produção da Petrobras. "Ela não quis me dar aquela diretoria que fura poço e acha petróleo", resmungava o

deputado. Quando passou o MME para Silas Rondeau, indicado por José Sarney, Lula manteve Dilma na presidência do conselho da Petrobras, a estatal responsável pela maior parte dos investimentos do país. Entre a indicação do presidente da Câmara e o veto da chefe da Casa Civil, Lula ficou com Dilma, mas conseguiu atrair Severino para uma boa convivência pessoal. Chamava o deputado de *companheiro*. O deputado o chamava de *conterrâneo* (ambos nasceram em Pernambuco).

Severino caiu em 21 de setembro. Dilma esticou o expediente ao longo da semana seguinte para ajudar a eleger o candidato do Planalto ao lugar dele. O deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) venceu o candidato da oposição, José Thomaz Nonô (PFL-AL), por 258 votos a 243. Mesmo apertada, foi a primeira vitória política do governo naquela temporada.

***

Na chefia da Casa Civil, Dilma passou a fazer parte da Junta de Execução Orçamentária, com os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Planejamento, Paulo Bernardo. Seu papel era defender as verbas para os investimentos em infraestrutura. A troca de José Dirceu por Dilma Rousseff fez uma grande diferença nas reuniões da Junta: a nova ministra entendia, e entendia muito, de execução orçamentária. Exigia conhecer os números do governo e era dura nas cobranças ao chefe da Receita, Jorge Rachid, e ao secretário do Tesouro, Joaquim Levy. Este último já conhecia a mão pesada da ministra. Em janeiro de 2004, ele foi ao MME com um projeto de marco regulador diferente do que ela estava preparando. Dilma não fez cerimônia: despachou-o de volta, sem contemplação.

Dilma reclamava que os dirigentes da área econômica apresentavam a conta de despesas, mas não traziam os números completos da arrecadação de impostos. “Não vou admitir que escondam os números do presidente, não admito caixa-preta”, ela se exaltou numa das primeiras reuniões com a Junta.

Lula apostava num resultado da economia pelo menos acima do medíocre em 2005. Uma leve recuperação da taxa de expansão do PIB do segundo trimestre, de 1,4%, o animou, depois de começar o ano com crescimento zero. Na Junta Orçamentária, Dilma tinha uma avaliação bem menos otimista. Ela percebia que o governo fazia a economia necessária para reduzir o custo da dívida pública – o chamado superávit primário. A meta de superávit em 2005 era realmente alta, 4,25% do PIB, mas alcançá-la era fundamental para manter as contas equilibradas e garantir a confiança de investidores no país. Isso não se discutia.

O que só Dilma percebia era que o governo estava gastando menos do que podia, mesmo dentro daquela meta estreita, para construir estradas, usinas e portos, fundamentais para fazer a economia crescer e gerar novos empregos. Em outubro, o corte acumulado de gastos já produzia um superávit de 6,1% do PIB, 50% acima da meta estabelecida pela Fazenda. Dilma não questionava a meta de superávit, mas não achava certo cortar gastos além do necessário, à custa de manter os gargalos na infraestrutura.

Aquela não era uma discussão fácil, e foi tumultuada pela expectativa dos mercados em torno de uma ideia do ex-ministro Delfim Netto: zerar o déficit nominal em dez anos por meio de superávits cada vez mais elevados. Na teoria, seria um choque fiscal capaz de reduzir os juros e multiplicar a confiança dos investidores. Na prática, bem, na prática era preciso "combinar com os russos", como dizia Dilma, referindo-se à população, que teria de arcar com os efeitos do corte de gastos em saúde, educação e outros serviços para zerar o déficit.

Os primeiros cálculos sobre a política de déficit zero foram encomendados pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e apresentados por seus técnicos numa reunião da Câmara de Política Econômica, formada por sete ministros, no mês de setembro. Constrangimento geral: os números mostravam que o PIB do país cairia na medida em que aumentava a economia do governo.

"Como é que nós vamos apresentar ao país uma política fiscal que faz o PIB encolher? Quem é que vai ter coragem de apresentar isso aí ao presidente?", fulminou Dilma.

Bernardo, que não tinha visto as planilhas antes da reunião da Câmara, concordou com Dilma. Palocci, também. O ministro do Planejamento mandou refazer os estudos e o déficit zero foi parar no limbo das boas intenções. Até que no dia 8 de novembro o *Estado de S. Paulo* perguntou a opinião de Dilma sobre o assunto. "Essa discussão não está posta no governo. O que foi apresentado é bastante rudimentar", ela disse. "Não foi levado ao conhecimento do presidente."

No dia seguinte, a palavra "rudimentar" estava na capa do jornal, desatando uma repercussão frenética. Paulo Bernardo, dado como autor do "plano de ajuste fiscal de longo prazo" desqualificado pela ministra, acertou-se com Dilma num telefonema. Mas a assessoria de Palocci fez chegar aos mais influentes jornalistas do país a informação de que o ministro da Fazenda estaria "desgostoso" e disposto a deixar o cargo, o que derrubou os mercados.

Exceto pelo apoio explícito que recebia de Lula, a situação de Palocci não era de fato das melhores, dentro e fora do governo, mas nada que tivesse relação com o tal ajuste de longo prazo. Ele estava pressionado por ministros que exigiam

a liberação de verbas bloqueadas desde o início do ano. Além disso, fazia dois meses que os jornais e as CPIs reciclavam denúncias do tempo em que ele era prefeito de Ribeirão Preto. Palocci era "a bola da vez".

Lula manejou a crise em conversas individuais com Dilma, Bernardo e Palocci. Proibiu declarações ou vazamentos sobre debates internos. Poucos, muito poucos, ficaram sabendo o que ele falou da equipe econômica na noite de 30 de novembro, ao receber os números do PIB que o IBGE divulgaria no dia seguinte: retração de 1,2% no terceiro trimestre. O PIB só não caiu mais porque o consumo das famílias tinha crescido ao longo do ano, puxado por salário mínimo, empréstimos e Bolsa Família, mas até esse indicador recuava nos últimos dados. O crescimento da economia no último ano de governo antes das eleições não seria mesmo brilhante: 3,16%, pouco acima da média do governo FHC. Palocci estava em Londres naquela noite, mas não escapou da fúria do chefe.

Lula queria combinar eficiência nos gastos públicos com a política de juros, necessariamente restritiva, que Palocci e Meirelles conduziam para combater a inflação nos primeiros anos. Eles eram capazes de produzir notícias espetaculares, como a quitação antecipada da histórica dívida do Brasil com o FMI, em 14 de dezembro de 2005. Lula cobrava os "erros de dosagem", mas sempre considerou seu ministro da Fazenda intocável.

"Deixa de frescura, Palocci, você vai comigo até o fim", disse Lula, numa das três ocasiões ao longo do governo em que o ministro pôs o cargo à disposição.

Os números do PIB interessavam a Lula até mais fortemente que pesquisas de opinião. Estas indicavam que a aprovação ao governo tinha parado de cair. Desde agosto, porém, elas mostravam que o tucano José Serra poderia derrotar Lula no segundo turno. Em dezembro, o presidente reuniu seus ministros para dar um puxão de orelhas coletivo. "Quero todos os ministros circulando pelo país ano que vem para defender as realizações do governo. Temos de disputar esse debate, rua por rua, casa por casa", Lula disse a sua equipe, repetindo o comando recebido pelo Exército Vermelho e pela população de Stalingrado durante o cerco dos nazistas, em 1941.

Dentro do governo, a batalha do orçamento estava decidida. No fim de novembro, a junta liberou 3 bilhões de reais para recuperar estradas e tocar novas obras, como a ferrovia Transnordestina e a transposição do rio São Francisco. Esse dinheiro, que estava sobrando depois de alcançada a meta de cortes, poderia ser usado também ao longo do ano seguinte. Para que a decisão não ficasse no papel, Dilma convocou o Batalhão de Engenharia do Exército para

trabalhar na ferrovia e nas estradas onde havia disputas entre empreiteiras atrasando as obras. Lula mandou a Fazenda ampliar o limite de endividamento dos estados e prefeituras nas obras de saneamento financiadas pelo governo federal, outra proposta de Dilma.

Na convivência diária com o chefe, Dilma percebeu que Lula era capaz de compreender o que estava em jogo nas discussões normalmente complexas sobre orçamento e macroeconomia. "Eu olhava para o presidente ali, ouvindo aqueles debates, e pensava: será que ele está entendendo isso ou aquilo? O danado estava entendendo era tudo", ela contou numa tarde de reminiscências no fim de 2009.

Três semanas antes de convocar os ministros para a batalha da reeleição, Lula sancionou a chamada Medida Provisória do Bem, que reduziu impostos para investimentos produtivos, e mandou o BNDES baixar os juros dos empréstimos para as empresas, a TJLP. A taxa básica de juros começou a cair em novembro. Uma operação tapa-buracos recuperou boa parte das principais estradas antes das férias. Na área social, começavam a aparecer os primeiros resultados de um novo programa, o Prouni: mais de 100 mil estudantes pobres receberam bolsas de estudos de universidades particulares, trocadas pelo abatimento de impostos.

Sete meses depois do início da crise, Lula estava seguro para uma rodada de entrevistas. Falou ao *Roda Viva*, da TV Cultura, a um pool de emissoras de rádio, e concedeu longa entrevista ao jornalista Pedro Bial, exibida pelo *Fantástico* no primeiro dia de 2006. Ao responder à 14ª das 15 perguntas de Bial sobre o *mensalão* e a crise do PT, Lula afirmou: "O conjunto dos acontecimentos, pra mim, soou como se fosse uma facada nas costas de alguém que, junto com outros milhões de brasileiros, dedicou parte de sua vida pra construir um instrumento político que pudesse ser diferente de tudo que tava aí."

A expressão "facada nas costas" era o resumo do que Lula pretendia transmitir na longa entrevista.

Desde o início de 2006, três campanhas regionais de publicidade mostravam obras federais nos estados e falavam dos programas sociais: Bolsa Família, Prouni, Luz para Todos. Em 19 de janeiro o Ibope mostrou que a maneira de Lula governar era aprovada por 49%, com 44% de reprovação. O saldo positivo não ocorria nas pesquisas do Ibope desde julho de 2005. Em março, José Serra desistiu de disputar com Geraldo Alckmin, governador de São Paulo, a indicação para ser o candidato do PSDB ao Planalto (em outubro, numa reunião com tucanos em Brasília, Serra advertiu: "Não pensem que o Lula está morto, porque não está").

A marcha da reeleição não se abalou nem mesmo no dia 29 de março, quando Antonio Palocci entregou sua carta de demissão – e dessa vez não era "frescura". O ministro da Fazenda era acusado de quebrar o sigilo bancário de Francenildo Santos, o caseiro que disse à CPI dos Bingos ter visto Palocci entrar mais de uma vez numa residência onde costumavam se reunir lobistas, para dar festas e fazer negócios.[20] Para o lugar dele, Lula nomeou o economista Guido Mantega, seu antigo assessor no PT e então presidente do BNDES. Não era o nome que o mercado esperava, mas era o que Dilma também queria.

Em 2009, quando as taxas de juros tinham caído e o país vivia a fase de expansão, pediram a Dilma para comparar a política econômica do primeiro e do segundo mandato. Ela afirmou:

> *O fato de termos mantido a inflação baixa, termos perseguido uma política fiscal responsável e termos pago o FMI nos assegurou a margem de manobra necessária para dar início a nossa política de crescimento econômico com inclusão social. Sem o que foi feito lá atrás, não teríamos base para fazer nada. O primeiro mandato do presidente Lula é precondição do segundo.*[21]

***

Palocci caiu nove meses depois de José Dirceu ter deixado o governo. Dirceu foi cassado pela Câmara, por quebra de decoro parlamentar, em dezembro de 2005. Antes mesmo de o primeiro mandato chegar ao fim, os dois candidatos potenciais à sucessão de Lula em 2010, no campo do PT, eram cartas fora do baralho. O assunto veio à tona numa conversa do presidente com o velho companheiro Olívio Dutra. Foi no começo de abril de 2006, quando as pesquisas indicavam a reeleição de Lula no primeiro turno.

– Dizem aí que depois de ti vem o Ciro Gomes – tateou Olívio, citando o político do PSB que mais se destacava na defesa do governo. E prosseguiu: – O Ciro é um grande companheiro, *tchê,* mas tu achas mesmo que o PT não tem nenhum nome pra disputar a sucessão?

– Claro que o PT tem nome. O PT tem a Dilma, que você conhece muito bem – Lula reagiu de bate-pronto. – E ela ainda tem essa novidade de ser mulher.

Lula sempre teve o hábito de "pensar conversando", na definição de um de seus melhores amigos: elaborar suas ideias no momento em que fala com alguém. Pode ser que a ideia de ter Dilma como sucessora já tivesse passado antes pela cabeça do presidente, mas aquela foi a primeira vez que Lula a

compartilhou com alguém – com o amigo que um dia lhe apresentou Dilma Rousseff.

Olívio não comentou com ninguém a inconfidência de Lula, mas as orelhas da ministra Dilma deviam estar começando a arder. Dias depois daquela conversa, o governo em peso estava no Museu Histórico Nacional, no Rio, para o anúncio da autossuficiência na exploração de petróleo. Era 21 de abril, Dia de Tiradentes, e Lula falou sobre um país que estava conquistando uma nova independência, num discurso pontuado de referências ao futuro. Pensando longe, José Eduardo Dutra (que tinha acabado de sair do comando da Petrobras para disputar as eleições em Sergipe) aproximou-se do ouvido de Dilma e cochichou:

– Se prepare porque o Lula vai ser reeleito e você vai ser a sucessora dele.

Pela primeira vez ela ouvia a insinuação que iria persegui-la nos meses seguintes. E pela primeira vez deu a resposta que repetiria a muitos interlocutores:

– Ô, Dutra! *Ocê* tá maluco?

Em 20 de fevereiro de 2010, quando o PT lançou oficialmente Dilma Rousseff candidata ao Palácio do Planalto, o presidente do partido era José Eduardo Dutra, que seria também o coordenador da campanha eleitoral. Não, Dilma, ele não estava maluco. “Eu apenas calculava que, depois do Lula, o país ia querer alguém fora do convencional; por exemplo, uma mulher que nunca tinha disputado eleições”, recorda Dutra.

capítulo 12

Lula de novo

Um estrangeiro que assistisse aos comícios de Lula na reta final do primeiro turno de 2006 não poderia imaginar que, menos de um ano antes, o presidente era dado como politicamente morto por nove entre dez analistas da imprensa e do mercado. Alguns títulos que se seguiram ao escândalo: "A derrocada", "O sonho acabou", "Fim da linha para o PT". Em dezembro de 2005, numa festa de jornalistas, um cientista político e *insider* de Brasília afirmou à embaixadora do México, Cecília Soto: "Lula não se elege mais nem síndico de prédio." Um colunista previu, além da derrota de Lula, a dizimação da bancada do PT, por defecções e pela derrota nas urnas. Cairia, segundo ele, de 80 para 30 deputados na Câmara. "Vamos acabar com essa raça", festejou o presidente do PFL, Jorge Bornhausen.

Durante a campanha eleitoral, Lula reunia milhares em seus comícios, sem o auxílio dos shows de artistas populares, proibidos pela nova lei eleitoral. O presidente era o show. O slogan era diretíssimo: "Lula de novo, com a força do povo." Reunir multidões estava fora do alcance dos principais concorrentes: o ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB), um médico católico de perfil conservador, e dois candidatos saídos do PT, Cristovam Buarque (no PDT desde o *mensalão*) e a senadora Heloisa Helena, do PSOL.

Ex-ministro, Cristovam entrou na campanha para defender a bandeira da educação. Brizolista, ligado a Darcy Ribeiro, quando foi governador do Distrito Federal pelo PT lançou o programa Bolsa Escola – que FHC adotou, mas com um cadastro muito frágil, e Lula tirou do MEC para aumentar de escala e torná-lo o embrião do Bolsa Família. Cristovam terminou sua campanha pedindo voto útil para levar Alckmin ao segundo turno. Heloisa Helena tinha sido expulsa do PT em 2003 por criticar a política econômica e reivindicar um governo de esquerda. Fundou seu próprio partido socialista com outros dissidentes do petismo. Na TV, tornou-se a candidata que denunciava a safadeza, a roubalheira e as maracutaias, num discurso pontuado de referências à religiosidade popular: *Nossa Senhora da Indignação*.

Analistas tentavam explicar a sobrevivência de Lula recorrendo a clichês do

tipo populismo, chavismo, e até usando a expressão "novo coronelismo". Esse último conceito reduzia o Bolsa Família – já considerado pela ONU o maior e mais eficaz programa de distribuição de renda do mundo – a uma reles troca de voto por comida, prática secular nas regiões mais atrasadas do país. Era o "bolsa esmola", na definição do presidente do PSDB, Tasso Jereissati. "Ao contrário, o Bolsa Família liberta o pobre da corrupção eleitoral; só vende o voto quem passa fome", respondia, sem muito eco, o ministro Patrus Ananias. Traduzindo a polêmica em números: no primeiro turno, a votação de Lula no Nordeste cresceria quase 47,4% em relação a 2002. O programa atendia entre 42% e 50% das famílias nos nove estados da região mais pobre do Brasil.[22]

A economia voltou a crescer, como efeito combinado da queda da taxa de juros, iniciada em outubro de 2005, dos investimentos públicos garantidos por Dilma Rousseff e do corte de impostos, resultante da MP do Bem. O PIB do ano eleitoral fecharia com alta de 4%. O Nordeste, mais sensível à transferência de renda e aos novos investimentos, crescia em ritmo chinês: 7% em 2006. Para os críticos do governo, o país apenas se beneficiava do aumento dos preços nas exportações de *commodities*, que é como os economistas chamam os alimentos e matérias-primas. O fato é que o consumo das famílias cresceu de 912 bilhões de reais em 2002 para 1,4 trilhão de reais em 2006, com expansão de 3,6% na massa salarial e de 28,8% no crédito para pessoas físicas no mesmo período.

Na parcela mais numerosa e mais pobre da população, o debate sobre macroeconomia se travava na ponta do lápis. Assim:

- o preço do quilo de feijão caiu de R$ 2,52 para R$ 2,03;
- o quilo da farinha, de R$ 1,91 para R$ 1,54;
- a lata de óleo de cozinha, de R$ 2,69 para R$ 1,99;
- o quilo de arroz, de R$ 1,91 para R$ 1,86;[23]
- o saco de 50 quilos de cimento, de R$ 19,15 para R$ 13,90, impulsionando o "consumo formiguinha" das reformas domésticas e pequenas construções.[24]

"Fica muito mais difícil pedir ao eleitor mais pobre para votar na oposição quando os preços do arroz e do cimento estão caindo", reconhecia, em maio, o deputado Arnaldo Madeira, um dos tucanos paulistas mais próximos de Geraldo Alckmin.

Qualquer que fosse a explicação dos economistas e dos políticos, parte importante da base eleitoral de Lula tinha se deslocado da classe média para os mais pobres. O *mensalão* e as alianças no Congresso provocaram um divórcio

entre o PT e os setores que o diferenciavam dos demais partidos pelo critério ético. A rigor, o partido que liderava o ranking de políticos cassados por corrupção pela Justiça Eleitoral era o antigo PFL (que mudaria o nome para DEM). Numa lista publicada em 2007 pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, o DEM tinha 69 mandatos cassados desde 2000, quando a lei se tornou mais rigorosa, seguido por PMDB, com 66, e PSDB, com 58, entre prefeitos, vereadores e deputados. O PT aparecia em nono lugar na lista, com oito mandatos cassados.

O PT começou a perder sua aura de inocência no começo de 2004, quando veio à tona o caso Waldomiro Diniz. Ele era o subchefe da Casa Civil para Assuntos Legislativos, assessor político mais importante de José Dirceu. Em 13 de fevereiro daquele ano, 24º aniversário do partido, o repórter Andrei Meireles, da revista *Época*, divulgou um vídeo em que Waldomiro pedia propina ao bicheiro Carlinhos Cachoeira, no tempo em que trabalhou no Rio para a governadora Rosinha Garotinho. O *mensalão* fez o resto.

A decepção era proporcional à expectativa criada por petistas que, na oposição, se destacaram em CPIs e no "denuncismo", muitas vezes de forma pouco responsável e até histérica. Quando passou de estilingue a vidraça, o PT tornou-se presa do padrão de escândalo de mídia que suas estrelas ajudaram a estabelecer: acusar primeiro, apurar depois e fazer muito barulho sempre. Mais ou menos o que ocorreu no final de 1998, quando circulou entre políticos um dossiê falsificado sobre contas de tucanos em paraísos fiscais. A papelada tinha sido oferecida a Lula, que se recusou a sujar as mãos com aquilo. Mas quando o falso dossiê saiu nos jornais, deputados petistas foram os primeiros a exigir "rigorosa apuração".

Em 2006, uma denúncia envolvendo gente do PT pôs em risco a reeleição de Lula. Em 15 de setembro, faltando duas semanas para o primeiro turno, a PF prendeu dois sujeitos ligados ao PT de Mato Grosso num hotel em São Paulo. Valdebran Padilha e Gedimar Passos estavam com 1,7 milhão de reais (uma parte em dólares) em sacolas e no cofre do apartamento. O dinheiro, eles disseram, iria comprar um dossiê que supostamente implicava o candidato tucano ao governo de São Paulo, José Serra, no escândalo dos sanguessugas – um desvio de verbas nas compras de ambulâncias do Ministério da Saúde. A mercadoria seria entregue pelo empresário Luís Vedoin, acusado pela polícia de chefiar o esquema de corrupção na Saúde.

Era difícil entender o que a campanha de Lula teria a ganhar com a divulgação do tal dossiê: ele trazia fotos, já conhecidas, de Serra entregando a

prefeitos ambulâncias superfaturadas pelo esquema, no tempo em que foi ministro da Saúde (o que não significava que Serra soubesse dos desvios ou estivesse comprometido com eles). Acusações contra o secretário executivo de Serra no ministério, Barjas Negri, eram de conhecimento público: estavam sendo investigadas pelo Ministério Público e tinham sido recicladas numa entrevista do próprio Luís Vedoin à revista *IstoÉ* daquela semana. Mas as prisões em São Paulo puxaram um fio que levava ao "grupo de inteligência" da campanha do PT, formado por sindicalistas da CUT. Um deles era um velho amigo de Lula, o sindicalista Osvaldo Bargas. O outro era Jorge Lorenzetti, de Santa Catarina, o melhor churrasqueiro que Lula conheceu.

Foi o próprio Lula quem batizou o novo escândalo. "Só pode ser obra de um bando de aloprados", ele disse, ao saber do envolvimento de petistas naquilo.

Numa entrevista a correspondentes estrangeiros, o presidente do PT, Ricardo Berzoini, disse que aquilo não abalava a reeleição nem sua posição como chefe da campanha. Minutos depois foi chamado por Lula, que o afastou do comando da campanha. O raciocínio no Planalto era: ou Berzoini não sabia o que se passava no comitê da reeleição ou não foi capaz de conter a ação do "grupo de inteligência". A investigação da PF chegou a um assessor do senador Aloizio Mercadante, candidato ao governo de São Paulo, fotografado no hotel dos *aloprados* com uma grande sacola, na qual supostamente estaria o dinheiro.

Quem encomendou o dossiê, a quem serviria, o que continha? Nada disso tinha importância diante da pergunta que Geraldo Alckmin passou a dirigir a Lula, nos programas de TV de sua campanha presidencial. "De onde veio o dinheiro para comprar o dossiê fajuto?", cobrava Alckmin na propaganda do PSDB.

Não foi preciso repetir a pergunta muitas vezes para trazer de volta a memória do *mensalão* e reforçar a rejeição ao PT. Lula, que rondava os 50% nas pesquisas, parou de crescer. Na semana final, Alckmin tinha saltado de 27% para 38%, o que poderia levar a eleição para o segundo turno, somando os votos de Heloisa e Cristovam. Lula reagiu mal e recusou-se a participar do último debate na TV Globo, na quinta-feira anterior às eleições do domingo, 1º de outubro.

Coube a Dilma Rousseff dar a notícia à direção da emissora, apenas três horas antes do início do debate. Na campanha da reeleição, era dela a função de fazer os contatos de mais alto nível com as empresas de comunicação. A justificativa de Lula estava numa carta escrita no fim da tarde: ele dizia que os adversários faziam "ataques pessoais virulentos e desesperados" e transformariam o debate "numa arena de agressões". Aos ministros, queixou-se de que seria "uma luta de três contra um" – e este um com as mãos atadas, pois um presidente da

República não pode responder a certas coisas como um candidato gostaria de fazer.

Foi um grande erro, que Lula demorou a reconhecer, pois muitos de seus eleitores esperavam que ele fosse ao debate exatamente para se defender das acusações. A frustração desses eleitores foi realimentada na sexta-feira, quando o *Jornal Nacional* mostrou as fotos do dinheiro apreendido com os *aloprados* duas semanas antes. Eram seis pilhas de cédulas dispostas lado a lado, que ocupavam quase toda a tela da TV. Foi uma repetição do caso Lunus, que tirou Roseana Sarney do páreo em 2002.

O comando do PT gastou as últimas horas da campanha tentando censurar a divulgação das fotos entregues à imprensa pelo delegado que chefiava a investigação. Inútil. A debandada dos eleitores decepcionados foi tão rápida e intensa que as últimas pesquisas sequer puderam captá-la totalmente. Na manhã de domingo, dois institutos davam Lula com 50%, o estritamente necessário para vencer a eleição, e outro indicava 49%, dentro da margem de erro. À noite, contados os votos, Lula tinha caído para 48,6%. Iria ao segundo turno contra Alckmin, que alcançou 41,6%.

Dilma tinha sido a primeira a chegar ao Palácio da Alvorada na tarde daquele domingo para acompanhar a apuração. Comportava-se como torcedora e ficava repetindo: "Não vai dar segundo turno, não vai dar." Na manhã seguinte, ela estava de novo no Alvorada, numa reunião do comando da campanha para traçar a estratégia do segundo turno. A ideia geral era politizar o debate e centrar o discurso na comparação entre os governos do PT e do PSDB. Forçar um contraste entre as políticas sociais de Lula e a memória negativa (apontavam as pesquisas) das privatizações do governo FHC. Tentar sair do beco dos *aloprados* para discutir "dois projetos de país: o nosso e o deles", como resumiu Marco Aurélio Garcia.

Foi nessa reunião que Dilma viu, pela primeira vez, a jornalista Maria Olga Curado, uma goiana que trocou a carreira de sucesso na imprensa por um novo tipo de trabalho: treinamento de porta-vozes e líderes, sejam políticos, empresariais ou corporativos. A originalidade do método de Olga é combinar elementos da Gestalt e das abordagens transpessoais com a prática marcial do aikido. Foi chamada por Gilberto Carvalho para ajudar Lula nos debates, que seriam decisivos nessa etapa. Não tinha dado um pio, até que lhe pediram para falar quando todos já se levantavam.

"Olha, presidente, que o senhor vai ganhar eu não tenho dúvida. Precisamos resolver é de quanto vai ganhar", ela disse, quebrando o clima tenso da sala. Lula

a abraçou com carinho e sorriu pela primeira vez desde a véspera. Na campanha presidencial de 2010, Olga Curado seria a assessora que passaria mais tempo com a candidata Dilma Rousseff.

Um passo em falso de Geraldo Alckmin, logo no primeiro dia do segundo turno, abriu um flanco no "discurso ético" dos tucanos. Ele posou para fotos com o ex-governador Anthony Garotinho, que estava no PMDB e gozava de muita influência sobre uma parcela de eleitores evangélicos. Garotinho tinha também a rejeição generalizada da classe média carioca e acumulava acusações, junto com a mulher, a governadora Rosinha, por uso da máquina pública. Foi uma bênção para Lula e uma crise para os tucanos. Em outro cochilo, Alckmin aceitou adiar para 12 de outubro a propaganda no rádio e na TV, que poderia ter começado uma semana antes. Deixou dissipar o entusiasmo que sopra a favor de quem chega crescendo à reta final, como era seu caso.

Lula fechou seus palanques estaduais em dois dias de negociação. Teria apoio de candidatos a governador que chegaram como favoritos ou em boa situação ao segundo turno: Sérgio Cabral (PMDB), no Rio; Eduardo Campos (PSB), em Pernambuco; Marcelo Déda (PT), em Sergipe; Roberto Requião (PMDB), no Paraná. A campanha ganhou o reforço do ex-ministro Jaques Wagner, que se elegeu governador da Bahia, pondo fim aos 15 anos do segundo reinado da dinastia Magalhães no estado. Era o maior troféu do PT na temporada.

Contrariando as previsões da época do *mensalão*, o partido passou de 81 para 83 deputados na Câmara. No PSB, Ciro Gomes foi o deputado mais votado do país (19% dos votos no Ceará) e seu irmão, Cid Gomes, elegeu-se governador. A primeira pesquisa, divulgada no domingo, dava Lula com 50% e Alckmin com 43%. Um bom começo depois do revés.

Lula aproveitou o treinamento de Olga logo no primeiro debate, na TV Bandeirantes. Ele não baixou a cabeça quando Alckmin começou atirando: "De onde vem o dinheiro..." Parecia contrariado no começo do programa, mas equilibrou o jogo no fim e encaixou seu golpe: "Onde foi parar o dinheiro da privatização da Vale?" A venda da maior empresa de mineração do mundo, no governo FHC, era um espinho na garganta de boa parte dos eleitores. A estatal foi vendida em 1997 por 3,3 bilhões de reais, financiados pelo BNDES, e seu patrimônio valia, na época da reeleição, mais de 200 bilhões de reais. A diferença entre as cifras falava alto em qualquer debate sobre o efeito positivo da privatização no desempenho da empresa.

A ex-prefeita Marta Suplicy, nova coordenadora de Lula em São Paulo, atacou noutro flanco. Com base no último recadastramento de inscritos no Bolsa

Família, que encolhia o número de beneficiados no estado, ela afirmou que Geraldo Alckmin reduziria o programa em todo o país. Lula já vinha dizendo que "cortar despesas correntes", como estava na plataforma de Alckmin, era demitir servidores e parar com os gastos sociais. Geraldo Alckmin demorou a reagir e o fez acusando Lula de mentir e promover o "terrorismo eleitoral".

Em 10 de outubro, o jornalista Giancarlo Summa, um italiano que fazia as relações da campanha de Lula com a imprensa internacional, achou uma nota perdida no clipping de notícias do dia. Numa entrevista a um correspondente estrangeiro, o economista Yoshiaki Nakano, do PSDB, dizia que era possível cortar o equivalente a 3% do PIB em despesas correntes logo no primeiro ano do governo Alckmin. Giancarlo levou a notícia a Marco Aurélio Garcia, que converteu o percentual em cifrões: 65 bilhões de reais, o equivalente a oito orçamentos do Bolsa Família, este seria o corte do tucano, afirmava o chefe da campanha de Lula, em nota rapidamente difundida pelo assessor de imprensa.

O adversário demorou, mais uma vez, a reagir à nota do PT e a desautorizar a entrevista de Nakano (que tinha sido seu secretário e era cotado para ministro da Fazenda). Alckmin tinha a expectativa de receber apoio do PDT para tingir sua campanha com alguma cor nacionalista, mas o partido se declarou neutro em 16 de outubro (apesar das boas conversas do tucano com Cristovam Buarque). Frustrado esse apoio, o candidato do PSDB submeteu-se a posar para fotos, dois dias depois, usando um boné do Banco do Brasil e uma jaqueta com logotipos dos Correios, da Caixa Econômica e da Petrobras, empresas que o PT o acusava de querer privatizar. Alckmin podia estar sendo sincero ao negar as acusações, mas o efeito das fotos foi patético. Ele caiu na armadilha de Lula e reforçou o sentido do novo slogan criado por João Santana: "Não troque o certo pelo duvidoso."

Lula venceu o segundo turno com 60,83%, quase o mesmo índice de 2002, e aumentou seu recorde pessoal para 58,2 milhões de votos. A votação de Geraldo Alckmin encolheu para 37,5 milhões de votos, dois milhões e meio a menos do que havia recebido quatro semanas antes.

O primeiro governo Lula e a campanha da reeleição cristalizaram a divisão da política brasileira em dois campos: o do PT e o do PSDB, cada qual com seus aliados, partidos caudatários e zonas de influência. Lula era idolatrado no Nordeste, no Norte e na periferia das grandes cidades; ao mesmo tempo, o presidente e o PT eram estigmatizados nos bairros mais ricos de São Paulo e do Rio, e num bom pedaço do Sul e do Centro-Oeste do país. O novo mapa já se desenhava desde o governo FHC, mas a radicalização chegou a um grau inédito na campanha de 2006.

Mesmo assim, não era correto falar num país dividido em dois, como ocorria na Venezuela, por exemplo. Se Lula não foi o Fidel Castro que a extrema-esquerda queria e a direita temia, também não foi um Hugo Chávez brasileiro. O presidente manteve canais de diálogo com a imprensa que o criticava e nunca hostilizou empresários, nacionais ou estrangeiros. Mesmo radicalizando, muitas vezes, no discurso, Lula sempre apostou primeiro na negociação – sua natureza de sindicalista. Mas o ambiente político depois da reeleição estava carregado de rancores, frustrações e anseios de revanche. O debate de ideias foi contaminado por uma radicalização mal-humorada e muitas vezes artificial. Era um campo adubado com veneno, onde germinava a disputa presidencial de 2010.

***

A presença de Dilma Rousseff na campanha da reeleição confirmou, para quem não sabia, a relação de confiança política estabelecida entre a ministra e o presidente. Fama de durona ela já tinha na Esplanada, uma fama que o próprio Lula fazia questão de cultivar. Um dia ele chamou o ex-presidente José Sarney ao Planalto para dizer que tinha autorizado uma obra no interior do Maranhão, coisa pequena, mas importante para a base eleitoral do ex-presidente. "Não conte nada pra Dilma", Lula pediu a Sarney. "Você conhece a Dilma. Se ela souber que eu fiz isso pra você, ela me mata." Sarney jamais quis conferir se Lula estava brincando, sendo sincero ou apenas preservando a ministra de futuros pedidos. Melhor não arriscar.

A reeleição de Lula deixou lições para Dilma, que nunca tinha participado do comando de uma campanha presidencial. Algumas:

- o eleitor brasileiro sabe avaliar um governo pelos resultados acumulados e pelas perspectivas de futuro que este governo lhe oferece; se não fosse assim, Lula teria sido derrotado pelo discurso crítico e pessimista dos adversários e da maior parte da imprensa (e, se não fosse assim, FHC, pai do real e da estabilidade, não teria vencido Lula em 1994 e 1998);
- isso não impede o eleitor de ser exigente quanto ao comportamento republicano e ao retrospecto ético de partidos e candidatos; se não fosse assim, Lula teria sido reeleito no primeiro turno;
- o tema das privatizações, especialmente seu lado mais obscuro, sensibiliza boa parte do eleitorado, que tem orgulho de empresas como a Petrobras;
- "grupos de inteligência", "setores de análise de risco", "núcleos de ação estratégica" – qualquer nome que se dê a esses comandos *aloprados* – são proibidos de existir numa campanha eleitoral.

Havia outra lição: o eleitor quer que a campanha de seu candidato responda às acusações dos adversários e da imprensa – se não a todas, pelo menos àquelas que entram nas conversas do cotidiano. Ele quer ter argumentos para defender sua posição. Quando não os recebe, o eleitor não vacila em dar um puxão de orelha no candidato, mas isso a campanha de Dilma só compreenderia quando sua eleição já caminhava para o segundo turno, em 2010.

capítulo 13

A mãe do PAC

O segundo governo do presidente Lula começou de fato com o lançamento do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, no dia 22 de janeiro de 2007. Lula teve a ideia de reunir os grandes projetos de infraestrutura debaixo de um só guarda-chuva numa conversa com Dilma, na primeira metade de 2006. Sua obsessão em torno do segundo mandato era superar todas as marcas do primeiro governo e eleger o sucessor; no caso, sucessora. "Eu não vou repetir o Fernando Henrique, que fez de tudo para se reeleger, teve um segundo governo medíocre e ficou vendo o candidato dele perder pra mim. Presidente bom elege o seu sucessor", era o que ele dizia aos ministros mais próximos.

Dilma começou a trabalhar com Miriam Belchior na definição dos projetos estratégicos. Em 1997, FHC tinha lançado seu Plano Brasil em Ação, que entrou para a História como uma coletânea de boas intenções. Dilma sabia que o segredo do sucesso estava em tirar os planos do papel. Para isso, além de encontrar financiamento – público e privado –, era necessário mudar leis inadequadas e práticas ineficientes de gestão pública.

"Destravar os investimentos", como ela dizia, exigia cortar impostos para os setores certos, criar fundos estáveis de financiamento, eliminar burocracia e aumentar o controle sobre os prazos de execução. Ela convocou para ajudá-la com o plano dois amigos do Ministério da Fazenda: o secretário executivo adjunto, Arno Augustin, e o secretário adjunto de Política Macroeconômica, Nelson Barbosa.

A primeira versão do PAC estava pronta antes do primeiro turno e ficou arquivada para não receber o carimbo de eleitoreira. Passada a reeleição, Lula e Dilma decidiram que não era um plano para se apresentar em final de mandato, mas para inaugurar um novo governo. Marcaram o lançamento para janeiro e encomendaram a João Santana o nome, a sigla, o logotipo e a campanha publicitária. Na semana do Natal, Lula levou Dilma para fazer uma palestra sobre os projetos estratégicos no Clube do Exército. Trinta e quatro anos depois de sair de uma prisão da ditadura, Dilma Rousseff estava diante dos oficiais-generais das três Forças, dizendo a eles como o país poderia crescer e distribuir

renda, numa democracia de mais de 100 milhões de eleitores.

A meta inicial do PAC era ambiciosa: ao longo de quatro anos, aplicar 500 bilhões de reais em novos investimentos, públicos e privados, o equivalente, na época, a um quarto de toda a riqueza do país. Estradas, ferrovias, usinas, linhas de transmissão, portos, aeroportos, gasodutos, refinarias – mais de 300 projetos seriam acompanhados, do começo ao fim, por um comitê gestor com Dilma Rousseff no comando. No PAC, os projetos de infraestrutura social passavam a ser tratados como investimento e não mais como despesa. Pela dimensão e pela promessa de um novo modelo de gestão, o PAC foi notícia no mundo inteiro.

Era natural que o anúncio do programa fosse recebido com cautela, devido ao tamanho do desafio e ao histórico de grandiosos fracassos de planos anteriores. A manchete da *Folha de S.Paulo* no dia seguinte foi: "Plano de Lula é criticado por empresários e governadores". Nenhum empresário foi mencionado no texto da primeira página, e os dois governadores citados eram do PSDB: Aécio Neves, que ironizava a inclusão no plano de 700 vagas de estacionamento no Aeroporto de Confins, em Minas, e José Serra, que nem falava do PAC em si, mas da necessidade de reduzir a taxa básica de juros.

O Congresso aprovou as oito medidas provisórias do programa, inclusive a criação de um fundo de investimentos com recursos do FGTS, mas o destaque nos jornais, pelos anos seguintes, seriam os problemas na execução do plano. A divulgação de balanços trimestrais – outra novidade que Dilma introduziu – era sempre precedida por notícias de atrasos na liberação de verbas do Orçamento da União, que representavam menos de 10% do financiamento dos projetos. O dinheiro do PAC vinha basicamente de estatais (mais de um quarto, da Petrobras), do FGTS, de investidores privados e dos empréstimos da Caixa para saneamento e habitação, incluindo as prestações pagas pelas pessoas que adquiriam imóveis.

Houve atrasos, problemas e, é claro, fracassos. O pior desempenho foi nos aeroportos – a ineficiência histórica da Infraero – e nos transportes urbanos. As dificuldades estavam mais ligadas a disputas judiciais em licitações, às exigências ambientais que tinham de ser cumpridas e à falta de boas regras para os convênios entre União, estados e prefeituras. Para avaliar os problemas reais do PAC – e suas soluções – era preciso ir aos canteiros de obras. Em abril de 2010, quando Dilma deixou a Casa Civil para ser candidata, o PAC já tinha injetado mais de 400 bilhões de reais na economia. O PAC 2, com investimentos de 1 trilhão de reais, foi lançado com metas para 2014.

Para tocar o programa, Dilma infernizou a vida de assessores e colegas de

ministério. Miriam Belchior e outros assessores estiveram a ponto de deixar a Casa Civil. Lula contava que ministros iam a seu gabinete queixar-se da forma como eram cobrados por Dilma. O presidente recomendava a ela que fosse mais suave, ao menos com os colegas, mas nunca a desautorizou. A fama de durona e irascível se espalhou na Esplanada e chegou à imprensa. Quando repórteres perguntavam sobre o assunto, Dilma costumava se sair com esta: "Sou uma mulher dura cercada de homens meigos."

O PAC levou Dilma a percorrer o país em reuniões com empresários e governadores; conheceu e tornou-se conhecida dessa pequena elite que toma decisões. Ela acompanhava o presidente nas inaugurações e no lançamento de projetos. Em outubro de 2007, ela teve de interromper a rotina de acordar trabalhando e sonhar com números. Sentia fortes dores no abdômen e, por recomendação de Lula, internou-se no Hospital Sírio-Libanês, com a equipe do doutor Roberto Kalil Filho, médico particular do presidente. Dilma já o conhecia e atribuía a Kalil ter salvado a vida de uma de suas melhores amigas.

Os médicos diagnosticaram em Dilma um caso de diverticulite, um tipo de inflamação no intestino. Não é uma doença rara, mas ficou estigmatizada no Brasil desde a morte de Tancredo Neves. Era esse o mal de que ele sofria quando foi internado na véspera da posse. Tancredo escondia a doença e se automedicava com drágeas do antibiótico Keflex, receitado por telefone por um médico de São João del-Rei. A inflamação malcuidada provocou a primeira das infecções que o levariam à morte.

Os médicos deram a Dilma as recomendações duras para pacientes de diverticulite: observar a medicação, cortar gorduras e condimentos, perder peso. Ela começou a fazer exercícios de pilates, levou para casa equipamentos de ginástica e transformou em obrigação diária as caminhadas que gostava de fazer, quando a agenda deixava, na orla do lago Paranoá. Na virada do ano ela já teria perdido 12 quilos, mas voltou a trabalhar em ritmo forte assim que recebeu alta.

Na manhã de 26 de outubro de 2007, Dilma estava com o presidente Lula e alguns ministros na sala de visualização do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobras, um ambiente futurista na ilha do Fundão, no Rio. Na sala 3D, como é conhecida, a realidade do fundo do oceano é reproduzida em imagens holográficas, que fazem um visitante mergulhar virtualmente nas profundezas que só os mais experientes mergulhadores alcançam. Mapas, gráficos, simulações e imagens reais são exibidos de forma que parece possível tocá-los com as mãos. O que Lula e os ministros assistiam ali era um espetáculo capaz de mudar o futuro do país: as imagens e projeções de uma gigantesca

bacia de petróleo e gás situada quatro mil metros abaixo do fundo do mar. Isso mesmo, presidente, o petróleo estava no fundo mais fundo do oceano, na camada que os geólogos chamam de pré-sal.

A bacia se estendia por 800 quilômetros do litoral brasileiro, de Santa Catarina até o Espírito Santo, numa área de 160 mil quilômetros quadrados. Os cálculos feitos a partir do poço pioneiro, no campo de Tupi, indicavam a existência de cinco a oito bilhões de barris, mais da metade das reservas brasileiras de gás e óleo conhecidas até então. Como os campos do pré-sal são interligados, os diretores da Petrobras disseram a Lula que a nova descoberta podia chegar a 80 bilhões de barris, mais do que todo o petróleo da Nigéria, quase a mesma quantidade do da Venezuela, com a vantagem de ser um óleo fino, de qualidade muito superior.

"Essa é a melhor notícia para o Brasil nos últimos 40 anos", Lula disse quando as luzes se acenderam.

O óleo do pré-sal era um tesouro que a Petrobras perseguia desde o primeiro mandato de Lula. Já se falava de sua existência como possibilidade nos anos 80, mas foi só em 2003 que o geólogo brasileiro Giuseppe Bacoccoli apresentou a primeira informação científica sobre a super-reserva. A Petrobras apostou na descoberta e investiu 260 milhões de dólares para furar o poço pioneiro. Foram 400 dias de trabalho e expectativa até chegar ao óleo do pré-sal. Oito perfurações depois, o custo tinha caído a menos de um quarto do inicial e o tempo de perfuração, para 60 dias. O petróleo poderia estar a até sete mil metros de profundidade que, mesmo assim, era tecnicamente possível e comercialmente viável tirá-lo de lá.

Lula sabia do progresso das pesquisas desde março, informado por Dilma e Gabrielli, mas foi ali na sala 3D, seis meses depois, que "a ficha caiu". A indústria do petróleo, na qual não existe segredo sem preço, também sabia da existência daquele tesouro. No campo de Tupi, a Petrobras estava associada à britânica BG e à portuguesa Galp. A OGX, de Eike Batista, se lançava no ramo e contratou técnicos da estatal que tinham trabalhado no projeto. Não bastasse isso, no dia 14 de abril o ex-deputado Haroldo Lima, do PCdoB, presidente da Agência Nacional de Petróleo (ANP), tinha falado em público sobre a possibilidade de haver 33 bilhões de barris no novo campo de Tupi. Dois dias depois, um relatório do banco Credit Suisse avisava os acionistas sobre a descoberta "não oficial" de um "oceano de petróleo" no Brasil.

Desde 1995 a exploração de petróleo no país tinha deixado de ser monopólio da Petrobras. A lei que Fernando Henrique mandou ao Congresso manteve as

reservas em poder da União, mas estabeleceu que as áreas de exploração seriam concedidas em leilões. Quem pagasse o melhor preço por um bloco comprava o risco, bancava o custo da exploração e ficava com os lucros da empreitada. A Petrobras também tinha de competir por novas áreas, sozinha ou associada a empresas estrangeiras. O nono leilão estava marcado para novembro de 2007. Dos 312 blocos ofertados, 41 estavam bem em cima da nova descoberta da Petrobras.

– Leiloar esses blocos é a mesma coisa que vender um bilhete premiado de loteria, presidente – comparou José Eduardo Dutra dentro da sala 3D. Ele tinha voltado à estatal como presidente da BR Distribuidora.

– Vamos suspender tudo, vamos mudar isso já – reagiu Lula.

A bola estava com Dilma, que era, entre outras funções, presidente do Conselho Nacional de Energia. No dia 5 de novembro, ela convocou Haroldo Lima ao Palácio do Planalto. O presidente da ANP pensou que a reunião fosse para tratar de problemas com fornecimento de gás – pelo menos, foi o que ele disse aos repórteres. O tema do gás estava mesmo na mesa desde 7 de setembro, quando o presidente da Bolívia, Evo Morales, nacionalizou o setor em seu país. Eleito numa onda de mudanças, uma espécie de Lula indígena, Morales enfeitou seu ato mandando a tropa ocupar duas refinarias, uma delas da Petrobras, adquirida no acordo do gasoduto Brasil-Bolívia. Lula contornou as primeiras – e histéricas – reações à tomada da refinaria ("Não vou mandar o Exército invadir a Bolívia se posso conversar com o companheiro Evo", ele disse). A Petrobras jogou duro para negociar sua permanência na Bolívia, mas chegou a faltar gás para automóveis no Rio, em outubro.

No Palácio do Planalto, Dilma mandou o presidente da ANP suspender os preparativos do leilão de petróleo e aguardar a reunião do Conselho Nacional de Energia, marcada para quinta-feira, 8 de novembro. Nada de vazamentos dessa vez. A reunião do CNE foi na sede da Petrobras, no Rio, e não em Brasília, como era costume. Aprovadas as decisões, Lula partiu para a Base Aérea do Galeão (ele ia embarcar para o Chile) e deixou que Dilma anunciasse ao país a "melhor notícia nos últimos 40 anos".

A ministra afirmou que o campo de Tupi indicava a existência de uma área muito maior e que o leilão dos 41 blocos sobre o pré-sal estava suspenso para preservar o interesse nacional sobre aquela riqueza. Uma nova lei seria apresentada ao Congresso, com regras para a exploração do pré-sal. A partir daquele dia, ela disse aos jornalistas, o Brasil passava a figurar entre os dez países com as maiores reservas de óleo do mundo. "Antes estávamos preocupados em

obter a autossuficiência na produção de petróleo, e agora podemos nos tornar exportadores", disse a ministra.

Nos 18 meses seguintes, Dilma trabalharia na nova lei de petróleo: a Petrobras preservaria o controle das reservas e os lucros da exploração iriam para um novo fundo. A utilização desses recursos seria exclusiva para investimentos públicos em educação, pesquisa, cultura e preservação do meio ambiente – "o passaporte para o futuro", como Dilma definiu ao apresentar a nova lei.

Países como a Noruega e a Inglaterra também adotaram leis para proteger o patrimônio nacional depois das grandes descobertas de petróleo no mar do Norte, mas Dilma e Lula foram criticados por apresentar um modelo considerado estatizante. Os problemas para aprovar a nova lei no Congresso não estavam ligados a esse tipo de discussão. A dificuldade maior estava em mudar as regras de distribuição de royalties para os estados limítrofes das bacias oceânicas: Rio, Espírito Santo e São Paulo. O embate entre "estatizantes" e "privatistas" ressurgiria apenas na campanha eleitoral de 2010 – e seria fundamental para a vitória de Dilma no segundo turno.

Com a economia crescendo a 5,7% ao ano e a confirmação de que o Brasil sediaria a Copa do Mundo de 2014, a descoberta do pré-sal encorpava ainda mais uma onda de boas notícias. A revista britânica *The Economist* fez uma capa bem-humorada sobre o Brasil: um desenho de Lula, braços abertos sobre o Corcovado, como o Cristo Redentor. O título – *All This and Oil Too* (Tudo isso e petróleo também) – remetia a um clássico de 1940, com Bette Davis e Charles Boyer (*Tudo isso e o céu também*). Lula estava cada vez mais confiante na ministra, a quem chamava de Dilminha. Ele era a única pessoa, tirando a família mineira, que a tratava pelo diminutivo.

Em dezembro de 2007, de volta da posse da presidenta Cristina Kirchner, Lula telefonou para ela da cabine do avião que decolava em Buenos Aires: "Olha, Dilminha, só pra você saber, vamos pegar vento a favor daqui até Brasília. Mas eu liguei mesmo pra te dar os parabéns pelo leilão da usina do Madeira."

Lula falava da licitação de uma das maiores obras do PAC, a usina de Jirau, no rio Madeira, vencida pelo consórcio da Construtora Norberto Odebrecht, que ofereceu preço 35% menor para a energia gerada do que o exigido no edital.

"Só que eu não fiquei sabendo pelo telefonema que você ficou de me dar, não. Eu soube pelo Emílio." Lula deu uma risada. "Ele me ligou antes de você."

Emílio Odebrecht era o dono da maior construtora do país, que tinha o nome de sua família. Ele e seus concorrentes tinham se queixado mais de uma vez a Lula do jogo duro, muito duro, que Dilma tinha feito no processo de licitação da

usina, até arrancar a oferta que considerava mais vantajosa.

De volta a Brasília, Lula receberia a primeira má notícia daquela temporada nas nuvens. O governo não tinha conseguido impedir a oposição de somar os votos necessários para rejeitar, no Senado, a prorrogação da CPMF, tributo cobrado sobre todas as transações bancárias. A CPMF era uma fonte de 38 bilhões de reais, dos quais 24 bilhões se destinavam à saúde – razão original de sua criação, em 1993. Além disso, era um instrumento eficaz para inibir transações financeiras irregulares.

Lula esperava a ajuda de José Serra e Aécio Neves para convencer senadores do PSDB a manter a cobrança – afinal, era com aquele dinheiro que os governadores pagavam suas contas do setor de saúde, fossem ou não aliados do governo. Mas o "imposto do cheque" tinha se tornado um ícone da insatisfação com todos os tributos. FHC percebeu a oportunidade de aplicar uma derrota a Lula e deu cobertura ao líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, para consumar a votação. Faltaram quatro votos para o governo, votos que Arthur Virgílio conquistou em partidos aliados do Planalto. Acabar com o tributo impopular foi a maior vitória da oposição no segundo mandato. Numa democracia ninguém pode ganhar todas. Nem mesmo Lula, naquele momento em que tinha índices recorde nas pesquisas e a admiração da imprensa internacional.

***

Dilma tinha "um xodó", como dizia, pelos projetos de urbanização de favelas, e o Rio era sua maior vitrine. O PAC das Favelas estava mudando a vida das pessoas e a paisagem em comunidades que eram território do tráfico de drogas. "O problema das favelas e bairros pobres do país, na maior parte, é ausência de Estado", Dilma dizia. "É uma população que sempre foi abandonada pelo poder público federal, estadual e municipal."

No dia 7 de março de 2008, Lula foi ao Rio anunciar obras de mais de 1 bilhão de reais nas favelas do Alemão, Manguinhos e Rocinha. No Alemão, onde as pessoas tinham de subir até 1.200 degraus para chegar em casa, no alto do morro, o projeto incluía a construção de um teleférico, semelhante ao construído em Bogotá, Colômbia. No meio do discurso, Lula chamou a atenção para aquela mulher de óculos, blusa azul de mangas curtas, sentada na segunda fila atrás da primeira-dama, Marisa Letícia, e do governador Sérgio Cabral. Pediu que ela viesse para a frente do palco, onde podia ser vista pelos moradores, e falou: "Eu queria agradecer à nossa companheira Dilma Rousseff. A Dilma é uma espécie

de mãe do PAC. Ela é a companheira que coordena o PAC. É ela que cuida, que acompanha, que vai cobrar (...) se as obras estão andando."

As menções de Lula à "mãe do PAC" se repetiram em Manguinhos e na Rocinha. Na volta da Rocinha, descendo a estrada das Canoas, os ministros notavam as bandeiras do Brasil, os cartazes agradecendo a Lula e as pessoas que acenavam à passagem da comitiva. "Eu nunca tinha visto nada parecido numa favela do Rio", disse o ministro Franklin Martins, que tinha assumido a Secretaria de Comunicação (Secom) no segundo mandato de Lula. Naquela semana o presidente tinha alcançado 55% de aprovação nas pesquisas, recorde que bateria sucessivas vezes até o final do governo. Descendo a estrada na van que transportava os ministros, Franklin provocou Dilma: "Ele lançou sua candidatura hoje."

Dilma desconversou. Querendo ou não falar do assunto, o fato é que o nome da ministra já frequentava as listas de candidatos dos institutos de pesquisa. Ela aparecia com 3% das intenções de voto, muito, muito distante do governista mais bem posicionado, o deputado Ciro Gomes, com 20%. Estava mais distante ainda do líder, o tucano José Serra, com 38%. A hipótese Dilma era tratada quase como piada por boa parte dos políticos e analistas. Diziam que Lula podia ser um fenômeno de popularidade, mas transferir seu prestígio para aquela ministra, desconhecida do público e com zero de histórico eleitoral, seria como tentar eleger um poste.

O repórter Cirilo Junior, da *Folha Online*, teve a curiosidade de testar a reação de quem viu Lula chamar Dilma de mãe do PAC. Seu relato mostra que era difícil transformar a popularidade do presidente em votos para a ministra – difícil, mas não impossível:

> *"Não conheço essa ministra. Mas, se o presidente diz que ela está fazendo as obras, é porque é uma mulher boa e competente", disse a dona de casa Maria Eunice de Campos, 33, moradora da favela Nelson Mandela. (...)*
>
> *Desempregada há dois anos, Rosa Ana Pereira da Silva, 31, moradora da região, afirmou nunca ter ouvido falar da ministra antes. Para ela, Lula é o grande responsável pelas obras. Por isso, ressalta, votaria no presidente de novo, caso fosse possível um terceiro mandato. "Ele [Lula] está fazendo muita coisa pelos pobres", comentou.*
>
> *O pedreiro João Mário Ferreira, 26, disse que já tinha visto a ministra na televisão outras vezes, mas não sabia quem ela era. Questionado se votaria nela em função das obras na região, foi taxativo: "Se ela estiver com o Lula, voto nela sim."*

No dia seguinte, em Brasília, Dilma foi confrontada pelos repórteres depois da solenidade no Senado pelo Dia Internacional da Mulher. Ela cortou, de saída, uma pergunta sobre o lançamento da candidatura:

"Eu sei que vocês falam, mas não é algo que eu compactue", ela afirmou, usando um verbo inadequado, mas um tom bastante claro. Em seguida, comentou o título de "mãe do PAC". "Eu acho que é um título simbólico, que simboliza a coordenação. Para o bem ou para o mal, eu sou a mãe do PAC", ela disse, e aproveitou a deixa para espetar os críticos do programa. "Tanto nos momentos difíceis dele, quando diziam que era uma pirotecnia, quanto nos momentos bons do PAC, quando as obras saem e você consegue resolver, é responsabilidade da coordenação", Dilma concluiu.

Lula não tinha conversado sobre candidatura com ela – jamais o fez –, mas testava a ideia com ministros, políticos aliados e até governadores da oposição. Muito tempo depois, ele ia recordar numa conversa com amigos: "No começo, ninguém acreditava que ela fosse a candidata. O Serginho Cabral não acreditava, o Aécio não acreditava, o Serra não acreditava."

Por intuição, cálculo ou disciplina, Dilma cortava pela raiz qualquer conversa sobre candidatura, em público e principalmente em particular. A condição de pré-candidata, isso ela sabia, iria levá-la ao centro do combate com a oposição – e até mesmo com eventuais concorrentes no campo do governo – num momento em que a prioridade era tocar o PAC. Mas a flecha já estava apontando na direção de Dilma, no dia em que Lula falou no Complexo do Alemão.

No mês de janeiro, a imprensa publicou dados sobre despesas pagas por ministros e funcionários por meio de cartões corporativos do governo. Eram informações divulgadas na internet pelo Portal da Transparência, um mecanismo de controle de gastos criado ainda no primeiro mandato pelo ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage. Os dados colhidos por jornais e revistas vinham embalados em suspeição, num ambiente carregado pela memória do *mensalão*. Havia desde uma conta de R$ 8,30, feita pelo ministro do Esporte, Orlando Silva, numa tapiocaria, até as compras da ministra da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, numa loja de free shop, e suas repetidas estadias num hotel luxuoso do Rio. Havia registros estranhos, como compras do Exército numa floricultura e numa loja de bichos de pelúcia, além das compras para a despensa do Palácio da Alvorada: carnes finas, vinhos, produtos importados.

Com exceção do hotel e do free shop da ministra, que teve de pedir demissão, havia explicação para as despesas (as flores do Exército, por exemplo, eram corbeilles do palco de uma solenidade oficial, e a tal loja de bichos de pelúcia

vendia estojos para medalhas e insígnias). Para o ministro Jorge Hage, houve "a escandalização do nada". As despesas com cartões corporativos tinham aumentado na proporção em que substituíam as compras feitas em dinheiro, disse a ministra Dilma. Do ponto de vista do controle de gastos, era um avanço, ela argumentava, pois o registro eletrônico do cartão substituía a comprovação de despesas por notas fiscais, fáceis de fraudar.

As explicações não impediram a oposição de criar no Congresso a CPI dos Cartões Corporativos. A base do governo providenciou para que ela abrangesse também as despesas do tempo de FHC. O jogo ficava empatado e a CPI poderia ter murchado junto com o escândalo, se não fosse reavivada por um movimento errado na Casa Civil. No fim de fevereiro, a secretária executiva Erenice Guerra mandou levantar nos arquivos as despesas do Palácio da Alvorada no tempo de FHC, para confrontá-las com as de Lula. Uma semana depois, uma cópia da planilha de computador com o primeiro relatório estava no gabinete do líder do PSDB no Senado, Álvaro Dias – outra cópia chegaria à redação da revista *Veja*.

A história publicada pela revista e repetida pelos jornais não era bonita para o governo: a Casa Civil, dizia *Veja*, teria preparado um dossiê para intimidar a oposição, vazando dados secretos sobre a intimidade de FHC e sua família. A primeira providência de Dilma foi telefonar para Ruth Cardoso, mulher do ex-presidente, e desculpar-se pela divulgação de despesas feitas por ela. Ruth respondeu com elegância e frieza. Em seguida, Erenice Guerra abriu uma sindicância interna para apurar a origem do vazamento.

A Casa Civil deu três explicações diferentes para o relatório: a) o levantamento dos gastos antigos era uma recomendação do TCU; b) as despesas estavam sendo organizadas em uma nova base de dados; c) aquilo estava sendo feito para o caso de a CPI requisitar as informações. Tomadas isoladamente, nenhuma delas justificava a seleção das despesas de FHC (vinhos finos, presentes, aluguel de carros). Dadas em sequência, sugeriam confusão na Casa Civil. Dilma rejeitou a sugestão de demitir Erenice Guerra – de quem se tornara amiga – para criar assim um fato político e transformá-la em bode expiatório. A Polícia Federal entrou no caso e a ministra passou dois meses negando, onde quer que houvesse um repórter, ter feito um dossiê para intimidar a oposição.

Houve quem apostasse simplesmente na queda da poderosa Dilma Rousseff – como haviam caído os poderosos José Dirceu e Antonio Palocci. Ocorreu o oposto: Lula reforçou o apoio a ela. Em 18 de abril nove ministros e nove governadores estavam em Porto Alegre para o casamento de Paula Rousseff com Rafael Covolo. Lula tinha viagem oficial para a África e atrasou o

embarque para prestigiar o casamento da filha da ministra. Mas era inevitável que Dilma fosse chamada a se explicar no Congresso. O confronto direto foi marcado para 7 de maio, na Comissão de Infraestrutura do Senado, pela qual ela fora convocada, oficialmente, para falar sobre o PAC.

O senador José Agripino Maia, de longeva oligarquia nordestina, político da antiga Arena e líder do DEM, tomou a palavra logo no início da sessão. Ele tinha preparado sua pergunta numa reunião com senadores de seu partido. Sua ideia era carimbar a pré-candidata de Lula como pessoa mentirosa, por ter dado versões diferentes sobre o dossiê. O gancho, uma entrevista em que Dilma falava sobre a tortura no DOI-Codi. Seguro de si, Agripino começou citando a entrevista:

– Vossa Excelência respondeu: "A prisão é uma coisa onde nos encontramos com nossos limites. É isso que, às vezes, é muito duro. Nos depoimentos a gente mentia feito doido. Mentia muito, mas muito mesmo."

Sem fazer caso de que ele, sua família e seus aliados tinham apoiado a ditadura que prendeu Dilma Rousseff, o senador avançou sobre terreno pantanoso:

– O que é que me preocupa, ministra? O dossiê, na minha opinião e na de muitos brasileiros, é a volta do regime de exceção. É o uso do Estado para encostar pessoas no canto da parede.

A pergunta era surpreendente, mas Dilma estava segura. Tinha ouvido um conselho de Olga Curado, a mesma que ajudou Lula nos debates: "Busque a verdade dentro de você, dentro da sua história." A história e a verdade da ministra brotaram do fundo da memória e de dentro da alma de Dilma Rousseff na sala da CPI:

– Tem uma consideração que eu vou fazer antes, porque acho que ela é importante para a democracia no Brasil – ela começou a responder num tom firme, olhando para o senador. – O que acontece ao longo dos anos 70 não é uma ditadura policialesca simplesmente, é a impossibilidade de se dizer a verdade em qualquer circunstância. Não se dialoga, não é possível supor que se dialogue com o pau de arara, com o choque elétrico, com a morte. Qualquer comparação entre a ditadura militar e a democracia brasileira só pode partir de quem não dá valor à democracia – ela estocou, antes de prosseguir, já com a voz embargada.

Daí em diante, cada frase era um degrau acima na escala da emoção:

– Eu tinha 19 anos. Eu fiquei três anos na cadeia. Eu fui barbaramente torturada, senador. Qualquer pessoa que ousar dizer a verdade para seus interrogadores compromete a vida de seus iguais, entrega pessoas para serem

mortas.

"Eu me orgulho muito de ter mentido, senador, porque mentir na tortura não é fácil. Na democracia se fala a verdade. Diante da tortura, quem tem coragem e dignidade fala mentira. E isso, senador, faz parte, integra a minha biografia, de que eu tenho muito orgulho.

"Todos nós somos muito frágeis, nós somos humanos, nós temos dor. E a sedução, a tentação de falar o que ocorreu e dizer a verdade é muito grande. O senhor não imagina quanto é insuportável. Então, eu me orgulho de ter mentido, eu me orgulho imensamente de ter mentido, porque eu salvei companheiros da mesma tortura e da morte.

"Este diálogo aqui é o diálogo democrático, a oposição pode me fazer perguntas e eu vou responder. Nós estamos em igualdade de condições humanas e materiais. Nós não estamos num diálogo entre o meu pescoço e a forca, senador.

"E eu acredito, senador, que nós estávamos em momentos diversos de nossas vidas em 70. Eu tinha entre 19 e 21 anos e, de fato, combati a ditadura militar. E disso eu tenho imenso orgulho."

Quando Dilma acabou de falar, alguma coisa tinha mudado na percepção das pessoas sobre ela. Aquela mulher não era só dura, era valente. Aquela ministra não era só boa gestora, era um ser político completo. A candidata que andava na cabeça de Lula não era um poste, era uma sucessora. Assim ela foi vista ao longo das nove horas que durou o depoimento, agora voltado exclusivamente para as questões do PAC.

À noite, pelo *Jornal Nacional*, 40 milhões de telespectadores assistiram a uma mulher sinceramente indignada falar com emoção sobre ditadura, tortura e morte; falar de um tempo em que mais da metade da população brasileira nem tinha nascido, mas o país não conseguia esquecer. Falar de luta e de coragem. "Estamos orgulhosos de você", Lula disse a Dilma. O senador Demóstenes Torres (DEM-GO) resumiu numa frase a sensação de revés dos oposicionistas: "Hoje foi um dia para a oposição esquecer."

***

No dia seguinte ao depoimento, a Polícia Federal informou que o relatório de 27 páginas com despesas do Palácio da Alvorada no governo FHC tinha sido transmitido, como anexo, num e-mail do secretário de Controle Interno da Casa Civil, José Aparecido Nunes, para a caixa de mensagens de André Fernandes, assessor político do líder do PSDB no Senado, Álvaro Dias. José Aparecido e

André eram amigos, tinham trabalhado juntos no TCU e trocavam mensagens pessoais com frequência, apesar de servirem um ao governo e outro à oposição. José Aparecido era remanescente da equipe de José Dirceu. Ele negou que tivesse anexado de propósito o relatório à mensagem que mandou para André. Álvaro Dias admitiu que foi seu assessor quem lhe passou o relatório, antes da publicação de um extrato pela revista *Veja*. O assunto morreu.

capítulo 14

Uma coisinha importante

Na segunda metade de 2008, os sinais de que Dilma Rousseff era a candidata à sucessão que o presidente Lula trazia no peito pareciam tão claros quanto as manhãs de Brasília. No final de uma dessas manhãs, o deputado Antonio Palocci (eleito pelo PT em 2006, depois de deixar o governo) foi confirmar direto na fonte o que a cidade inteira já comentava.

– Como é que é, presidente, vai ser ela mesma? – perguntou o ex-ministro (nem era preciso dizer o nome para Lula saber do que e de quem ele estava falando).

– É ela. Na minha cabeça já está tudo arrumado – devolveu o presidente.

Antonio Palocci subiu os dois lances de escadas, do terceiro para o quarto andar do Planalto, e foi bater no gabinete de Dilma. Eles mantinham uma boa relação, acima das antigas disputas na Junta Orçamentária. Ele testou:

– Como é que é, está preparada? Você sabe o que estão dizendo aí... (Nem era preciso dizer o assunto para ela entender do que ele estava falando.)

– Ô Palocci! *Ocê* tá maluco? – ela forçava a sílaba tônica da palavra maluco, o que dava à sentença um tom de acusação. Um jeito muito Dilma de dizer as coisas: jogar o interlocutor contra a parede. – De onde foi que *ocê* tirou isso? – ela cobrou.

– Tirei ali do andar de baixo – respondeu o deputado, quase se desculpando por ter levantado o assunto.

Palocci desceu pelas mesmas escadas e bateu de volta no gabinete de Lula para se queixar:

– Acabei de passar o maior constrangimento lá em cima. Ela me disse que não tá sabendo de nada, que vocês não conversaram nada.

– Eu não conversei mesmo não. Nem vou conversar isso com ela. – Um jeito muito Lula de fazer as coisas: mandar recados pelas pessoas certas.

As mensagens foram chegando a Dilma por meio de pessoas cada vez mais próximas de Lula: Palocci, Luiz Dulci, Franklin Martins, Gilberto Carvalho. A estratégia do presidente, ele contaria isso numa conversa depois das eleições, era criar um fato consumado. Lula não queria abrir o debate sobre candidaturas

dentro da aliança, muito menos em seu partido, cheio de instâncias de decisão. Chegou a dizer a um ministro que não via "nenhum Pelé dentro do PT" para reivindicar a candidatura. O ministro Tarso Genro foi o único que ensaiou um movimento. Não foi longe. Lula reconhecia apenas Ciro Gomes, do PSB, como nome alternativo, mas sua primeira carta sempre foi Dilma Rousseff.

Por mais nítida que fosse essa preferência, parte da oposição e do próprio PT se confundiu por muito tempo com a miragem do terceiro mandato. O primeiro a verbalizar a ideia de que Lula poderia tentar mudar a Constituição para ter direito a nova eleição foi o cientista político Leôncio Martins Rodrigues. Numa entrevista publicada pelo *Estado de S. Paulo* em 23 de janeiro de 2007, dia seguinte ao lançamento do PAC, ele disse que as medidas voltadas para os pobres no plano de Lula estavam "no âmago de sua estratégia futura".

– Que estratégia é essa? – quis saber o repórter Gabriel Manzano Filho.

– A que, no decorrer do governo, crie e mantenha condições para que o presidente, no devido tempo, comece a trabalhar por um terceiro mandato – respondeu Leôncio Rodrigues, colocando-se, naquele instante, no lugar do presidente da República.

Podia ser só uma especulação acadêmica, feita por um amigo e colega de FHC na USP, mas a coisa tomou ares de conspiração política. Lula foi confrontado com a ideia em março, num café da manhã com oito jornalistas de Brasília. "Com a democracia não se brinca", cortou Lula. "Essa hipótese não existe."

Ao longo de 2007 o presidente negou outras quatro vezes que planejasse mudar a regra do jogo. Ele não admitia o terceiro mandato nem mesmo nas conversas mais reservadas – que cedo ou tarde chegam aos ouvidos dos jornalistas –, mas, e daí? Não era preciso provar que o projeto fosse real para comparar Lula com Hugo Chávez ou qualquer político autoritário que se eternizou no poder. O terceiro mandato era como o demônio que se tira da garrafa e ninguém consegue botar de volta para dentro. Quanto mais Lula negava, mais exorcistas apareciam para esconjurar o diabo do continuísmo autoritário (por dever do ofício, exorcistas precisam crer e fazer crer que o demônio existe).

A discussão tornou-se perigosa para Lula no fim do ano, quando dois deputados governistas se dispuseram a "fazer o serviço": apresentar emendas que permitiam o terceiro mandato – Devanir Ribeiro, do PT paulista, ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, o que lhe dava certa autoridade, e o obscuro Carlos William, do PTC mineiro, de quem Lula nunca tinha ouvido falar. Ambos

receberam recados fulminantes para arquivar o assunto, de forma que nenhuma proposta desse tipo prosperou no Congresso ao longo do governo Lula. A única emenda nova sobre reeleição apresentada nesse período foi a do deputado Bruno Araújo, do PSDB de Pernambuco: ela proibia a terceira eleição de qualquer ex-presidente, chame-se Lula ou FHC.

Para Franklin Martins, que antes de se tornar ministro foi o primeiro repórter a perguntar ao presidente o que ele pensava daquilo, a onda do terceiro mandato acabou ajudando Dilma. "Enquanto a oposição atacou Lula por algo que ele não pretendia fazer, Dilma ficou um pouco mais preservada, fazendo o trabalho no governo que iria consolidar sua candidatura", ele avaliou, poucos meses depois da eleição da presidenta.

***

No final de outubro de 2008, as eleições municipais cristalizaram o cenário da próxima disputa pela presidência da República: mais um Fla-Flu entre PT e PSDB. No campo dos tucanos, José Serra deu uma demonstração de força ao reeleger Gilberto Kassab, do DEM, que tinha sido seu vice-prefeito em São Paulo. No primeiro turno Kassab tirou do páreo ninguém menos que Geraldo Alckmin, lançado pelo PSDB contra a vontade de Serra. No segundo turno, ele derrotou Marta Suplicy, que frequentava até ali todas as listas de possíveis candidatos do PT.

Havia também Patrus Ananias, o ministro do Bolsa Família, que além de não pleitear a candidatura saiu enfraquecido da eleição municipal: em Belo Horizonte, sua base, o prefeito petista Fernando Pimentel aliou-se ao tucano Aécio Neves para eleger Marcio Lacerda, do PSB. A aliança dividiu o PT local, e Patrus estava do lado perdedor. Tarso Genro, por sua vez, era sócio da derrota do PT para o PMDB em Porto Alegre. Como Lula dizia, não apareceu nenhum Pelé no PT. A disputa caminhava mesmo para um duelo entre Dilma e Serra.

O ano de 2008 chegava ao fim com a expectativa de que Lula chamasse Dilma para "uma conversa definitiva". Pelo menos, era o que Gilberto Carvalho dizia a políticos e jornalistas de sua confiança, mas qual... Dilma já tinha entendido tudo quando saiu de férias para Porto Alegre: Lula não ia dizer e nem precisava dizer mais nada. A missão de disputar as eleições pelo PT e garantir a continuidade do projeto político era dela, de ninguém mais. Antes de partir, Dilma telefonou para a amiga Vera Stringuini, aquela que lhe apresentou a obra de Jacques Lacan. Pediu a ela o telefone do cirurgião plástico Sérgio Panizzon.

As mudanças mais notáveis quando Dilma saiu da clínica de Panizzon eram

nos olhos: estavam mais destacados depois de um procedimento que reduziu as pálpebras. Dilma substituiu os óculos por lentes de contato gelatinosas. Era algo que tentava fazer desde os anos 80, quando foi uma das primeiras pacientes das cirurgias de correção de miopia, mas o resultado foi apenas parcial. As lentes antigas, de material duro, não se adaptavam às córneas operadas. Panizzon afilou o nariz da ministra e fez sumir marcas de rugas acima dos lábios. Dilma completou a mudança com um novo corte de cabelo, que ganhou um tom vermelho-claro, no lugar do castanho escuro, e uma pequena franja sobre a testa alta.

As mudanças mais profundas, ela sabia, estavam para acontecer em sua vida real e na das pessoas mais próximas. Foi o que Dilma disse, numa noite entre o Natal e o ano-novo, à filha Paula e a Carlos Araújo. Refugiaram-se numa discreta mesa do restaurante italiano La Serenissima. A pequena família gaúcha de Dilma gostava do restaurante, perto da casa de Carlos e do apartamento que a ministra tinha comprado no bairro da Assunção. Dilma contou à filha e ao ex-marido que era tudo verdade: pela primeira vez na vida ela entraria numa campanha eleitoral na condição de candidata. Ela já pontuava entre 8% e 10% nas intenções de voto nas pesquisas, ainda longe de Serra e Ciro Gomes, porém três vezes mais do que quando Lula a chamou de mãe do PAC.

Tudo o que fizesse ou dissesse nos próximos dois anos seria notícia: o assédio de políticos, de eleitores e da imprensa faria parte de seu cotidiano – e também do de Paula e Carlos. Ele quis saber como ela se sentia na perspectiva de enfrentar José Serra, um dos mais calejados políticos do país. Dois anos depois, Carlos ainda recorda as palavras de Dilma naquele jantar: "Quem vai para a campanha com um peso sobre os ombros é o adversário, não sou eu. Eu nunca pensei antes em ser presidente da República, mas, para ele, perder a eleição será uma tragédia. Eu vou com o sangue doce."

No dia 5 de janeiro de 2009 Dilma estava de volta a Brasília, mas só apareceu em público de visual novo uma semana depois, acompanhando o presidente Lula na abertura da Couromoda, em São Paulo. Entre aquela primeira aparição e o dia 20 de março, quando voltou a São Paulo para um check-up no Sírio-Libanês, Dilma fez 18 viagens pelo Brasil, quase todas ligadas ao PAC, e participou de 77 reuniões, audiências, despachos, cerimônias ou inaugurações com Lula, incluindo uma viagem de cinco dias aos Estados Unidos. Na manhã de 20 de março, em Brasília, Dilma teve uma reunião com dirigentes de centrais sindicais, seguida de outra, com a direção da Caixa, para discutir investimentos em habitação. Ela seguiu para São Paulo depois do almoço e pretendia viajar para o Rio (outra

reunião) naquela noite mesmo.

O check-up era uma precaução natural de quem teria uma agenda cada vez mais carregada. Os exames incluíram uma angiotomografia das coronárias, e foi nesse procedimento que o cardiologista Roberto Kalil percebeu um pequeno caroço abaixo da axila esquerda de Dilma. Ela achava que não era nada, no máximo um pelo encravado, uma sequela qualquer de depilação. Ele insistiu num exame mais detido e não deixou Dilma sair do hospital antes de passar por uma ultrassonografia e uma ressonância magnética. A possibilidade de um câncer de mama foi descartada imediatamente, mas o cardiologista exigiu que Dilma voltasse ao Sírio-Libanês o mais breve possível para extrair o carocinho e submeter o material a biópsia.

Dilma voltou na manhã de sexta-feira, 3 de abril. Foi quando entendeu que teria de realizar um verdadeiro procedimento cirúrgico, com anestesia e tudo mais. Vestida com o avental hospitalar, ela zanzava de um lado para outro da antessala de cirurgia, feito onça enjaulada. Descarregou a tensão sobre Roberto Kalil.

– Olha o que você foi me arranjar, ô Kalil. Eu não vou fazer cirurgia nenhuma, eu conheço o meu corpo. Eu não tenho nada, eu conheço muito bem o meu corpo, conheço muito bem – ela repetia, arrastando atrás de si o séquito de enfermeiras e auxiliares do cirurgião Riad Younes, que ia extrair o nódulo suspeito.

Experiente em lidar com políticos e pacientes poderosos, Roberto Kalil usou sua autoridade profissional:

– Pode ser ministro, pode ser presidente, pode ser o que for. Aqui quem manda é o médico. Vai fazer a cirurgia, sim, senhora.

Foram 45 minutos de cirurgia. O material extraído era um nódulo de mais ou menos 2,5 centímetros. Dilma e os médicos teriam de aguardar o resultado de duas biópsias, como é o procedimento-padrão no Sírio-Libanês: uma feita no Brasil e outra, sobre uma lâmina enviada ao Centro de Oncologia MD Anderson, em Houston, Estados Unidos. Dilma pediu que a cirurgia e a investigação de câncer fossem mantidas em segredo. Explicou que não queria preocupar a mãe, octogenária, e a filha, recém-casada, apenas por causa de uma suspeita. Saiu do hospital reclamando da "confusão que o Kalil aprontou". Antes de voltar a Brasília, teve uma reunião com empresários da construção civil e outra com produtores de cana-de-açúcar.

Dois dias depois, Dilma tinha outro motivo para se aborrecer, ou mais precisamente, para se indignar: a primeira página da *Folha de S.Paulo* daquele

domingo, 5 de abril. Lá estava a reprodução de uma ficha do antigo DOPS, grosseiramente falsificada, atribuindo a Dilma uma série de crimes e ações armadas que nem ela nem os grupos de que participou tinham praticado. A ficha falsa ilustrava uma reportagem sobre ações da VAR-Palmares em 1969, com uma manchete que remetia ao presente: "Grupo de Dilma planejava sequestrar Delfim", ele mesmo, o ex-ministro Delfim Netto, agora aliado do governo Lula. A matéria se baseou numa entrevista com o ex-dirigente da VAR-Palmares Roberto Espinosa. Ouvida pelo jornal, Dilma disse que nunca tinha ouvido falar do tal plano (ela nunca se envolveu em ações armadas). Como Espinosa disse que a ideia era conhecida por "toda a direção" da VAR-Palmares, a reportagem contestava a negativa de Dilma. Espinosa afirmaria depois que o jornal deturpou sua entrevista.

A ficha falsa, com uma foto real de Dilma prisioneira aos 22 anos, circulava havia algum tempo pela internet. Ela estava no site do Ternuma (Terrorismo Nunca Mais), grupo de defesa de notórios torturadores e agentes da repressão da ditadura. O que Dilma não imaginava – e disse isso ao ombudsman da *Folha* – era que o jornal de maior circulação do país publicaria aquela fraude grotesca como documento verdadeiro. Quinze dias depois o jornal admitiu que errou por ter publicado uma imagem recebida por e-mail como se fosse dos arquivos do DOPS, mas não concedeu que se tratava de uma fraude. "Autenticidade de ficha de Dilma não é provada" foi o título da retratação. O texto dizia que a autenticidade da ficha, "pelas informações hoje disponíveis, não pode ser assegurada – bem como não pode ser descartada". Dois laudos periciais, da UnB e da Unicamp, atestaram que a ficha foi fabricada com recursos de computação gráfica que não existiam nem em sonhos quando o DOPS foi extinto, em 1981.

A retratação foi publicada num sábado, 25 de abril, mas a notícia importante daquele dia era bem outra: numa entrevista coletiva no Sírio-Libanês, Dilma e a equipe médica anunciaram que ela estava se tratando de um linfoma, um câncer nos gânglios. Esse era o resultado das duas biópsias, o da que foi feita no Brasil e o que chegou de Houston em 17 de abril. Voltando àquele dia: com o resultado do exame nas mãos, Kalil telefonou para a ministra, que estava em Belo Horizonte, na Federação das Indústrias. O médico não fez rodeios para lhe dar a notícia:

"Temos um linfoma, mas ainda bem que a gente fez o exame e descobriu cedo. É um linfoma localizado e dá pra tratar perfeitamente."

Kalil notou que Dilma estava apreensiva do outro lado da linha e fez uma provocação para quebrar o clima:

"Você não conhece o seu corpo tão bem assim..."

Ela encaixou o golpe e acordou para o lado positivo do que o médico lhe dizia: as chances de curar aquele tipo de linfoma, quando detectado precocemente, eram de mais de 90%. Seriam necessárias quatro ou cinco sessões de quimioterapia e provavelmente algumas de radioterapia, mas em alguns meses ela estaria curada. Quanto mais cedo iniciasse o tratamento, maiores as chances de sucesso. Não seria fácil, mas era a vida.

Dilma voltou ao Hospital Sírio-Libanês na segunda-feira, véspera do feriado de Tiradentes, acompanhada apenas por Anderson Dorneles. Ia receber a primeira dose do coquetel de drogas R-CHOP. Ela não tem veias boas para receber injeções. Os médicos tiveram de implantar um cateter do tipo Port-a-cath (um tubo de plástico com uma válvula de entrada) embaixo de seu braço direito. Também fizeram uma punção na espinha dorsal para saber se a doença tinha se espalhado pelo corpo ou alcançado o sistema nervoso. O resultado ia confirmar que o linfoma era mesmo localizado e tinha sido totalmente extirpado na cirurgia. Mais uma vez ela pediu ao cardiologista que não contasse a ninguém, nem mesmo ao presidente Lula, amigo e paciente dele.

Dilma pretendia passar o feriado no hotel, em São Paulo, mas os efeitos da primeira quimioterapia chegavam de forma devastadora: náuseas, dores, mal-estar, tudo o que ela tinha lido ou ouvido dizer sobre os efeitos da químio se passava na realidade. Não teve ânimo sequer para discutir – como faz sempre que alguém toma uma decisão por ela – quando Anderson avisou que tinha providenciado um avião para voltarem imediatamente a Brasília.

Anderson sabia que a chefe estava mal. Sua experiência com hospitais era marcante. Ele tinha pouco mais de 18 anos quando acompanhou a lenta agonia da mãe, em Porto Alegre. Durante seis meses, dormiu todas as noites ao lado dela no hospital. Ela morreu na única ocasião em que ele não estava de vigília. Para sepultá-la numa cidade do interior, faltou ao trabalho de mensageiro na Fundação de Economia e Estatística, a FEE. Foi nessa época que sua chefe, a economista Dilma Rousseff, praticamente o adotou.

Na manhã de quarta-feira, 22, Dilma estava no gabinete de Lula para uma reunião ministerial sobre os projetos de energia do PAC, mas não teve um momento a sós para falar sobre a doença. Lula seguiu dali para Buenos Aires e Dilma, para Porto Alegre. Ela tinha uma agenda de dois dias de reuniões com empresários, políticos e sindicalistas. À noite, pediu que Carlos levasse Paula ao mesmo restaurante onde tinham conversado sobre a candidatura no final do ano. “Ela se mostrou segura com o tratamento que tinha começado a fazer e transmitiu muita confiança para a Paula”, recorda Carlos.

Dilma comentou também sobre a conversa que teria com Lula. Por mais que os médicos falassem em recuperação total e tratamento rápido, a doença interferia nos planos e na imagem da candidata. Prosseguir ou não com o projeto era decisão a ser tomada rapidamente. Lula voltaria da Argentina na manhã de sexta-feira, 24. Ela telefonou, marcando encontro para a chegada, na Base Aérea de Brasília:

– Eu tenho uma coisinha importante para contar.

Repórteres da TV Globo e da *Folha* já sabiam que a ministra tinha passado pelo Sírio-Libanês no início da semana. Tentaram confirmar a notícia e obter detalhes com a assessoria da Casa Civil e no gabinete do ministro da Secom, Franklin Martins. Ele conversou com Dilma e recomendou que a informação fosse divulgada de forma transparente, e rápido, numa entrevista ao lado dos médicos. Eles decidiram não falar nada antes da coletiva, que marcaram para sábado, no hospital. A *Folha* chegaria a dar uma nota curta na primeira página da edição de sábado, informando que a ministra tinha implantado um cateter, mas não avançava sobre os motivos.

Desde a doença do ministro da Fazenda Dilson Funaro, no governo Sarney, e do governador Mario Covas, os políticos brasileiros vinham se habituando a prestar informações claras sobre seus problemas de saúde. O caso mais notável era o do vice-presidente José Alencar. Ele enfrentava o câncer desde 1997, tinha se submetido a sete cirurgias e a um tratamento experimental. Alencar oferecia ao país um exemplo de perseverança, além de mostrar os avanços notáveis da medicina no tratamento da doença. A palavra câncer permanecia um estigma, mas deixara de ser um mistério e uma sentença de morte. Só naquele ano de 2009, 11 mil brasileiros receberiam o diagnóstico de linfomas semelhantes ao que Dilma tratava, de acordo com o Instituto Nacional do Câncer (Inca).

Na manhã de sexta-feira, antes de seguir para o encontro com Lula, Dilma ligou para Kalil e pediu que ele desse a primeira informação ao presidente. Ela chegou à Base Aérea logo depois de Lula dar uma bronca em seu médico particular por não ter lhe contado nada antes. Kalil estava protegido pela ética médica: a decisão de informar uma doença, a quem e quando é sempre do paciente. O telefonema e a bronca tiveram sobre Lula o efeito de um tranquilizante. Na conversa com Dilma, ele parecia até mais confiante do que ela quanto ao sucesso do tratamento e também da candidatura. No final, despediu-se carinhosamente:

– Tranquila, Dilminha, tranquila. Você é forte, vai conseguir.

Faltava conversar com a mãe, antes de partir para São Paulo. A ministra

conhecia a força de espírito de dona Dilma Jane – como ela soube enfrentar a morte do marido, a prisão da filha mais velha e a morte, ainda jovem, da filha caçula, Zana Lívia, a dor maior na hierarquia do sofrimento. Dona Dilma Jane alternava temporadas em Brasília, Porto Alegre e Belo Horizonte, e estava na casa da filha ministra naquela semana. A professora Sônia Lacerda, amiga de infância e de militância política, estava trabalhando com Dilma na Casa Civil. Sônia era "de casa", como se diz em Minas, e foi a ela que a ministra recorreu quando já estava a caminho de São Paulo: "Sônia, corre lá pra casa, fica com a dona Dilma e não deixa ela nem passar perto da televisão hoje", pediu por telefone. "E não deixa conversar com o Carlos e a Paula lá em Porto Alegre também não."

A amiga levou um susto quando Dilma explicou o motivo da missão: não queria que a mãe soubesse pela TV do tratamento de câncer, que seria anunciado na entrevista coletiva. Surpreendida com a notícia, Sônia cumpriu a missão (mãe e filha só conversariam no dia seguinte, pessoalmente. Dona Dilma decidiu ficar em Brasília, ao lado da filha, com a inseparável tia Arilda).

Era um começo de tarde e fazia sol do lado de fora quando Dilma falou sobre a doença aos jornalistas, depois das explicações dos médicos no auditório do Hospital Sírio-Libanês.

"Nós, brasileiros, temos esse hábito de sermos capazes de enfrentar obstáculos, de transpô-los e de sairmos inteiros do lado de lá", ela disse. Dilma usava um terninho vermelho-claro, tinha um colar de contas em volta do pescoço e os cabelos divididos ao meio, ainda caindo em franja sobre a testa. À noite, no *Jornal Nacional*, milhões de telespectadores assistiram mais uma vez àquela mulher valente, mas agora ela se mostrava serena diante de um grande desafio: "Esta é a questão que está na pauta hoje para mim: enfrentar essa doença, que os médicos garantem que está extirpada, e sair mais forte do lado de lá."

Na segunda-feira seguinte, Dilma estava de novo na estrada com Lula. Dessa vez em Manaus, para inaugurar um hospital, um abrigo de hansenianos e um conjunto habitacional na zona leste, e pobre, da capital do Amazonas. O sol já estava se pondo no último compromisso quando Lula puxou Dilma pela mão e a levou à frente do palco:

– Quero que você olhe para as pessoas, porque a partir delas vem a sua força, a força que você precisa. Esse povo vai precisar muito de você daqui pra frente.

Lula ergueu a mão de Dilma e voltou-se para o público:

– Orem por ela.

Duas semanas depois da primeira sessão de químio, Dilma percebeu, durante

o banho, que seus cabelos começavam a cair. Sim, isso era previsível, está em todos os manuais, mas é bem diferente quando acontece de verdade. Ela estava em casa, com dona Dilma Jane, tia Arilda, a secretária Cleo Dorneles (nenhum parentesco com Anderson) e a governanta Marly Ponce Branco. Dilma pediu que chamassem Tian, a cabeleireira que tinha desenhado a franja e suavizado seu penteado no começo do ano. “Raspa tudo de uma vez”, comandou. Foi um dia triste, muito triste, na casa da ministra.

capítulo 15

Não tá morto quem peleia

É difícil imaginar que uma pessoa que já foi torturada não tenha conhecido ainda o limiar da dor. Dilma Rousseff descobriu que isso era possível na noite de 18 de maio de 2009. Ela acordou indisposta naquela segunda-feira, dispensou a caminhada matinal e seguiu para o Centro Cultural Banco do Brasil, onde estava funcionando a Presidência durante as obras de reforma no Palácio do Planalto. Às 10h ela despachou com o vice José Alencar (Lula estava em Moscou) a liberação de dinheiro para prevenir a chegada ao país da gripe suína, que tinha ligado um alarme sanitário mundial a partir do México. Alencar, naturalmente, perguntou sobre o tratamento. Ela contou que tinha recebido na véspera mais um coquetel de químio, e os médicos suspenderam a cortisona, que provocava inchaço do corpo. Já estava usando uma "peruquinha básica", como dizia, imitando o corte de cabelo original, mas em casa ou quando estava sem visitas no gabinete, ela se livrava da peça, "porque fica pinicando a cabeça".

O mal-estar foi piorando depois do almoço. Dilma já sentia dores fortes na altura das panturrilhas quando recebeu Henrique Meirelles, presidente do BC, às 15h30. Terminada a audiência, as dores tinham subido para as coxas e a região glútea. Ela tomou um analgésico, que não fez efeito. Telefonou para Roberto Kalil, que a encaminhou ao Hospital das Forças Armadas, onde funciona em Brasília o Instituto do Coração. Dilma entrou discretamente na UTI do Incor, recebeu uma dose do anti-inflamatório dipirona e de morfina, mas a dor não passava.

Por volta da meia-noite, Roberto Kalil acionou um avião-UTI da Amil para levar a ministra até São Paulo. Erenice Guerra e Anderson Dorneles a seguiram em um avião da FAB. Às 2h30 da madrugada de terça-feira, Dilma entrou pela garagem do subsolo do Sírio-Libanês, onde a esperavam Kalil e o infectologista David Uip. Foram direto para a sala de ressonância magnética. O exame durou 40 minutos e descartou a hipótese de infecção nos ossos. Restava ainda testar a suspeita de inflamação dos nervos periféricos, uma neuropatia. Ela urrava de dor.

Dilma não conseguiu dormir naquela noite; as dores pioravam quando ela se

deitava. Pela manhã, foi aplicada gabapentina, indicada para dores nos nervos. Às 10h, o neurologista Milberto Scaff encontrou a ministra tentando cochilar na poltrona do apartamento, no 11º andar do hospital. Ele tinha visto os exames neurológicos, que eram totalmente normais, e mandou suspender a gabapentina. Não eram os ossos nem os nervos, explicou a Dilma. Em seguida, tocou as pernas da paciente e diagnosticou: dores de origem muscular, provocadas pela suspensão da cortisona, um caso de miopatia. O alívio que Dilma sentiu com a notícia foi do tamanho da dor que sofria. A medicação anterior foi restabelecida e ela retornou a Brasília dois dias depois.

Enquanto os médicos se ocupavam da paciente, o mundo político especulava sobre o futuro da candidata. Uma nova pesquisa, encomendada pelo PT, mostrava Dilma com 19% das intenções de voto, contra 36% de Serra, seis vezes mais que o que ela tinha quando Lula a chamou de mãe do PAC, um ano antes. A crise de miopatia trazia de volta a incerteza e podia afetar as negociações que Lula conduzia. Ele conversava com os chefes do PSB de Ciro Gomes e do PMDB, cada vez mais comprometido com seu governo mas ainda com um pé na canoa dos tucanos. "A candidatura dela esmaeceu esta semana", comentou um dirigente do PMDB. De Moscou, onde estava, Lula mandou Gilberto Carvalho reduzir ao indispensável a participação de Dilma em sua agenda nas semanas seguintes. Cuidar da saúde era a prioridade, ele disse.

De sua própria agenda, no entanto, Dilma continou cuidando – e à sua maneira. Ela teria de ir com mais frequência ao hospital em São Paulo, pois os médicos decidiram acrescentar a radioterapia ao tratamento. Era um procedimento doloroso; a pele e a carne, na região de onde o linfoma foi extirpado, queimavam sob o foco de um aparelho de raios, em sessões que duravam até duas horas. A rádio é estressante e, por alguma razão, ressecava a garganta da ministra, afetando sua voz. Quando tinha de ir ao Sírio-Libanês, Dilma montava seu gabinete de trabalho no escritório da Petrobras da avenida Paulista, próximo ao hospital.

No começo de agosto, o jornalista Oswaldo Buarim Jr. aguardava a ministra sair de uma sessão de rádio quando atendeu, no celular, uma ligação da *Folha de S.Paulo*. Ele era o novo assessor de imprensa de Dilma Rousseff, o quarto na função desde que ela chegara a Brasília. Profissional experiente, Oswaldo Buarim trabalhou nas sucursais dos grandes jornais em Brasília, foi editor de Política do *Correio Braziliense* e porta-voz da presidência da Câmara no período do deputado Arlindo Chinaglia, do PT.

O repórter que telefonou queria confirmar se Dilma tinha mesmo pressionado

a ex-diretora da Receita Lina Vieira a "agilizar", essa era a palavra empregada, uma fiscalização em empresas da família do ex-presidente José Sarney. A versão teria sido contada pela própria Lina a fontes do jornal, mencionando uma reunião com a ministra e com Erenice Guerra que teria ocorrido no final de 2008. Antes de encaminhar a questão na Casa Civil, o assessor quis saber se a ex-secretária, ou alguma outra fonte, estava fazendo a acusação "em on" – que é como os jornalistas chamam informações e frases com nome e sobrenome do autor (o contrário disso é o *off the records*, a frase ou informação anônima). Até aquele momento não havia on, foi a resposta.

Dilma captou o final da conversa quando já se dirigia com o assessor para o carro. No percurso do hospital até a Petrobras, o jornalista narrou a história toda, que a ministra achou muito, muito estranha: ela nunca tinha tratado com a ex-secretária da Receita ou qualquer pessoa sobre fiscalização alguma, nem nas empresas da família Sarney nem em qualquer outra. Não tinha, tampouco, recebido Lina Vieira em reunião com Erenice na Casa Civil. O jornalista avançou sua avaliação: o assunto não ia prosperar, pois o jornal não tinha declarações para sustentar a notícia.

– É uma história sem pé nem cabeça, ministra. Eles não têm sequer um on da Lina Vieira, não dá pra publicar nada assim – ele apostou.

Dilma estava gostando do jeito sereno e meio caipira de seu novo assessor. Em São Simão, norte paulista, onde nasceu, ele era chamado de Júnior, como todo filho que carrega o nome do pai. Na UnB, onde estudou jornalismo e foi um voluntarioso jogador de futebol, ele virou o Junão. Nas redações de Brasília, onde jornalistas gostam de se tratar pelo sobrenome, tornou-se para sempre o Buarim. Dilma achava graça em chamá-lo pelo prenome antiquado, talvez porque combinasse com a calvície precoce do assessor:

– Ô Oswaldo, não seja ingênuo. Já publicaram até ficha falsa e nem se deram o trabalho de me pedir desculpas. É questão de tempo, Oswaldo, vai ter matéria, sim.

O repórter voltou a telefonar dias depois, agora dizendo que Lina tinha afirmado, em entrevista, que esteve reunida com Dilma e ouviu um pedido para "agilizar" a fiscalização, pedido que Lina interpretou como ordem para suspender a ação da Receita nas empresas do aliado do governo, e ordem que ela teria se recusado a cumprir. José Sarney era o político mais impopular do país naquela altura, às voltas com um escândalo de nomeações secretas no Senado. A agenda de Dilma registrava duas reuniões em que Lina esteve presente: uma na Casa Civil, outra no gabinete do presidente, ambas para tratar de cortes de

impostos em setores da economia, ambas na presença de outras autoridades da República.

Buarim enviou por e-mail um desmentido formal: "A ministra Dilma Rousseff jamais pediu qualquer coisa desse tipo à ex-secretária da Receita." Acrescentava que "não houve a alegada reunião". Entre a palavra de uma e a de outra, prevaleceu no jornal a versão acusatória: "Dilma pediu agilidade em apuração sobre Sarney, diz Lina" foi a segunda manchete da edição da *Folha* no domingo, 9 de agosto. Na última de suas 12 linhas, o texto dizia: "Dilma nega a acusação."

Quando mostrou o jornal a Dilma, Buarim estava duplamente aborrecido – pela notícia e pelo fato de ter perdido a aposta para a ministra. Ela estava saindo de mais uma sessão de radioterapia e, mesmo sendo domingo, tinha marcado reuniões para o restante do dia. No banco de trás do carro, Dilma leu a chamada na capa e passou uma vista rápida na reportagem interna. Ergueu os olhos na direção do jornalista e soltou um daqueles provérbios que tinha aprendido no Sul:

– Não tá morto quem peleia, disse a ovelha, cercada por 50 cachorros.

Buarim anotou a frase mentalmente. Fez-se breve silêncio e a ministra voltou à peleja:

– Toca pra Petrobras – ela comandou ao motorista.

Lina Vieira tinha sido demitida pelo ministro Guido Mantega um mês antes de conceder a entrevista ao jornal. Ela durou apenas 11 meses no cargo. O caso levou três meses para cair no vazio. Lina Vieira disse primeiro que tinha registrado o encontro em sua agenda pessoal; depois, que sua secretária tinha empacotado a agenda na bagagem que ela levaria de volta a sua cidade de origem, Natal, no Rio Grande do Norte; e, por fim, não apresentou agenda nenhuma. Dilma sustentou sua negativa do começo ao fim, sempre desafiando a acusadora a mostrar provas. Foi diferente do caso das contas de FHC, quando a Casa Civil deu três versões diferentes para a mesma história. Dilma tinha aprendido a lição.

Acusações desse tipo se multiplicam feito cogumelos em temporadas de disputa política e eleitoral. São reproduzidas nos jornais, na internet, nos comentários do rádio e da TV a cabo – em geral destacando a versão acusatória e a suspeita, ou não teriam valor como notícia. Podem ser devastadoras quando chegam ao *Jornal Nacional*, mesmo por 30 segundos, mas sempre provocam dois problemas para os políticos. O primeiro, naturalmente, é ter de se explicar, contestar versões, encontrar uma linha de defesa quando há fundamento na notícia, ou lutar para restabelecer a verdade quando a acusação é falsa. O outro problema é o tempo e a energia que se despendem nisso, tirando o foco das

tarefas a cumprir e dos projetos em andamento.

Dilma Rousseff tinha muito a fazer. Desde o final de 2008, atuava em dobradinha com Guido Mantega para retardar ou reduzir os efeitos internos da crise mundial. Ela estava segura de que as condições do país eram muito melhores do que em 1995, 1998 e 2001, quando o Brasil foi contaminado por crises originadas no México, na Ásia e na Argentina, respectivamente. Três vezes o país foi ao FMI no governo FHC, mas agora seria diferente. "Vamos ver quem lida melhor com a crise", desafiou, numa entrevista em que comparava a situação nos dois governos.

A diferença fundamental, para Dilma, era o grau de solidez das contas públicas e o acúmulo de reservas internacionais. Com o Fundo Soberano, o país era muito menos vulnerável do que antes, tinha fôlego para resistir a pressões especulativas e podia adotar políticas anticíclicas, ou seja, cortar impostos para estimular a produção e o consumo num momento difícil. Dólares do Fundo Soberano foram usados para financiar exportações; o governo cortou impostos e aumentou o prazo de financiamento nas vendas de carros, de pequenos tratores agrícolas e da linha branca de eletrodomésticos, por exemplo. Usadas com critério e por tempo determinado, políticas anticíclicas permitem atravessar uma fase difícil sem gerar inflação. A receita anterior, Dilma lembrava, era cortar gastos, reduzir a produção e o consumo, realimentando a crise. "Vamos sair dessa em condições melhores do que entramos", apostava.

Uma das primeiras ideias foi estimular o setor de construção civil, capaz de gerar empregos em grande escala e rapidamente. Era também uma oportunidade de enfrentar a histórica falta de habitações para a população mais pobre – algo entre quatro e seis milhões de moradias, dependendo de quem faz a conta. Na primeira proposta, a Caixa e o Ministério das Cidades previam financiar e construir 250 mil casas populares em dois anos, o que não era pouco, mas estava muito aquém do necessário. Lula não gostou:

– Se é pra fazer alguma coisa no meu governo, vamos fazer logo um milhão de casas.

Dilma atalhou:

– Então vai ter que dar subsídio.

O raciocínio da ministra era que, para alcançar a meta de um milhão de novas casas, o programa tinha de ser dirigido à população que vive com menos de três salários mínimos por mês. Para quem ganha tão pouco, ela dizia, o mercado não apresenta solução: a conta das prestações e dos juros será sempre maior do que essas famílias podem pagar. O Estado tem de pagar uma parte ou nada feito.

Lula passou a bola para Guido Mantega: nunca antes um ministro da Fazenda sacou tão rapidamente recursos do Tesouro para injetar num programa social. A conta de subsídios do Minha Casa, Minha Vida – esse foi o nome escolhido para o programa – bateu em dez bilhões de reais ao longo de 2009.

O Minha Casa, Minha Vida transformou-se no novo xodó de Lula e Dilma, como tinha sido em 2006 o Luz para Todos. A ministra acompanhava semanalmente os números da Caixa sobre a evolução dos contratos. Lula incluiu inaugurações de conjuntos habitacionais nas viagens que fazia pelo país. Gostava de inspecionar e avaliar diretamente com os moradores a qualidade das casas. Numa dessas, no interior de Minas, Lula e Dilma se descolaram da comitiva oficial e desapareceram por uma rua do conjunto. Apenas o general Gonçalves Dias, chefe da segurança, os acompanhava. Lula bateu à porta de uma casa, pediu licença e os três foram entrando pela sala, a cozinha, o banheiro. Faltava piso, azulejo, pintura. E o presidente falando ao ouvido da ministra, baixinho, para não ofender o dono da casinha: "Eu não fui eleito pra fazer muquifo para o povo brasileiro. Eu fui eleito pra dar dignidade."

Sobrou para a construtora, para o gerente da Caixa, quase sobrou para o prefeito, mas a obra foi refeita.

Em agosto de 2009, enquanto sua assessoria pelejava com as notícias sobre Lina Vieira, a ministra fazia os últimos ajustes na legislação do pré-sal. Noves meses depois da suspensão dos leilões, ela estava pressionada a apresentar o novo projeto, mas adiava o lançamento a cada dúvida de ordem técnica, legislativa ou estratégica. Ela apresentou o projeto a Lula na segunda quinzena do mês. Naquela altura, a Petrobras já tinha furado 81 poços sobre a área, com sucesso em 87% dos casos. As reservas confirmadas tinham batido os 14 bilhões de barris (igual a tudo o que já se tinha descoberto no país em décadas) e as estimadas passavam de 50 bilhões, menores apenas que as de sete países em todo o mundo.

De toda a área identificada como pré-sal, 28% já haviam sido leiloados pela regra antiga, de concessão total dos blocos, antes da confirmação da descoberta. Esses contratos seriam respeitados. A proposta de Dilma para explorar os 72% restantes, apresentada ao país em 31 de agosto, previa:

- trocar o modelo de concessão pela partilha, adotada na China, na Líbia, em Angola, no Egito e em outros grandes produtores. Por esse modelo, em vez de vender os poços às empresas petroleiras, o país fica com um percentual de todo o óleo e gás extraídos;
- exigir participação mínima de 30% para a Petrobras em todos os projetos, como associada das petroleiras, independentemente dos projetos próprios

da estatal;

- tornar a Petrobras operadora exclusiva do pré-sal, ou seja: para explorar a nova área, qualquer petroleira tem de contratar os serviços da estatal. Isso exigiu a capitalização da Petrobras em 100 bilhões de dólares;
- destinar toda a renda do pré-sal a um fundo social voltado exclusivamente para combater a miséria e investir em educação, cultura, inovação tecnológica e proteção ao meio ambiente;
- criar a Petro-sal, uma nova estatal destinada a gerir a exploração da área e o novo fundo social.

A nova Lei do Pré-sal era o que Dilma chamava de passaporte para o futuro. Restava a questão dos royalties pagos aos estados e municípios que fazem limite com as bacias litorâneas: Rio, São Paulo e Espírito Santo. Os royalties foram estabelecidos na Constituição de 1988, mas a descoberta do pré-sal acendeu um debate: o petróleo seria dos estados limítrofes ou de toda a federação? Lula queria manter a compensação, mas destinando uma parte aos outros 24 estados. Ele chamou a Brasília os governadores Sérgio Cabral, José Serra e Paulo Hartung, na véspera do envio da nova lei ao Congresso. Eles queriam adiar a discussão. Lula não queria adiar o futuro. Mandou a proposta como estava, para garantir o essencial, e deixou com o Congresso a disputa pelos royalties.

Na cerimônia de apresentação do projeto de lei, os fotógrafos captaram uma lágrima no rosto de Dilma enquanto Lula falava do seu "passaporte para o futuro". No *Jornal Nacional* ela apareceu resumindo os objetivos do novo fundo social: "Afastar a pobreza do país, garantir casa, comida e saúde."

Uma pesquisa do Ibope em setembro mostrou que 59% dos brasileiros conheciam ou tinham ouvido falar em pré-sal, nome que pode lembrar muita coisa, menos uma gigantesca reserva de petróleo. A nova lei recebeu os carimbos de nacionalista e estatizante. Era mesmo. Dilma nunca se importou com rótulos. Um ano antes, tinha sido chamada de privatista, com ironia, por leiloar concessões de rodovias federais. Ganharam as empresas que apresentaram menor preço final para os usuários – mesmo critério que adotou nos leilões de energia. Nas rodovias que Dilma leiloou, o pedágio ficou até dez vezes menor que nas estradas paulistas privatizadas pelo PSDB.

Nenhuma petroleira deixou de se instalar no Brasil depois do anúncio da Lei do Pré-sal, e muitas já tinham planos de explorar a nova riqueza quando os leilões fossem retomados. O mercado, como se diz por lá, "precificou" a mudança: o real e os títulos do Brasil não sofreram qualquer abalo por causa daquela ministra "nacionalista e estatizante".

O mesmo Ibope que mediu o conhecimento do pré-sal captou alta de 11 pontos, em três meses, na aprovação do governo Lula: 69% em setembro. O diretor da Confederação Nacional da Indústria, Marco Antônio Guarita, que tinha encomendado a pesquisa, atribuiu o salto ao bom momento da economia e "ao otimismo associado ao potencial do pré-sal". Para Franklin Martins, a discussão da nova lei foi um momento decisivo na sucessão presidencial. "Dilma não era só a mãe do PAC, era também a mãe do pré-sal", ele recordou. "Ao criar a CPI da Petrobras e se colocar contra o modelo de partilha, a oposição se enredou numa armadilha que ela mesma teceu."

O ex-ministro argumentava que a maior empresa do país desperta forte sentimento de orgulho na população, e este sentimento foi potencializado pela descoberta das gigantescas reservas. Ao longo de sua campanha, Serra evitaria colocar-se frontalmente contra a estatal e o modelo de partilha, mas Dilma saberia confrontá-lo com a questão do pré-sal no momento oportuno – a disputa do segundo turno. Enquanto a hora não chegava, ela seguia pelejando.

***

O lançamento da Lei do Pré-sal coincidiu com a filiação da senadora Marina Silva ao PV. A ex-ministra do Meio Ambiente tinha deixado o governo em maio de 2008. O pote de Marina transbordou quando Lula concedeu o comando do Plano Amazônia Sustentável ao ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger. Marina não disse isso na carta de demissão, elegante e altiva, mas sua saída foi relacionada ao acúmulo de conflitos entre a área ambiental e as obras do PAC. A ordem de Lula era pagar o preço e cumprir a lei, mesmo que tenha se exasperado com algumas exigências do Ibama e do Ministério Público. A duplicação da pista do aeroporto de Brasília, por exemplo, esperou seis meses até que um lobo-guará mudasse seu território de caça para lugar mais distante.

Combinar preservação e progresso era um desafio e tanto. A festa foi grande em 5 de junho de 2006, quando Lula autorizou as obras da BR-163. Seria a primeira rodovia sustentável do país, rasgando o coração da Amazônia entre Cuiabá e Santarém e cercada de cuidados ambientais que custariam 70 milhões de reais só no primeiro canteiro de obras. "Ainda bem que temos uma elite, no bom sentido, que se preocupa com o desenvolvimento sustentável", festejou Marina.

Ela era mundialmente conhecida antes de Lula torná-la ministra – o primeiro nome anunciado por ele, junto com Antonio Palocci, após a eleição de 2002.

Marina jogou sua autoridade sobre a mesa de Lula na discussão do

licenciamento ambiental das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira. Elas tinham potencial para gerar mais de seis mil megawatts, quase meia Itaipu, e garantir a oferta de energia para o país crescendo no ritmo previsto no PAC. Marina antecipou a Lula que o Ibama dificilmente licenciaria projetos daquele porte na floresta Amazônica, com potencial de mudar a vida de gente, bichos, plantas e até mesmo os ciclos do grande rio.

"Ou fazemos as usinas ou vamos ter que queimar carvão em termelétricas. É isso que você quer?", provocou Dilma numa das reuniões sobre o projeto.

Dilma queria uma discussão objetiva: quais eram os problemas e quais as soluções para eles. Marina voltou ao Planalto com os estudos do Ibama (que só ficaram prontos depois que ela demitiu o secretário executivo Carlos Langone). Eram 31 exigências, desde medidas para reduzir a sedimentação abaixo da queda-d'água até a garantia do ciclo reprodutor dos silurídeos. Lula é um pescador esportivo, mas não sabia até ali – nem ele nem qualquer um que não seja especialista em biologia – que silurídeos são peixes como o bagre e a dourada. "Até o problema do bagre do rio Madeira cai no colo do presidente", ele desabafou, mas manteve a diretriz de cumprir a rigorosa lei ambiental brasileira.

A indicação dos problemas não veio acompanhada de soluções. Dilma Rousseff foi atrás delas: contratou uma consultoria internacional que analisou, item por item, o relatório do Ibama. Todas as indicações da consultoria foram incorporadas ao projeto e ao edital de licitação das usinas – inclusive a de construir escadas paralelas à barragem, pelas quais os silurídeos poderiam continuar subindo o rio em seu ciclo de reprodução. O Ibama concedeu as licenças provisórias para os leilões em junho de 2007. A licença para o início das obras sairia em novembro de 2008. Marina pediu demissão seis meses depois e foi substituída por Carlos Minc – "socialista libertário", deputado estadual do PT no Rio e um dos fundadores do PV original. Também era um companheiro de Dilma dos tempos da VAR-Palmares.

Marina jamais tratou o episódio das usinas do Madeira como derrota política – afinal, as exigências ambientais foram incorporadas ao projeto, como ela lembraria numa entrevista em 2010, já em campanha pelo PV. Nem ela era a ambientalista romântica com a cabeça nas nuvens, nem Dilma a tocadora de obras insensível à natureza, mas esses estereótipos estavam no ar em dezembro de 2009, enquanto se reunia em Copenhague a Conferência da ONU sobre Mudanças no Clima, a COP 15.

Só os muito ingênuos podiam pensar que chefes de Estado de todo o planeta

estavam lá para tratar de ecologia. Pesquisas científicas – e sucessivas catástrofes climáticas – mostravam ao mundo que era necessário reduzir as emissões de gás carbônico para deter o aquecimento global. O que se discutia, e ainda se discute, é quem vai pagar a conta pela troca de parte da energia fóssil (carvão e petróleo) por fontes limpas (hidrelétricas, biomassa e eólica), e em quanto tempo essa troca se dará. Muito depois da Europa, os Estados Unidos e a China – os dois maiores emissores de CO_2 – foram os últimos a se mover nessa direção. O Brasil defende que os países mais ricos – os que se beneficiaram do processo de industrialização que aqueceu o planeta – sejam mais rápidos na substituição de fontes e ajudem, com dinheiro, os países mais pobres, para que eles tenham uma chance de crescer sem ter de cortar florestas e queimar carvão.

Lula escalou para chefiar a delegação brasileira a maior especialista em energia e desenvolvimento no governo: Dilma Rousseff. Ela coordenou um programa voluntário de redução das emissões no país, de forma a reforçar a autoridade do Brasil nos debates. Dentre as grandes economias, o Brasil é a que mais utiliza fontes limpas de energia: quase 60% do total, contra a média de apenas 12% dos países mais ricos. A meta que o Brasil apresentou voluntariamente previa reduzir as emissões de gás em 40% até 2050. Às vésperas da COP 15, Carlos Minc anunciou um recorde na redução do desmatamento da Amazônia, resultado da ação combinada do Ibama e da PF, iniciada por Marina e reforçada por ele. Com a retaguarda garantida, Dilma partiu para Copenhague pintada para a guerra.

Ela percebeu como o jogo estava armado numa reunião com a primeira-ministra dinamarquesa Connie Hedegaard. Era assim: a Europa não avançaria além do que já tinha feito (e não era pouco) e trabalharia para trazer os Estados Unidos a um acordo geral; os Estados Unidos apresentavam sua meta voluntária de redução (tímida, mas pela primeira vez faziam isso) e não aceitavam interferência externa. Estados Unidos e Europa topavam criar o fundo dos países pobres, desde que eles aceitassem ser monitorados e fiscalizados, e todos sairiam festejando a salvação do planeta. Exceto pela China, que também anunciou uma acanhada meta voluntária, fora de qualquer tratado, e ficaria isolada como vilã do aquecimento global. Bom para os negócios de uma parte do mundo (a parte de sempre), péssimo para os países pobres e quase nada para o futuro do meio ambiente.

Foi mais ou menos essa a avaliação que Dilma passou a Lula quando ele chegou a Copenhague, um dia antes do prazo, para assinar acordos – se houvesse

acordo possível naquela assimetria toda, com os países pobres e emergentes frustrados e a China, isolada.

Lula vivia um grande momento no final de 2009: tinha comovido o mundo com suas lágrimas ao receber a escolha do Rio para sede das Olimpíadas de 2016. Depois de falar com Dilma, telefonou para o presidente americano Barack Obama sugerindo que ele chegasse a Copenhague com um avanço qualquer para salvar a cúpula do fiasco total. Obama não tinha condições políticas, em seu próprio país, para ir mais longe, e agarrou-se ao fundo para os pobres. Numa comparação desastrada, ele disse que o monitoramento seria semelhante ao que o FMI pratica nos países aos quais empresta dinheiro. Para Lula, que passou a vida inteira criticando as receitas recessivas do Fundo e que se orgulhava de ter livrado o país dos fiscais do FMI, o som daquelas três letras soava como uma ofensa.

Horas depois do telefonema, enquanto Barack Obama voava para Copenhague, Lula e Dilma estavam reunidos com presidentes e ministros dos países-chave, inclusive a secretária de Estado Hillary Clinton. O desacerto – até nos procedimentos – era tamanho que Lula passou a se referir àquilo como "a reunião da muvuca". Quando tomou a palavra, foi para desabafar:

– Numa falta absoluta de sensibilidade, propuseram a mim que haveria um monitoramento dos nossos países, nos moldes do que faz o FMI...

Após a tradução, alguém fez a pergunta óbvia: quem, quem? Lula voltou-se para a secretária de Estado e entregou sem dó o colega americano:

– Ô Hillary, foi o Obama!

A COP 15 terminou sem acordo, e foi melhor assim.

Copenhague também foi uma vitrine para os candidatos à sucessão brasileira. Marina Silva era um peixe no aquário mundial dos ambientalistas, conhecida e reconhecida nos eventos paralelos à reunião oficial. Ela sugeriu que o Brasil doasse um bilhão de dólares ao fundo proposto "para dar exemplo". Dilma rebateu: "Isso não faz nem cosquinha."

José Serra, que só era conhecido ali pelos jornalistas brasileiros, foi a uma reunião de governadores e tirou uma foto com Arnold Schwarzenegger. O governador da Califórnia chamou o colega de *Sierra*. A imagem do encontro foi parar no *Jornal Nacional*. Serra saiu no lucro, se comparado com a notícia mais explorada no Brasil sobre Dilma em Copenhague: uma gafe. Dilma não conseguia ler um discurso – escrito por ela ou com ajuda de assessores – sem acrescentar novas ideias ao texto. Esse tipo de indisciplina melhorava o conteúdo da fala, mas também provocava repetições ou saltos repentinos quando ela

voltava a ler o texto escrito. O risco de errar aumentava se ela estivesse cansada. Aconteceu em Copenhague, numa palestra sobre energia limpa no Brasil. Dilma iniciou uma frase falando em meio ambiente e voltou a ler o texto num ponto que falava em aquecimento global. Saiu assim: "O meio ambiente é, sem dúvida nenhuma, uma ameaça ao desenvolvimento sustentável."

Nos dias seguintes, o vídeo e o áudio foram martelados em TVs, rádios, blogs e sites de notícias no Brasil. Dilma encaixou o golpe. Não tá morto quem peleia...

***

A última aparição pública de Dilma Rousseff em 2009, antes do início do ano eleitoral, foi na manhã de 21 de dezembro, num bonito salão do Itamaraty. A ministra já chegou causando impacto. Ela dispensou a peruquinha básica e mostrou, pela primeira vez, o cabelo natural que voltava a crescer num tom castanho mais escuro – fios muito curtos, repicados, mas eram os seus cabelos renascidos. Químio e rádio deram o resultado esperado e os médicos atestaram, em 28 de setembro, que Dilma estava "livre de qualquer evidência de linfoma". Dispensar a peruca, oito meses depois de raspar a cabeça num dia de tristeza, foi um momento de libertação e de vitória.

Dilma foi ao Itamaraty naquela segunda-feira para entregar o Prêmio Direitos Humanos 2009 a uma pessoa especial: Inês Etienne Romeu, a companheira dos tempos da Polop em Belo Horizonte. A Inês do Bucheco, da Colina, da clandestinidade no Rio. A Inês da VAR-Palmares – amiga do Beto, da Dodora e do Herbert –, que ficou com a VPR no racha do capitão Lamarca e estava para sair do país quando caiu, presa pelo delegado Sérgio Fleury, em maio de 1971. Ela foi levada de olhos vendados para um centro de tortura do DOI-Codi que funcionava clandestinamente numa casa em Petrópolis. Ali foi espancada, torturada e seviciada ao longo de três meses. Sobreviveu para fazer, dez anos depois, a corajosa denúncia dos carrascos da Casa da Morte, onde foram assassinados pelo menos 16 presos políticos. Destes, Inês viu quatro na casa e descobriu sobre a morte de outros quatro, entre eles o deputado Rubens Paiva. A denúncia de Inês Etienne levou Ulysses Guimarães a afirmar, no discurso de promulgação da Constituição: "A sociedade foi Rubens Paiva, não os facínoras que o mataram." Inês estava recebendo o prêmio na categoria "Direito à Memória e à Verdade".

Dilma subiu confiante ao palco para ler o discurso que tinha preparado na noite de domingo, mas já estava com a voz embargada nas primeiras palavras:

"Inês é o testemunho da generosidade, da coragem e da dignidade de uma

geração.”

Dilma fez uma pausa, apertou os lábios e prosseguiu:

“Quem viveu um tempo em que até a palavra democracia era proibida, quando não era muitas vezes perversamente deturpada, compreende com mais sentido a importância de resgatar os fatos e preservar a memória do que ocorreu no país naquele período. Compreende com a razão, com a memória e a emoção.”

Da plateia, Inês Etienne apertava os olhos na direção do palco. Algumas vezes aplaudia, forçando os braços trêmulos, às vezes abria um sorriso largo no rosto vincado de rugas. Dilma resumiu a trajetória da amiga:

“Ela fez um inventário da crueldade e da violência, que muito contribuiu para que a sociedade brasileira resumisse, em duas palavras, o nosso sentimento e a nossa convicção: nunca mais! Nós sobrevivemos, Inês, para presenciar e participar da construção de um novo Brasil.”

Dilma Rousseff e Inês Etienne se reencontraram num abraço afetuoso. Duas sobreviventes.

capítulo 16

Sambando no asfalto

Na manhã de 13 de fevereiro, sábado de carnaval de 2010, a ministra Dilma Rousseff decolou de Brasília, num jatinho fretado pelo PT, rumo ao coração da folia. A primeira parada foi no Recife, onde era aguardada pelo governador Eduardo Campos nos jardins do Palácio das Princesas, uma linda construção próxima ao rio Capibaribe. Até a chegada de Dilma, o centro das atenções era o deputado Ciro Gomes. Num minueto com Campos, presidente do PSB, ele mantinha acesa sua candidatura presidencial, mas até as pastorinhas do frevo sabiam que o movimento tinha o objetivo de fortalecer o partido nas negociações em torno de Dilma para compor as chapas de candidatos a governador e senador nos estados.

Eduardo Campos recebia, num café da manhã nordestino, os convidados que iriam assistir com ele, do camarote oficial a 500 metros dali, ao desfile do maior bloco do mundo – o Galo da Madrugada, que naquele ano arrastaria dois milhões de foliões pelas ruas do centro velho do Recife. Dilma reconheceu numa das mesas um repentista que tinha feito uns versos para ela no carnaval passado, quando esteve lá pela primeira vez. Eduardo Campos pediu ao poeta para improvisar alguma coisa juntando os nomes dos dois candidatos. O repentista se saiu com essa:

Preste atenção no meu verso
Vou com Dilma e Ciro Gomes
Pra acabar com as nossas fomes
De justiça e de progresso

Dilma e Ciro saíram para o camarote vestindo camisetas azuis do carnaval pernambucano – a dela com estampas de pássaros, a dele, de peixes. No trajeto, o deputado fazia papel de cicerone e facilitava o assédio dos curiosos à ministra, que despertava mais atenção. Posaram para fotos, assinaram autógrafos. Recife era território da aliança. A cerca de um quilômetro dali, José Serra também acompanhava o desfile, com políticos do DEM, do PPS e o presidente do PSDB, o pernambucano Sérgio Guerra. Serra foi recebido com simpatia, mas muita

gente gritou Dilma e Lula ao vê-lo passar. O tucano não passou recibo: disse aos repórteres que não tinha ouvido nada e que gostava muito do carnaval nordestino.

Dilma estava particularmente feliz naquele carnaval. O mês de fevereiro tinha começado para ela com a notícia de que Paula estava grávida: era o primeiro neto a caminho. Dilma revelou que seria avó numa entrevista ao programa de TV da modelo Luciana Gimenez. Tinha sido sua primeira participação num programa popular e ela conseguiu criar uma boa empatia com a jovem apresentadora. Dilma aceitou o desafio de preparar uma omelete no ar. A mistura desandou, mas a ministra, não – ela culpou a panela de teflon ("Esse tipo de material não serve pra fazer omelete") e transformou a fritada em "ovos mexidos mexicanos". Amigos de Dilma diriam que ela inventou a tal receita na hora, mas a apresentadora provou e elogiou.

Participar de programas populares e dar entrevistas a emissoras regionais de rádio eram uma receita de Lula que a ministra adotou no segundo semestre de 2009. O presidente dizia que entrevistas ao vivo permitem raciocínios completos, sem o risco de uma edição parcial ou até deturpada de frases gravadas. Além disso, pode-se corrigir imediatamente algum erro cometido. Mais ou menos o que Dilma fez com a omelete transformada em "ovos mexicanos".

Dilma tentava se soltar também nos palanques das inaugurações – algo difícil para alguém com seu rigor analítico, especialmente quando se tem a sombra de um orador popular como Lula. A primeira vez que Dilma chamou atenção num palanque com Lula foi em 20 de janeiro, na inauguração de uma barragem do PAC no rio Jenipapo, no vale do Jequitinhonha.

"Nossos adversários dizem que o PAC não existe, que é só propaganda", ela disse, referindo-se a uma entrevista do tucano Sérgio Guerra, que desqualificou o programa. "Eles agora querem acabar com o PAC, como queriam da outra vez acabar com o Bolsa Família", Dilma emendou, arrancando aplausos. O PSDB reagiu com uma nota agressiva, na qual a ministra era chamada de mentirosa. Os presidentes do PT – havia dois naquela altura, Ricardo Berzoini, em final de mandato, e José Eduardo Dutra, eleito para sucedê-lo – responderam no mesmo tom.

Desde o início do governo Lula, o ex-presidente Fernando Henrique era a voz mais nítida e mais coerente da oposição. Foi ele quem orientou PSDB e DEM a "deixar Lula sangrar", na crise do *mensalão*, e comandou a derrota da CPMF no Senado. Sem cargos para disputar, FHC estava à vontade para criticar Lula em entrevistas e artigos de jornal – algo fora de alcance dos tucanos com pretensões eleitorais: que candidato poderia fazer um ataque frontal a um presidente com

80% de aprovação popular?

FHC podia, e não recusou o papel. Seus artigos tocavam cordas sensíveis do núcleo mais duro da oposição – a elite bem instruída e "bem pensante" do país, hegemônica nos meios acadêmicos e nos veículos de comunicação. Em novembro de 2009, ele escreveu que Lula e o PT ameaçavam a democracia com um "autoritarismo popular" que ele chamou de "subperonismo lulista". Numa entrevista ao jornalista Andres Openheimer, do jornal conservador *Miami Herald*, voltou a falar em subperonismo e atacou a candidata de Lula. Disse que Dilma "é uma pessoa muito autoritária, dogmática", próxima da "esquerda radical venezuelana". FHC já havia escrito que ela não passava de "reflexo de uma liderança", frase que o senador tucano Tasso Jereissati traduziu, na tribuna, com uma grosseria: "Liderança de silicone, bonita por fora e falsa por dentro."

O PT costumava festejar os golpes de FHC, pois a imagem do ex-presidente nas pesquisas era associada a um estilo arrogante, um tanto elitista, o oposto da de Lula nas mais simples comparações. "Mais uma entrevista dessas e vamos pedir ao FHC para ser o candidato da oposição", brincava José Eduardo Dutra. Dilma achava que era tempo de reagir.

Governador Valadares, em Minas Gerais, tem fama de ser uma das cidades mais quentes do mundo. Pode ser exagero, mas dizem por lá que a culpa é do Ibituruna, um maciço de pedra que absorve e irradia o calor do sol sobre a cidade, no vale do rio Doce. A temperatura estava próxima dos 40 graus no final da manhã de segunda-feira, 9 de fevereiro, quando Dilma foi à frente do palanque onde Lula anunciou um pacote de obras do PAC e um programa de educação a distância. Em seu último artigo, FHC tinha desafiado o presidente a comparar os dois governos "sem mentir". Dilma foi à luta, no mormaço de Valadares:

– Se quiserem comparar, nós vamos comparar. Número por número, casa por casa, obra por obra, escola por escola, emprego por emprego.

O discurso de Valadares ainda ecoava quando veio o carnaval. Para usar uma expressão ao gosto do PT, Dilma estava assumindo o protagonismo da disputa política. Ou, como diria Lula, com suas metáforas de futebol, estava chamando para si a responsabilidade do jogo. No camarote oficial em Recife, ela atraía a atenção dos foliões, mesmo ao lado de dois dos políticos mais populares do Nordeste: Eduardo Campos e Ciro Gomes.

Do Recife, o avião do PT decolou para Salvador, e Dilma deu carona ao ministro Alexandre Padilha, das Relações Institucionais. A tarde já tinha começado e eles distraíram a fome comendo amendoim torrado e conversando

sobre frevo e maracatu. Padilha tocou no iPod um disco do mestre Siba, do Maracatu Rural de Nazaré da Mata. Dilma se impressionou com o ritmo forte das caixas e dos metais. Eles só iam almoçar na chegada, no Palácio de Ondina, onde o governador Jaques Wagner recebia amigos, políticos e jornalistas. Dilma estava ansiosa para se encontrar em Ondina com a amiga Flora, mulher do ex-ministro Gilberto Gil. Ele tinha deixado o governo para retomar a carreira nos palcos e anunciou que votaria em Marina Silva no primeiro turno – parte do PV, inclusive o sucessor de Gil no Ministério da Cultura, Juca Ferreira, ficou com a candidata do governo. Flora ficou com Dilma.

Dilma e Jaques Wagner tinham chegado juntos ao Palácio do Planalto, no auge da crise do *mensalão* – ela na Casa Civil e ele no cargo que agora era ocupado por Alexandre Padilha. Eram dois novatos tentando conhecer aquele território novo. Costumavam esticar o expediente, conversando sobre a crise. Ela gostava também de Fátima Mendonça, a Fatinha, mulher de Wagner. Ela presenteou Dilma com uma bata de motivos africanos, em preto, amarelo e vermelho. Dilma pediu para conhecer um bloco de "raiz afro". Wagner indicou o Ilê Aiyê, que saía naquela noite.

"É o mais belo dos belos", Fatinha explicou, contando a história do mais tradicional bloco de afoxé da Bahia.

"É o mais lindo dos lindos", Dilma tentou repetir à noite, vestida com a bata africana, quando os repórteres a abordaram na subida íngreme da ladeira do Curuzu, a caminho do terreiro do Ilê. Ela corrigiu o engano, socorrida por Fatinha, que subia ao seu lado com o governador.

Dilma passou mais de duas horas na sede do bloco, a casa de mãe Hilda Jitolu, inspiradora espiritual do Ilê. Mãe Hilda tinha morrido seis meses antes, e quem fez as honras para a visitante foi seu filho, Antônio dos Santos, o Vovô do Ilê. Ele apresentou Dilma a Gisele, a beleza negra eleita rainha do Ébano. Dilma perguntava às mães de santo sobre a história do Ilê, os detalhes das roupas, o significado de cada objeto de culto. Vovô do Ilê a convidou a participar de uma cerimônia única: o momento em que pais e mães de santo soltam pombas brancas, da sacada da casa, para pedir que as festas transcorram em paz e harmonia.

A filha do imigrante búlgaro estava grata ao governador, filho de judeus poloneses, pelo mergulho na "raiz afro" – *a Bahia tem um jeito que nenhuma terra tem*. Na volta a Ondina, encontraram a residência oficial às escuras. Não, não era um blecaute em pleno carnaval baiano; era um defeito na casa de força do palácio que os técnicos não conseguiam consertar. Jaques Wagner pedia

providências ao chefe da segurança, ao coronel do Gabinete Militar, ao presidente da empresa de energia elétrica, mas o caso só podia ser resolvido por bons eletricistas depois de horas de trabalho. Ele estava constrangido, mas Dilma parecia não ligar para o contratempo. Na varanda da casa oficial, tomando água de coco, Dilma ainda curtia a emoção de ter conhecido o afoxé:

– Sabe o que a mãe de santo me contou, Fatinha? Que Ilê Aiyê quer dizer casa e quer dizer mundo. A casa deles é o mundo, e por todo lugar onde vão eles levam o mundo da África, dos antepassados.

Dilma deixou o governador inspecionando os trabalhos na casa de força e foi dormir no escuro. Serra também estava em Salvador. Enquanto Dilma visitava o Ilê, ele foi com amigos do DEM e do PSDB ao camarote da cantora Daniela Mercury, no Farol da Barra. No domingo, Dilma e Serra estariam em camarotes vizinhos, no Campo Grande, para ver a passagem dos trios elétricos. O mais esperado era o de Ivete Sangalo, que fez uma pausa bem em frente ao camarote dos tucanos. A cantora saudou seus amigos – os deputados baianos Jutahy Júnior, ACM Neto, José Carlos Aleluia – e fez uma brincadeira com o governador de São Paulo. "José Serra, tá com os olhos cansados, meu filho. Bota um energético pra dentro, senão não segura", ela disse ao microfone, do alto do caminhão.

O trio voltou a se movimentar e tocava as primeiras notas do sucesso da temporada – *Cadê Dalila?*, que tinha o refrão "Vai buscar Dalila". A cantora resolveu brincar com a mulher do governador, que avistou no camarote oficial.

– Cadê Fatinha? – Ivete perguntou.

A amiga respondeu agitando os braços, e foi aí que Ivete notou quem era a mulher vestindo uma bata branca de algodão, com desenhos florais em verde, brincando entre Fatinha e o guitarrista Armandinho do Recife. Ivete trocou o primeiro verso da canção de sucesso:

– Vai buscar Dilminha...

O camarote explodiu de alegria. Até ali, tudo ia bem. Dilma tinha passado sem problemas por três festas e cinco abordagens de repórteres em dois dias de carnaval. Um teste e tanto para qualquer candidato no Brasil, ainda mais para uma iniciante. Mas ela precisava fazer política, e saiu dali para visitar o camarote do PMDB, onde estava o ministro Geddel Vieira Lima. Substituto de Ciro Gomes na Integração Nacional, Geddel disputava a eleição na Bahia contra Jaques Wagner, e as relações entre os dois eram as piores possíveis. O governador não só entendeu o gesto da ministra – no plano nacional, o PMDB era o mais importante aliado – como fez questão de acompanhá-la ao campo do adversário. "Por coisas assim que acho o Jaques uma pessoa especial", Dilma diria ao deixar

Salvador.

Reunir adversários debaixo da mesma aliança foi uma característica de Lula em seus dois governos. Não é um fato inédito na política; tinha sido assim com FHC, para ficar no exemplo mais próximo. Dilma teria de seguir pelo mesmo caminho para governar um país como o Brasil, onde o Congresso utiliza suas prerrogativas mais para constranger a ação do Executivo do que propriamente para se afirmar como um poder da República (o período da Constituinte foi uma notável exceção nessa trajetória). A liderança de Lula, no entanto, havia ultrapassado partidos, ou não se explicariam os 80% de aprovação que ele ostentava no último ano de governo.

Em julho de 2009, o PT encomendou duas pesquisas ao Instituto Síntese de Belo Horizonte para orientar a estratégia da sucessão. Na pesquisa quantitativa, as informações mais importantes eram três:

- 68% dos eleitores queriam votar num candidato que garantisse a continuidade do governo Lula;
- 79% desses eleitores diziam que nada os faria trocar a continuidade por um candidato de oposição;
- 40% dos que admitiam fazer a troca diziam, assim mesmo, que esta seria uma decisão "muito difícil".

Lula era considerado por 51% o "melhor presidente que o país já teve", numa série que incluía JK, Vargas, FHC, Sarney e Itamar Franco. A boa avaliação do governo chegava a ser ofuscada pelo seu personagem principal, como se podia notar mais claramente na pesquisa qualitativa (aquela em que se reúnem grupos de discussão observados pelos pesquisadores). Na análise do material que fez para a direção do partido, o marqueteiro João Santana escreveu:

> *Um governo tão bem avaliado, como o de Lula, inspira, obviamente, forte desejo de continuidade na população. Mas um governo tão fortemente "personagem", onde todo filtro de avaliação passa primeiramente pela figura e a personalidade do presidente, cria um quadro rico e complexo.*
>
> *A primeira complexidade se dá exatamente porque as pessoas, consciente e inconscientemente, querem mais a permanência de Lula do que de seu próprio governo. Ou querem a continuidade do governo, porém com um "tipo Lula" à sua frente. E como este não é um personagem fácil de encontrar na esquina, o sentimento fica incompleto.*
>
> *Não há desejo por mudanças de rumo e muito menos por rupturas radicais. A ideia que prevalece para avaliar os candidatos é saber quem vai ser capaz de*

fazer com que o que foi plantado agora evolua – ou seja, quem poderá aprimorar o que está aí.

Mesmo nesse cenário, a mãe do PAC se sobressaía: Dilma era considerada por 26% a ministra que "mais ajudou o governo a ter bons resultados". O segundo colocado era o ministro da Fazenda, Guido Mantega, com 12%, seguido por José Dirceu – quatro anos depois de ter deixado o governo –, com 10% das menções. Os demais pouco eram lembrados.

Na metade de 2009, quando a pesquisa foi feita, não estava claro "quem era o candidato que daria mais continuidade ao governo Lula". Nesse quesito, Dilma despontava com 29% das menções, mas era seguida, surpreendentemente, pelo candidato da oposição, José Serra, com 25%. Estava claro que Dilma precisava se tornar mais conhecida e, principalmente, mais identificada com o presidente e o governo que ela coordenava a partir da Casa Civil.

O grau de confusão e desconhecimento era maior nas camadas mais pobres e nas regiões do país onde Lula alcançava seus melhores índices. Dilma precisava se apresentar para esse público e o melhor caminho era o rádio, velho companheiro de infância. Na Casa Civil, os pedidos de entrevista chegavam de emissoras grandes e pequenas de todos os cantos do país.

Dilma passou a reservar a primeira hora da manhã para o rádio, pelo menos três vezes por semana. Concedia entrevistas em casa, por telefone, na volta da caminhada matinal. Oswaldo Buarim instalou uma mesa de som sobre a mesa da biblioteca – uma babel de livros, discos, fotografias e caixas, dando a impressão de uma mudança iminente da moradora. Com a mesa de som, além de melhorar a qualidade do áudio, a ministra ficava com as mãos livres para fazer anotações ou consultar pilhas de papéis com os últimos números do PAC e do Minha Casa, Minha Vida – no país, no estado e na cidade da emissora.

Dilma falava de obras e projetos que estavam perto do ouvinte, citava exemplos de outros lugares e demonstrava segurança. Diante da inevitável pergunta sobre a candidatura, saía-se com frases do tipo "Isso é você quem está dizendo" ou "Não falo sobre isso nem amarrada".

Em novembro de 2009, o programa nacional do PT no horário nobre da televisão reforçou a identificação. Dilma apresentava o programa ao lado de Lula. Mostravam as obras do PAC, o Prouni, o Minha Casa, Minha Vida. Santana criou um quadro em que um ator pegava miniaturas – de uma casa, de uma escola, de uma fábrica – e as transferia dos degraus de uma escada para os de outra. Na primeira escada, que seria o governo FHC, casa, escola e emprego eram "coisas de rico". Na segunda, o governo Lula, "coisas de pobre". O

impacto foi muito grande, segundo as pesquisas. O programa também trabalhava o aumento da autoestima da população, fazendo um contraste entre o Brasil do pré-sal e do crescimento econômico com o país antigo, que se sujeitava ao FMI. Dilma virou o ano acima de 20% nas pesquisas presidenciais.

A pesquisa do PT também confirmou a intuição de Lula sobre "essa novidade de ser mulher", que ele havia mencionado ao amigo Olívio Dutra na primeira vez que falou em Dilma como sucessora. Na metade de 2009, 46% dos eleitores achavam que ser mulher era um atributo que "ajudava a candidatura", 12% diziam que "atrapalhava" e 38% eram indiferentes. As respostas seguintes proporcionaram informações preciosas:

- Mulheres têm mais cuidado e carinho para governar (75% concordam com a afirmação);
- Mulheres são mais honestas que os homens (72%);
- Mulheres têm mais coragem que homens para combater a corrupção (65%);
- Mulher na presidência tem condições de comandar as Forças Armadas (63%);
- Mulheres têm mais jogo de cintura que homens nas negociações políticas (62%).

O país já tinha visto candidatas mulheres, mas Dilma era a primeira com chances de vencer. Isso ficava mais claro nos grupos de pesquisa qualitativa. Exemplos:

"A vantagem que eu acho é ela ser mulher e estar inovando, estar mudando a cara do Brasil." (Classe B2/C1, 25 a 45 anos, Goiânia)
"Vai colocar ordem na casa." (Classe B2/C1, 25 a 45 anos, Belo Horizonte)
"Eu acho que ela demonstra respeito perante a sociedade feminina do país. Ela tem uma postura de uma mulher séria, ela não se expõe, ela não precisa ter beleza..." (Classe A/B1, 20 a 30 anos, Salvador)
"Se tivesse uma mulher para presidente, eu votaria porque você coloca dez, 20 anos atrás, você nunca ouviu falar na televisão que mulher roubou, que mulher fez isso." (Classe C2/D, 25 a 45 anos, Belo Horizonte)

A pesquisa também perguntou se "o tratamento do câncer atrapalha a candidatura Dilma". A resposta foi não para 64% das pessoas; atrapalhava um pouco para 21% e muito para 12%. Só 9% dos entrevistados diziam que a doença poderia levá-los a não votar em Dilma. Os grupos de pesquisa qualitativa

registravam apreensão com a possibilidade de o tratamento debilitá-la demais para governar, ou que Dilma tivesse de deixar o cargo para o vice, como ocorreu com Tancredo Neves. Mas os comentários mais expressivos eram sobre sua coragem para enfrentar a doença:

"Guerreira, está tentando ser presidente, lutando com a saúde." (Classe B2/C1, 25 a 45 anos, Salvador)
"Águia. É forte, mesmo ferida vai para o cantinho, se cura e volta. Ela, com essa doença, mantém a vida dela normal." (Classe B2/C1, 25 a 45 anos, Salvador)
"Eu achei a atitude dela muito interessante. Porque ela podia colocar uma peruca, quem ia falar que ela estava doente? E o povo ia votar nela mesmo assim. E ela teve coragem de falar que está fazendo tratamento." (Classe B2/C1, 25 a 45 anos, Belo Horizonte)

A população já estava se acostumando a ver aquela mulher ao lado de Lula, muitas vezes cochichando ao seu ouvido, um sinal de que ele levava em conta suas opiniões, mas os dois momentos mais lembrados eram a entrevista em que Dilma anunciou o câncer e o embate com Agripino Maia no Senado. Ter sido presa e torturada na luta contra a ditadura era um atributo positivo, relacionado à firmeza de posições e à coragem de combater do lado certo. Mas também podia associar a candidata a conceitos negativos, como terrorista – palavra que teve o sentido recarregado depois dos atentados de 11 de setembro de 2001.

Na análise das pesquisas, João Santana anotou:

Dilma Rousseff ainda é muito pouco conhecida como pessoa, como política, como ministra e até mesmo como candidata de Lula. Tem a seu favor o fato de que as pessoas quanto mais a conhecem mais gostam dela. Tanto por seus atributos como pela presença irradiante de Lula. Porém os sentimentos mais fortes que a acompanham até o momento são a curiosidade e a dúvida. Aliás, duas deusas gêmeas desde os velhos tempos da Grécia.

Outro binômio curioso, composto por duas memórias dramáticas, também a acompanha: tortura e doença. Preocupado, querido leitor? Tranquilize-se, porque estes dois focos de curiosidade dramática não estão deixando sequelas profundas. Foram, na verdade, os fixadores de atenção e memória mais fortes desde que as pessoas começaram a saber que ela seria a candidata de Lula.

Quem viu a disposição de Dilma no carnaval do Recife e de Salvador dificilmente associaria sua imagem à de quem tinha passado por um tratamento

de câncer – não se lembraria nem mesmo que ela começou o ano convalescendo de influenza A, que antes se chamava gripe suína. O vírus H1N1 foi diagnosticado na véspera do Natal. Ela voltou a Brasília em janeiro fazendo jornada tripla: além da rotina da Casa Civil e do acompanhamento do PAC, estava preparando o lançamento do PAC2 e esticava o trabalho pela noite para tratar dos preparativos da campanha.

Uma vez por semana, normalmente às terças-feiras, Dilma recebia para jantar uma coordenação informal: Franklin Martins e Gilberto Carvalho, os dois presidentes do PT (Berzoini saindo e Dutra, assumindo), João Santana e o ex-prefeito Fernando Pimentel, companheiro da Faculdade de Economia, da Colina e da VAR-Palmares que ela reencontrou no governo Lula. Marco Aurélio Garcia participou de alguns desses jantares, além do indispensável Giles Azevedo. Em janeiro, Dilma marcou um jantar com Antonio Palocci e Lula no Palácio da Alvorada e convidou o ex-ministro para a coordenação.

Naquela altura, o quadro de candidatos estava definido. José Serra se impôs no PSDB, ao fim de uma disputa com Aécio Neves, que não conseguiu convocar eleições prévias. O governador de Minas anunciou sua desistência em dezembro, numa carta em que lamentou os rumos do partido, mas passou longe do rompimento. Marina Silva sairia pelo PV, com pouco tempo de propaganda na televisão. Os partidos marxistas – PCO, PSTU e PSOL – lançariam nomes para marcar posição, e haveria os franco-atiradores de sempre. Até julho de 2010, prazo legal das convenções partidárias, PT e PSDB teriam de fechar suas alianças.

A ministra da Casa Civil e o governador de São Paulo cumpriam agendas paralelas de reuniões políticas, de inaugurações e até de desfiles de carnaval. Dilma saiu do camarote de Jaques Wagner em Salvador para o avião do PT em direção ao carnaval do Rio. O ministro Alexandre Padilha ficou. A última vez que ela o viu, Padilha se paramentava para sair nos Filhos de Ghandi: turbante, bata e uma infinidade de colares de contas azuis. Ele deu alguns colares para Dilma, que os tirou da bolsa, já a bordo, para fazer inveja aos outros passageiros: Cleo Dorneles, sua secretária, e André Segantin, assessor de Padilha e substituto temporário de Anderson, que se recuperava de um acidente de moto. Os longos colares se romperam, e os três passageiros passaram o voo a enfiar contas pelos fios.

Um helicóptero aguardava Dilma no Rio para levá-la ao Palácio das Laranjeiras, residência oficial do governador. Sérgio Cabral a recebeu no jardim. Estava ansioso para ir ao Sambódromo, mas fechou-se na biblioteca com

Dilma e com o vice, Luiz Fernando Pezão, para uma conversa que durou pouco mais de meia hora. Política primeiro. Assim como na Bahia, Dilma tinha dois palanques no Rio – o do governador e o de Anthony Garotinho, que tentava voltar ao governo do estado pelo PR (antigo PL). Assim como na Bahia, a preferência de Dilma pelo governador era clara, mas a aliança nacional...

Garotinho não era o tipo de aliado que se leva para jantar em casa, mas naqueles dias os problemas pareciam ir todos para o outro lado. O governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, um cacique do DEM, estava passando o carnaval na cadeia. Era acusado de tentar corromper testemunhas num escândalo de compra de apoio político com dinheiro público. Para não haver engano, o escândalo recebeu sobrenomes na imprensa: *mensalão do DEM de Brasília*. Ex-líder de FHC e tão calvo quanto Serra, Arruda era cotado para vice do tucano. Numa vez em que foi a Brasília para assinar convênio com a empresa local de saneamento, Serra não resistiu à piada:

– Se ele for meu vice, vão dizer: vote num careca e leve dois.

O vídeo em que Serra e Arruda riam da brincadeira estava circulando na internet, mas agora só os adversários achavam graça no chiste.

Cabral saiu da biblioteca cantando o samba da Mangueira (*Meu coração é verde e rosa/ Descendo o morro, eu vou / A música, alegria do povo/ Chegou, a Mangueira chegou*), mas o destaque do domingo no Sambódromo seria a Unidos da Tijuca. Do camarote do governador, Dilma assistiu maravilhada a um daqueles desfiles que só no ano seguinte você vai descobrir que não era insuperável. Do lado de dentro, as atenções se voltavam para a cantora Madonna. A estrela pop foi ao Sambódromo contratada por uma cervejaria e fez um rasante no camarote do governador. Sérgio Cabral se encarregou das apresentações. Dilma trocou algumas palavras com ela, mas gostou mesmo foi de brincar com a filha da cantora, a pequena Mercy James.

Um grupo de empresários franceses do setor de energia nem se tocou com a presença da estrela. Na primeira chance, cercaram Dilma para falar sobre tecnologia de hidrelétricas a fio d'água, que estavam adotando na Indonésia e era o último grito também no Brasil. Quando o prefeito Eduardo Paes, um ex-tucano, apareceu, Sérgio Cabral provocou:

– Seu amigo Serra anda seguindo a Dilma desde o Recife. Ele não vai aparecer aqui no Rio?

– Se ele vem mesmo, eu não sei – respondeu o prefeito. – Mas ele telefonou hoje perguntando se podia ir pro meu camarote. Eu não podia dizer não...

Serra não apareceu. Tinha voltado de Salvador direto para São Paulo e

reservou a segunda-feira para inaugurar um programa de acesso ao mar para cadeirantes, numa praia do litoral paulista. Se fosse ao Rio, seria bem recebido por Paes e Cabral.

Dilma desceu ao asfalto do Sambódromo – um ritual obrigatório para convidados – na passagem da escola Imperatriz Leopoldinense. No recuo da bateria, onde os repórteres abordam os convidados, quem primeiro se aproximou da ministra foi o gari Gilson Lopes, 47 anos, 13 de limpeza urbana. Gilson ensaiou uns passos de samba. Dilma acompanhou com um leve arquear de joelhos. Ele empunhou a vassoura, como se fosse um estandarte, e ofereceu à ministra, como se ela fosse a porta-bandeira. Ele fez a reverência e ela respondeu. Rodopiaram uma, duas, três vezes. O gari estacou e fez mais uma reverência, para encerrar a dança. Dilma agradeceu com um sorriso. Não trocaram uma palavra, nem era preciso. A ministra durona sabia sambar no asfalto.

***

Na manhã de 20 de fevereiro de 2010, uma semana depois de sambar com o gari Gilson Lopes, Dilma Rousseff foi indicada candidata à presidência da República pelo IV Congresso do Partido dos Trabalhadores reunido em Brasília. Pela primeira vez em 30 anos, o candidato do PT não seria Lula; pela primeira vez uma mulher tinha a possibilidade de chegar pelo voto direto, democrático e universal ao mais alto cargo da República. Até ali Dilma tinha superado, um a um, os obstáculos, reais e imaginários, que se colocaram em seu caminho:

- o governo Lula não ficou sangrando depois da crise do *mensalão*: com o apoio de Dilma, ele retomou o crescimento do país e refez sua base política;
- Lula não caiu na armadilha do terceiro mandato nem desistiu de eleger um sucessor do PT, como sugeriram políticos do seu campo e da oposição;
- a aliança partidária estava mantida em torno de Dilma, com a indicação do vice pelo PMDB;
- o país resistiu à crise financeira mundial – se não foi a marolinha que Lula desdenhou, também não foi a catástrofe em que alguns apostaram;
- a candidata desconhecida, durona, que muitos chamavam de poste, superou um câncer e arrancava para a campanha com 31% das intenções de voto.

A indicação pelo PT foi unânime. No processo interno de eleições, que durou todo o ano de 2009, apenas a tendência O Trabalho defendia a realização de

prévias, mas seus representantes (2% do diretório nacional) também votaram em Dilma. O país inteiro, ou quase isso, sabia que a ministra era a candidata que Lula escolhera para sucedê-lo, mas pouco se sabia ainda sobre a própria Dilma. Isso foi captado na pesquisa de junho, em manifestações desse tipo:

"Porque é assim, gente, a sombra do Lula, ela é a sombra do Lula. Se fosse ao contrário, não estaria com ele."
"A sombra no sentido dela acatar as ideias dele..."
"Talvez ela tenha as ideias dela lá e não pode expor..." (Classe A/B1, 25 a 45 anos, Goiânia)

A partir do lançamento da candidatura, naquela manhã de fevereiro, Dilma teria sete meses até as eleições para mostrar ao eleitor quem ela era, sua personalidade, seu jeito de fazer política. No discurso de aceitação da candidatura, ela incluiu dois versos de Carlos Drummond de Andrade que expressavam a alegria de ter chegado até ali e a responsabilidade de levar a caminhada até o fim:

Teus ombros suportam o mundo
E ele não pesa mais do que a mão de uma criança.

Na plateia do Congresso do PT, a dúvida, sussurrada aqui e ali por militantes e até por alguns dirigentes, podia ser resumida numa frase: "Será que ela vai dar conta?"

capítulo 17

No campo de batalha

No primeiro dia de abril de 2010, cumprindo a lei eleitoral, a ministra Dilma Rousseff deixou a Casa Civil para disputar as eleições. Ela indicou a Lula o nome de Erenice Guerra para sucedê-la no cargo, contra a opinião da maioria dos ministros que o presidente costumava consultar. Brasiliense de primeira geração, Erenice nasceu numa família de pioneiros que tiveram a chance de crescer enquanto se construía a nova capital. Formar a filha na Faculdade de Direito foi uma grande conquista do pai de Erenice, que trabalhou como operário na obra do Palácio do Planalto, onde ela ia agora ocupar a sala mais importante depois do gabinete presidencial. Dilma confiava na amiga e secretária executiva, mas conhecia suas limitações: o comando do PAC ficou com Miriam Belchior.

Erenice havia se mostrado leal na retaguarda da ministra candidata, em momentos estressantes como a crise das contas de FHC ou a acusação sem provas de Lina Vieira. Lealdade é o atributo mais elevado na hierarquia dos valores pessoais e políticos de Dilma Rousseff, dizem os que melhor a conhecem. Um valor que ela desenvolveu desde a infância e a vida cuidou de lapidar, nos tempos duros da clandestinidade e da cadeia. Lealdade foi o cimento de sua relação com Lula desde o Instituto Cidadania, e era a base da confiança que Dilma depositava em Erenice. Lealdade é como o cristal: não admite trincas.

A Semana Santa estava começando e Dilma aproveitou os feriados para montar a equipe de campanha. João Santana ficaria responsável pelo marketing e produção dos programas de rádio e TV, no horário eleitoral que começaria em agosto. O deputado estadual de São Paulo Rui Falcão, indicado pelo PT, seria o coordenador de comunicação da campanha. Dilma escolheu a jornalista Helena Chagas como coordenadora de imprensa. Helena tinha uma carreira bem-sucedida como repórter política nas redações de Brasília, foi diretora das sucursais da Globo e do SBT e estava dirigindo o Jornalismo na TV Brasil, a rede pública que Lula criou. Dilma chamou Olga Curado para ajudá-la na preparação das entrevistas e dos debates. A ex-deputada Clara Ant, que trabalhou com Lula desde o primeiro dia de governo, seria a coordenadora executiva, responsável também pelo levantamento de dados do governo para entrevistas e debates.

A coordenação política ficou mais enxuta, mas ainda não tinha o formato definitivo. Do grupo informal permaneceram Antonio Palocci e José Eduardo Dutra, de quem Dilma era amiga desde os tempos em que ele foi presidente da Petrobras. Para trabalhar na campanha de Dilma, ambos desistiram de disputar as eleições (Dutra para o Senado e Palocci, para a Câmara). Marco Aurélio Garcia foi para a coordenação do programa de governo. O presidente da Agência Brasileira de Exportações, Alessandro Teixeira, que Dilma conhecia do PT gaúcho, trabalharia com ele. Gilberto Carvalho permaneceu fazendo a ponte com Lula e a relação com as lideranças e organizações religiosas. Algumas semanas depois, o secretário-geral do PT, deputado José Eduardo Cardozo, que também não disputaria as eleições, assumiu a coordenação jurídica. Ele representava a segunda maior tendência do partido, a Mensagem, do ex-ministro Tarso Genro. O deputado José de Filippi Júnior foi indicado pelo PT para tesoureiro, o que já havia feito na reeleição de Lula. Giles Azevedo, o indispensável, foi chamado para coordenar a agenda.

Dilma manteve por perto o ex-prefeito Fernando Pimentel, que ainda não sabia se ia disputar o governo de Minas, o Senado ou cargo nenhum, tudo dependendo de um acordo entre o PMDB e o PT mineiro, rachado em dois desde a eleição municipal. Nos tempos da Colina, ainda secundarista, e da VAR-Palmares, calouro da Faculdade de Economia, Pimentel foi o *Chico*, militante quase menino deslocado para Porto Alegre ali pela metade de 1969. No racha entre *militares* e *políticos* da VAR, Dilma gastou horas de discussão tentando mantê-lo em seu grupo. Pimentel já tinha um jeito de dizer e ouvir a palavra *não* sem tornar a conversa amarga. A VAR perdeu um quadro, mas ele preservou a amiga. *Chico* foi para a VPR de Lamarca, virou *Jorge* e foi preso em abril de 1970, depois de participar da fracassada tentativa de sequestro do cônsul americano em Porto Alegre. Ele e Dilma se reencontraram dois anos depois, no julgamento da Colina. O PT os aproximou novamente quando ele era prefeito de Belo Horizonte e ela, secretária de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul.

No segundo semestre de 2009, Pimentel estava dedicado a organizar a pré-campanha de Dilma. Ele promoveu um jantar da ministra com Duda Mendonça – ela admirava o marqueteiro, mas decidiu continuar com João Santana, que conhecia bem Lula e o governo. Pimentel também fez o primeiro contato com o jornalista Luiz Lanzetta, da empresa de assessoria Lanza Comunicação. Lanzetta foi repórter político em Brasília e São Paulo, editor da TV Cultura e vice-presidente da assessoria de imprensa CDN, antes de abrir a própria empresa. Entre seus clientes havia bancos, agências de publicidade e políticos – também

tinha trabalhado para três ministérios. Eles se conheceram no segundo turno da eleição municipal de Belo Horizonte, quando Lanzetta foi chamado para a campanha de Márcio Lacerda, o candidato do PSB apoiado por Pimentel e Aécio Neves. O jornalista trabalhou para conquistar a conta da campanha do PT. Ele reforçou a equipe de produção do seu site de notícias, Brasília Confidencial, e passou a produzir uma análise de mídia (seleção e comentários sobre as notícias mais importantes do dia) distribuída para Dilma, Pimentel e meia dúzia de políticos do PT.

No final de 2009, a Lanza associou-se à Pepper Interativa, da publicitária Danielle Fonteles, que trabalhou com João Santana na reeleição. A Pepper associou-se à Blue State Digital (BSD) e à Media Revolution, que fizeram a campanha de internet do presidente Barack Obama nos Estados Unidos. A contribuição dos americanos na campanha do Brasil não seria nem de longe tão importante como foi para a eleição de Obama, mas na ocasião foi um bom lance de marketing político: os americanos disseram aos jornais que tinham sido sondados pelo PSDB, mas não queriam trabalhar com um partido que consideravam a versão brasileira da direita republicana dos Estados Unidos.

Em março de 2010, por indicação de Pimentel e com o aval do secretário de Comunicação do partido, deputado André Vargas, o PT contratou a Lanza e a Pepper, que passaram a funcionar juntas numa grande casa no Lago Sul de Brasília. Não foi uma escolha pacífica, pois o PT paulista tinha indicado os serviços do jornalista Valdemir Garreta, que trabalhou com Rui Falcão na prefeitura de Marta Suplicy. A função da Lanza era recrutar as equipes de jornalistas e técnicos para a área de imprensa, fornecer equipamentos, suporte logístico e análise de mídia, preparada pelo experiente jornalista Mario Marona, ex-editor de *O Globo* no Rio e ex-diretor da TV Globo em Brasília. A Pepper cuidaria das páginas oficiais na internet, além de fornecer equipamentos e ferramentas digitais. Com reputação firmada no mercado eleitoral, Danielle Fonteles já tinha sido sondada para trabalhar com o PSDB e recusara a oferta. Para coordenar o trabalho com as redes sociais, Dilma convidou Marcelo Branco, que ela conhecia do Sul e era o organizador no Brasil da Campus Party, a grande feira dos internautas.

O escritório da candidata foi instalado numa casa da QI 24 do Lago Sul, uma quadra próxima à ponte JK, a 15 minutos de carro da zona central de Brasília. Tinha dois salões e cinco quartos – todos convertidos em escritórios de trabalho – e um gramado com piscina, campo de futebol e churrasqueira que nunca foram utilizados para lazer ao longo da campanha. Era o local onde funcionava a Polis,

de João Santana, que se mudou para uma casa maior, na QI 15, capaz de abrigar a grande equipe de produção dos programas eleitorais. O comitê central, com um gabinete para a candidata e salas para os coordenadores, foi alugado às pressas no subsolo do hotel Brasília Imperial. Para morar, a candidata escolheu uma casa de três quartos numa pequena rua da QI 7 do Lago Sul. O PT pagava o aluguel da casa e um salário para a candidata, equivalente ao que ela recebia quando ministra, cerca de 11 mil reais por mês, brutos.

Dilma Rousseff emergiu do feriado da Páscoa num ato público do PR, um dos partidos aliados, na tarde de segunda-feira, 5 de abril. Seu discurso foi uma provocação direta a José Serra, que, de olho nos índices de aprovação do presidente, evitava fazer críticas a Lula ou associar-se a Fernando Henrique. Era uma estratégia tucana para atrair a parcela do eleitorado (acima de 20% nas pesquisas mais recentes) que via em Serra o candidato capaz de dar continuidade ao governo Lula; ou de ser o pós-Lula, na definição criada por Aécio Neves.

"São lobos em pele de cordeiro, fáceis de identificar", Dilma disse no discurso para o PR. "Muitas vezes as mãozinhas de lobo aparecem debaixo da pele. Num dia dizem que vão continuar o trabalho do presidente Lula, no outro mostram as patinhas de lobo e aí ameaçam acabar com tudo. Muito antes de eles poderem encenar o enredo do pós-Lula, eles são e sempre foram anti-Lula."

Dilma estava marcando seu território eleitoral e antecipando-se ao discurso de lançamento que José Serra faria no final daquela semana. Conforme ela previa, o nome de Fernando Henrique não foi citado por seu ex-ministro, nem Lula foi criticado pelo adversário de 2002. Numa fala desenhada a régua, Serra diluiu redemocratização, estabilidade econômica e avanços sociais do país num período de 25 anos e disse que "não foram conquistas de um só homem ou de um só governo, muito menos de um único partido". Sem citar nomes ou siglas, criticou as "falanges do ódio" que estariam dividindo o país entre ricos e pobres, jogando os do Norte contra os do Sul. Serra se apresentou como "candidato da união" e lançou o slogan "O Brasil pode mais" – uma boa síntese para o desejo generalizado de continuidade sem ruptura, que os tucanos também captaram em suas pesquisas.

Dilma escolheu as cidades históricas de Ouro Preto e São João del-Rei para sua primeira viagem de campanha, no dia seguinte ao discurso dos "lobos em pele de cordeiro". Era uma volta às origens mineiras e uma incursão num estado governado pelo PSDB. Dilma decidiu que não poderia passar por São João del-Rei, onde receberia uma homenagem da Universidade Federal, sem visitar o túmulo de Tancredo Neves, no cemitério da tricentenária Igreja da Ordem

Terceira de São Francisco. Sob uma chuva fina no cemitério acanhado, ela depositou flores no túmulo. À noite, no Teatro Municipal, ela citou duas frases do discurso que Tancredo deixou escrito para a posse que não houve, diante do Congresso:

"Enganam-se os que imaginam possível levantar uma nação rica e poderosa sobre os ombros de um povo explorado, doente, marginalizado e triste. Uma nação só crescerá quando crescer em cada um de seus cidadãos, no conhecimento, na saúde, na alegria e na liberdade."

Acrescentou que o governo Lula estava tornando realidade as palavras ditas por Tancredo num Brasil de 25 anos atrás. A reação dos adversários beirou a fúria. Sérgio Guerra, presidente do PSDB, chamou Dilma de "oportunista" e a visita, de "encenação". "Por que ela vai visitar o túmulo de Tancredo em véspera de eleição, por que não foi nas outras vezes em que esteve lá?", ele questionou. Dilma nunca tinha ido antes a São João del-Rei.

Em nota, PSDB, PPS e DEM cobraram a fatura de 1985, quando o PT se recusou a votar em Tancredo no Colégio Eleitoral (naquela época, Dilma era do PDT, partido que votou em Tancredo). Os jornalistas foram ouvir a reação da candidata quando ela fazia um mergulho ainda mais fundo em suas origens, uma visita ao Colégio Estadual Central, em Belo Horizonte. "Podemos perfeitamente ser do PT e respeitar o legado de Tancredo. Ele é um patrimônio do Brasil, não é exclusividade de nenhum partido", ela respondeu.

Dilma estava começando a gostar do jogo. "Se eles reagiram dessa maneira foi porque eu fiz a coisa certa", ela disse no avião de volta a Brasília. Em 21 de abril, aniversário da morte de Tancredo, Dilma mandou o site da campanha publicar, na íntegra, o discurso que ela tinha citado em São João del-Rei.

Fustigar o adversário era bom, mas Dilma cuidava também de proteger a campanha contra ataques que podiam surgir de onde menos se esperava. Na segunda semana de abril, a *Folha de S.Paulo* publicou que uma empresa paulista, contratada para fazer a vigilância, a limpeza e o serviço de copa no escritório de campanha, não tinha registro para fazer segurança em Brasília. O dono da empresa contestou a notícia, dizendo que era intriga de concorrentes. A bomba estourou no colo do engenheiro Charles Capella, indicado por Antonio Palocci para dirigir o escritório. Capella havia operado o pequeno milagre de alugar e mobiliar o subsolo do Brasília Imperial em apenas 48 horas, sua primeira missão, mas nada podia fazer contra uma ordem de Dilma Rousseff: ela mandou romper o contrato com a empresa. Imediatamente, "pra não restar sombra de dúvida", como ela gostava de enfatizar. Charles se entendeu com o representante do PT

no escritório, Francisco Campos, e agiu rápido mais uma vez. Eles selecionaram outra empresa, registrada em Brasília, e o partido arcou com os custos da demissão e recontratação dos 62 funcionários que já estavam prestando serviços no escritório.

Dilma estava em São Paulo no final da manhã de sexta-feira, 7 de maio, quando Luiz Lanzetta chegou ao escritório da QL 24 para falar com Helena Chagas. Foi contar a ela que tinha sido procurado por um repórter da revista *Veja*, que o acusava de estar montando uma "fábrica de dossiês" e contratando espiões para a campanha do PT. A revista, segundo este repórter, teria documentos da Lanza e até uma cópia do cartão de visita de um ex-delegado da Polícia Federal, que Lanzetta tinha deixado sobre sua mesa de trabalho.

Lanzetta explicou a Helena que tinha, sim, contratado uma varredura dos telefones de sua empresa e conversado com um ex-policial da área de segurança empresarial, mas nada parecido com a história apresentada a ele pelo repórter da *Veja*. A coordenadora de imprensa telefonou para Antonio Palocci, que também estava em São Paulo, e transmitiu a ele a situação. O deputado procurou o diretor de redação da revista, Eurípedes Alcântara, e argumentou que nem os coordenadores, muito menos a candidata, tinham conhecimento da história que o repórter de Brasília estava tentando confirmar. Palocci prometeu marcar um encontro do diretor de redação com a própria Dilma, se necessário, na semana seguinte.

A matéria não foi publicada naquela edição. No sábado, o PSDB de São Paulo estava lançando a candidatura de Geraldo Alckmin ao governo do estado. José Serra chegou com um discurso escrito, que leu do começo ao fim. Uma das frases era: "Não organizamos dossiês."

O alerta soou na campanha e Luiz Lanzetta contou os detalhes de sua história aos coordenadores políticos. Disse que suspeitou de espionagem dentro da casa, a partir do resultado de uma varredura nos equipamentos da Pepper, que mostrou indícios de grampos em telefones. Por sugestão de um amigo, Lanzetta conversou com o sargento da reserva da Aeronáutica Idalberto "Dadá" Mathias Araújo, que fazia serviços de segurança empresarial em Brasília. Sargento Dadá sugeriu a ele contratar a empresa do ex-delegado da Polícia Federal Onésimo de Souza.

Marcaram um encontro de fim de tarde no Fritz, um restaurante alemão na Asa Sul de Brasília. Era terça-feira, 20 de abril, e estavam na mesa Sargento Dadá, Onésimo, Lanzetta e mais dois amigos dele. O primeiro era Benedito de Oliveira Neto, empresário, dono de uma gráfica e de uma empresa de eventos

em Brasília. Ele estava ajudando Lanzetta a reorganizar a estrutura administrativa da Lanza. O outro era o jornalista Amaury Ribeiro Jr.

Lanzetta disse aos coordenadores que a conversa no Fritz não evoluiu porque o ex-delegado pediu muito, 180 mil reais mensais, para fazer a segurança das informações na Lanza. Disse também que a happy hour perdeu a graça quando Onésimo e Dadá falaram em passar da contraespionagem para a espionagem dos adversários. Aquilo era conversa de araponga. Lanzetta contou que se levantou da mesa e nunca mais se encontrou com o delegado e o sargento. A versão que chegou à revista era muito semelhante, mas com uma diferença fundamental: a conversa sobre espionagem teria partido de Lanzetta, e não dos arapongas. Era nesta versão que os repórteres da *Veja* estavam investindo.

Restava explicar como o jornalista Amaury foi parar naquela mesa do Fritz – e essa era outra história. Lanzetta o conhecia desde os anos 90, quando moravam em São Paulo e Amaury era repórter da sucursal de *O Globo*. Eles se reencontraram nas eleições de Belo Horizonte, Lanzetta na campanha do prefeito Lacerda e Amaury, contratado pelo jornal *Estado de Minas*, que apoiava a candidatura presidencial do governador Aécio Neves. Nessa altura, Amaury era um jornalista premiado por suas reportagens investigativas. Ele tinha um verdadeiro tesouro para fazer suas reportagens: o relatório da CPI do Banestado, com valores e números de contas bancárias de centenas de pessoas, incluindo políticos, empresários e gente famosa.

Os dois amigos voltaram a se falar no começo de 2010. Amaury contou a Lanzetta que tinha deixado o jornal e estava escrevendo um livro sobre os bastidores do processo de privatização. O livro traria o resultado das investigações que ele tinha feito, por encomenda do *Estado de Minas*, sobre negócios de familiares de Serra com o banqueiro Daniel Dantas. Seria bombástico, ele dizia. Lanzetta se interessou pelo livro e, sem consultar os coordenadores, chamou Amaury a Brasília. Hospedou-o num apartamento de hotel emprestado por um gerente da Lanza e pediu ao repórter que preparasse um resumo do livro. Foi Amaury quem indicou Sargento Dadá para conversar com Lanzetta sobre a segurança da Lanza e da Pepper.

A história não terminou ali. Amaury disse a jornalistas de Brasília, velhos conhecidos, que um *pen drive* com suas investigações sobre Serra tinha desaparecido do apart-hotel em que se hospedou. Disse que suspeitava de "fogo amigo", espionagem entre facções do próprio PT, numa disputa pelo contrato de assessoria de imprensa. Sem apresentar provas do que dizia, Amaury apontou o dedo para Rui Falcão. Os repórteres da *Veja* em Brasília continuaram no caso,

ouviram a versão de Amaury e a confrontaram com a de Rui Falcão, que repeliu a acusação. Mas a tese do "fogo amigo" botou a matéria novamente de pé, pois era confirmada pelo delegado Onésimo, que a teria ouvido de Amaury no restaurante Fritz.

No sábado, 29 de maio, quatro semanas depois daquela tarde em que Lanzetta foi procurado para responder sobre uma "fábrica de dossiês", a revista circulou com a reportagem "Ordem na casa do Lago Sul". O texto dizia que, ao saber do encontro do jornalista com os arapongas, Dilma tinha emitido uma "ordem fulminante" para acabar com aquela história de "grupo de inteligência" em sua campanha. A candidata, dizia a revista, "mandou cortar tudo pela raiz", porque "não tolera esse tipo de ação na disputa política". A reportagem trazia fotos da casa e dos personagens do jantar. A revista não comprou a versão de Amaury sobre o sumiço do *pen drive* (ele iria repeti-la meses depois, num inquérito da Polícia Federal), mas trazia uma declaração de Fernando Pimentel para amparar a tese do fogo amigo: "Houve um atrito entre quem estava na campanha e quem estava chegando, além, é claro, de uma disputa comercial", disse o ex-prefeito à revista.

Depois de ler a reportagem, Lanzetta deu algumas entrevistas para rebater a versão divulgada e avisou ao deputado André Vargas que ia rescindir o contrato assinado com o PT. Disse ao secretário de comunicação do partido que ele e sua empresa tinham se transformado num alvo para a imprensa e para os adversários da campanha. A casa do Lago Sul foi desativada. A Pepper se transferiu, com todo o pessoal da internet, para um edifício próximo à Esplanada dos Ministérios e assumiu a contratação das equipes de jornalismo que estavam na Lanza.

O vazamento para a revista de disputas internas envenenou a relação entre os coordenadores. Rui Falcão continuou representando Dilma nas negociações preparatórias dos debates nas TVs e viajava semanalmente para Brasília, mas passou a se concentrar na própria reeleição em São Paulo. Ele não atuou na preparação dos programas de rádio e TV, na coordenação de imprensa nem nas ações de internet. Pimentel manteve seu canal direto com Dilma, mas também mergulhou por um período nas eleições de Minas. A coordenação política tomou sua forma definitiva com Antonio Palocci, José Eduardo Dutra e José Eduardo Cardozo – a trinca que Dilma iria batizar de "os três porquinhos".

A reportagem da *Veja* derrubava a pauta original, que seria a existência de uma "fábrica de dossiês" na casa do Lago Sul, mas os jornais logo começaram a especular sobre o tema da espionagem política. O primeiro a usar a palavra

dossiê, que não estava na reportagem da revista, foi *O Globo*. Na terça, 1º de junho, o jornal dizia que a filha de Serra, Verônica, "seria o suposto alvo" de "um suposto dossiê" e, sem mencionar fontes, falava na "suposta elaboração e circulação de um dossiê" na campanha do PT. O adjetivo "suposta", que desqualificava a notícia, não constou do título na primeira página: "Dossiê abre crise na campanha de Dilma". No dia seguinte, o jornal dizia que o vice-presidente-executivo do PSDB, Eduardo Jorge, ex-ministro de FHC, teve "suas contas vasculhadas". A informação era do presidente tucano, Sérgio Guerra.

Na sexta-feira, 4, a *Folha* publicou reportagem que começava a rechear o "suposto dossiê". Sem citar fontes, o texto dizia que "dois conjuntos de papéis circularam no comando da campanha de Dilma". Um desses "conjuntos de papéis", segundo a notícia, traria informações sobre Verônica Serra, mas a reportagem não apontou quais seriam. O segundo descrevia operações financeiras e comerciais atribuídas a um amigo de Serra, Ricardo Sergio de Oliveira, ex-diretor do Banco do Brasil, e a um contraparente do candidato tucano, Gregório Marin Preciado. Nesse caso, a origem das informações era pública, e isso estava dito no próprio texto da matéria: tratava-se do relatório final da CPI do Banestado. Os dados constavam de uma ação judicial em São Paulo e eram conhecidos por jornalistas investigativos de Brasília desde 2005, pelo menos. Cinco anos depois, viraram "suposto dossiê".

No dia seguinte, o *Estado de S. Paulo* voltou a falar em indícios de que "alguém rastreou a movimentação financeira de um importante dirigente tucano". O nome oculto era o de Eduardo Jorge. A matéria de poucas linhas dizia, sem citar fontes, que um depósito feito em janeiro para o dirigente tucano "estava entre os papéis reunidos pelos arapongas", "a serviço do comitê da pré-candidata do PT à presidência, Dilma Rousseff".

Uma semana depois, a *Folha* publicou o mesmo enredo do *Estadão*, com destaque de "exclusivo": "Equipe de inteligência da pré-campanha de Dilma investigou vice-presidente do PSDB". Mais uma vez sem citar fontes, o jornal dizia que "teve acesso às informações da terceira pilha de papéis, com dados fiscais e financeiros de EJ (Eduardo Jorge) disponíveis somente nos sistemas da Receita Federal e no computador pessoal em que ele preencheu sua declaração de IR". O jornal reproduzia cópia de uma declaração de renda do tucano. No fim da reportagem havia uma pista para a origem dos dados: uma investigação do Ministério Público Federal sobre Eduardo Jorge, que tinha sido publicada parcialmente pelo *Correio Braziliense* em fevereiro de 2009. Ao longo de toda a campanha a *Folha* sustentou que tinha obtido os dados do tucano com alguém

ligado à campanha do PT, mas nunca explicou quem, quando, como, onde e por quê.

A fórmula resumida como a maior parte da imprensa passou a tratar o assunto era esta: o grupo de inteligência da campanha de Dilma, descoberto pela *Veja*, quebrou o sigilo fiscal de Eduardo Jorge, conforme revelou a *Folha*. O desmanche do grupo antes mesmo de ser formado e as lacunas na reportagem do jornal podiam até desafiar a lógica, mas nunca foram empecilho para a disputa eleitoral.

José Serra pegou a deixa para acusar Dilma de ser "responsável por esse novo dossiê". O PT apresentou uma interpelação judicial contra o candidato tucano, para processá-lo por calúnia e difamação, e encaminhou um ofício à Polícia Federal, para investigar o vazamento dos dados fiscais do tucano. No final de junho, na entrevista de Dilma ao programa *Roda Viva*, o editor-chefe da *Folha*, Sérgio Dávila, perguntou à candidata:

– A senhora tinha conhecimento do dossiê? A senhora encomendou o dossiê?

Dilma agradeceu a pergunta e emendou, sem alterar o tom de voz:

– Se há dossiê... porque até hoje eu não vi papel nenhum... ele não foi feito pela minha campanha, ele foi produzido em outras circunstâncias.

Dilma citou uma reportagem publicada na própria *Folha* em 5 de junho, que falava das investigações do jornalista Amaury Ribeiro Jr. para o *Estado de Minas*:

– A Folha (...) colocou nas suas páginas o seguinte: isso que se chamava dossiê era uma reportagem investigativa patrocinada pelo *Estado de Minas* (...) não sei se há um ano, um ano e meio, e foi contratado um jornalista pra isso. Era disso que se tratava.

Dilma repetiu que Amaury Ribeiro Jr. não tinha sido contratado nem pela campanha nem pelo PT. Ela também cobrou as provas da reportagem que acusava a campanha de ter quebrado o sigilo fiscal do tucano Eduardo Jorge. O editor-chefe argumentou:

– As provas foram mostradas em reportagem, de maneira a não revelar a nossa fonte, o que é um direito garantido.

Dilma rebateu:

– Não mostraram não, você me desculpe. Processamos o acusador. – Ela se referia à interpelação a José Serra. – Vocês, nós não processamos porque nós respeitamos a liberdade de imprensa. Achamos que vocês estão protegendo a fonte. Agora, enquanto vocês não demonstrarem a prova, é uma acusação, do nosso ponto de vista, infundada.

Nada iria consumir mais energias da campanha de Dilma do que a batalha do dossiê – e o fantasma dos *aloprados* de 2006 que ela ressuscitava a cada desdobramento do noticiário. A conta daquela happy hour no Fritz seria cobrada até o final da campanha.

***

A representação contra José Serra foi uma das primeiras ações que a assessoria jurídica da campanha do PT apresentou ou respondeu em sete meses de campanha eleitoral. A batalha judicial vinha desde 2009. Em abril de 2010, o Tribunal Superior Eleitoral já havia recebido dez representações da oposição contra Lula, Dilma e o PT, por causa de discursos do presidente e do programa de TV do partido, no final do ano, em que os dois apareciam juntos falando das realizações do governo. As representações falavam em abuso de poder político e propaganda eleitoral antecipada para a candidata do governo.

Dilma pediu ao ex-ministro Márcio Thomaz Bastos para organizar a área jurídica da campanha, um pouco antes da chegada de José Eduardo Cardozo. Bastos indicou o escritório do advogado Márcio Silva, que trabalhou nas duas eleições de Lula. Na proposta de trabalho que preparou para o PT, Márcio Silva comparou os cenários de 2002 e 2010: no primeiro caso, a estratégia do candidato governista (Serra) era esconder o presidente (FHC), e agora ocorria o contrário, a associação entre o presidente Lula e Dilma Rousseff era benéfica para a candidatura. "Podemos classificar como preocupante o papel que a judicialização do processo eleitoral terá no resultado do pleito", ele argumentou.

Os advogados mais experientes previam uma enxurrada de ações judiciais por conta do apoio aberto de Lula à candidata. Desde que a emenda da reeleição foi introduzida, em 1995, o TSE vinha fazendo adaptações na minuciosa legislação brasileira. A composição do tribunal mudava a cada ano, e as interpretações do colegiado, também, muitas vezes ao sabor das pressões do momento. A procuradora geral eleitoral naquele período, Sandra Cureau, chegou a dizer que uma representação contra Lula, por causa de um discurso no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, "poderia levar à cassação do registro da candidata do governo". Dilma nunca considerou essa hipótese a sério ("Não teriam coragem para tanto", disse uma vez), mas havia o risco de que Lula fosse proibido de participar dos programas de televisão – e isso preocupava o comando da campanha.

Além da equipe jurídica para cuidar dos assuntos habituais numa eleição (propaganda, doações, registro de candidatura, fiscalização, etc.), a campanha

decidiu contratar um advogado exclusivamente para tratar das ações envolvendo o presidente Lula. Márcio Thomaz Bastos e José Eduardo Cardozo escolheram José Gerardo Grossi. Ex-ministro do TSE, Grossi tinha firmado reputação nos tribunais superiores como um cavalheiro culto e amigo leal, advogado sagaz e criminalista competente. Entre seus antigos clientes estavam o próprio Eduardo Jorge e Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central no governo FHC.

Márcio Silva escalou três jovens advogados para se revezar com ele nas sessões de julgamento no TSE: Sidney Neves, que trabalhava para o PT na Bahia, Flávio Caetano, do escritório de Thomaz Bastos em São Paulo, e Luciana Lóssio, que começava a carreira em Brasília. Para completar a equipe, Silva buscou um especialista em Direito Eleitoral, Admar Gonzaga, que tinha trabalhado para o DEM em eleições anteriores. Até o final da campanha, os advogados de Dilma iam mover ou responder a 356 ações na Justiça Eleitoral – mais de 50 por mês, mais de duas ações por dia útil, sem contar os casos na Justiça Comum e Criminal. A batalha estava apenas começando.

Antônio Milena/Editora Abril

Ormuzd Alves/Folha Imagem

Em janeiro de 2003, Lula toma posse no Congresso Nacional: "A esperança venceu o medo." Cercado por enorme expectativa, ele começa seu discurso com a palavra "mudança". Dos 33 novos ministros, 12 foram militantes de organizações marxistas, seis foram presos na ditadura, 11 foram sindicalistas. Dilma (na segunda fila da foto abaixo) é a primeira mulher a assumir o Ministério de Minas e Energia. Sua tarefa é evitar um novo apagão.

Fotos: acervo pessoal Dilma Rousseff

Alan Marques/Folhapress

Acervo pessoal Dilma Rousseff

Dilma cria um novo modelo para o setor elétrico e conquista Lula com o programa Luz para Todos, que leva energia a dois milhões de famílias no campo. Revela-se uma ministra forte.

PÁGINA ANTERIOR
Acima: com Giles Azevedo, seu braço direito, numa viagem ao Canadá. Na China (foto abaixo), ela aprende a desenhar ideogramas e atrai a estatal Sinopec para a construção de um grande gasoduto no Brasil.

Alan Marques/Folha Imagem

Lula Marques/Folhapress

Em junho de 2005, o ministério acompanha a renúncia de José Dirceu, "o capitão do time", na crise do mensalão. *Dilma já tinha sido convidada para substituí-lo na Casa Civil.*

Dois meses depois, o publicitário Duda Mendonça confessa, numa CPI, que recebeu dinheiro de caixa dois na campanha presidencial. Dilma chega ao Planalto no momento mais profundo da crise política.

Tuca Vieira/Folhapress

Celso Pupo/Fotoarena/Folhapress

Aldo Carneiro/Folhapress

Com Dilma na retaguarda, coordenando o governo, e com a expansão dos programas sociais, Lula consegue uma reeleição que muitos consideravam impossível. Em 2007, ela comanda o PAC, com grandes projetos de infraestrutura e obras nas favelas, como o teleférico do Complexo do Alemão. É chamada por Lula de "mãe do PAC".

Alan Marques/Folhapress

Em maio de 2008, numa comissão do Senado, o líder da oposição insinua que Dilma mente, como tinha feito na prisão, e ela o cala com uma resposta indignada: "Diante da tortura, quem tem coragem e dignidade fala mentira. Eu me orgulho imensamente de ter mentido, porque eu salvei companheiros da mesma tortura e da morte."

No Vietnã, Dilma conhece o general Giap, comandante que derrotou os Estados Unidos, herói dos militantes da esquerda nos anos 60.

Acervo pessoal Dilma Rousseff

Ricardo Stuckert/PR

Lula imprime as marcas de óleo do pré-sal nas costas de sua candidata, em visita a uma plataforma da Petrobras em 2009.

Na foto, com Dilma e Carlos Araújo, Lula prestigia o casamento de Paula, em abril de 2009. Ele adiou uma viagem à África para comparecer à cerimônia, quando Dilma era acusada de ter montado um dossiê sobre despesas de FHC no Planalto.

Ricardo Stuckert/PR

Marlene Bergamo/Folhapress

25 de abril de 2009: ao lado dos médicos do Hospital Sírio-Libanês, Dilma anuncia que está fazendo tratamento de câncer. Uma semana depois ela raspa os cabelos, que caem por causa da quimioterapia. No final do ano, ela tira a peruca e mostra os cabelos renascidos, na homenagem à amiga Inês Etienne Romeu, que sobreviveu à tortura e denunciou os carrascos da Casa da Morte, onde presos eram assassinados (foto abaixo).

Alan Marques/Folha Imagem

Wilton Junior/Agência Estado/AE

Acervo pessoal Dilma Rousseff

Carnaval de 2010: na pista do Sambódromo, o gari Gilson Lopes tira a ministra Dilma para sambar como se ela fosse a porta-bandeira (o governador Sérgio Cabral observa a evolução). Ela tinha passado antes por Recife e Salvador, sempre seguida pelo governador José Serra. Duas semanas depois eles se encontram na inauguração de uma fábrica de tratores em São Paulo (à esquerda). A partir de abril, seriam adversários numa duríssima disputa presidencial.

Fotos: Roberto Stuckert Filho

No estúdio, em Brasília, Dilma grava o primeiro programa da propaganda eleitoral, com recursos de cinema e um roteiro que combinou emoção e política. Gabriel, o primeiro neto, nasce em setembro (foto abaixo, no colo da avó), num momento em que os adversários exploram a questão do aborto e usam o fundamentalismo religioso contra Dilma.

PÁGINA ANTERIOR, DE CIMA PARA BAIXO
Dilma conversa com José Eduardo Dutra, o marqueteiro João Santana (de costas) e Antonio Palocci, num intervalo do primeiro debate na TV Bandeirantes, em agosto. O vice José Alencar faz campanha com ela e com Lula, em Minas. Ao pé do palanque, em Recife, Dilma é assediada por eleitoras.

Fotos: Roberto Stuckert Filho

Roberto Stuckert Filho

Fotos: Roberto Stuckert Filho

Nos palanques em Valparaíso de Goiás (página anterior), Porto Alegre (no alto, observados por Olívio Dutra) e Belo Horizonte, Dilma e Lula trocam cochichos e carinho: lealdade política e pessoal.

Roberto Stuckert Filho

Roberto Stuckert Filho

André Coelho/Agência O Globo

Fotos: Roberto Stuckert Filho

No Rolls-Royce, com a filha Paula, Dilma acena para a multidão e segue para a recepção no Itamaraty, onde reencontra as companheiras de militância e de prisão, as Donzelas da Torre.

PÁGINA ANTERIOR, DE CIMA PARA BAIXO
Na posse de Dilma, em 1º de janeiro de 2011, Lula ajusta a faixa presidencial na sucessora, antes de descer a rampa do Planalto pela última vez como presidente.

Ricardo Stuckert

Palácio da Alvorada, 31 de outubro de 2010: Dilma e Lula fazem o V da vitória na noite em que ela se tornou a primeira mulher eleita presidenta da República.

capítulo 18

O céu do primeiro turno

O jatinho executivo cortava a noite de 30 de junho, quase madrugada, na rota de Belo Horizonte a Brasília. A maioria dos nove passageiros aproveitava o voo de uma hora para dormir. Aquela era a viagem de número 68 pelo Brasil em apenas três meses, desde que a candidata Dilma Rousseff tinha deixado a Casa Civil para disputar as eleições. Sem contar a viagem de três dias a Nova York e o roteiro de uma semana na Europa (Paris, Bruxelas, Madri e Lisboa). Sentada na última poltrona à direita, Dilma usou uma expressão antiquada para qualificar o personagem da conversa que mantinha com o passageiro à sua esquerda:

– Aquele era um chato de galochas.

O passageiro do lado achou graça da expressão e da forma coloquial que Dilma usava para se referir ao guerreiro mítico Filoctetes, escudeiro de Hércules e personagem central de uma tragédia do poeta grego Sófocles, uma das sete que chegaram completas aos tempos modernos. Filoctetes tinha sido abandonado pelo herói Ulisses na ilha de Lemnos, de onde foram resgatá-lo nove anos depois para dar uma força na Guerra de Troia. Dilma explicou sua opinião sobre o personagem:

– O sujeito tinha uma ferida que cheirava mal, incomodava todo mundo, ficava o tempo inteiro reclamando no barco. Os caras tinham mais é que largar o Filoctetes naquela ilha; a ética dos gregos era essa. Mas é um baita personagem, sem sombra de dúvida.

Tragédias gregas, uma das paixões intelectuais da candidata, não eram exatamente o papo habitual nos aviões da campanha. O recurso mais usado para relaxar a caravana nos céus era puxar uma canção antiga da prodigiosa memória musical de José Eduardo Dutra. Ou relembrar filmes e novelas passadas, outra mania que a candidata compartilhava com o presidente do PT. Dutra sempre foi capaz de citar nome e sobrenome de atores e personagens com a mesma facilidade que recordava escalações de times de futebol e episódios importantes da política – como ocorreram e como foram narrados nos jornais.

Naquela noite, porém, Dilma dava uma carona ao ministro Luiz Dulci, um caso raro de político e professor de Literatura Grega. Dutra, sentado de frente

para o ministro, começou a bocejar quando Dilma falava de outro de seus personagens favoritos – Tirésias, o vidente cego que tenta abrir os olhos do soberano nas duas mais famosas tragédias de Sófocles, *Édipo Rei* e *Antígona*:

– O drama do Tirésias não é que ele é cego, é que ele enxerga demais. O sujeito sofre terrivelmente porque sabe o que vai acontecer no futuro e não pode fazer nada.

Tirésias, diziam os gregos, foi mulher por sete anos – aquelas molecagens que os deuses do Olimpo gostavam de fazer com os mortais – e aprendeu muito com a experiência. Os deuses o cegaram porque ele ficou sabido demais.

O papo no fundo do jatinho derivou para a ópera e José Eduardo Dutra preferiu cochilar pelo resto da viagem. Aquele tinha sido um dia especialmente agitado para o presidente do PT. Pelo calendário da Justiça Eleitoral, era o fim do prazo das convenções em que os partidos indicam os candidatos e fecham as alianças, as chamadas coligações. A mais difícil de todas tinha sido formalizada horas antes, entre o PMDB e o PT de Minas, e era dessa convenção conjunta que eles estavam voltando.

A chapa lançada em Belo Horizonte tinha dois ex-ministros de Lula – Hélio Costa (Comunicações, do PMDB) para governador e Patrus Ananias (Desenvolvimento Social, do PT) para vice. O ex-prefeito Fernando Pimentel disputava o Senado. O apoio do PT a Hélio Costa em Minas foi uma exigência inarredável do PMDB nacional para fechar a chapa com Dilma e indicar seu vice, o presidente da Câmara Michel Temer. Lula sempre incentivou o acordo em Minas, mesmo conhecendo o retrospecto negativo de Hélio Costa em eleições majoritárias: duas vezes ele esteve a ponto de se eleger governador no primeiro turno e duas vezes foi batido pelos adversários na rodada final.

A maior resistência ao acordo estava no PT mineiro, que exigia a cabeça da chapa, mesmo sangrando ainda pelo racha entre Patrus e Pimentel nas eleições municipais de 2008. A composição só foi resolvida dois dias antes da convenção, numa reunião em Brasília com Dilma, Michel, Dutra e os três candidatos mineiros. Hélio Costa arrancava de novo com grande vantagem nas pesquisas, dessa vez contra um oponente que nunca tinha disputado uma eleição: Antônio Anastasia, do PSDB, vice e sucessor de Aécio Neves no governo do estado. Aécio, com sua altíssima aprovação, tinha praticamente assegurada a eleição para uma das duas vagas no Senado, e Pimentel era o favorito para a outra.

Se o velho Tirésias baixasse naquele jatinho para avisar que a chapa mineira acabaria em tragédia, estaria apenas prevendo o futuro, mas seria chamado de grandessíssimo pessimista. A oito mil metros de altitude e faltando três meses

para a eleição, a campanha de Dilma Rousseff vivia uma fase em que praticamente tudo parecia dar certo, num voo seguro para a vitória, apesar das turbulências. Naquele 30 de junho, por exemplo, a pesquisa do Ibope mostrava Dilma com 40% das intenções de voto, cinco pontos acima de José Serra.

Terminava ali uma fase da campanha em que as candidaturas ainda não existiam para a Justiça Eleitoral. A partir de julho poderiam ser feitos comícios e propaganda de rua. Propaganda no rádio e na TV, só a partir de 17 de agosto. Antes disso, os chamados pré-candidatos tinham andado pelo país falando para entidades de classe, participando de festas, exposições ou reuniões partidárias. De 5 de abril, quando foi a Ouro Preto e São João del-Rei, a 30 de junho, quando voltou a Minas para a convenção do PT e do PMDB, Dilma participou de 71 atividades desse tipo em 22 cidades de quase todas as regiões.

Dilma aproveitava as viagens para dar entrevistas à imprensa regional. A passagem de um candidato presidencial costuma ser a notícia mais destacada do lugar, o que era fundamental para tornar Dilma mais conhecida no interior. A cobertura da imprensa regional nessas viagens é mais ampla que a dos grandes jornais e agências de notícias, que normalmente pautam seus repórteres para obter declarações sobre as notícias do dia ou para destacar o inusitado – em geral, uma gafe ou um conflito entre a campanha e algum político local. Um discurso ou entrevista da candidata falando de problemas regionais, ou mesmo sobre sua plataforma, tem pouco interesse para a imprensa nacional, mas é notícia importante para os veículos locais.

Dilma já tinha percorrido um bom caminho quando foi ao ar o programa nacional do PT, em 13 de maio. Pela legislação brasileira, os partidos políticos têm direito a um programa de dez minutos no rádio e na TV, uma vez por ano, e a um pacote de comerciais curtos para divulgar suas ideias. Em anos eleitorais, esse horário costuma ser usado para apresentar candidatos a presidente ou governador. Se o TSE julgar que houve propaganda eleitoral antecipada, o partido pode ser punido com a perda do programa no ano seguinte. Em 2009 e 2010, todos os grandes partidos optaram pelo risco de punição. O PSDB e o DEM destacaram Serra em seus programas. O PPS também, e fez ataques a Dilma Rousseff.

O programa do PT foi uma prévia do que João Santana preparava para a propaganda eleitoral. Começava com Lula elogiando o trabalho da ex-ministra ("Não tenho dúvida de que muito do sucesso do meu governo se deve ao trabalho de coordenação que ela fez na Casa Civil", ele dizia) e sua trajetória pessoal ("O que eu mais admiro na Dilma é a história dela, uma história de luta"). Seguia

com uma pequena biografia de Dilma, destacando os cargos que ocupou e a luta contra a ditadura. Avaliando as pesquisas, Santana sugeriu "vacinar" a candidata contra versões que a apresentavam como "terrorista e assaltante de bancos". Dilma dizia no programa:

– Eu lutei pela liberdade e pela democracia. Lutei contra a ditadura do primeiro ao último dia. Quando o Brasil mudou, eu mudei. Mas nunca, nunca mesmo, mudei de lado.

O programa de maio falava sobre a importância do pré-sal e repetia as comparações, feitas no programa do final do ano, entre os governos "de Lula e Dilma" e "de FHC e Serra" – geração de empregos, mobilidade social e racionamento de energia. Uma semana depois, o Datafolha mostrava Dilma com 37% das intenções de voto, empatada com José Serra. Ela havia subido sete pontos em um mês; ele tinha caído cinco.

A ultrapassagem sobre o principal adversário ocorreu em algum ponto do mês de maio, variando a data conforme o instituto de pesquisa. A expectativa de João Santana e dos políticos mais experientes era de que a liderança nas pesquisas ocorresse em meados de agosto, depois de iniciada a propaganda eleitoral por rádio e TV. Nada podia garantir que a situação estivesse estabilizada, até porque, diferentemente dos outros três grandes institutos, o Datafolha manteve o empate técnico ao longo de maio e junho. Mas a maré das boas notícias estava mesmo batendo na praia do PT.

A aliança com o PMDB era um fato impensável na reeleição de Lula, uma aposta arriscada na metade do segundo mandato e um dado da realidade no ano da eleição. Pela primeira vez desde Tancredo, o maior partido do Congresso apresentou-se unido para uma convenção. Mais de 80% dos delegados aprovaram a chapa Dilma-Michel. Havia dissidentes alinhados com a oposição, como os senadores Jarbas Vasconcelos e Pedro Simon, além do ex-governador Roberto Requião, que defendeu uma candidatura própria do partido. Mas não houve um racha, como nas convenções de anos anteriores.

Nos últimos dez anos, o PMDB se dividia em duas grandes alas: a dos senadores Renan Calheiros e José Sarney, que negociaram sua entrada no governo Lula durante a crise do *mensalão*, e a do presidente Michel Temer, que aderiu depois da reeleição. Eram forças equivalentes. Duas séries de escândalos, a primeira em torno de Renan e a segunda, de Sarney, enfraqueceram os senadores e favoreceram Temer no interior do partido. Ao longo de 2009, três ministros do PMDB fizeram cara de vice: Hélio Costa (antes de optar pela eleição em Minas), Nelson Jobim (ministro da Defesa que um ano depois revelou

ter votado em Serra) e Henrique Meirelles (que ficou na presidência do Banco Central até o fim do governo Lula). Nenhum chegou à convenção de junho.

Temer já tinha cara de vice em janeiro de 2010, quando foi com Dilma a uma inauguração do PAC em Rio Claro, interior paulista. Foi no período em que o presidente tucano a chamou de mentirosa, e o senador Tasso Jereissati, de "candidata de silicone". No discurso em Rio Claro, Dilma homenageou os mais ilustres filhos da terra: o deputado Ulysses Guimarães e a cantora Dalva de Oliveira, que ela ouvia quando era menina pela Rádio Nacional. De Ulysses, Dilma recordou uma frase que parecia resposta aos dois tucanos:

– Ele nos ensinou que não se faz política com o fígado, como quem guarda ódio na geladeira.

Dilma também tinha uma resposta puxada do repertório de Dalva de Oliveira, mas esta ela só mostrou a Michel Temer e ao ministro Alexandre Padilha, que os acompanhava, depois de encerrada a cerimônia. Eram os versos de *Calúnia*, samba-canção dos anos 50 que ela cantarolou baixinho:

Quiseste ofuscar minha fama
E até jogar-me na lama
Só porque eu vivo a brilhar
Sim, mostraste ser invejoso
Viraste até mentiroso
Só para caluniar.

De volta a Brasília, Michel Temer contou aos amigos que Dilma não seria assim uma companheira de chapa tão aborrecida como eles imaginavam. Até brincar com a adversidade ela sabia... No dia 18 de abril ele foi indicado formalmente pelo Conselho Político do PMDB para ser o vice de Dilma, o que seria confirmado na convenção de 12 de junho. Dilma saudou a coligação PT-PMDB dizendo que era o "encontro histórico da luta pela democracia com as lutas sociais no Brasil". No mesmo dia ela recebeu o apoio formal do PDT, numa convenção em que homenageou os quatro ícones do trabalhismo: o conterrâneo Darcy Ribeiro, o presidente deposto João Goulart, seu antigo líder Leonel Brizola e o criador do PTB, Getúlio Vargas.

"Já houve quem dissesse que era preciso virar a página do getulismo", Dilma afirmou, numa referência oblíqua ao PSDB. "Coisa de intelectual colonizado. Não se vira a página de quem nos deixou a Petrobras, a Vale, a CSN, o BNDES, o salário mínimo, a proteção dos direitos do trabalhador." O apoio do PDT a Dilma frustrou uma das apostas da oposição para dividir a base de Lula.

O apoio do PSB, outro partido à esquerda na base do governo, tinha sido anunciado no final de abril, quando Ciro Gomes confirmou que não iria mesmo disputar sua terceira eleição presidencial. O presidente do PP, senador Francisco Dornelles, tio de Aécio Neves, também frustrou os tucanos ao anunciar que o partido não faria coligações na eleição presidencial (por meses o PSDB anunciou que o PP apoiaria Serra). Dornelles, pessoalmente, apoiou Dilma. A coligação reuniu dez partidos: PT, PMDB, PSB, PDT, PR, PCdoB e os pequeninos PRB, PSC, PTC e PTN. Com isso, Dilma teve direito a dez minutos e 38 segundos em cada bloco de 25 minutos da propaganda de candidatos a presidente, exibidos no fim da manhã e à noite, três vezes por semana.

A coligação de Serra reuniu PSDB, DEM, PPS, os pequeninos PMN e PTdoB e apenas um dos partidos médios da base de Lula: o PTB de Roberto Jefferson. Embora a maior parte dos políticos do PTB apoiasse Lula, o comando da executiva permaneceu com o ex-deputado, pivô do *mensalão*. O apoio de Jefferson foi importante para compor o tempo de Serra na TV, que foi de sete minutos e 28 segundos em cada bloco, mas a imagem pública de Jefferson era um peso que sua campanha teria de arrastar.

No programa de TV do PTB, em abril, Jefferson pedia votos para Serra, diante de uma enorme foto de Fernando Henrique – duas péssimas associações para o tucano, segundo as pesquisas. Pelos padrões do TSE, era um caso de propaganda eleitoral antecipada, mas José Eduardo Dutra não resistiu à piada: "Vamos ao TSE exigir direito de reprise do programa do PTB", tuitou o presidente do PT.

A convenção nacional do PT, em 13 de junho, foi um show preparado pela equipe de marketing. A ideia era destacar "essa novidade de ser mulher", como Lula havia intuído quatro anos antes. Um salão próximo ao Lago Sul, em Brasília, foi decorado com fotos e biografias de mulheres que fizeram história e histórias de mulheres anônimas. Dilma foi saudada na plateia com bandeiras na cor lilás e, no palco, por um grupo de meninas e adolescentes vestindo camisetas com a inscrição "Mulher Pode". A candidata leu cuidadosamente o discurso, que tinha recebido seus últimos retoques na noite anterior:

"Aqui se celebra, em primeiro lugar, a mulher brasileira! Aqui se consagra e se afirma a capacidade de ser – e de fazer – da mulher.

"É em nome de todas as mulheres do Brasil – em especial de minha mãe e de minha filha – que recebo esta homenagem."

A coligação foi registrada com o nome "Para o Brasil Seguir Mudando". Era uma tradução correta do sentimento captado nas pesquisas, mas como slogan

contrariava as recomendações dos manuais de publicidade: era longo demais, tinha dois verbos na mesma frase, um deles no gerúndio, e parecia mais uma justificativa de voto do que uma palavra de ordem mobilizadora. Slogans devem ser simples, diretos e fazer sonhar. "O Brasil Pode Mais", nome da coligação de Serra, era um achado. Mas quem se importaria com isso numa campanha que voava alto a 16 semanas das eleições? O importante era mostrar que aquela mulher podia manter o país na rota do crescimento e cuidar dos mais pobres primeiro, como Lula fazia. Foi o que Dilma disse em seu discurso para o PT:

"Para o Brasil seguir mudando é preciso, acima de tudo, manter e aprofundar o olhar social do governo do nosso grande presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"É mais do que simbólico que, nesse momento, o PT e os partidos aliados estejam dizendo: chegou a hora de uma mulher comandar o país.

"Nós, mulheres, nascemos com o sentimento de cuidar, amparar e proteger. Somos imbatíveis na defesa de nossos filhos e de nossa família."

A associação entre os papéis de mulher e mãe na política costuma provocar restrições entre militantes feministas. Dilma nunca se constrangeu em ser chamada de mãe do PAC e, se tinha alguma dúvida em relação a isso, deixou para trás num café da manhã com a presidenta do Chile, Michelle Bachelet, em junho de 2009, quando ainda estava na Casa Civil. A presidenta, chamada em seu país de mãe do Chile, disse à ministra para não se envergonhar do título: "As pessoas sabem que mãe é quem cuida, e é isso que o povo espera de nós, no Chile ou aqui."

***

A montagem das alianças nos estados, concluída em 30 de junho, consumiu boa parte das energias da candidata, de Lula e de José Eduardo Dutra, mas o resultado era animador: Dilma tinha palanques com candidatos do PT e de partidos aliados em todo o país – em alguns lugares, até mais de um. Os estados em que haveria disputa entre candidatos do PT e do PMDB eram exceções. Em Santa Catarina, Dilma tentou levar a candidata do PP, Ângela Amin, a fazer um acordo com a senadora Ideli Salvatti, do PT. O acordo não saiu, mas Dilma incluiu Chapecó, uma das grandes cidades do estado, em seu primeiro roteiro de viagem. No Paraná, ela trabalhou para garantir uma vaga para a petista Gleisi Hoffmann na disputa pelo Senado. Um ano depois Gleisi seria chefe da Casa Civil da presidenta Dilma (substituindo Antonio Palocci) e Ideli, ministra da Articulação Política.

Contrariando mais uma vez a expectativa de muitos analistas, o inverno de

2010 foi cruel com a seleção brasileira, eliminada da Copa da África pela Holanda, e estava sendo rigoroso com a campanha eleitoral do PSDB. A "chapa dos sonhos", com Aécio Neves como vice, ficou inviabilizada na disputa entre os governadores de Minas e São Paulo pela cabeça da chapa. Amigos de Aécio e de Serra acusavam um e outro de ter feito jogo bruto (as suspeitas recíprocas foram registradas no inquérito da PF sobre a quebra do sigilo de Eduardo Jorge). Além disso, Aécio passou oito anos alimentando a rivalidade entre mineiros e paulistas, e não podia aceitar o papel de vice na chapa de um candidato de São Paulo.

Faltando menos de uma semana para acabar o prazo das convenções, Serra fez um movimento desastrado: indicou como vice o senador Álvaro Dias, tucano do Paraná. Se desse certo, o movimento enfraqueceria Dilma no estado, pois tiraria do páreo o candidato a governador apoiado por ela: Osmar Dias, do PDT, irmão de Álvaro. Mas o gesto soou como uma bofetada no parceiro histórico dos tucanos, o DEM, que só abriria mão de indicar o vice para o inalcançável Aécio. Sob risco de perder o apoio de seu principal aliado, Serra desistiu de Álvaro Dias. No último dia do prazo, o DEM indicou o deputado Índio da Costa, do Rio, que Serra sequer conhecia. Foram apresentados por telefone e o tucano cometeu uma gafe machista ao falar sobre Índio pela primeira vez, num debate na Confederação Nacional da Agricultura:

– Ontem, foi apresentado nosso Índio para a vice-presidência, um homem jovem, preparado (...) Tem uma namorada e me disse por telefone: "Não tenho amantes." Eu até disse: "Também não precisa exagerar. O que tem que ser é uma coisa discreta."

Com a plateia ainda surpresa, Serra emendou:

– Não estou aqui pregando pular cerca no casamento, mas também não precisa exagerar.

O vento não estava mesmo soprando a favor dos tucanos. Jovem empresário, com base eleitoral na Barra da Tijuca, Índio da Costa fazia oposição visceral ao PT. Na primeira entrevista como vice, para um site da Juventude do PSDB, afirmou: "Todo mundo sabe que o PT é ligado às Farc, ligado ao narcotráfico, ligado ao que há de pior. Não tenho dúvida nenhuma disso."

Os advogados do PT viram na frase um caso de calúnia e difamação, mas havia uma novidade do ponto de vista do Direito Eleitoral: um link para a entrevista de Índio na página oficial do PSDB. Alertados pelo jornalista Oswaldo Buarim, que chefiava a equipe de internet da campanha, os advogados avaliaram que era o caso de pedir ao TSE direito de resposta na internet, como se a acusação tivesse sido veiculada em um programa do partido no rádio ou na TV.

Isso nunca havia sido tentado. A representação foi redigida por Admar Gonzaga (o advogado que havia trabalhado para o DEM) e a equipe de Buarim teve de preparar às pressas um texto de resposta, gravado num CD, para ser submetido ao TSE naquele mesmo dia.

A representação foi distribuída ao ministro Henrique Neves, do TSE. Ele aceitou os argumentos do PT e concedeu direito de resposta, indicando algumas partes do texto que deviam ser suprimidas. A decisão foi confirmada pelo plenário do TSE em 2 de agosto. O PSDB teria de veicular durante dez dias, no site Mobiliza PSDB, um *lettering* (aqueles textos que rolam na tela) narrado por um locutor que dizia, entre outras coisas:

> *O PT condena o terrorismo e rejeita a violência política contra qualquer cidadão, no Brasil ou fora do país. O PT combate com firmeza a violência, o tráfico de drogas e o crime organizado, onde quer que ele se manifeste. O povo brasileiro nos conhece, e não se deixa enganar.*

Foi uma decisão inédita, festejada pela coordenação jurídica, e não foi a única. Na mesma semana, o TSE determinou a publicação de direito de resposta do PT na *Veja*, por entender que a revista não tinha apenas reproduzido as declarações do vice de Serra, mas assumido como verdadeiras as acusações feitas por Índio. Também era uma punição sem precedentes para a maior revista do país. O texto, publicado na página 80 da edição de 11 de agosto, terminava assim:

> *Ao longo de sua existência, o PT demonstrou que não transige com o crime nem se relaciona com o narcotráfico. Afirmar o contrário, como fez a revista* Veja*, é transigir com a verdade.*

A revista reagiu com estilo: publicou na sequência do direito de resposta uma reportagem de quatro páginas intitulada "A resposta do direito", em que ouviu advogados e juristas para contestar a ordem do TSE, sem deixar de cumpri-la. A decisão de representar na Justiça contra um veículo de imprensa não foi fácil no comando da campanha. Havia dois argumentos em choque: o PT poderia ser acusado de promover censura, mas não reagir a excessos seria sinal de fraqueza. José Eduardo Dutra encontrou o ponto considerado ideal pela coordenação: "Se é pra fazer, vamos fazer uma só, e vamos logo na *Veja*, que é a maior e a que mais ofende o PT."

A regra do vamos-fazer-uma-só prevaleceu quando a coordenação jurídica recomendou ações contra a *Folha* e o *Estadão*, por causa de reportagens e

editoriais acusando a campanha de ter quebrado o sigilo de Eduardo Jorge. Para a coordenação política, bastou a ação contra a *Veja*.

Na fase da pré-campanha, Dilma também realizou progressos num terreno que os adversários não esperavam: as entrevistas para a TV e as apresentações em público, que funcionavam como um ensaio para os debates entre candidatos. Ela saiu-se bem no primeiro desses ensaios, o 27º Congresso Mineiro de Municípios, no início de maio. Ela não se apertou quando Serra acusou Lula de ter tirado receita das prefeituras ao reduzir impostos para reagir à crise mundial – "O governo federal está cumprimentando com o chapéu alheio", Serra comparou. Dilma demonstrou com números que os municípios – e o país – teriam perdido muito mais com a retração da atividade econômica.

A candidata nunca teve o dom de falar de improviso para as multidões, como Lula fazia, mas estava aprendendo a apresentar suas ideias de forma mais objetiva. A preparadora Olga Curado ajudou nisso. Na véspera de uma apresentação importante, o Fórum da Revista *Exame*, Dilma leu para ela um discurso de quase 40 minutos, explicando minuciosamente as políticas do governo Lula, seus efeitos sobre a expansão da economia e como ela pretendia avançar em seu governo. Olga ouviu tudo e fez uma só observação: "Falta dizer o que você quer com isso tudo; falta dizer aonde você quer chegar."

Dilma entendeu e, no dia seguinte, 31 de maio, acrescentou uma frase, que nem parecia adequada para uma plateia de empresários e investidores, mas dizia extamente aonde ela queria chegar: "O combate à pobreza, retirar da pobreza os 16 milhões que, pelos últimos dados, integram a parcela do Brasil extremamente pobre, é algo muito importante para nós."

Esta passou a ser a chave nos discursos da candidata: num país em que 29 milhões ascenderam à classe média em apenas oito anos, a prioridade é tirar da pobreza extrema os milhões que ainda vivem nessa condição. Seria também o slogan adotado por ela na presidência: "País rico é país sem pobreza". Dilma pediu uma reunião com o economista Ricardo Paes de Barros, um dos maiores especialistas em estudos sobre pobreza e desigualdade social no país. Ela queria saber tudo sobre o assunto. Marina Silva foi informada com antecedência do encontro reservado, já que Paes de Barros estava engajado na campanha do PV. Dilma não foi apenas cordial com a ex-colega de ministério ao longo da campanha. Ela proibiu expressamente qualquer tipo de ataque à candidata do PV.

Clara Ant foi quem se encarregou do convite ao economista. A coordenadora executiva da campanha compartilhava com a candidata a obsessão por números

exatos. Esta era uma de suas funções no gabinete de Lula, a quem conhecia desde antes da fundação do PT. Clara foi presidenta do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo quando Lula se encontrava em São Bernardo. Assim como Antonio Palocci e Luiz Gushiken, foi da Organização Socialista Internacionalista, mais conhecida no Brasil pelo seu braço estudantil, a Libelu. No Palácio do Planalto, Clara levantava, checava e organizava as informações sobre obras, programas e ações de governo. Sua equipe preparava resumos atualizados para os discursos de Lula e também para Dilma, quando ela estava na Casa Civil.

Na campanha, a equipe de Clara Ant levantava os temas que poderiam ser perguntados à candidata nas entrevistas e debates. Não eram apenas os números, mas também as respostas e declarações de Dilma sobre cada assunto nos últimos meses. Dilma lia tudo, corrigia, acrescentava, cortava, pedia mais informações, checava pessoalmente os números de que duvidava. As informações eram catalogadas em um arquivo que Clara chamava de *monstro,* e com o tempo virou *monstrão*. No final do primeiro turno, *monstrão* era um arquivo de 480 páginas e 78 mil palavras, com as respostas que Dilma tinha dado para 230 temas recorrentes ou suas variações. Estava tudo lá, em ordem alfabética, da letra A, de aborto, à letra Z, de Zé Dirceu.

Dilma começou a se preparar com dois dias de antecedência para o primeiro debate, marcado para 5 de agosto na TV Bandeirantes. Ela havia se encontrado com Lula no fim de semana, num comício em Curitiba, e ele procurou transmitir confiança à candidata: "Vai, menina, você está preparada, não vai ter problema."

Em Brasília, na véspera do debate, ela almoçou com o ministro Guido Mantega, e passou a tarde no escritório da QI 24, analisando os temas para o debate. À noite, convocou os coordenadores para preparar, em sua casa, as falas de apresentação e despedida. A candidata estava tão tranquila que Antonio Palocci resolveu medir sua pressão arterial (de vez em quando alguém se lembrava de que o ex-ministro da Fazenda era médico, e não economista). O aparelho indicou 12 por 8. "Pressão de criança", diagnosticou o doutor Palocci.

Na tarde seguinte, na suíte do hotel em São Paulo onde aguardava o momento de seguir para a emissora, Dilma era uma pilha de nervos. Qualquer um que se aproximasse de sua mesa de trabalho estava sujeito a ouvir uma reclamação, uma cobrança, um desaforo. Uns mais, outros menos, todos sabiam que ela era capaz de tensionar qualquer ambiente – esticar a corda até o limite quando achava necessário –, mas nunca tinham visto nada parecido. Os colaboradores começaram a temer pelo pior. No carro, a caminho da emissora, Lula telefonou.

Repetiu para Dilma as palavras de confiança. O semblante da candidata finalmente se abriu.

Dilma demonstrou algum nervosismo no primeiro bloco do debate. Lá estavam José Serra, Marina Silva e o ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio, candidato do PSOL. No segundo bloco a candidata já estava mais segura e, quando o programa acabou, Dilma havia frustrado a última aposta dos adversários. Conforme se esperava, Serra mostrou ser mais tarimbado em debates, mas Dilma não deixou pergunta sem resposta e saiu-se bem para uma estreante. Como numa partida de futebol em que o favorito entra com obrigação de vencer por uma grande vantagem, Serra ficou devendo uma goleada para sua torcida. O público prestou mais atenção às tiradas provocativas e até histriônicas de Plínio Sampaio, que fustigou os três oponentes. Nas pesquisas, Serra foi melhor por pequena margem. Mais importante para Dilma era o que informavam as pesquisas qualitativas da campanha: a candidata transmitiu segurança e sinceridade.

O resultado foi semelhante em todos os debates do primeiro turno. As variações ficaram por conta do alvo escolhido por Plínio. Ele fustigava Marina Silva em todos os programas, mas a preferência por Serra ou Dilma dependia dos acompanhantes: se era o grupo da ex-senadora Heloisa Helena, Plínio centrava os ataques em Dilma; se estava com o grupo do deputado Chico Alencar, o alvo era José Serra. Os coordenadores de Dilma se acostumaram às horas de ansiedade e nervosismo nos hotéis antes de cada programa. Criaram até uma sigla para aquela rotina: TPD, tensão pré-debate.

O melhor momento de Dilma na televisão, nesse período, foi na noite da entrevista ao vivo no *Jornal Nacional,* 9 de agosto, uma segunda-feira. Pela audiência de milhões e pela influência do programa na opinião pública, aquela entrevista de 12 minutos era a prova de fogo para qualquer candidato. Dilma foi a primeira a passar pela bancada do casal de apresentadores Fátima Bernardes e William Bonner. Na ordem tirada por sorteio, Marina Silva e José Serra seriam entrevistados nas duas noites seguintes. Dilma usava um terninho claro de gola branca e larga contrastando com o vestido preto de Fátima Bernardes e o terno escuro de Bonner. Ela deu boa-noite com um sorriso largo e ouviu a primeira pergunta com as mãos cruzadas sobre a bancada:

– Candidata, o seu nome como candidata do PT à presidência foi indicado diretamente pelo presidente Lula, ele não esconde isso de ninguém. Algumas pessoas criticaram, disseram que foi uma medida autoritária, por não ter ouvido as bases do PT. Por outro lado, a senhora não tem experiência eleitoral nenhuma

até este momento. A senhora se considera preparada para governar o Brasil longe do presidente Lula?

Bonner enfatizou, com a voz e com gestos, as palavras “nenhuma” e “longe”. Centenas de milhares de petistas gostariam de trucidá-lo naquele momento, mas Dilma não desperdiçou a oportunidade de responder às dúvidas que, de fato, surgiam nas pesquisas qualitativas. Ela mencionou os cargos que havia ocupado, no Rio Grande do Sul e no governo federal, a primeira mulher em todos eles, para dizer que tinha experiência administrativa. Pontuava as frases com um sorriso, neutralizando qualquer sinal de arrogância ao falar de si. Dirigia-se, alternadamente, ao casal e à câmera (ao telespectador):

– Eu me considero preparada para governar o país. Mais do que isso, eu tenho experiência, eu conheço o Brasil de ponta a ponta, conheço os problemas do povo brasileiro.

O apresentador interrompeu e repetiu a questão:

– Mas a sua relação com o presidente Lula, a senhora faz questão de dizer que é muito afinada com ele... Junto a isso, o fato de a senhora não ter experiência e ter tido o nome indicado diretamente por ele, de alguma maneira a senhora acha que isso poderia fazer com que o eleitor a enxergasse, ou enxergasse o presidente Lula como um tutor de seu governo, caso eleita?

Ênfase na palavra “tutor”, uma variante educada para a expressão “Dilma é pau-mandado do Lula”, que surgia nas qualis. Dilma começou sua resposta de uma forma coloquial, desmanchando o potencial ofensivo da pergunta:

– Você sabe, Bonner – ela encaixou o sorriso –, o pessoal tem de escolher o que é que eu sou. Uns dizem que eu sou uma mulher forte, outros dizem que eu tenho tutor. Eu quero te dizer o seguinte: a minha relação com o Lula, eu tenho imenso orgulho dela. Eu participei diretamente com o presidente, fui braço direito e esquerdo dele nesse processo de transformar o Brasil num país diferente, num país que cresce, que distribui renda, em que as pessoas têm pela primeira vez, depois de muitos anos, a possibilidade de subir na vida. Então, eu não vejo problema nenhum na minha relação com o presidente Lula. Pelo contrário, eu vejo que é um fator muito positivo, porque ele é um grande líder, e é reconhecido por isso no mundo inteiro.

Em três minutos a candidata tomou conta da entrevista. Dilma respondeu a mais 11 perguntas do casal, e foi contestada em quatro ocasiões por William Bonner e duas por Fátima. A certa altura o apresentador demonstrou impaciência com uma resposta sobre o PT: “Vamos lá, candidata, vamos aproveitar o tempo da melhor maneira.” Quando a entrevista estava chegando ao fim, Fátima

Bernardes teve de interromper o marido para fazer uma pergunta sobre saneamento. A candidata estreante parecia estar mais à vontade do que o tarimbado editor.

Na noite seguinte, durante um comício em Belo Horizonte, Lula colheu uma das rosas que enfeitavam o palanque e a ofereceu a Dilma. Disse que era um desagravo pelo comportamento do apresentador na entrevista.

– Ele podia ter sido menos deselegante com você.

A plateia do comício aplaudiu. Alguns grupos de petistas chegaram a entoar o grito de guerra dos velhos tempos: "O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo". Dilma não se deixou contaminar pelos ânimos exaltados. Diferentemente de dez entre dez petistas, ela não se queixou das perguntas nem da forma como foram feitas. Depois do comício, a caminho do aeroporto, deixou escapar só um comentário:

– Eu achei que ia ser uma entrevista chochinha. Eles resolveram esquentar...

Três dias depois da entrevista, o Datafolha mostrava Dilma com 41% das intenções de voto, contra 43% da soma dos outros candidatos. Em 15 de agosto, o Ibope mostrou Dilma com 43% das intenções de voto, contra 40% da soma dos outros candidatos. Ainda faltavam dois dias para o início da propaganda eleitoral na TV, e as pesquisas diziam que Dilma podia vencer no primeiro turno.

Se o velho Tirésias baixasse ali para avisar...

capítulo 19

A bala de prata

Às 20h48 da terça-feira, 17 de agosto, a imagem do presidente Lula entrou pela TV em milhões de lares brasileiros, e ele pronunciou as palavras mágicas: "Vote na Dilma." O rosto redondo e risonho do presidente ocupava a tela de cima a baixo, emoldurado pela barba grisalha, bem aparada, sobre a gola aberta da camisa em tom azul-claro e o paletó azul-marinho. As persianas claras e desfocadas da biblioteca do Palácio da Alvorada compunham o fundo suave para uma conversa íntima entre o presidente e os eleitores. De vez em quando ele apertava os olhos pequenos, mas não chegou a piscar com o esquerdo para o telespectador, como era seu costume. Lula falou:

"Tem pessoas a quem a gente confia um trabalho e elas fazem tudo certo. Estes são os bons. E há pessoas a quem a gente dá uma missão e elas se superam. Estas são as especiais. A Dilma é assim. Ela foi a grande responsável pelas maiores conquistas deste governo. Por isso lancei sua candidatura. Por isso estou com ela e peço: vote na Dilma. Ela é a pessoa mais preparada para ser presidente do Brasil."

Desde a pré-história da eleição, aquele era o momento mais ansiado pelos petistas e mais temido pelos adversários – o momento em que Lula pediria votos para Dilma, sem rodeios, dentro da casa do eleitor. Se ela não tivesse chegado em vantagem àquela altura da campanha, a fala direta de Lula na TV seria o momento da virada, ou da arrancada final, como parecia estar acontecendo. O horário eleitoral da noite alcançou 45 pontos na medição do Ibope, o que significava que tinha sido assistido em 2,7 milhões de domicílios só na Grande São Paulo.

João Santana preparara a estreia de Dilma em duas etapas. O programa da tarde foi uma cinebiografia, combinando história pessoal com trajetória política e administrativa, num ritmo suave e enquadramento quase intimista dos depoimentos. A diretora Lô Politi utilizou a câmera digital Red One, que produz imagens em vídeo muito semelhantes às películas de cinema. A qualidade da câmera fez a diferença nas cenas em que Dilma aparecia caminhando de jogging às margens do lago Paranoá, ou vestindo uma blusa branca na biblioteca

iluminada de sua casa. As falas da candidata tinham sido gravadas numa sessão de seis horas ininterruptas, mas em nenhuma das cenas ela pareceu cansada. O filme começava com as imagens de uma estrada, tomadas de um carro em movimento, com a narração de uma voz um pouco rouca, mas bem modulada, a voz de Dilma:

"Ninguém faz as coisas quando não tem paixão nem crença. Tem que ter paixão pra fazer. O que te permite realizar é a sua capacidade técnica, é verdade. Mas o que te mobiliza e te faz não esmorecer são os seus compromissos."

Corte para a convenção do PT, com Lula apresentando a candidata; Dilma, assumindo compromisso com as mulheres; os dois de mãos erguidas diante do público. Começa a biografia, narrada por um locutor sobre fotos de álbum de família, intercaladas por depoimentos. Dilma conta o caso da nota que ela rasgou para dar ao menino pobre. Eleonora Menicucci e Rose Nogueira, companheiras do Presídio Tiradentes, lembram os tempos de cadeia na ditadura. Carlos Araújo fala com orgulho dos anos que viveram juntos e da filha Paula. Olívio Dutra elogia a capacidade da ex-secretária. Lula recorda a primeira reunião, na campanha de 2002, e repete a fala do programa de maio do PT: "Não tem ninguém mais preparado do que ela para governar esse país." Dilma reivindica o "olhar social" que, para ela, é a maior característica do governo Lula:

"Pra você querer mudar seu país, cê tem que ter uma relação afetiva com seu povo também. Tem que te incomodar afetivamente, não só racionalmente, a pobreza; tem que te incomodar a criança sem recurso."

A última fala segura o tom intimista:

"A minha vida me trouxe aqui (...) Eu tenho a chance de consolidar um processo de crescimento do Brasil, de inclusão dos brasileiros e de melhoria de vida para as brasileiras. Quando você tem uma oportunidade dessas, você só pode achar que a sua vida foi plena."

No programa da noite, o ritmo era mais veloz e o discurso político, mais explícito, sem perder a pegada emocional. Dilma aparecia de pé, às margens do arroio Chuí, ponto extremo sul do país, embrulhada num grosso sobretudo cinza, rosto cortado pelo vento frio. Do Sul, uma linha cruzava o mapa do Brasil até Porto Velho, na região Norte, de onde Lula dialogava com ela, vestindo uma jaqueta leve e com os cabelos molhados, às margens do rio Madeira, num calor de mais de 30 graus. O roteiro original, que a agenda de Lula não permitiu cumprir, previa que ele falasse do rio Oiapoque, o ponto extremo norte, mas o efeito da superprodução não se perdeu por isso. O filme era pontuado com

imagens de Dilma em outros locais do país, conversando com pessoas beneficiadas por programas do governo – Luz para Todos em Itaobim (MG), escolas técnicas em Ipojuca (PE), PAC das Favelas no Rio.

Além da cena com Lula pedindo votos para Dilma, Santana guardou para o encerramento do programa da noite uma toada lenta, que começava a tocar sobre imagens de Lula acenando um adeus e pessoas do povo acenando de volta. Rimas pobres, emoções ricas. Era assim:

Deixo em suas mãos o meu povo
E tudo o que mais amei
Mas só deixo porque sei
Que vais continuar o que fiz
E o meu país será melhor e o meu povo mais feliz
Do jeito que eu sempre quis.

O primeiro programa valeu cada uma das mais de 120 horas de agenda que a candidata dedicou a gravações, viagens e reuniões com Santana e sua equipe nos três meses anteriores. O resultado parecia ainda melhor na comparação com a estreia de José Serra. Enquanto o PT apresentou uma personagem realmente nova na cena eleitoral, o PSDB tentou recriar a imagem de um dos candidatos mais conhecidos do país, embaralhando sinais políticos e traços da personalidade de Serra.

O cenário para as falas do tucano era um painel com fotos de pessoas sorrindo, sobre um fundo com a bandeira do Brasil e o Cristo Redentor. Não havia uma palavra de crítica ao presidente ou ao governo, tampouco comparações entre Lula e FHC. A biografia de Serra destacava a infância de menino pobre, aluno de escola pública que foi presidente da UNE, prefeito, governador de São Paulo, ministro do Planejamento – "que ajudou a implantar o real" – e da Saúde, "com trabalho reconhecido pela ONU". Ele virou "o Zé", no texto do locutor e no primeiro jingle, um sambinha bem ritmado, que insinuava continuidade e até uma certa intimidade com o presidente Lula. Dizia assim:

Quando Lula da Silva sair, é o Zé que eu quero lá
Com o Zé eu sei que anda, com o Zé eu sei que dá
Pro Brasil seguir em frente, sai o Silva e entra o Zé.

O cenário aí era a laje de um barracão numa típica favela brasileira, onde pessoas felizes cantavam o samba em volta de uma mesinha quadrada, dessas de ferro, que se usam nos botequins. "Zé" encerrava o programa de pé, atrás

daquelas pessoas, braços abertos, como o Cristo, e o sorriso esticado.

A peça foi castigada pelos críticos de TV no dia seguinte: a favelinha era cenográfica e os favelados, atores contratados. A voz da cantora Elba Ramalho no jingle de abertura também era uma imitação (disso se soube quando a cantora desfez a dúvida em sua página na internet). O segundo programa tucano exibiu imagens de Serra com Lula em solenidades e investiu ainda mais na associação. "Dois homens de história, dois líderes experientes", dizia o locutor de voz grave. No rádio, um dos atores do programa tucano elogiava Serra imitando a voz característica de Lula, enquanto um jingle intrigava presidente e candidata: *"Tudo o que o Lula criou, vem a Dilma e diz: 'Fui eu.'"*

O PT representou no TSE contra a utilização das imagens de Lula no programa tucano, mas não obteve sucesso. Talvez não valesse a pena, pois a associação com Lula não rendeu um ponto sequer a Serra nas pesquisas e provocou críticas entre seus próprios aliados. "Serra erra em se apresentar como candidato de continuidade", disse Fernando Henrique. Nos programas eleitorais dos estados, os candidatos do PSDB e do DEM escondiam o apoio a Serra, ao contrário dos candidatos do PT e de seus aliados, que faziam fila para gravar ao lado de Dilma e Lula.

O primeiro programa de Marina Silva, com pouco mais de um minuto em cada bloco, seguiu uma linha ecologista ortodoxa. Imagens do planeta Terra e cenas de inundações se sucediam, enquanto a voz da candidata anunciava a catástrofe do aquecimento global, com frases do tipo: "O uso de combustíveis fósseis bombeia nossas esperanças e nossas ilusões." O melhor do programa eram os cinco segundos finais, em que ela aparecia, finalmente, em plano americano: "Eu sou Marina Silva, candidata à presidência da República." Simples assim. O vidente Tirésias talvez adivinhasse que a ex-ministra do Meio Ambiente teria os votos de dois em cada dez brasileiros dali a sete semanas, mas ninguém chegaria a essa conclusão assistindo ao programa de estreia do PV.

Antes de ingressar no marketing político, Santana foi compositor na banda baiana Bendegó (ele nasceu em Tucano, sertão da Bahia, e estudou em Salvador). Eram dele as letras dos três jingles oficiais de Dilma: a toada da estreia, um axé (*"Lula tá com ela, eu também tô/ Veja como o Brasil melhorou"*) e um sambão (*"Meu Brasil tá querendo Dilma/ Meu Brasil tá querendo continuar"*). Santana também foi jornalista, profissão que o levou a Brasília como chefe de reportagem da sucursal do *Jornal do Brasil* nos anos 80 e diretor regional da *IstoÉ/Senhor* nos anos 90. Em 1992, dividiu o Prêmio Esso com os repórteres Augusto Fonseca e Mino Pedrosa pela reportagem com o motorista Eriberto

França, que sustentou o processo de impeachment de Fernando Collor.

Santana se tornou marqueteiro com Duda Mendonça, de quem se separou em 2001, e só foi trabalhar com Lula em 2005, substituindo Duda no auge da crise do *mensalão*. Reservado e centralizador, nunca fez o gênero esfuziante dos profissionais do ramo. Seu carisma sempre foi o de um marqueteiro cerebral, com sólida formação teórica. Como todos, venceu e perdeu eleições, mas ganhou a confiança de Lula e atuou com muita autonomia na campanha de Dilma. Ele mesmo aprovava os programas diários, que raramente eram exibidos com antecedência à candidata ou aos coordenadores. Advogados eram simplesmente proibidos de assistir – entre os marqueteiros, eles têm a reputação de exagerar na avaliação de riscos e "puxar o freio" nos roteiros.

João Santana montou uma equipe que chegou a contar com mais de 200 pessoas no pico da produção (numa entrevista, ele disse que o custo total, incluindo as pesquisas, foi de 44 milhões de reais). O marqueteiro começou a planejar os programas de Dilma no começo de 2010 e dividiu a campanha de TV em três etapas, cada qual com 15 dias de duração. Na primeira, a presença de Lula era quase tão importante quanto a da candidata, como se viu no programa de estreia. Nas semanas seguintes, o foco seria reforçar a identidade própria de Dilma Rousseff. Lula retornaria na fase final, o clímax emocional da campanha. Entre os colaboradores do marqueteiro, a fase intermediária era chamada de "desmame". Santana resistia a responder automaticamente aos ataques dos adversários – a não ser em situações excepcionais. Gastar o próprio tempo num bate-boca com quem está atrás nas pesquisas é fazer o jogo do inimigo, ele argumentava, com sua experiência.

As situações excepcionais apareceram na última semana de agosto, quando o caso da quebra do sigilo fiscal dos tucanos voltou ao noticiário. No dia 25, um juiz federal autorizou Eduardo Jorge a ver os resultados parciais da sindicância da Receita Federal. No dia seguinte, os jornais publicavam que os dados fiscais dele, do ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros (que comandou a privatização da telefonia) e de dois amigos de Serra (Ricardo Sérgio de Oliveira e Gregório Marin Preciado) tinham sido consultados, sem justificativa, na agência da Receita de Mauá, Grande São Paulo. As consultas foram feitas em outubro de 2009, com a senha de uma analista investigada na sindicância. Uma semana depois, os jornais publicaram que os dados da filha de Serra, Verônica, e do marido dela, Alexandre Bourgeois, foram consultados com a senha da mesma analista, no final de setembro de 2009. Segundo a Receita, havia em Mauá um balcão de venda de informações sigilosas, com mais de 200 casos suspeitos além

dos que vinham sendo noticiados.

Os alvos da quebra de sigilo, à exceção de Eduardo Jorge, eram citados no resumo do livro do jornalista Amaury Ribeiro Jr., divulgado pela internet depois da primeira matéria de *Veja*. O PT fez uma solicitação à Polícia Federal para que ele fosse ouvido no inquérito aberto em junho. Para a coordenação da campanha, a data em que os dados foram violados era a informação fundamental – em setembro e outubro de 2009, quando Serra e Aécio disputavam a indicação do PSDB para a presidência, Amaury trabalhava para o *Estado de Minas*. Era o que Dilma ressaltava nas entrevistas e nos debates – "Em setembro de 2009 eu não tinha campanha nem pré-campanha" –, mas isso era um detalhe no noticiário, que invariavelmente destacava a ligação entre a quebra de sigilo e o "grupo de inteligência" do PT, aquele que foi sem nunca ter sido.

O tema saltou dos jornais para o noticiário da TV e, obviamente, para a propaganda eleitoral de Serra. O programa do PSDB da quinta-feira, 2 de setembro, foi todo dedicado a acusar o PT de fazer "jogo sujo" nas eleições. "Eu tô indignado", dizia José Serra na TV, com veemência, "isso é sujeira". A quebra do sigilo fiscal da filha do candidato era comparada ao episódio mais lembrado da campanha eleitoral de 1989 – quando a enfermeira Miriam Cordeiro acusou Lula de ter-lhe pedido para interromper a gravidez de Lurian, a única filha do ex-presidente. "A mesma baixaria que fizeram com a filha do Lula é usada contra a filha do Serra", dizia o locutor, acentuando a vitimização e criando uma nova ligação simbólica entre Serra e Lula.

A propaganda eleitoral de Dilma teria de dar uma resposta. Ignorar o bombardeio, para manter a tática de não dialogar com o adversário, seria uma atitude "olímpica demais", como observou José Eduardo Dutra em conversa com Dilma e Santana. A solução do marqueteiro foi entregar a Lula a defesa da candidata, poupando-a do confronto direto. Na noite de 7 de setembro, o programa do PT incluiu uma fala do presidente. De gravata, terno escuro e bandeira do Brasil na lapela, semblante fechado, Lula dizia: "Tentar atingir com mentiras e calúnias uma mulher da qualidade da Dilma é praticar um crime contra o Brasil e, em especial, contra a mulher brasileira. Caluniam Dilma pelo desespero, pelo preconceito contra Dilma e contra mim."

Em inserções de 30 segundos distribuídas ao longo da programação, Lula apareceu dizendo: "O Brasil já cansou de ver esse filme: um candidato dispara nas pesquisas e aí começam acusações sem provas."

Assim como a maioria das intervenções de Lula, a fala era forte, chamava atenção e gerava empatia. Pura emoção, sem qualquer referência aos fatos: os

filmetes não diziam do que Dilma era acusada. As pesquisas internas não detectaram qualquer movimento negativo. Ao contrário, nos dias seguintes Dilma alcançou a liderança em todas as regiões do país – inclusive em São Paulo e no Sul – e em todas as faixas de eleitores (exceto os mais ricos). Ficou a impressão de que a resposta foi dada na dose certa, mas era só uma impressão.

A polícia só concluiria a investigação sobre a quebra de sigilo no segundo turno da eleição. Em 20 de outubro, depois de puxar os fios da sindicância da Receita, a PF chegou ao nome do jornalista Amaury Ribeiro Jr. Ele foi acusado de ter comprado, por 12 mil reais, cópias de declarações de renda de Verônica Serra, filha do candidato, do marido dela, do dirigente Eduardo Jorge e de mais quatro pessoas ligadas a Serra e ao PSDB. As cópias, segundo a PF, foram entregues a Amaury por Dirceu Garcia, um despachante de São Paulo. A quebra de sigilo, segundo a PF, ocorreu no final de setembro e no começo de outubro de 2009, quando o jornalista trabalhava para o *Estado de Minas*.

Amaury confirmou à polícia ter encomendado ao despachante Dirceu documentos sobre empresas dos tucanos (exceto Eduardo Jorge) e dos familiares de Serra, e negou ter solicitado violações ilegais. Ele foi indiciado uma semana depois pela quebra de sigilo e mais três acusações. Em seu depoimento, o jornalista contou que estava investigando Serra a serviço do jornal mineiro. Acusou o deputado serrista Marcelo Itagiba, ex-diretor de Inteligência da PF, de ter espionado o ex-governador Aécio Neves. Disse que a investigação que fazia na ocasião seria uma reação do jornal, que apoiava a candidatura de Aécio, contra a movimentação de Itagiba. O deputado, a direção do jornal e o ex-governador negaram a versão do jornalista. Um ano depois ele entregou a um editor brasileiro os originais do livro que escreveu sobre suas investigações.

A conclusão do inquérito da PF traria de volta o tema da quebra de sigilo às manchetes, aos telejornais e à campanha de Serra. Para os adversários, o importante era destacar a ligação entre Amaury e Luiz Lanzetta no início da campanha. A expressão "grupo de inteligência" voltou a ser repetida na imprensa. Para a coordenação de Dilma, fundamental era o fato de que a quebra de sigilo ocorrera seis meses antes do início da campanha, num contexto de disputa interna do PSDB – o que Dilma afirmava desde o início.

***

A imprensa sempre teve papel destacado na vida política brasileira, e esse protagonismo ficou ainda maior a partir do impeachment de Fernando Collor. A queda do primeiro presidente eleito por voto direto depois da ditadura foi

impulsionada por reportagens das revistas *Veja* (entrevista com Pedro Collor, que acusava de corrupto o irmão presidente) e *IstoÉ/Senhor* (entrevista de Eriberto França, descrevendo as ligações financeiras entre Collor e o empresário Paulo César Farias). Um ano depois, também impulsionada por grandes reportagens, a CPI do Orçamento desmoralizou o Congresso (o presidente da Câmara e uma dúzia de deputados perderam o mandato, acusados de favorecer desvios milionários). Tornou-se impossível para os poderosos ignorar as denúncias da imprensa. Mesmo com tiragens pequenas demais para o tamanho da população brasileira, jornais e revistas ditavam o tom dos noticiários de rádio e TV e, com o tempo, dos portais da internet.

Itamar Franco perdeu seu ministro da Fazenda porque ele foi a Nova York nas asas de uma empreiteira. Fernando Henrique perdeu um ministro da Aeronáutica, um presidente do Incra (no grampo do caso Sivam, em 1994), um presidente do Banco Central (acusado de favorecer dois pequenos bancos na desvalorização do real, em 1999), um presidente do BNDES, um ministro das Comunicações (nos grampos da privatização, em 1997), e teve de lidar com meia dúzia de grandes escândalos de mídia – o maior deles, a compra de votos para aprovar a chamada emenda da reeleição (deputados do Acre e do Amazonas teriam recebido 200 mil reais pelo voto a favor, mas não se demonstrou envolvimento do presidente, assim como não se demonstrou o de Lula no *mensalão*). Antes do *mensalão*, Lula já tinha perdido o subchefe de Assuntos Legislativos (caso Waldomiro), a ministra da Assistência Social (que gastou além da conta em Buenos Aires) e um presidente do Banco do Brasil (fotografado com tipos suspeitos), além de lidar com denúncias que ligavam altos funcionários da Caixa a empresas de jogos, bingos e banqueiros do bicho.

O que todos esses escândalos tinham em comum, independentemente do governo em que ocorreram, foi terem sido levantados por jornais e revistas, e não por políticos da oposição, pela polícia ou pelo Ministério Público (foi no governo Lula que a PF virou a principal fonte do noticiário de escândalos, porque o delegado Paulo Lacerda exigiu e obteve autonomia política para comandar a corporação). No ambiente de descrédito generalizado das instituições e dos políticos – do governo ou da oposição –, a imprensa assumiu, na prática, o poder de julgar e condenar, em sua missão de fiscalizar os poderes da República. A capacidade de derrubar ministros e levar congressistas e governadores à renúncia (ou à cassação) tornou-se a medida do poder de cada veículo e critério para avaliar o desempenho dos seus repórteres.

Lula se queixava de que parte da imprensa reproduzia preconceitos contra ele

– pela origem social, por não ter curso superior, por usar o idioma na forma coloquial. Apesar de sua inegável capacidade de comunicação, Lula foi refratário ao contato com jornalistas na presidência, algo que só começou a superar trabalhando com Olga Curado na reeleição e, no segundo mandato, com o ministro Franklin Martins, mas àquela altura o contencioso entre o governo Lula e a grande imprensa brasileira já tinha adquirido vida própria.

Grandes jornais acusavam o governo de tentar cercear sua atuação, a partir do natimorto projeto de lei do Conselho Nacional de Jornalismo, de 2004 – que transferia para os sindicatos de jornalistas a fiscalização profissional feita pelo Ministério do Trabalho e foi arquivado no Congresso. A acusação era amparada em resoluções internas do PT e nas teses sobre controle social da mídia, que eram debatidas em congressos temáticos apoiados pelo governo. No final de 2009, o governo divulgou o Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), e um de seus 342 pontos propunha criar conselhos para avaliar e classificar o trabalho dos meios de comunicação em temas ligados aos direitos humanos. Lula foi comparado a Hugo Chávez por isso.

O ministro Franklin Martins, que nunca foi petista, compartilhava com Lula e com a direção do PT a ideia de que parte dos veículos de comunicação do país comportava-se como partido político, substituindo a oposição com seus editoriais e um elenco de comentaristas críticos ao governo. Em março de 2010, numa reunião em que empresários de imprensa criticavam o PNDH3, a presidenta da Associação Nacional de Jornais e diretora executiva da *Folha*, Maria Judith de Brito, afirmou: "Esses meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista neste país, já que a oposição está profundamente fragilizada, e esse papel de oposição, de investigação, sem dúvida alguma incomoda profundamente o governo."

Dilma conhecia e era conhecida pelos empresários de comunicação desde as eleições de 2006, pelo menos. Em sua própria eleição, ela evitou um relacionamento "por cima" com os donos da imprensa. Esteve com os acionistas da Globo, João Roberto e José Roberto Marinho, em junho, num jantar com outros convidados na casa do ex-ministro Márcio Thomaz Bastos, em São Paulo. Dilma disse a eles que esperava neutralidade na cobertura das eleições e não tocou mais no assunto naquela noite.

No começo de agosto, ela recebeu os Marinho num jantar em Brasília. José Eduardo Dutra foi para lá levando no bolso uma análise da cobertura do *Jornal Nacional* nas eleições: em 25 das 26 edições do mês de agosto, Serra aparecia quase sempre cumprimentando, abraçando ou beijando eleitores; e Dilma não

foi mostrada sequer apertando a mão de alguém, apontava o relatório. O papel não saiu do bolso de Dutra, porque Dilma não quis discutir o trabalho dos jornalistas da Globo com os donos da emissora. Quando ela recebeu a jornalista Maria Cristina Frias, uma das sócias da *Folha*, em abril, foi para dar uma entrevista, nada além. (Maria Cristina é colunista de Economia em seu jornal.)

"Quem, da minha geração, lutou pela democracia sabe que ouvir as vozes críticas da imprensa é mil vezes preferível ao silêncio imposto pela censura", a candidata afirmou, numa reunião na Associação Brasileira de Imprensa.

O contencioso entre o governo Lula e parte da imprensa foi naturalmente herdado pela campanha de Dilma. Isso fez das manhãs a hora mais tensa do dia para a experiente jornalista Helena Chagas. A coordenadora de imprensa tinha a missão de ler bem cedo os jornais com a candidata. Era a primeira a ouvir as queixas e a primeira a repassá-las. Com Helena, Dilma começava a discutir as respostas para as perguntas que seriam feitas pelos repórteres sobre temas de governo, normalmente os mais polêmicos. Para aumentar a tensão, muitas vezes essa leitura acontecia enquanto a maquiadora Rose Paz tentava manter imóvel o rosto da candidata – e aplicar as bases e os tons que dali a instantes estariam diante das câmeras.

A leitura dos jornais era o momento propício para explosões de mau humor, mas apenas uma notícia, em toda a campanha, tirou Dilma Rousseff do sério. Foi uma reportagem da *Folha* sobre as auditorias do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE-RS) quando Dilma esteve à frente da Secretaria de Energia e da Fundação de Economia e Estatística. O título da notícia, publicada em 20 de setembro, trazia para o presente relatórios de auditoria de 18 anos atrás: "Dilma favoreceu firma e aparelhou Secretaria, diz auditoria do TCE".

O que o título não dizia, e só estava registrado no quinto parágrafo da última coluna da reportagem de página inteira, é que o TCE tinha aprovado todas as contas de Dilma. Ela havia contestado e derrubado, uma por uma, as alegações da auditoria, no tempo em que elas ocorreram. Sua gestão passou pelo TCE sem receber sequer advertência. Ao ler o jornal, ela reagiu: "Aí não. Aí estão mexendo com a minha honestidade pessoal. Aí eu não posso admitir!"

Contrariando os manuais de assessoria, Dilma chegou para a entrevista coletiva com um resumo da reportagem e os relatórios e decisões do TCE nas mãos. Ela brandiu os papéis diante das câmeras e acusou a reportagem de ser "parcial e de má-fé".

A repercussão eleitoral de notícias como essa era nenhuma, de acordo com as pesquisas, mas elas mantinham a tensão no comitê e ilustravam a propaganda

dos adversários. Na medida em que a campanha chegava ao fim, aumentava a expectativa, entre jornalistas e políticos, pela reportagem que finalmente abalaria a candidatura. Franklin Martins gostava de comparar a busca da notícia-bomba com a lenda da bala de prata, aquela que mataria o herói Zorro na história em quadrinhos e nos seriados a que Dilma assistia quando criança. Na reta final, a campanha conviveu com boatos sobre reportagens supostamente fatais, envolvendo versões sobre a saúde de Dilma ou sua atuação na VAR-Palmares, mas a bala de prata não vinha.

A notícia que mais afetou a campanha não tinha nada a ver com o passado, o presente ou o futuro de Dilma, mas com a família de Erenice Guerra, a amiga e secretária executiva que a sucedeu na chefia da Casa Civil. Dilma estava em Porto Alegre na quinta-feira, 9 de setembro, curtindo o nascimento de Gabriel, primeiro neto, filho de Paula. No dia seguinte, ela foi informada de que a revista *Veja* preparava uma reportagem sobre a atuação de um dos filhos de Erenice – Israel Guerra – como lobista em Brasília. Israel já tinha sido entrevistado e fotografado, jurava inocência, mas José Eduardo Cardozo foi procurá-lo, para não restar sombra de dúvida. Ao relatar o que ouviu para os advogados da campanha, Cardozo não transmitiu muita segurança. Era melhor esperar pela revista, no sábado, para ver o que ela diria.

A história de Israel foi incluída na reportagem de capa, com o título "O polvo no poder". Narrava em oito páginas uma história de arrepiar, que podia ser resumida assim: graças ao poder emanado de Erenice, Israel teria conseguido modificar as regras da ANAC para autorizar a atuação da empresa de transporte aéreo MTA como concessionária dos Correios. Teria conseguido ainda um contrato com os Correios de 84 milhões de reais, pelo qual a MTA pagou uma "taxa de sucesso" de 6%, o equivalente a cinco milhões de reais, à Capital Consultoria, uma empresa em que eram sócios Saulo Guerra, irmão de Israel, e Sônia Castro, mãe de Vinícius Castro, amigo dos irmãos e assessor de Erenice na Casa Civil. A fonte da revista era um empresário de São Paulo, Fabio Baracat, apresentado como dono da Via Net Express Transportes e ex-sócio da MTA. Baracat dizia que fez pagamentos mensais a Israel, além da "taxa de sucesso", e que tinha sido apresentado por ele à própria Erenice. A ministra, segundo a revista, disse ao empresário que o dinheiro serviria para quitar "compromissos políticos", ou seja, a campanha de Dilma. A reportagem trazia como prova a reprodução do contrato entre a Via Net e a Capital Consultoria, mencionando os pagamentos mensais e a "taxa de sucesso" de 6%.

As primeiras reações das pessoas citadas e uma leitura atenta deixaram o

comando da campanha mais tranquilo. O que a revista apresentou como cópia de um contrato era apenas uma minuta, que jamais foi assinada. A tal "taxa de sucesso" estava mesmo mencionada na minuta, mas só poderia ser aplicada na obtenção de "eventuais financiamentos e empréstimos", e não em um contrato de prestação de serviços com os Correios, diferentemente do que a reportagem narrou e até calculou. No domingo, Eduardo Baracat divulgou nota negando as declarações atribuídas a ele e a acusação a Erenice (a revista sustentou ter gravado tudo). Baracat nunca foi diretor da MTA, como estava na revista. Ele disse que estava tentando se tornar sócio da empresa e que Israel o orientou no processo para obter a renovação da licença de voo – que tinha sido suspensa por dívidas com a Previdência e foi renovada após a quitação. Era diferente de mudar as regras da ANAC. Baracat disse que pagou pelo serviço 120 mil reais, de uma só vez: nada de pagamentos mensais ou taxa de sucesso. Por fim, os Correios informaram que os contratos da MTA somavam 19 milhões de reais, menos de um quarto do que dizia a revista.

Os erros enfraqueciam muito a "bala de prata", mas Dilma, depois de conversar com Erenice, percebeu que a notícia era verdadeira no ponto fundamental: Israel Guerra atuou, sim, como intermediário entre uma empresa privada e uma agência do Estado, a ANAC, em que ele tinha trabalhado com Vinícius Castro. Não importava se sua ação fora lícita ou não, nem quanto ele tinha cobrado pelos serviços – era o filho da secretária executiva da Casa Civil (o caso ocorreu no fim de 2009). Além do mais, Dilma havia orientado Erenice a manter os parentes longe do governo, por mais que sofresse pressões familiares para fazer o contrário. Ainda no sábado, abordada por repórteres, Dilma tinha afirmado que mantinha a confiança na sucessora, até prova em contrário. Na noite de domingo, ela surpreendeu até os coordenadores quando o tema foi levantado no debate da Rede TV: "Não vou aceitar que se julgue a minha pessoa baseado no que aconteceu com o filho de uma ex-assessora", ela disse, marcando distância de Erenice.

A pergunta, feita por uma jornalista, era se Dilma colocaria a mão no fogo pela sucessora. Amigos de Erenice registraram, em Brasília, que o cristal estava quebrado. Dutra, Palocci e João Santana defendiam a demissão imediata de Erenice, mas Lula não estava convencido disso. A ministra tomou as providências de praxe: rebateu as acusações da revista, ofereceu os sigilos bancário e fiscal, seu e dos filhos, oficiou ao ministro da Justiça solicitando que a Polícia Federal investigasse a denúncia. Em seguida, deu um passo errado, divulgando uma nota, com timbre do governo, em que se dizia vítima de "uma

indisfarçável campanha de difamação". Sem citar o nome de Serra, acrescentou que a reportagem era "a tentativa desesperada de criação de um fato novo" por parte de "uma candidatura que o povo já derrotou".

A nota tinha sido redigida pelo publicitário Ruy Nogueira, ligado ao PTB de São Paulo, sem conhecimento de Lula nem dos ministros do Planalto. O texto desastrado aproximava ainda mais a denúncia da campanha de Dilma – em sentido oposto ao que ela tinha dito no debate. A cabeça de Erenice no governo estava por um fio na manhã de quinta-feira, 16 de setembro, quando a *Folha* circulou com sua própria denúncia contra Israel Guerra. A história e as cifras também eram de arrepiar: Israel teria cobrado comissão de 6% para obter um financiamento de 9 bilhões de reais (isso mesmo, *bilhões*) no BNDES para uma empresa de Campinas desenvolver um projeto de energia solar. A empresa teria se recusado a pagar a propina e o empréstimo foi negado. A denúncia contra Israel constava de entrevista do "empresário" Rubnei Quícoli, que se apresentava ao jornal como consultor da empresa de Campinas.

O BNDES tinha realmente recusado uma pré-proposta de financiamento, por falta de capacidade financeira da pequena empresa de Campinas. Ao ler a entrevista, Dilma fez as contas e concluiu que o tal projeto geraria o quilowatt mais caro do mundo: pela metade do custo de uma usina do porte de Belo Monte, produziria 6% da energia da hidrelétrica. No pé da entrevista, o jornal informava que Rubnei Quícoli tinha passado dez meses na prisão, condenado por coação e receptação de mercadoria roubada. Um ano depois da entrevista ele apresentou retratação na Justiça para evitar nova condenação em processo movido pelo PT por calúnia e difamação. Descontados os exageros da fonte, o importante, mais uma vez, era o fato de que Quícoli e um diretor da empresa de Campinas tinham sido recebidos na Casa Civil. Erenice pediu demissão antes mesmo de sair de casa.

***

Analisando a campanha em retrospecto, o desempenho de Dilma no debate da RedeTV! era um sinal de que ela estava atenta à repercussão da reportagem sobre o filho de Erenice. A candidata nunca esteve tão bem num debate como no daquela noite. Pela primeira vez, partiu para o confronto com José Serra, a quem chamou de "caluniador" quando o tucano acusou o PT de ter quebrado o sigilo fiscal da filha dele. Dilma bateu firme: "O senhor não é o dono da verdade, o senhor não é melhor do que ninguém."

Num grupo de 25 eleitores reunido pelos organizadores para avaliar o debate,

Dilma passou de quatro para dez votos; ela foi considerada a melhor em dois dos cinco blocos. Serra entrou com quatro eleitores e saiu com três; não ganhou em nenhum bloco. Marina Silva, pela primeira vez, recebeu a melhor avaliação, mas não ganhou mais eleitores que Dilma. A audiência média do programa foi de 3,6 pontos, cerca de 250 mil domicílios na Grande São Paulo. Na madrugada paulistana, Dilma foi jantar num pequeno bistrô com Clara Ant, Olga Curado e os "três porquinhos", os coordenadores políticos Dutra, Palocci e Cardozo. Palocci escolheu um vinho francês (Chateau Puycarpin, R$ 123,00 a garrafa) e festejaram o bom desempenho, ainda na expectativa da repercussão do caso Erenice (*Jornal Nacional* e *Fantástico* ainda não haviam abordado o assunto).

Na manhã seguinte, Dilma levou um tombo ao se exercitar na esteira do hotel. Lesionou três ligamentos e teve de usar uma bota ortopédica na perna direita pelas duas semanas seguintes. A TV Globo entrou na cobertura do caso Erenice e à noite o *Jornal Nacional* reproduziu com todos os detalhes a reportagem da *Veja*. Os ataques no programa do PSDB aumentaram de intensidade, com vinhetas provocadoras, aproveitando a repercussão do caso. Numa delas o locutor dizia que "a Casa Civil foi palco de escândalos e mais escândalos", sobre uma sequência de fotos de José Dirceu, Dilma e Erenice.

Nos programas do PT, João Santana passou a apresentar a candidata como "coordenadora dos ministros" e tirou a Casa Civil dos textos. Num filmete, o apresentador dizia. "Quando um time está ganhando de goleada, o que está perdendo começa a apelar, parte para a violência, para o jogo desleal", sem mencionar o caso Erenice nem a quebra de sigilo. Nada de Lula para defender a candidata dessa vez – era a fase do "desmame", conforme o planejamento original.

Os efeitos do bombardeio começaram a ser percebidos nas pesquisas internas da campanha, que mostravam Dilma perdendo votos recentemente conquistados em São Paulo entre os mais escolarizados e os de renda mais alta. O ar de Brasília estava seco, extremamente seco, na manhã de 23 de setembro, e ficou ainda mais áspero por conta dos números do Datafolha que Dilma leu em casa antes de sair para mais uma sessão de gravações. Ela tinha perdido dois pontos, Serra tinha subido um ponto e Marina, dois. A vantagem da candidata sobre o total dos adversários havia caído de 12 para sete pontos em uma semana. Faltavam dois debates, três programas na televisão e dez dias para a eleição. Pela primeira vez, a maré tinha virado a favor dos adversários.

capítulo 20

Padres, pastores, fantasmas

Eles eram mais ou menos uma dúzia, todos jovens, vestidos de maneira sóbria para a idade, e sorriam excitados ante o assédio dos repórteres no saguão do auditório da Universidade Católica de Brasília. Alguns diziam ter vindo do interior de São Paulo, outros diziam ser alunos da Católica. O motivo do assédio era a grande faixa amarela que carregavam, na qual estava escrito em letras pretas "Dilma Anticristo" e, na linha de baixo, em preto e vermelho, "Lula, nós cristãos não matamos". O raciocínio por trás daquela faixa era o seguinte: o Congresso do PT de 2007 decidiu defender a descriminalização do aborto, que é considerado pecado mortal pela fé católica; portanto, a candidata do PT era o próprio demônio, e não se discutia. Eles estavam lá esperando Dilma Rousseff, uma das quatro convidadas para o mais bizarro debate entre candidatos de toda a campanha. Era a noite de 23 de setembro, quando a vantagem de Dilma sobre os adversários recuou pela primeira vez.

Dilma sequer ficou sabendo da faixa estendida na entrada do auditório. Ela e os demais candidatos chegaram pela entrada dos fundos. Informados, os coordenadores decidiram não contar nada à candidata. Em um canto discreto da sala de espera, Gilberto Carvalho lamentava não ter negociado com os promotores do debate um meio de evitar provocações daquele tipo. Bom cristão, batia a culpa no peito: "Fui ingênuo." Ele também lamentava não ter percebido um equívoco: o debate não era promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, como havia dito a Dilma, mas por algumas universidades e emissoras católicas de televisão. O auditório estava tomado por centenas de estudantes, majoritariamente eleitores de Marina Silva, que aplaudiam a candidata do PV. Neutralidade zero, do lado de dentro também.

A CNBB estava representada no debate pelo secretário-geral, o bispo Dimas Lara Barbosa. Ele veio com uma pergunta sobre aborto, transformado em tema central das eleições para os bispos brasileiros. Pela ordem do debate, a pergunta de dom Dimas tinha de ser dirigida a Marina, que se declarava pessoalmente contrária ao aborto. O bispo quis saber como a candidata manteria sua posição pessoal, se o PV defendia a legalização em seu programa – "assim como o PT, o

PNDH3 e a tentativa de legalização que tivemos na Conferência Nacional da Saúde", ele acrescentou, de forma a estender a questão à candidata do PT e do governo. O laço da armadilha estava fechado, mas Dilma não se apertou na sua vez de falar.

"Eu também sou a favor da vida", ela disse, repetindo o lema do movimento antiaborto. "A vida humana é um valor que nós temos que respeitar, honrar e perceber sua dimensão transcendental. A legislação já prevê os casos em que o aborto é factível, não acho que seja necessário ampliar esses casos."

Dilma já estava calejada para responder esse tipo de pergunta no final da campanha, mas não podia fazer muita coisa a respeito do que diziam dela em igrejas católicas conservadoras, em boa parte dos templos evangélicos e numa vasta região da internet. Não era a primeira vez que o tema surgia numa campanha eleitoral (o caso mais notável foi a acusação contra Lula, que ajudou a decidir a eleição de Collor em 1989), mas em 2010 ele foi utilizado de maneira sistemática contra uma candidata – e de uma forma que nunca dá certo nas democracias: a mistura de religião e política. Isso não tinha ocorrido no Brasil nem mesmo quando Lula disputou em 2006 com Geraldo Alckmin, um político de ligações orgânicas com o clero tradicionalista.

A legislação brasileira (da década de 1940) proíbe o aborto, exceto nos casos em que a gravidez põe em risco a vida da mãe ou quando é resultado de estupro. O Brasil é um dos últimos países do mundo ocidental em que a mulher não pode tomar essa decisão. Na vida real, o Sistema Único de Saúde atende a mais de 250 mil casos por ano de mulheres (majoritariamente pobres) que sofrem de complicações provocadas por abortos domésticos, feitos com agulhas de tricô, beberagens e outros métodos bárbaros. Por outro lado, não há cidade média no país que não tenha uma clínica clandestina para atender às mulheres que podem pagar por um aborto assistido. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, as complicações pós-aborto caseiro são responsáveis por 21% da mortalidade natal no país. O procedimento de CPA (curetagem pós-aborto) e o atendimento de abortos incompletos só foram regulamentados e tornados obrigatórios na rede do SUS em 2000 e 2001, quando o ministro da Saúde era José Serra.

A regulamentação foi uma medida corajosa, que enfrentou críticas da parte mais conservadora do clero (um certo padre Leo, que rezava missas pela TV, pediu a excomunhão de Serra na ocasião). Não se pode medir a real influência da Igreja sobre o eleitorado brasileiro (percebe-se apenas que é cada vez menor e varia de acordo com a região do país), mas os políticos tradicionalmente evitam conflitos com a hierarquia católica. O Brasil foi um dos últimos países da

América a adotar o divórcio, e quando o Congresso o fez, em 1977, nenhum deputado ou senador de Minas Gerais votou a favor. O Supremo Tribunal Federal enfrentou protestos da hierarquia católica ao julgar as ações para autorizar o aborto de fetos sem cérebro e a união civil entre casais do mesmo sexo – isso já no terceiro milênio.

Em relação ao aborto, além da condenação religiosa, pesquisas mostravam que cerca de 70% dos brasileiros eram contrários a uma legislação menos restritiva, e apenas 10% a favor da descriminalização total. No setorial de mulheres do PT e entre os movimentos feministas, no entanto, a posição de Dilma era criticada como uma "rendição" aos religiosos conservadores.

Dilma Rousseff sofreu um aborto espontâneo, uma hemorragia bem no início da gestação, antes de engravidar de Paula, o que a fez temer bastante enquanto esperava o nascimento da filha. Depois de Paula, teve uma gravidez tubária, que a impediu de gerar outros filhos. As pessoas que sabiam disso compreendiam melhor quando a candidata começava suas respostas sobre a questão com a seguinte frase: "Eu não acredito que nenhuma mulher queira fazer um aborto, porque antes de tudo se trata de uma violência física e emocional contra a mulher."

O governo Lula não deu um passo para mudar a legislação restritiva do aborto, por convicção pessoal do ex-presidente, embora o tema fosse levantado não apenas pelo setorial de mulheres do PT, mas principalmente nas conferências de profissionais de saúde. O ponto de equilíbrio que ele encontrou foi tratar o assunto como caso de saúde pública – garantir o atendimento previsto no SUS e investir nas campanhas de educação sexual e prevenção da gravidez indesejada. Ao longo da campanha, Dilma deixou claro que manter a legislação em vigor seria também o seu limite, como afirmou no debate dos católicos e escreveu numa carta aos eleitores evangélicos. Mas no baú de entrevistas antigas havia a seguinte declaração de Dilma, tirada de uma sabatina da *Folha,* em outubro de 2007:

> *Acho que tem de haver descriminalização do aborto. No Brasil é um absurdo que não haja, até porque nós sabemos em que condições as mulheres recorrem ao aborto. Não as de classe média, mas as das classes mais pobres deste país. O fato de não ser regulamentado é uma questão de saúde pública, não é uma questão de foro íntimo.*

Por causa dessa declaração, adversários e militantes antiaborto acusaram Dilma de ter mudado de posição por conveniência eleitoral. "Eu não faço discurso de conveniência", alfinetou Marina no debate dos católicos. "A Dilma é

evasiva, uma hora ela diz que é a favor do aborto, outra hora diz que é contra", Serra acusou numa entrevista. Declaradamente, a posição de Serra na campanha era a mesma de Dilma. ("Eu não sou a favor do aborto, não sou a favor de mexer na legislação", ele disse em maio.) Marina também era pessoalmente contra (não por ser evangélica, ela destacava), e na campanha propôs convocar um plebiscito sobre o tema.

As manifestações de bispos católicos contra Dilma e o PT começaram em julho, quando a página da CNBB na internet publicou artigo do bispo de Santo André, dom Luiz Gonzaga Bergonzini: "Recomendamos aos verdadeiros cristãos e verdadeiros católicos que não deem seu voto à senhora Dilma Rousseff." O bispo tinha mandado os padres de suas dioceses lerem o artigo nas missas. A CNBB tirou o artigo de sua página três dias depois, quando a campanha de Dilma já havia reagido. Em seguida, os três bispos dirigentes da regional Sul da CNBB divulgaram um "Apelo a todos os brasileiros e brasileiras" com a seguinte orientação: "Deem seu voto somente a candidatos, candidatas e partidos contrários à descriminalização do aborto."

O documento dos três bispos listava as iniciativas do PT e do governo consideradas favoráveis à liberação do aborto e citava Dilma diretamente. O texto foi lido em todas as missas do domingo, 12 de setembro, nas dioceses onde os bispos antiaborto e antipetistas tinham influência. Uma pesquisa do Ibope demonstrou que essa pregação teve pouco ou nenhum efeito sobre o eleitorado católico: Dilma oscilou de 55% para 54% nessa faixa depois daquele domingo, mas a rejeição à candidata, entre os católicos, subiu de 17% para 28% desde a divulgação do documento dos bispos até o final do primeiro turno.

Não foi uma sangria, mas ficou fácil explorar a questão do aborto contra Dilma. No dia 14 de setembro, a Agência Estado publicou uma nota sobre a passagem da professora Mônica Serra, a mulher do candidato tucano, em Nova Iguaçu (RJ). Ela fazia campanha nas ruas da cidade, ao lado do vice Índio da Costa. A notícia, que não foi contestada por Mônica Serra nem pelo PSDB, dizia o seguinte:

> *A um eleitor evangélico, que citava Jesus Cristo como "o único homem que prestou no mundo" e que declarou voto em Dilma, a professora afirmou que a petista é a favor do aborto. "Ela é a favor de matar criancinhas", disse a mulher de Serra ao vendedor ambulante Edgar da Silva, de 73 anos.*

A mistura de religião com política contaminou também de forma sem precedentes o eleitorado evangélico. O crescimento das igrejas neopentecostais

no Brasil era um fenômeno visível a olho nu – desde os anos 70 no Nordeste e, a partir dos 80, nos centros urbanos. Dilma tinha o apoio, entre outras, de uma denominação tradicional – a Assembleia de Deus, do bispo Manoel Ferreira (que apoiou Serra em 2002) – e da mais poderosa – a Igreja Universal do Reino de Deus, controladora da TV Record (o PRB governista era seu braço político). Outros pastores e bispos influentes pregavam o voto contra Dilma nos templos e em seus programas de rádio e TV.

O ponto central dessa ofensiva era acusar o PT e sua candidata de "perseguir os cristãos". Baseavam a acusação numa das propostas do PNDH3 – proibir a exibição de símbolos religiosos em repartições públicas – e num rol de fantasias. A mais daninha das ficções era uma frase que Dilma nunca pronunciou, mas foi repetida em cultos, reproduzida em panfletos e circulava na internet, como se fosse notícia publicada nos jornais: "Nem Cristo, querendo, me tira essa eleição." Além da blasfêmia, Dilma era acusada de ser contra a liberdade religiosa, valor muito caro aos fiéis das novas igrejas que vinham crescendo no país. A batalha entre o governo Lula e a imprensa, que o acusava de tentar censurá-la, servia como reforço para esse tipo de discurso. Nos templos, a candidata era chamada de *Salomé, Jezebel, Belzebua*.

A mais ousada dessas peças era um vídeo de 30 minutos, copiado em DVD e distribuído aos milhares nas proximidades dos templos. Chamava-se *A batalha contra Deus*. Imagens de Dilma e Lula eram superpostas às de Adolf Hitler, Josef Stalin, Benito Mussolini, o africano Idi Amin e os imperadores romanos Nero e Calígula. Trazia depoimentos de pastores acusando o governo Lula de impor um "plano satânico" contra Deus e a família. Um deles dizia que o Executivo era o "braço armado dos homossexuais" e outro acusava Lula de "lançar o cristianismo na ilegalidade", sempre citando o PNDH3.

A menos de dez dias das eleições, os advogados da campanha localizaram o estoque desses DVDs num templo em Ceilândia, periferia de Brasília. Queriam levar a denúncia à Polícia Federal, para apreender o material e processar os autores. A coordenação avaliou que não valia a pena desgastar a campanha chamando a polícia para invadir um templo. No dia seguinte, os DVDs eram distribuídos também em São Paulo.

A ofensiva contra Dilma entre evangélicos foi detectada no final de agosto. A campanha se defendeu das acusações no começo de setembro com a divulgação de uma "Carta ao povo de Deus", em que Dilma declarava o respeito à liberdade de culto. A primeira tiragem contou com mais de um milhão de cópias. De acordo com o Ibope, em um mês Dilma caiu de 49% para 42% das intenções de

votos entre evangélicos, e a rejeição havia subido de 17% para 28%. Os pastores foram bem mais eficazes que os bispos católicos. O Ibope calculou que os evangélicos representavam 20% dos 136 milhões de eleitores. Ou seja, Dilma perdeu quase dois milhões de votos durante a ofensiva. Serra cresceu de 21% para 31% entre esses fiéis no mesmo período, mas a maior beneficiária, proporcionalmente, foi a evangélica Marina, que cresceu na mesma proporção, passando de 13% para 18% nessa faixa, quando ainda faltava uma semana para a eleição.

O combate à propaganda fundamentalista tinha de ser feito pela própria candidata, em suas entrevistas pelo interior do país e na internet. A "Carta ao povo de Deus" e uma série de depoimentos de religiosos que apoiavam Dilma foram divulgados no site oficial da campanha, o Dilma13, e nos blogs de apoiadores. A utilização massiva da internet para propaganda política também era uma novidade nas eleições de 2010. As regras criadas pela Justiça Eleitoral para os partidos não podiam ser aplicadas para correntes de e-mails (os chamados *spams*) anônimos que circulavam pela rede, e eram quase impossíveis de ser aplicadas em sites engajados, nas páginas pessoais e nas chamadas redes sociais, do tipo Facebook, Twitter e Orkut.

Foi pela rede de computadores que os adversários disseminaram os ataques mais baixos e os boatos mais incríveis a respeito de Dilma. Os mais eficientes vinham embalados como notícias de jornais e documentários. Havia um filme acusando Dilma de ter explodido bombas, ter assaltado bancos e assassinado o soldado do Exército Mario Kozel nos anos 70 (obviamente, anexava a ficha falsa publicada na *Folha)*. Outro dizia que Dilma foi uma das sequestradoras do embaixador americano e por isso seria proibida de entrar nos Estados Unidos. Numa "entrevista de TV", uma atriz se apresentava como ex-amante da candidata e dizia que estava pedindo pensão judicial por ter sido abandonada (uma citação judicial falsa, com o nome verdadeiro de um juiz do Paraná, era anexada). Havia ainda um *spam* com a imagem de um documento redigido em búlgaro – a "certidão de nascimento" de Dilma –, e, como todos sabem, a legislação proíbe um cidadão estrangeiro de ser presidente do Brasil.

Filmes anônimos de combate ideológico ao PT e a Dilma reviviam a linguagem do período da Guerra Fria. Um deles, intitulado *A dama de vermelho*, identificava a candidata com a cor dos comunistas. O mais elaborado de todos tinha cinco minutos e chamava-se *Dilma 2012 – O fim está próximo*. Com narração profissional, música envolvente e cortes de cinema, era um "documentário" sobre o governo Dilma. O enredo era assim:

"Dilma assume com o país dividido e manda a Receita Federal perseguir Serra e seus aliados; o tucano vai para o exílio. Dilma declara guerra a São Paulo e proíbe o repasse de recursos federais para o estado; em julho de 2011, o aborto e a taxação de impostos das igrejas são aprovados no Congresso por pressão do PT; a economia encolhe, falta dinheiro para o Bolsa Família, o país tem o pior Natal de todos os tempos; Lula rompe com Dilma e ela manda a PF investigá-lo por corrupção; com o país em crise, Chávez e Ahmadinejad visitam Dilma, enquanto Europa e Estados Unidos rompem relações com o Brasil; a PF invade a *Folha,* o *Estadão*, a *Veja* e a TV Globo; em 2013, ela perde o apoio do Congresso, é vaiada nas ruas, convoca o MST para espancar os estudantes e manda o Exército fechar o Congresso, onde seu impeachment está sendo votado; os comandos se rebelam, Dilma é deposta e... José Serra volta ao Brasil, é recebido por Lula e Fernando Henrique, festa nas ruas; Temer assume prometendo unir o Brasil – olhe o futuro que nos espera."

Faltando dez dias para a eleição, o PSDB divulgou (fora do site oficial) um pacote de cinco filmes de 30 segundos de forte impacto. No primeiro, um ator no papel de Lula segura quatro cães da raça rottweiler pela coleira. O locutor diz: "Lula fez muitas coisas boas para o Brasil, mas a mais importante foi segurar os radicais do PT." Os cães partem latindo em direção à câmera enquanto ele acrescenta: "Já a Dilma..." No discurso dos adversários, o PT era associado à desordem e à baderna quando era oposição. Ao assumir o governo, a palavra-chave passou a ser autoritarismo (e sua variante: aparelhamento). Nos outros filmes, Dilma era retratada como "mentirosa", escolhida pelo PT para "trazer de volta os que foram cassados".

O PT e os sites alinhados com Dilma apresentavam dezenas de listas comparando os governos de Lula e FHC, e também acusavam Serra de ser "inimigo dos professores" (com cenas de enfrentamento entre a polícia de São Paulo e grevistas do setor público), e os tucanos de ter "quebrado o país", "vendido o patrimônio da nação" e "roubado na privatização". As peças mais populares apelavam para o humor, chamando o candidato tucano de "Zé Pedágio" e "Zé Conversa". As que tiveram mais repercussão entre os eleitores mostravam Serra, na campanha municipal de 2004, assinando um documento em que prometia ficar no cargo até o último dia (ele deixou a prefeitura no meio do mandato e se elegeu governador). Serra era chamado de "Zé Mentira".

Circulavam muitas mensagens dizendo que Serra ia acabar com o Bolsa Família, reduzir o valor real do mínimo e demitir servidores em massa. A imagem mais comum nessas mensagens era uma incrível foto autêntica do

candidato com um fuzil, fazendo mira na direção da câmera (uma pose que ele fez numa solenidade com policiais de São Paulo). O maior sucesso na internet no período não foi produzido nem pela campanha de Dilma nem pela de Serra, mas por um estudante de Goiânia, Paulo Reis, 25 anos, o Dilmaboy. Num vídeo caseiro, ele imitava a cantora pop Lady Gaga*: "Dilma é a nova Evita Peron/Sorry, Serra, você vai perder."* Em uma semana, Dilmaboy foi visto por mais de 100 mil no YouTube.

Boa parte da energia dos militantes internautas foi consumida na batalha de versões, respostas e contra-ataques, enquanto os sites oficiais das campanhas faziam o trabalho de mobilização e divulgação de apoios e das agendas dos candidatos. Na noite de sábado, 28 de agosto, a página de Serra saiu do ar sem explicações e só voltou dois dias depois. Não era pane, ataque de hackers nem falta de dinheiro (como espalhou um publicitário de São Paulo). Era a intervenção do americano de origem indiana Ravi Singh, da ElectionMall Technologies. Ele chegou ao Brasil precedido pela fama de ter trabalhado para candidatos ultraconservadores na Colômbia.

A página Serra45 parou de dar notícias sobre o candidato e passou a reproduzir apenas mensagens de internautas, centenas delas, rolando em letras miúdas na tela. Fora essas mensagens, havia apenas um slogan, "É a hora da virada", e um convite aos internautas simpatizantes para registrar seus dados e os endereços de pessoas conhecidas. Duas semanas depois o guru indiano partiu tão misteriosamente quanto chegou e a página voltou ao normal. Ravi Singh deixou como saldo um gigantesco banco de e-mails, a ferramenta para disseminar *spams* pela rede. Uma pesquisa do Datafolha, feita em outubro, mostrou que 30% dos eleitores internautas declaravam ter recebido *spams* criticando candidatos. Destes, 28% se lembravam de ter recebido e-mails contra Dilma, e 8%, contra José Serra. A ferramenta mais primitiva da internet foi a que melhor serviu para disseminar o que havia de mais atrasado politicamente na campanha.

***

No último domingo antes das eleições, o *Estado de S. Paulo* publicou um editorial declarando apoio a José Serra. Não era a primeira vez que o mais antigo dos grandes jornais brasileiros declinava sua posição sem rodeios, mas continuou sendo o único a fazê-lo. O jogo parecia decidido – ao menos era o que pensavam os analistas da campanha de Dilma. O principal era o cientista político Marcos Coimbra, diretor do instituto Vox Populi, provavelmente o mais brilhante de todos na sua especialidade. Ele tinha trabalhado para Lula na reeleição e escrevia

artigos muito lúcidos sobre o comportamento do eleitorado brasileiro. O Vox Populi fazia o *tracking* diário da campanha, uma pesquisa por telefone com 2 mil eleitores (a cada dia um quarto dessa lista era renovado). Era um método eficiente para detectar variações mais rápidas nas tendências. Avesso a aviões, Coimbra ficava em Belo Horizonte, sede da empresa. Quem participava das reuniões com a coordenação em Brasília era seu sócio, João Francisco "Chico" Meira, sociólogo vivaz e emotivo – o oposto do sempre sóbrio Marcos Coimbra.

Nas três primeiras semanas de setembro, a leitura do *tracking* no final da tarde era o melhor momento do dia, mas isso começou a mudar nos últimos dez dias. Além da perda de votos entre evangélicos, Dilma recuava em São Paulo e sangrava entre os mais escolarizados e de maior renda em todo o país – provavelmente resultado da campanha fundamentalista com a repercussão dos casos da quebra de sigilo e da denúncia de impacto contra Erenice Guerra. Esses movimentos seriam confirmados nas pesquisas da última semana, mostrando queda de Dilma em todos os setores (menos entre os mais pobres e no Nordeste). Havia claramente uma fuga de eleitores, não para Serra, mas em direção a Marina.

Havia também a sombra das eleições de 2006, quando Lula deixou escapar a reeleição em primeiro turno na reta final – o caso dos *aloprados* e a ausência do presidente no debate da Globo provocaram o segundo turno. Foi o que os analistas chamaram na época "voto bronca", eleitores que voltaram para Lula no segundo turno, mas só depois de punir o candidato por seus erros na campanha. Desde o início da propaganda no rádio e na TV, as curvas de Lula e Dilma nas pesquisas eram semelhantes. A soma das intenções de Serra e Marina também se parecia com a soma de Alckmin, Heloisa Helena e Cristovam em agosto e setembro de 2006. O primeiro a chamar atenção para a coincidência foi o dirigente petista Marcus Flora, ex-secretário-executivo da Secom, que também fazia análises para a campanha. Além disso, Flora alertou, as pesquisas qualitativas ainda mostravam muitas dúvidas a respeito de Dilma – não em relação ao apoio de Lula, mas sobre a personalidade da candidata.

Dilma estava na suíte do Hotel JW Marriott, no Rio, preparando-se para o penúltimo debate, na TV Record, que seria realizado na noite daquele domingo, 26 de setembro. Antes de entrar na tensão pré-debate, a TPD, ela pediu uma conferência por *webcam* com Marcos Coimbra e Chico Meira. Queria checar as chances de crescimento de Marina, que estava despontando no Rio, em Belo Horizonte, em Salvador e em Pernambuco. Os coordenadores estavam apreensivos, porque a candidata do PV crescia com o voto dos evangélicos, sem

dúvida, mas poderia estar recebendo também o "voto bronca", provocado pelas denúncias. Coimbra foi taxativo: "O crescimento da candidata Marina ocorreu em algumas cidades e regiões determinadas destas cidades. Não existe uma onda verde capaz de provocar o segundo turno."

As pesquisas do Vox Populi indicavam que Dilma teria de perder oito milhões de eleitores em uma semana para não vencer as eleições. Havia gordura para queimar.

No dia seguinte Dilma estava em Ouro Preto, gravando cenas para o último programa de TV, e aproveitou para comprar uma bengala (tinha substituído a bota ortopédica longa por uma menor, até o tornozelo). À noite, ela foi para o comício de encerramento da campanha, no Sambódromo de São Paulo. Chovia e o público era menor do que o esperado. Dilma pediu "serenidade" aos militantes:

– Com muito amor pelo Brasil, nós vamos derrotar o medo e o ódio.

Foi no Sambódromo que Dilma recebeu os números da pesquisa Datafolha: ela tinha caído três pontos, e Marina, crescido um ponto. A diferença a seu favor, contados apenas os votos válidos, era de apenas dois pontos: 51% contra 49% da soma dos demais. O fantasma de 2006 começava a tomar forma.

Numa operação de emergência, a campanha decidiu investir no eleitorado religioso. Convocados às pressas, 26 pastores e bispos de várias igrejas e regiões do país se reuniram com a candidata no final da manhã de quarta-feira, em Brasília. As imagens do encontro iriam ao ar no programa de quinta-feira, o último do primeiro turno. João Santana recorreu novamente a Lula para defender a candidata dos ataques e da onda de boatos na internet e nos templos. De terno preto e semblante sério, mais uma vez o presidente aparecia num filme de 30 segundos, exibido nas inserções comerciais de quarta-feira. Ele dizia:

"Estamos a poucos dias das eleições e estou vendo acontecer com a Dilma o que aconteceu comigo no passado, quando pessoas saíram do submundo da política mentindo a meu respeito, dizendo que eu ia fechar igrejas, mudar a cor das igrejas. Ganhei as eleições, e o que aconteceu? Mais liberdade religiosa, mais respeito à vida, mais comida na mesa, melhor salário. Isso foi o que eu fiz pelo Brasil e é isso que a Dilma vai continuar fazendo. Por isso, vote Dilma."

No Datafolha de quinta-feira, Dilma recuperava um ponto – "Dilma interrompe queda", era a manchete dos jornais. Não havia muito mais que fazer, faltando três dias para a eleição. Dilma estava no Rio desde a véspera, preparando-se para o último debate, na TV Globo. Havia mais animação na plateia – dividida entre convidados de cada campanha – do que entre os candidatos. Serra não utilizou sua última chance de atacar Dilma diretamente,

mas seus assessores passavam aos jornalistas uma pesquisa interna dando o segundo turno como certo (Dilma com 45%, Serra com 30% e Marina com 15%, eles diziam). Dilma parecia um pouco inchada na TV (ela ganhou alguns quilos depois do acidente no pé, por falta de exercícios). No segundo bloco, percebendo a candidata um tanto sonolenta, Santana, Palocci e Dutra se lembraram: naquela tarde, pela primeira vez, não houve TPD. Trataram de provocá-la no intervalo. Ela achou graça, mas não alterou muito o ritmo. Quem melhor apareceu para o público, naquela noite, foi Marina, que respondeu com firmeza a ataques de Serra e de Plínio Sampaio.

Na bancada do PSOL, havia uma torcida declarada por um bom desempenho de Dilma. Era o turno do deputado Chico Alencar. Mesmo criticando duramente o PT, sua ala do partido percebia a eventual eleição de Serra como um retrocesso, "o retorno da direita" ao comando do país. Terminado o debate, Chico Alencar foi provocar José Eduardo Dutra: "Por favor, ganhem essa eleição no domingo, senão nós vamos ser obrigados a fazer campanha para a Dilma no segundo turno, e eu estou precisando descansar."

Serra tinha repetido no debate as promessas das últimas semanas: criar o 13º salário no Bolsa Família, reajustar em 10% as aposentadorias e elevar o salário mínimo para R$ 600,00 (a proposta do governo no Congresso subia o salário para R$ 538,00). A terceira promessa era ilustrada na TV com maços de notas de R$ 600,00, e motivou uma das raras estocadas do programa de Dilma no horário eleitoral – um filmete em que o locutor dizia: "Tem promessa que é falsa como uma nota de R$ 600,00."

O helicóptero que levava Dilma e convidados dos estúdios da Globo para o hotel em Copacabana deu meia-volta minutos depois de decolar e pousou no aeroporto de Jacarepaguá. O piloto percebeu ventos muito fortes vindos do mar e não se arriscou a prosseguir. Parecia ter sido o último susto da campanha, depois de 144 embarques e desembarques, 20 comícios, 18 caminhadas e duas carreatas em 33 cidades de 14 estados, mais de 150 horas de gravação para os programas eleitorais, 25 entrevistas para emissoras de rádio e TV, cinco debates e 68 entrevistas coletivas em 85 dias.

Dilma deixou o Rio e seguiu para o batizado do neto, Gabriel, em Porto Alegre. A imagem da candidata com o neto no colo, ao lado da filha e do padre, estava nos noticiários da noite de sexta e nos jornais de sábado. Santana calculava que também seria um bom antídoto contra a campanha fundamentalista. O último compromisso antes da votação foi uma caminhada silenciosa ao lado de Lula, no sábado, no centro de São Bernardo – onde tudo começou para o

presidente e para o PT. À noite, novamente em Porto Alegre, Dilma voltou a falar com Lula por telefone. Trocaram impressões sobre as últimas pesquisas. Dilma contou para Carlos Araújo: "Ele acha que vamos mesmo para o segundo turno." Anoitecia, mas do galpão da velha casa onde eles estavam ainda era possível avistar a silhueta da ilha do Presídio lá no meio do Guaíba.

Dilma votou pela manhã, ao lado de Tarso Genro, na Escola Estadual Santos Dumont, não muito longe dali. Vestia vermelho quando escolheu, pela primeira vez na vida, o próprio nome diante da urna. Aos jornalistas, disse: "Agradeço a Deus por ter me dado força, porque tive uma trajetória de superação de obstáculos." Ante a pergunta inevitável sobre o segundo turno (as pesquisas não permitiam prever o resultado), respondeu: "Quem combate o bom combate sai mais forte do que entrou, seja no primeiro ou no segundo turno. Já é uma vitória ter chegado aqui."

Dilma e Lula tinham combinado acompanhar juntos a apuração. Ela voou para Brasília depois do almoço. Os três coordenadores, Gilberto Carvalho e Franklin Martins já estavam com Lula no Palácio da Alvorada quando ela chegou, no fim da tarde. João Santana era o único que parecia confiante na vitória. Com base em projeções, dizia que a candidata venceria com quatro ou cinco pontos de vantagem sobre a soma dos candidatos. Manteve a aposta mesmo depois que um diretor da TV Globo ligou para o celular de Antonio Palocci, informando o resultado parcial da pesquisa de boca de urna do Ibope: 51% para Dilma, mas com possibilidade de mudança. Mudou para um rigoroso empate quando o resultado final da pesquisa foi divulgado, depois das 18h.

José Eduardo Dutra fazia projeções sobre os resultados oficiais do TSE. Faltava pouco para as 20h quando ele concluiu que a vantagem de Dilma nos estados do Nordeste (menor do que a esperada) não era matematicamente suficiente para cobrir a vantagem dos adversários em estados do Sul e do Sudeste. Dilma não passava dos 47%, Serra estava chegando a 32% dos votos, o patamar que mantinha desde o início oficial da campanha, mas Marina estava muito próxima dos 20%, uma arrancada de cinco pontos sobre as últimas pesquisas. O fantasma de 2006 estava na sala. Foi Dutra quem fez o marqueteiro descer das nuvens:

– Não adianta mais torcer, João. É matemático: vai ter segundo turno.

Lula era o mais abatido no Alvorada, mas lembrou a própria experiência e deu um conselho a Dilma: "Você tem um assessor aí com você? Peça pra começar a telefonar agora mesmo para o nosso pessoal que venceu nos estados e os que vão disputar o segundo turno."

Dilma começou a convocá-los para uma reunião em Brasília no dia seguinte. Seria uma demonstração de força logo na arrancada, ela e Lula calculavam. Enquanto ela se concentrava nos telefonemas, Giles Azevedo, Clara Ant, Rui Falcão e Helena Chagas aguardavam num hotel às margens do lago Paranoá, onde a imprensa também esperava por uma declaração da candidata. Helena recebeu instruções do Alvorada para desmobilizar a imprensa. Dilma deu a contraordem em seguida, mas quando estava saindo a primeira-dama Marisa Letícia reparou na roupa escura que a candidata vestia e sugeriu: "Você não deve aparecer hoje na TV vestida assim, vamos trocar essa roupa."

Dilma só foi para o hotel quando a secretária Cleo Dorneles chegou ao Alvorada levando um terninho branco, que ela foi buscar na casa da candidata. No auditório do hotel, os coordenadores, o vice Michel Temer e alguns políticos aliados ficaram perfilados enquanto Dilma fazia sua declaração. O cenário escuro, sem faixas nem enfeites, emoldurava o desânimo e a sensação de derrota. Dilma, com seu terninho claro, segurou a cena sozinha. Agradeceu os votos recebidos, cumprimentou os demais candidatos, ressaltando o desempenho de Marina, e disse que ia para o segundo turno com "muita garra e muita energia". Antes de sair do Palácio da Alvorada, numa pequena roda onde Lula não estava, ela assumiu a responsabilidade pelo resultado do domingo:

– Como é que eu não ganhei tendo o apoio de um presidente como esse, que fez um governo como esse? Eu devo ter sido mesmo uma péssima candidata.

capítulo 21

Frente a frente

Visto em retrospecto, o resultado do primeiro turno das eleições de 2010 parece simples de entender: uma parcela dos eleitores de Dilma decidiu votar em Marina Silva, demonstrando sua insatisfação com temas que não foram bem respondidos pela campanha: o caso Erenice e a quebra de sigilo dos tucanos, destacados todos os dias pelos meios de comunicação, com o reforço das correntes da internet. Algo semelhante ao "voto bronca" que levou Lula ao segundo turno em 2006, com uma diferença importante: Dilma era uma personalidade política que o país ainda estava conhecendo, ao contrário do Lula velho de guerra, com suas qualidades e seus defeitos.

Outra diferença é que o beneficiário desse tipo de voto, no primeiro turno de 2006, foi o adversário direto do PT, o tucano Geraldo Alckmin (e não a irascível Heloisa Helena). Agora, o "voto bronca" tinha sido canalizado para Marina Silva, uma candidata diferente e notável, pela história política e pessoal. Marina também cresceu com o voto evangélico, por identificação dos fiéis ou como resultado da campanha fundamentalista. Estes eleitores se somaram à base natural de Marina, formada por militantes da causa ambiental, mas principalmente por eleitores jovens e pelo setor da classe média divorciado do PT desde o *mensalão*. Serra recebeu pequena parte desses votos, mas pouco avançou em relação ao núcleo duro da oposição ao PT, cerca de um terço do eleitorado. Manter os próprios eleitores e disputar os 20 milhões que votaram em Marina era, portanto, a tarefa dos candidatos no segundo turno.

Difícil é fazer esse tipo de cálculo frio na emoção de uma campanha presidencial que bateu na trave e não venceu. Ao assumir a responsabilidade pelo resultado naquela roda de conversa no Palácio da Alvorada, Dilma pôs um freio interno no mecanismo que normalmente se desata nestas situações – a caça aos culpados. A lista era grande: o excesso de confiança nas pesquisas; a distância olímpica entre o programa de TV e as denúncias dos jornais e os ataques dos adversários: o isolamento da coordenação da campanha em relação aos partidos aliados (inclusive o PT); os erros na relação com os religiosos e até a agenda da candidata, que no final se confundiu com a agenda da despedida de Lula (alguém

poderia explicar o que Dilma foi fazer com Lula em Foz do Iguaçu, na distante fronteira com a Argentina, depois de já ter ido três vezes ao Paraná e nenhuma à região Norte?).

É sempre mais fácil apontar os erros do que definir a nova estratégia. No dia seguinte às eleições, Dilma abriu a reunião com os aliados (eram mais de cem, entre eleitos, reeleitos e candidatos de segundo turno) perguntando o que acontecera, afinal. "Eu gostaria que cada um de vocês relatasse a experiência em seu estado, para a gente entender melhor o que devemos corrigir neste segundo turno", ela disse – e não era apenas humildade retórica.

O comando da campanha ficou mesmo perdido na primeira semana do segundo turno. Dilma fez o único movimento lúcido naquele momento: telefonou para Marina, cumprimentou-a pelo resultado e disse que queria conversar sobre o segundo turno. Marina saiu da eleição muito maior que o PV – comprometido desde a véspera a apoiar Serra, pela palavra de seu presidente. Um gesto dela na primeira semana ainda poderia mobilizar milhões de eleitores. O telefonema para a ex-colega de governo Lula não rendeu uma declaração de apoio, mas paralisou a aproximação entre verdes e tucanos: Marina pediu a seu partido um tempo para avaliar a nova situação. Era o tempo de que Dilma precisava para recompor sua própria campanha.

Serra festejou a ida ao segundo turno como uma "vitória do povo brasileiro". Na madrugada de segunda-feira, ele fez um discurso de dez minutos que incendiou a militância no comitê de Geraldo Alckmin. Pontuou seu discurso com a defesa "dos valores", "da liberdade de imprensa", "da dignidade das instituições". Disse que tinha "uma cara só". Serra não mencionou aliados ou adversários (nem mesmo Marina) e convocou "os partidos e os brasileiros e brasileiras de bem" a seguir com ele, "com a família e com Deus". Serra tinha uma estratégia para o segundo turno: radicalizar a disputa simbólica, ideológica, religiosa; fazer da eleição uma luta entre o bem o mal. Seu novo jingle, "*Serra é do bem",* ia grudar feito chiclete no ouvido nas semanas seguintes.

De todos os motivos que contribuíram para o resultado, a questão do aborto e sua ligação com o voto religioso eram os mais desconcertantes para o PT. O secretário André Vargas e a senadora eleita Gleisi Hoffmann disseram aos jornais que o partido deveria tirar o assunto de seu programa (o que não aconteceu, mas provocou protestos de feministas). No mesmo dia, a CNBB lançou uma campanha nacional contra o aborto ("em defesa da vida") e o pastor Silas Malafaia, engajado na campanha de Serra, espalhou outdoors "em defesa da família" no Rio de Janeiro.

A campanha de Dilma deixou-se contaminar pelo clima de "guerra santa", algo sem precedentes numa eleição brasileira. Ela se encontrou com religiosos na capela do Mercado Central de Belo Horizonte, visitou um abrigo em Brasília e uma maternidade em São Paulo, ambos mantidos por igrejas, marcou uma ida à missa na Catedral de Nossa Senhora Aparecida e mais um encontro com pastores para a semana seguinte, em Brasília. Dilma ouviu também um palpite do senador Magno Malta, o pagodeiro evangélico do PR, e encomendou a João Santana um programa de TV destacando o valor da família. O tempo de rádio e TV, agora, era igual para os dois candidatos: dez minutos à tarde e dez à noite, mais 15 comerciais de 30 segundos para cada um, todos os dias, até a antevéspera da eleição de domingo, 31 de outubro.

O programa de estreia foi ao ar na sexta-feira, 8 de outubro. Dilma começava agradecendo a Deus por ter chegado ao segundo turno. O locutor dizia que o Minha Casa, Minha Vida era um programa "para fortalecer a família brasileira". Dilma era apresentada em fotos com a filha, com o neto e até numa audiência com o papa Bento XVI, véu sobre a cabeça. Aquele tipo de apelo podia soar natural na propaganda de Serra (que apareceu em seu programa lendo a Bíblia e condenando o aborto), mas definitivamente não era Dilma, não era a candidata do PT e de Lula. Como de costume, a coordenação não tinha visto o programa com antecedência. Depois que ele foi exibido, Antonio Palocci fulminou: "Se é pra perder, vamos perder com o nosso discurso, não com esse discurso de direita."

A pesquisa Datafolha divulgada no primeiro domingo depois das eleições mostrava Dilma com 54% dos votos válidos e Serra com 46% – ele herdava, segundo a pesquisa, mais da metade dos eleitores de Marina; e Dilma, apenas um quinto. Dilma mantinha a vantagem de dois votos por um no Nordeste, mas perdia para o tucano nas demais regiões do país. Quase todos no comando da campanha tinham passado pelo menos uma noite sem dormir, ou tendo pesadelos com a derrota. Dutra chegou a calcular o passo seguinte: renunciar à presidência do PT, como fazem os dirigentes dos partidos europeus quando perdem uma eleição.

As pesquisas internas mostravam que a situação era ainda pior ao fim daquela semana perdida: a vantagem de Dilma estava abaixo de cinco pontos, em queda constante, de acordo com os *trackings* do Vox Populi. Quem levou as más notícias aos coordenadores foi Chico Meira, o sócio de Marcos Coimbra no Vox. Ele chegou depois do almoço ao hotel em São Paulo onde Dilma se preparava para o primeiro debate do segundo turno, na TV Bandeirantes. Queria falar com

a candidata, mas parou na antessala, onde estavam Dutra, Palocci, Cardozo e Santana. A situação era ainda pior, ele disse, porque os eleitores passaram a avaliar mal os atributos da candidata – ela tinha deixado de ser considerada a mais preparada, mais confiável, mais sincera. Ou seja: a tendência era continuar caindo. Chico Meira tinha lágrimas nos olhos quando concluiu: "Nós perdemos esta eleição."

Palocci e Santana tinham uma boa memória das eleições de 2006. Eles se lembravam de movimento semelhante na avaliação dos atributos de Lula logo depois do primeiro turno. Para os dois, não se tratava de uma tendência, mas de uma reação passageira dos eleitores diante de um candidato favorito que não consegue liquidar a fatura na primeira rodada. Palocci apontou a porta ao analista de pesquisas: "Volte pra casa imediatamente. Aconteceu a mesmíssima coisa com o Lula em 2006. Você não vai mostrar isso nem pra ela nem pra ninguém."

Dilma não viu os números, mas sabia perfeitamente que sua campanha precisava de um rumo claro, que a guerra santa só interessava ao adversário e que ela tinha de aproveitar o primeiro debate para marcar a retomada. Ela começou as mudanças pela agenda do dia: em vez de templos e hospitais, foi visitar a exposição da Bienal na manhã daquele domingo. De volta ao hotel, além de atualizar o *monstrão* de temas organizados por Clara Ant, ela examinou alguns relatórios de mídia sobre três assuntos que não haviam sido tocados nos debates anteriores.

O primeiro relatório era sobre a notícia da passagem de Mônica Serra por Nova Iguaçu (onde ela teria dito que Dilma "gosta de matar criancinhas"). O segundo, sobre uma entrevista do ex-deputado Luiz Paulo Vellozo Lucas, um dos coordenadores do grupo de economia de Serra. Dois dias depois do primeiro turno, Luiz Paulo disse ao jornal *Valor* que, se eleito, Serra iria alterar a Lei do Pré-Sal, para revogar o sistema de partilha, favorável à Petrobras, e voltar ao regime de concessões de blocos a petroleiras privadas. Era a mesma mudança que David Zylberstajn, ex-presidente da Agência Nacional de Petróleo no governo FHC, tinha defendido numa entrevista em março.

O terceiro relatório era sobre o recente escândalo no setor de transportes do governo paulista: Paulo Vieira de Souza, ex-diretor da empresa pública de rodovias (Dersa), era acusado de arrecadar doações eleitorais de empreiteiras do Rodoanel, maior obra do estado. Conhecido como Paulo Preto, ele foi chamado de "homem-bomba do PSDB" numa reportagem da revista *Veja*, em maio, e demitido logo depois. Em agosto, a revista *IstoÉ* publicou que dirigentes tucanos

acusavam Paulo Preto de ter sumido com quatro milhões de reais do caixa tucano. Embora fosse explosivo, o assunto estava fora da mídia desde então.

Por fim, Dilma examinou a decisão do juiz da 111ª Zona Eleitoral de Porto Alegre, que na sexta-feira tinha recebido denúncia do Ministério Público contra Serra pelos crimes de calúnia e difamação. Era a segunda denúncia aceita por um juiz contra Serra desde junho, quando o tucano acusou Dilma da quebra de sigilo de Eduardo Jorge. Neste caso, a ação tinha sido movida por Fernando Pimentel, que Serra acusou, junto com Dilma, numa entrevista a uma rádio de Porto Alegre. Serra agora era réu e teria de responder em juízo pelas denúncias.

Dutra e Palocci conversaram com Dilma pouco depois de ver os números do Vox Populi e perceberam que ela estava disposta a sair das cordas no primeiro debate frente a frente com Serra. Foi antes de a candidata entrar na TPD habitual.

Palocci começou:

– Hoje você tem que mostrar que quer mesmo ganhar essa eleição.

Dutra reforçou:

– O jogo está na sua mão.

Dilma entendeu:

– Podem deixar, hoje vai ser diferente.

A diferença começou logo na primeira pergunta de Dilma para Serra. Ela disse que estava sendo objeto de calúnias e mentiras na campanha, que o vice Índio da Costa criava grupos para atingi-la, e quis saber do adversário:

– Essa forma de fazer política, usando o submundo, é correta?

Serra respondeu que ele e sua família eram alvo de acusações falsas, mas Dilma estava "se vitimizando" ao tratar como calúnias as denúncias contra Erenice na imprensa. Em dois minutos ele engoliu em seco quatro vezes, um sinal de nervosismo. Mas bateu firme no final da resposta:

– Isso é coisa de quem tem duas caras.

Dilma rebateu:

– Olha, Serra, você tem de ter cuidado para não ter mil caras. A última mentira e calúnia contra mim ocorreu com você, no caso em que você dizia que minha campanha tinha quebrado sigilo. Por causa disso, você agora é réu pelo crime de calúnia e difamação. Te cuida, porque você está dando os primeiros passos para entrar na questão da ficha limpa (ela mencionava a nova lei que proibia a eleição de candidatos condenados na Justiça).

Dilma vestia um terninho rosa-claro, de grandes golas brancas em V, geométricas, mostrando um cordãozinho dourado em volta do pescoço; a

maquiagem puxava para o tom do terninho, o rosto emoldurado pelos cabelos penteados para cima. Serra vestia um terno azul, mais claro que os habituais, a camisa também muito clara e uma gravata de listras douradas sobre azul-marinho. A gravata chamava mais atenção que o rosto do candidato, um tanto difuso sob os reflexos de luz na calva pronunciada.

Dilma prosseguiu:

– Tem uma campanha contra mim. Você regulamentou o acesso ao aborto no SUS. Eu sou acusada de coisas que vou evitar mencionar, pela sua própria esposa, sendo que você regulamentou. Eu até concordo, porque não vou tratar a questão das mulheres que morrem, dia sim, dia não, por causa de aborto, como questão de polícia. Entre prender e atender eu fico com atender. Acho gravíssima, também, a fala da sua senhora, porque me acusa de uma coisa que é antiga. O Brasil está habituado a um processo de tolerância e não com a convivência em que se instila o ódio.

Na tréplica, Serra argumentou que tinha feito a "norma técnica", não exatamente a regulamentação do atendimento aos casos de aborto no SUS, mas não disse uma palavra sobre sua mulher. Era sua vez de perguntar e ele mudou de assunto: segurança. O nome de Erenice voltou a ser citado por Serra e Dilma encerrou o primeiro bloco com outra estocada:

– Eu fico indignada com a questão da Erenice, mas acho que você devia responder também sobre a questão do Paulo Vieira de Souza, que fugiu com quatro milhões de reais de dinheiro da sua campanha.

A acusação ficou no ar durante o intervalo. No estúdio, jornalistas e políticos estavam surpresos com Dilma. "Essa agressividade é suicida", comentou com espanto o governador tucano de São Paulo, Alberto Goldman. Os convidados da candidata estavam surpresos também, mas positivamente. Contrariando as regras do estúdio, eles tinham aplaudido a última intervenção de Dilma. Pelo Twitter, petistas e dilmistas reagiam com entusiasmo. Ainda não tinham visto tudo. No segundo bloco, Serra tentou levar o debate para a crise de financiamento das Santas Casas, mas acabou voltando ao aborto e disse que Dilma ia "ficar enrolando sobre esse tema porque mudou de posição". Dilma deu o aperto final no parafuso:

– A sua esposa, a dona Mônica Serra, eu vou dizer o que ela falou: "A Dilma é a favor de matar criancinhas." É tão absurda a acusação que revela a característica dessa campanha contra mim. E usa uma coisa que o Brasil não tem: esse país não tem ódio religioso, não tem ódio étnico e não tem ódio cultural.

Serra mais uma vez se calou sobre a acusação contra sua mulher, como havia

se calado sobre Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto. Faltava jogar o laço do pré-sal, um tema que Serra evitou ao longo de toda a campanha – no debate dos católicos, perguntado sobre o tema, ele disse, num ato falho, que "esse petróleo só vem lá pro fim do século, quer dizer, pro fim da década". Dilma preparou o terreno lembrando o papel de Serra como chefe das privatizações no governo FHC. Ela leu trechos de uma entrevista em que o ex-presidente apontava Serra como o maior defensor dos leilões da Vale e de Furnas.

– Quantas empresas você vendeu naquele período?

Serra reagiu com o repertório habitual de defesa da desestatização. Disse que o PT costuma se lembrar do assunto em época de eleição, mas não reconhece a expansão da telefonia e o melhor desempenho das empresas públicas privatizadas. "Isso é trololó de campanha", ele resumiu, recorrendo ao chavão que usava para desqualificar perguntas de jornalistas. Na réplica, Dilma lançou sobre o adversário a entrevista de David Zylberstajn ("Foi ele quem trouxe o assunto de volta"). Ela disse que tinha encontrado na Petrobras um plano estratégico, feito no governo FHC, que previa fatiar a empresa, privatizar a refinaria de Duque de Caxias e as fábricas de fertilizantes da estatal. Dilma fechou o laço:

– O principal assessor energético do candidato, o David Zylberstajn, agora diz que é a favor da privatização do pré-sal, ou seja, passar para as empresas privadas internacionais. Isso me deixa uma dúvida: se eles são a favor da privatização do pré-sal ou também da Petrobras.

Nos blocos seguintes, Serra acusou o PT de mentir por dizer que ele iria vender a Petrobras, a Caixa e o Banco do Brasil, mas não deu uma palavra sobre a revogação do sistema de partilha no pré-sal (num despacho da embaixada americana em Brasília, revelado meses depois pela organização Wikileaks, uma executiva da petroleira americana Chevron dizia que o tucano pretendia revogar o sistema de partilha, se fosse eleito).

No balanço do debate, de acordo com as pesquisas qualitativas (feitas por duas empresas em 12 grupos em todas regiões do país), Serra tinha fugido das questões apontadas por Dilma, que eram absolutamente novas para a grande maioria dos brasileiros. O saldo mais constrangedor para o tucano estava no Twitter – a mensagem mais difundida naquela noite foi: "Serra não defendeu a própria esposa."

A audiência do debate teve pico de seis pontos (360 mil domicílios na Grande São Paulo), mas a repercussão na internet e o efeito entre petistas e eleitores de Dilma foram enormes. A candidata marcou pelo menos três pontos com sua

atuação: denunciou a hipocrisia da campanha religiosa e a participação da mulher do adversário nessa investida; pautou a imprensa pela primeira vez para cobrir um escândalo no campo do adversário, o caso Paulo Preto; e trouxe de volta o debate sobre as privatizações. Esse debate, decisivo no segundo turno de 2006, voltava de uma forma diferente: em vez de discutir o passado, ela acusou Serra de planejar a entrega do pré-sal a petroleiras estrangeiras.

Acima de tudo, Dilma mostrou capacidade de reação e de liderança, percebida em todos os grupos de qualitativas naquela noite. "Foi a primeira vez que ela bateu em alguém e não sobrou pra mim", brincou Anderson Dorneles na volta para o hotel, onde uma garrafa de vinho foi aberta para comemorar o desempenho.

Na manhã seguinte Dilma estava no Santuário de Nossa Senhora em Aparecida do Norte. A presença da candidata foi anunciada durante a missa e ela foi aplaudida por uma parte dos fiéis. Dilma não comungou. Serra visitou a basílica na terça-feira, 12, o dia da padroeira, e para ele a recepção foi especial. Depois do sermão, o celebrante da missa, dom Serafim Fernandes de Araújo, arcebispo emérito de Belo Horizonte, chamou Mônica Serra ao altar e entregou a ela uma réplica da imagem da padroeira do Brasil.

Mônica nasceu no Chile, onde Serra a conheceu, e se casaram quando ele estava exilado. Ela ia levar a imagem da santa para ser adorada pelos 33 mineiros que tinham sido resgatados na véspera do fundo de uma mina de carvão no sul do seu país, onde ficaram presos por 69 dias. O resgate dos mineiros chilenos era o único tema que disputava as manchetes com as eleições no Brasil.

Na propaganda de TV, João Santana saiu da agenda defensiva e procurou acompanhar a linha ditada por Dilma no debate. A fala de abertura passou a ser: "Começa agora o programa da candidata que não vai deixar privatizar a Petrobras nem o pré-sal." Na pressa, os redatores atribuíram a Serra a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (que ocorreu no governo Itamar) e de 31 estatais de São Paulo (foram nove, sem contar as concessões). Pelos erros, o programa teve de pagar quatro minutos de direito de resposta aos tucanos nas semanas seguintes, mas não era isso que preocupava Dilma àquela altura. Era a ausência de Lula em sua propaganda, por conta do "desmame", o momento de reforçar a imagem da candidata, de acordo com a estratégia traçada por Santana para o primeiro turno. O marqueteiro avaliou também que houve uma superexposição da imagem de Lula nas campanhas estaduais, na reta final do primeiro turno.

Na noite de 14 de outubro, Dilma e Lula estavam num comício em

Ananindeua, na região metropolitana de Belém – enfim, um comício no Norte do país. Foi ela quem abordou, com uma ponta de preocupação, o tema do "desmame". Lula disse que ignorava aquele planejamento, não estava acompanhando os programas e sequer sabia que não estava aparecendo. Só então ele entendeu o telefonema que tinha recebido, mais cedo, de Sérgio Cabral. O governador do Rio contou ao presidente o que ouvira de um analista de pesquisas: ou Lula voltava ao programa da TV ou Dilma perderia a eleição. Sem descer do palanque, o presidente telefonou para José Eduardo Dutra e disse que queria uma reunião com os três porquinhos e João Santana na manhã seguinte em Brasília.

– Que negócio é esse de desmamar? – Lula foi logo cobrando, mas não parecia muito disposto a ouvir explicações, pela forma como narrou a reunião alguns meses depois da eleição, numa conversa em São Paulo. – Desmamar de quem? Vocês acham que eu ainda preciso aparecer na televisão para ficar conhecido? Um presidente da República com 90% de aprovação precisa disso? Quem é que tem votos aqui, eu ou vocês? Quantos milhões de votos você tem, seu João? E você, seu Palocci? E você? E você?

Lula voltou a aparecer no programa, e também as comparações entre seu governo e o de FHC. "No Brasil de Serra e FHC não haveria o Bolsa Família, o Minha Casa, Minha Vida, o Luz para Todos. O Brasil não quer voltar ao passado", dizia o locutor. Serra manteve o apelo ao voto moralista e religioso na segunda semana de campanha. Milhões de santinhos com a frase "Jesus é a verdade e a Justiça", com a assinatura do candidato tucano e sua foto, foram distribuídos nas portas de templos e igrejas. Ele erguia e beijava imagens de Nossa Senhora em comícios e caminhadas, imagens reproduzidas nos programas de TV, onde voltou a aparecer lendo a Bíblia.

As pesquisas da segunda semana mostraram que, mesmo com os erros, a linha adotada por Dilma era mais eficaz que a dos adversários. Ela voltou a marcar oito pontos de vantagem sobre Serra (54% dos válidos) no Datafolha de 16 de outubro, e abria a distância nas pesquisas do Vox a 15 dias da eleição. A linha da disputa política estava sendo mais eficaz do que o apelo à questão moral e religiosa.

O professor Antônio Flávio Pierucci, da USP, é a maior referência no Brasil em Sociologia da Religião. Ele escreveu um artigo sobre a campanha de 2010 e chegou a uma conclusão surpreendente: o tipo de apelo usado na campanha tucana teve alguma eficácia no primeiro turno, mas na reta final voltou-se contra o próprio Serra, fazendo-o perder votos de eleitores conservadores. No artigo,

publicado em março de 2011, Pierucci identificou na eleição brasileira um fenômeno descrito por estudiosos americanos acostumados a lidar com a mistura de fundamentalismo e política em seu país: o *efeito fariseu*.

O nome do fenômeno é uma alusão à parábola do Evangelho de São Lucas, em que um fariseu (religioso ortodoxo) e um publicano (coletor de impostos) vão ao templo e o primeiro proclama bem alto: "Ó Deus, eu te dou graças porque não sou como os demais homens, ladrões, injustos, adúlteros, e nem ainda como esse publicano; jejuo duas vezes por semana, dou o dízimo de tudo quanto ganho." O publicano mantém os olhos baixos e apenas bate no peito dizendo: "Meu Deus, tende piedade de mim, pecador!" O evangelista conclui que apenas o publicano foi abençoado, pois "todo o que se exalta será humilhado, e quem se humilha será exaltado". Em outra passagem, Jesus chama os fariseus de hipócritas, palavras que se tornaram sinônimas. No caso descrito pelos americanos, o *efeito fariseu* levou eleitores conservadores a rejeitar um candidato que se apresentava como "o juiz dos Dez Mandamentos".

Em seu artigo, intitulado "Eleição 2010: Desmoralização eleitoral do moralismo religioso", Antônio Flávio Pierucci escreveu:

> *A religiosidade pessoal de José Serra, até então apresentada na campanha como mais vigorosa e mais verdadeira que os baixos teores de convicção e prática religiosa da ex-guerrilheira Dilma, por causa da obviedade de alguns exageros deu para ser captada como postiça. Puro fingimento, para não dizer hipocrisia, essa desvirtude própria do fariseu da parábola.*

A campanha de Serra sofreu um forte abalo com uma notícia publicada pela jornalista Mônica Bergamo na *Folha* de 16 de outubro, um sábado. A jornalista entrevistou duas ex-alunas da professora Mônica Serra na cadeira de Psicologia do curso de Dança da Unicamp. A bailarina Sheila Canevacci Ribeiro, de 37 anos, dizia que, em 1992, Mônica narrou às alunas ter feito um aborto quando morava com Serra no Chile, uma "experiência traumática", segundo a aluna. A história de Sheila circulava na internet desde o início da semana. Outra aluna, que não quis se identificar, confirmou o relato da colega. Nem Mônica Serra nem o PSDB comentaram a notícia da *Folha*.

Na manhã de domingo, 17 de outubro, a Polícia Federal apreendeu numa gráfica de São Paulo mais de um milhão de panfletos pregando o voto contra Dilma. O autor da encomenda, Kelmor Luis de Souza, contou à polícia que a tiragem total seria de 20 milhões de panfletos, a serem pagos com doações de membros da Diocese de Guarulhos (em nota, a Diocese negou seu

envolvimento). A equipe de internet de Dilma criou uma página exclusivamente para responder ataques e desfazer boatos: "Seja dita a verdade".

Houve ainda a reação de setores da classe média e da intelectualidade, identificados com Lula e Dilma, que tinham passado ao largo da campanha no primeiro turno. Manifestos e correntes começaram a circular na internet, criticando o "obscurantismo" e o "retrocesso político" da campanha adversária. A denúncia mais contundente estava numa entrevista da filósofa Marilena Chauí, no site oficial Dilma13. Em dez minutos ela acusava Serra de ser "uma ameaça à democracia, à república, aos direitos sociais e à liberdade de expressão". Em uma semana o vídeo teve mais de 200 mil acessos no YouTube.

Os fios dessa corrente se conectaram num ato com centenas de artistas e intelectuais na noite de segunda-feira, 18 de outubro, o início da terceira semana do segundo turno. O cenário foi o Teatro Casa Grande, no Rio, local de históricos debates na resistência à ditadura e na luta pela redemocratização do país. O arquiteto Oscar Niemeyer, então com 101 anos, subiu ao palco numa cadeira de rodas. Dilma já estava lá em cima quando chegou o compositor Chico Buarque.

"Vim reiterar meu apoio a essa mulher de fibra, que já passou por tudo e não tem medo de nada", ele falou de improviso. "Vai herdar um governo que não corteja os poderosos de sempre. O Brasil é um país que é ouvido em toda parte porque fala de igual para igual com todos. Não fala fino com Washington, nem fala grosso com a Bolívia e o Paraguai."

A cantora Beth Carvalho, brizolista histórica, adaptou para a candidata a letra do samba de Zeca Pagodinho, amigo de Lula: *"Deixa a Dilma me levar/Dilma leva eu"*. Os mais famosos gravaram depoimentos para o site e para o programa de televisão. Havia clássicos (o teólogo Leonardo Boff: "Dilma vai garantir a continuidade do processo de inclusão social"), informais (o cantor Alceu Valença: "Retrocesso, *jamais"*, pronunciando o advérbio como em francês) e virulentos, como o escritor Fernando Morais ("Voto na Dilma porque conheço José Serra há mais de 30 anos e sei o mal que esse sujeito pode fazer ao país"). O maestro Wagner Tiso entrou no estúdio, no dia seguinte, e gravou uma versão Dilma para o jingle mais famoso de Lula, feito pelo compositor Hilton Acioli na campanha de 1989. "*Dilma-lá, brilha uma estrela"* teve mais de 250 mil acessos no YouTube.

Serra ainda iria reagir ao ato do Teatro Casa Grande com um manifesto de artistas e intelectuais a seu favor, mas naquela segunda-feira ele estava em São Paulo ao lado de Fernando Henrique – a primeira vez que o ex-presidente apareceu ao lado do tucano, a duas semanas da eleição. Eles estavam juntos no

ato em que o PV de São Paulo anunciou seu apoio a Serra (o partido tinha declarado neutralidade na véspera, como queria Marina Silva, mas o PV paulista participava do governo do PSDB). Naquela altura, o candidato já estava prometendo dobrar o investimento anual no Bolsa Família, de 12,5 bilhões de reais. Somada ao mínimo de 600 reais, ao aumento das aposentadorias e ao 13º salário do Bolsa Família, a nova promessa elevava a mais de 40 bilhões de reais o custo fiscal hipotético do primeiro ano de um governo Serra, o equivalente a toda a arrecadação da extinta CPMF.

No Ibope da quarta-feira, 20 de outubro, a vantagem de Dilma sobre o adversário cresceu para 12 pontos (56% dos votos), mas a notícia mais importante do dia foi outra: "Serra é agredido por militantes do PT", diziam as agências e a internet no meio da tarde. O tucano estava em Campo Grande, Zona Oeste do Rio, numa caminhada com aliados pelo calçadão do bairro.

A comitiva tucana foi recebida por um grupo de agentes de controle de endemias, os mata-mosquitos, que tratavam Serra como inimigo desde que ele tinha mandado demitir os que não tinham feito concurso público, quando ministro. Os sindicalistas José Ribamar de Lima e Sandro Cezar, ambos petistas, portavam cartazes contra o ex-ministro. À passagem de Serra, chamaram-no de ladrão e pior ministro da Saúde da História. Discutiram com seguranças do candidato, que lhes tomaram os cartazes. Um grupo de petistas se reuniu em torno deles. Serra estava na entrada de uma loja, conversando com eleitores.

Quando retomou a caminhada pelo calçadão, petistas e tucanos trocavam empurrões e insultos entre si, numa confusão que já envolvia dezenas de pessoas, segundo relatos dos repórteres. Serra caminhou cerca de dez minutos em meio ao tumulto. Chegou a reagir a alguns insultos. Quando estava chegando ao seu carro (uma van de campanha), o candidato levou as mãos à cabeça. "Fiquei meio grogue na hora, mas aguentei o tranco", ele diria mais tarde, ao relatar que tinha sido atingido no alto da testa por um rolo de fita adesiva arremessado contra ele.

Serra foi levado a uma clínica em Botafogo. Em nota, o PSDB afirmou que ele tinha sido atingido por "um objeto pesado" e submetido a uma tomografia. O médico que o atendeu, Jacob Kligerman, presidente do Instituto do Câncer quando Serra era ministro, disse que o impacto do objeto "foi superficial, não causou nenhum ferimento local, mas ocasionou tonteira e náuseas". Ele recomendou repouso ao candidato. Serra acusou o PT de "usar métodos fascistas" e chamou os militantes do partido de "tropas nazistas".

Dilma recebeu a notícia em Guarulhos, onde fazia uma caminhada. Ela disse

que repudiava qualquer ato de violência e fez um apelo à militância do PT para não reagir a provocações e se pautar "pela fraternidade". José Eduardo Dutra cobrou do PT do Rio uma investigação para "esclarecer e, se for verdadeiro, punir" qualquer militante que tivesse agredido os adversários. O comando da campanha estava apreensivo e tentava uma vacina contra a velha acusação de que o PT usa violência na política.

Uma fotografia do tucano com as mãos na cabeça e as acusações de truculência, dirigidas aos militantes do PT, estavam nos telejornais da noite, mas o jornal do SBT tratou o assunto de um ângulo diferente de todos. A matéria do SBT mostrava o momento em que Serra foi atingido por um objeto branco, parecendo uma bolinha de papel, no lado direito da cabeça, quando estava de braços erguidos no meio da multidão. O objeto quica na cabeça do candidato, que mantém os braços erguidos e apenas olha para o chão. "Ele continua a caminhada, houve mais tumulto", narra o repórter Marco Alvarenga. "O candidato entra na van e ameaça ir embora, mas, cerca de 20 minutos depois de ser atingido, retoma a caminhada". A edição de imagens acompanha a narração: "Mais à frente, José Serra recebe um telefonema e logo em seguida leva a mão à cabeça, que não tem um ferimento aparente." A reportagem, como foi editada, fazia parecer que tudo não passava do roteiro de uma farsa.

Nem Dilma nem os coordenadores da campanha tiveram tempo de ver a matéria do SBT naquela noite, mas o ministro Franklin Martins fez uma cópia em DVD para Lula, que assistiu a ela na manhã de quinta, 21, a bordo do avião presidencial a caminho do porto de Rio Grande, no Sul do país. Lula comprou a matéria pelo seu valor de face, mas a coordenação da campanha já estava discutindo a divulgação de uma nota com um pedido formal de desculpas pelo incidente. Assim que obteve sinal de celular, com o avião pousando, Lula telefonou para João Santana e deu uma ordem:

– Tem que botar a reportagem do SBT no nosso programa, tem de botar hoje – ele disse. – Nós não vamos pedir desculpas por um erro que não cometemos.

O presidente comparou o episódio à farsa encenada pelo goleiro da seleção chilena Roberto Rojas, num jogo contra o Brasil no Maracanã, pela Copa América, em 1989. Um rojão lançado das arquibancadas explodiu próximo ao gol em que ele estava, e o goleiro se cortou com um estilete, para simular que tinha sido ferido pela explosão. Rojas foi banido do futebol depois que a farsa foi desmascarada. Lula prosseguiu:

– Tem de botar o Rojas no programa também, João. O Serra fez a mesma coisa que o Rojas naquele jogo do Maracanã.

Depois do telefonema, Lula se dirigiu aos repórteres no aeroporto, para falar de Rojas e dizer que Serra "devia pedir desculpas ao país". "Queriam até que eu telefonasse para o Serra, me solidarizando, mas o que ele fez foi uma coisa vergonhosa, uma mentira descarada, uma farsa", afirmou o presidente. Lula chamou a atenção para a imagem de Serra falando ao celular antes de levar as mãos à cabeça e acusou: "Devia ser o diretor de produção dele, que orientou que ele devia produzir um factoide."

Tirando a menção ao goleiro chileno, o programa de Dilma naquela noite seguiu a determinação de Lula. O repórter Marco Alvarenga protestou, em nota, contra a utilização de sua matéria no programa eleitoral do PT. Antes da propaganda dos candidatos, o *Jornal Nacional* exibiu outras imagens do episódio, gravadas por um jornalista com seu telefone celular. Com base nessas imagens, o perito legista Ricardo Molina, da Unicamp, afirmou que Serra tinha sido atingido, sim, por um objeto quando levou as mãos à cabeça, e não apenas pela bolinha de papel mostrada na reportagem do SBT. Foram "eventos distintos", ele disse.

Molina descreveu o objeto que atingiu Serra como algo semelhante a uma bobina de fita adesiva de dez centímetros de diâmetro, que ele tinha nas mãos em sua entrevista. Pela internet, no blog do jornalista Luís Nassif, o professor de Jornalismo Gráfico José Antônio Meira Rocha, da Universidade de Santa Maria, contestou a perícia. Onde Molina viu uma fita adesiva, Meira Rocha via a cabeça de um dos acompanhantes de Serra.

Naquela tarde, dois balões de água atirados do alto de edifícios estouraram sobre a caminhonete em que Dilma fazia uma carreata em Curitiba. Em seu programa de TV, Serra disse que foi vítima de uma "agressão inaceitável". Cenas de confronto entre petistas e o governador Mario Covas foram tiradas do arquivo, para reforçar as acusações de fascismo, truculência e autoritarismo contra o PT.

O programa de Dilma repetiu a reportagem do SBT no dia seguinte, apesar dos protestos do repórter. Serra perdia nas pesquisas (Dilma tinha crescido cinco pontos entre os eleitores mais jovens, dizia o Ibope) e na batalha das versões. Nos grupos de qualitativas de João Santana, a percepção mais comum era de que o tucano tinha se comportado como "um fingidor", algo semelhante ao *efeito fariseu* do professor Pierucci. Eleitores tucanos que participavam das "qualis" diziam ter "vergonha" do candidato. Na semana final da eleição, um dos vídeos mais assistidos no YouTube foi um samba partido-alto improvisado pelo compositor Tantinho da Mangueira durante um pagode no Bar Atlântico, em

Copacabana. Dizia assim:

Deixa de ser enganador
Pois bolinha de papel
Não fere nem causa dor.

As curvas das pesquisas permaneceram no placar de 56% para Dilma e 44% para Serra, antecipando com precisão o resultado final do segundo turno.

***

Na noite de quinta-feira, 28 de outubro, os noticiários da TV destacaram uma mensagem do papa Bento XVI aos bispos brasileiros. Ele defendia a ação dos chefes católicos nas eleições presidenciais: "Quando os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas o exigirem, os pastores têm o grave dever de emitir um juízo moral mesmo em matéria política", dizia o papa. "Portanto, caros irmãos do episcopado, ao defender a vida não devemos temer a oposição e a impopularidade."

Nunca antes na História do Vaticano um papa fez uma intervenção tão aberta numa eleição democrática realizada fora da Itália. O resultado nulo desse último apelo – e de toda a campanha de líderes evangélicos e católicos contra a candidata no segundo turno – levou Antônio Flávio Pierucci a concluir em seu artigo de março de 2011:

Foi muito desproporcional a diferença verificada entre o empenho mobilizador dos profissionais religiosos anti-Dilma e a plácida indiferença das maiorias religiosas a tantos apelos, incitações e aconselhamentos da parte de seus chefes religiosos. Houve recusa em ceder à pressão de uma conclamação eclesial que jogava contra os interesses individuais mais utilitários e diretamente materialistas da maioria dos brasileiros.

capítulo 22

Presidenta

Passava pouco das 19h30 de domingo, 31 de outubro de 2010, quando o telefone celular vibrou nas mãos de Anderson Dorneles. Chovia sobre a cidade desde o começo do dia, daquelas chuvas que encerram a longa estação da seca em Brasília. Anderson estava na sala da casa da candidata Dilma Rousseff, onde os coordenadores da campanha e políticos mais ligados a ela acompanhavam a apuração do segundo turno das eleições presidenciais. A um canto da mesa de jantar, Antonio Palocci, Fernando Pimentel e João Santana reuniam textos e ideias para o discurso da vitória, que as pesquisas previam, desta vez com boa margem de segurança.

Dilma votou pela manhã em Porto Alegre, chegou a Brasília no meio da tarde e repousava em seu quarto naquele momento. Anderson sabia que o telefonema traria a notícia aguardada por todos, mas não disse a ninguém quem estava do outro lado da linha e desapareceu pelo corredor. Haviam transcorrido 562 dias desde aquela manhã de outono em Belo Horizonte em que o secretário passou a Dilma a ligação do médico Roberto Kalil Filho confirmando o diagnóstico de câncer. Doutor Kalil agora estava na sala da casa, entre os convidados que festejavam o resultado iminente da eleição.

Dessa vez, quem tinha uma informação importante e urgente para transmitir à candidata era o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ricardo Lewandowski. Anderson bateu à porta do quarto e entregou a ela o aparelho celular. Dilma fechou-se outra vez lá dentro para receber a notícia e os cumprimentos do presidente do TSE: os dados da apuração eletrônica, com o resultado de 92,53% das urnas naquele momento, indicavam que o Brasil tinha sua primeira presidenta eleita. Não era torcida, não era projeção, era matemática.

Os números decisivos começaram a circular nos sites da internet e eram repetidos na TV a cabo. A TV Globo interrompeu o programa de Fausto Silva às 20h07 e cortou para William Bonner, no estúdio do plantão das eleições:

– Atenção: nos próximos quatro anos e pela primeira vez na História, o Poder Executivo no Brasil será comandado por uma mulher. Dilma Rousseff está oficialmente eleita.

A excitação na sala da casa deu lugar ao silêncio quando Dilma surgiu pelo corredor, uns 15 minutos depois do telefonema de Lewandowski. Estava vestida com o mesmo terninho em tom rosa-claro que usou no debate da TV Bandeirantes, o debate em que ela jogou o adversário contra a parede e recuperou a iniciativa no segundo turno. Ela bateu palmas duas vezes e ficou segurando as mãos, uma contra a outra, enquanto caminhava em direção ao centro da sala:

– Acabou.

Dilma bateu as mãos novamente. Foi o bastante para se desatar uma onda de aplausos, vivas, abraços e lágrimas – de alegria, de emoção, de alívio pelo final da jornada. José Eduardo Dutra chorava quando abraçou Dilma. Ela também. Palocci já estava emocionado quando Lula telefonou para cumprimentar a candidata e os coordenadores. Na sua vez de falar com ele, o ex-ministro procurou um canto do sofá – o mesmo em que Dilma estava quando ele lhe mediu a pressão arterial, na véspera do primeiro debate da campanha. Tinham-se passado apenas três meses, mas parecia uma eternidade no tempo da eleição. Palocci desabou sobre o sofá e chorou feito criança falando com Lula.

Só então Dilma foi examinar o discurso que ia fazer dali a pouco, seu primeiro pronunciamento. Ela se sentou diante do laptop, leu, corrigiu, cortou, acrescentou, mandou imprimir. Dilma telefonou para a mãe, que estava em Belo Horizonte com a família e os amigos. Ligou também para a filha, Paula, que estava com Carlos Araújo em Porto Alegre. Barulho de festa, dos dois lados da linha.

A televisão na sala mostrava eleitores e militantes do PT comemorando o resultado nas ruas de cidades grandes e pequenas em todo o país. Para completar o rito democrático, faltava apenas o telefonema ou uma declaração do adversário reconhecendo o resultado, antes de a eleita falar à nação. Dilma desistiu de esperar por José Serra quando o relógio passou das 21h. Quem não podia ficar aguardando era o país. Ela se dirigiu para o hotel na região central da cidade, onde estavam o vice Michel Temer, mais de 200 convidados e mais de uma centena de jornalistas brasileiros e estrangeiros.

“Minhas amigas e meus amigos de todo o Brasil. É imensa a minha alegria de estar aqui”, ela saudou no auditório do hotel, antes de começar a ler o discurso:

“Recebo hoje de milhões de brasileiros e brasileiras a missão mais importante de minha vida. Este fato, para além de minha pessoa, é uma demonstração do avanço democrático do nosso país: pela primeira vez uma mulher presidirá o Brasil. Já registro portanto aqui meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras para que este fato, até hoje inédito, se transforme

num evento natural."

Dilma se emocionou pela primeira vez, no discurso de 24 minutos, ao falar do combate à miséria, que ela pretendia transformar na marca de seu governo:

"Não podemos descansar enquanto houver brasileiros com fome, enquanto houver famílias morando nas ruas, enquanto crianças pobres estiverem abandonadas à própria sorte. A erradicação da miséria nos próximos anos é uma meta que assumo, mas para a qual peço humildemente o apoio de todos que possam ajudar o país a superar esse abismo que ainda nos separa de ser uma nação desenvolvida."

Os aplausos foram fortes quando Dilma se dirigiu aos partidos e eleitores que não tinham votado nela:

"Estendo minha mão a eles. A partir de minha posse serei presidenta de todos os brasileiros e brasileiras, respeitando as diferenças de opinião, de crença e de orientação política."

As lágrimas vieram quando ela falou de Lula:

"Ter a honra de seu apoio, ter o privilégio de sua convivência, ter aprendido com sua imensa sabedoria são coisas que se guarda para a vida toda."

Ela fez uma pausa e bateu palmas junto com a plateia, que cantava o velho refrão "*Olê, olê, olá, Lula, Lula*".

"Conviver durante todos esses anos com ele me deu a exata dimensão do presidente justo e do líder apaixonado por seu país e por sua gente. A alegria que sinto pela minha vitória se mistura com a emoção de sua despedida. Baterei muito à sua porta e tenho certeza que a encontrarei sempre aberta."

O telefone celular de Antonio Palocci tocou quando ele estava no palco, à esquerda de Dilma Rousseff, ali pelo 18º minuto do discurso. Era José Serra, enfim, ligando no momento em que a presidenta eleita falava ao país com transmissão ao vivo pela TV. Palocci anotou o recado. Dilma seguiu do hotel para o Palácio da Alvorada, onde Lula, ministros e amigos acompanhavam tudo na sala de cinema. Ele saudou:

– Presidenta!

Enquanto recebia o abraço de Lula, ela disse:

– Obrigada, presidente.

Lula falou junto ao ouvido da eleita:

– Deus te abençoe.

Dando tapinhas nas costas de Dilma, Lula repetia:

– Valeu, valeu, valeu, valeu, valeu.

Pela TV, enquanto os dois se abraçavam, chegava a imagem de José Serra

fazendo seu discurso, mas ninguém prestou muita atenção. Dilma ligou para ele, lá do Alvorada: uma conversa rápida, quase protocolar, na qual ela disse que a porta estaria sempre aberta para dialogar com o adversário. Ela ficou feliz com o telefonema do vice-presidente José Alencar, que estava num hospital em São Paulo. Brincou que ainda queria dançar um xaxado com Alencar (ele morreu poucos meses depois, ao fim de uma luta de 13 anos contra vários tipos de câncer).

Depois de cumprimentar e receber cumprimentos, Dilma foi conversar mais um pouco com Lula, os dois sentados nas escadinhas da sala de cinema. Às 23h35, ela estava de volta a sua casa. Acabou.

***

Dilma Rousseff foi eleita presidenta da República com 55.752.529 votos, 12 milhões a mais que o adversário. Não era apenas a primeira mulher a conquistar a presidência da República, num país onde a presença feminina nas lutas sociais é marcante mas sua representação política nunca chegou a 10% das cadeiras do Congresso. Dilma era também a primeira representante da geração que se formou no combate à ditadura a conquistar o poder em eleições livres, as primeiras que ela disputou nos 63 anos de vida que ia completar em 14 de dezembro, duas semanas antes de assumir o comando do país.

Quinze dias depois da eleição, o cerimonial do TSE consultou a eleita sobre a forma de tratamento que ela preferia receber nos convites para a cerimônia de diplomação: *presidente* ou *presidenta*? Durante a campanha, Dilma recebeu pareceres de filólogos indicando que as duas formas eram aceitas no idioma português; usar uma ou outra seria uma questão de gosto, ou de costume. João Santana captou em suas pesquisas que a forma feminina causava "um certo estranhamento" entre as pessoas. Disciplinada, Dilma manteve a forma presidente em seu material de propaganda. Mas agora... *acabou*! A adoção da forma feminina para os convites da diplomação foi o primeiro ato oficial da nova presidenta da República.

Em setembro de 2011, Dilma se tornaria também a primeira mulher a pronunciar o discurso anual de abertura da Assembleia Geral da ONU, tradicionalmente feito pelo representante do Brasil. Ela não deixou passar em branco no discurso:

"É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo esse momento histórico. Além do meu querido Brasil, sinto-me aqui representando todas as mulheres do mundo. Mulheres anônimas, aquelas que

passam fome e não podem dar de comer aos seus filhos, aquelas que padecem doenças e não podem se tratar, aquelas que sofrem violência e são discriminadas no emprego, na sociedade e na vida familiar."

A eleição de Dilma Rousseff foi também uma vitória política e pessoal de Lula. Ele tornou-se o primeiro presidente brasileiro a conquistar o segundo mandato e a eleição da candidata de seu partido para um terceiro governo consecutivo pelo voto direto, livre e universal da maioria da população. Nunca antes neste país... Pelo papel que desempenhou nos dois governos de Lula, Dilma era a melhor expressão daquele projeto político, que ela costumava resumir no binômio crescimento sustentado com inclusão social.

Fácil, para ela, nunca foi. Dilma teve de superar todos os desafios que a vida colocou diante dela ao longo do caminho: a condição feminina numa sociedade machista, a militância na clandestinidade, a tortura, a cadeia, a luta tantas vezes áspera pela democracia, o desafio de participar do primeiro governo dirigido por um trabalhador no Brasil, a superação do câncer e uma campanha eleitoral duríssima, em que a candidata estreante enfrentou um dos mais experientes políticos do país. A chave para entender essa trajetória talvez esteja na citação do escritor João Guimarães Rosa, que Dilma escolheu para seu discurso de posse, em 1º de janeiro. No romance *Grande Sertão: Veredas*, ela foi buscar o seguinte trecho:

> *O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e dai afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.*

INFORMAÇÕES SOBRE OS PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

Para saber mais sobre os títulos e autores
da EDITORA SEXTANTE,
visite o site www.sextante.com.br
ou siga-nos no Twitter @sextante.
Além de informações sobre os próximos lançamentos,
você terá acesso a conteúdos exclusivos e
poderá participar de promoções e sorteios.

Se quiser receber informações por e-mail,
basta cadastrar-se diretamente no nosso site.

Para enviar seus comentários sobre este livro,
escreva para atendimento@esextante.com.br
ou mande uma mensagem para o Twitter @sextante.

EDITORA SEXTANTE
Rua Voluntários da Pátria, 45 / 1.404 – Botafogo
Rio de Janeiro – RJ – 22270-000 – Brasil
Telefone: (21) 2538-4100 – Fax: (21) 2286-9244
E-mail: atendimento@esextante.com.br

Notas

[1] CEDRO, Marcelo – *JK desperta BH (1940-1945): A capital de Minas Gerais na trilha da modernização*. Annablume Editora, 2009.

[2] ALBANO, Celina – *Cine Pathé*. Conceito Editorial, 2008.

[3] LEITE, Isabel Cristina – "Colina: Oposição armada e memórias do regime militar em Belo Horizonte (1967-69)" – Monografia de Bacharelado para o Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, 2006.

[4] VILLAMÉA, Luiza – "A verdadeira história do cofre do dr. Rui". *IstoÉ*, 21 de julho de 1999.

[5] José Olavo Leite Ribeiro, citado por Luiz Maklouf Carvalho na reportagem "As armas e os varões", revista *Piauí*, abril de 2009.

[6] VILLAMÉA, Luiza e SIQUEIRA, Cláudio Dantas – "A torre das donzelas", revista *IstoÉ*, 25 de junho de 2010.

[7] Depoimento ao cineasta Silvio Tendler.

[8] Collor venceu em quase todos os estados, mas nas fortalezas do PDT o mais votado foi Lula (70% de votos no Rio, 65% no Rio Grande do Sul). Lula ganhou ainda em Pernambuco (48% a 46%), onde o governador era Miguel Arraes, outro líder cassado e exilado pelo Golpe de 64; e em Brasília (60%), graças aos sindicatos de servidores públicos.

[9] Em dezembro de 1994, o Supremo Tribunal Federal rejeitou denúncia da Procuradoria Geral da República contra Fernando Collor de Mello por crime de responsabilidade.

[10] O candidato do PPS, Ciro Gomes – ex-governador tucano do Ceará, ministro da Fazenda no final do governo Itamar e dissidente do PSDB desde então –, surpreendeu ao conquistar 7,5 milhões de votos (11%), mas não foi o suficiente para levar a eleição a um segundo turno.

[11] Em março de 2002, o delegado da Polícia Federal Paulo Tarso Gomes executou em São Luís um mandado de busca no escritório da empresa Lunus, do marido de Roseana Sarney, Jorge Murad. No dia seguinte, a TV mostrou imagens de 1,3 milhão de reais apreendidos no local, que segundo a PF seriam do caixa dois da candidata do PFL. O *Jornal do Brasil* encontrou, nos registros da linha de fax da empresa, uma ligação para o Palácio da Alvorada no momento da apreensão. A ligação corresponderia, segundo o jornal, ao envio de um relatório do delegado ao presidente Fernando Henrique. A governadora acusou José Serra de manipular a operação e o vazamento das imagens do dinheiro, por suas ligações com o comando da Polícia (o diretor da PF, Agílio Monteiro, era filiado ao PSDB, e o ex-diretor de Inteligência, Marcelo Itagyba, era assessor de

Serra no Ministério da Saúde). Um ano depois, o STF arquivou a denúncia do Ministério Público contra Roseana por suposto uso de caixa dois.

[12] O governador do Rio, Anthony Garotinho, eleito pelo PDT em 1998, numa chapa que teve Benedita da Silva, do PT, como vice, também disputou as eleições presidenciais, filiado ao PSB. Ele deixou o partido menos de um ano depois, colocando-se em oposição ao governo Lula. Anthony Garotinho chegou em terceiro lugar, com 15 milhões de votos, e Ciro Gomes em quarto, com dez milhões. José Maria de Almeida (PSTU) recebeu 400 mil votos e Rui Costa Pimenta (PCO), 38 mil.

[13] CARVALHO, Luiz Maklouf – "Mares nunca dantes navegados", revista *Piauí*, de 2009, e NERY, Natuza, *Folha de S.Paulo*, 12 de dezembro de 2010.

[14] Antonio Palocci (OSI), Agnelo Queiroz (PCdoB), Cristovam Buarque (AP), Dilma Rousseff (Polop, Colina, VAR-Palmares), José Dirceu (PCB, ALN, Molipo), Luiz Dulci (MEP), Luiz Gushiken (OSI), Marina Silva (PRC), Miguel Rossetto (ORM-DS), Nilmário Miranda (Polop, OCM-PO), Roberto Amaral (PCBR) e Tarso Genro (PRC). OSI era a Organização Socialista Internacionalista, ligada à IV Internacional e que ficou mais conhecida no Brasil pelo nome adotado no movimento estudantil – Liberdade e Luta, a Libelu. O MEP, Movimento pela Emancipação do Proletariado, foi um grupo leninista conhecido no movimento estudantil como PEG, pois combatia a política educacional do governo. Quando foram nomeados por Lula, apenas dois ministros mantinham vínculo com suas organizações: Agnelo Queiroz, no PCdoB transmutado de revolucionário em nacionalista, e Miguel Rossetto, na DS, uma tendência interna do PT que estava a caminho de se desligar da IV Internacional. Exceto pela OSI, que no PT se chama "O Trabalho", as demais estavam extintas.

[15] Antonio Palocci (Médicos-SP), Agnelo Queiroz (Médicos-DF), Humberto Costa (Médicos-PE), Jaques Wagner (Petroquímico-BA), José Fritsch (Rurais-SC), Luiz Dulci (Professores-MG), Luiz Gushiken (Bancários-SP), Olívio Dutra (Bancários-RS), Marina Silva (Seringueiros-AC), Miguel Rossetto (Metalúrgicos-RS) e Ricardo Berzoini (Bancários-SP), além do presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra (Mineiros-SE).

[16] Marcos Valério tentou fazer pelo menos três grandes negócios no governo Lula: levantar 570 milhões de dólares em títulos que o Rural detinha na liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco (não conseguiu sequer ser recebido pelos diretores do Banco Central); reverter a posição dos fundos de pensão de servidores na demanda com o Banco Opportunity pelo controle da Brasil Telecom (esbarrou na resistência obstinada de Luiz Gushiken ao dono do banco, Daniel Dantas); e associar o Banco do Brasil ao Rural e à CUT para fundar um *Banco dos Trabalhadores* (o BB não levou o projeto adiante).

[17] O Ministério Público do Ceará sustenta que o dinheiro seria a propina por um empréstimo do Banco do Nordeste e processou, por isso, José Guimarães, dois empresários e três diretores do banco. Todos negam a acusação. Até setembro de 2011 a ação contra eles ainda tramitava na Justiça Federal.

[18] A contabilidade oficial do PT registrava uma quantia de 29.436 reais como "empréstimo" a Lula, o que despertou suspeitas na CPI dos Correios. Lula nunca reconheceu essa dívida, pois o valor se referia a despesas do partido na campanha eleitoral.

[19] Valério sempre negou ter feito depósitos fora do país. Segundo ele, a agência de Duda foi paga com 20 cheques de 300 mil reais cada um, mais dez milhões de reais em dinheiro, divididos em três malas. A PF não identificou depósitos ligando Valério à conta mencionada por Duda à CPI.

[20] Um extrato da conta de Francenildo dos Santos na Caixa foi divulgado no site da revista *Época*, como indício de que ele teria recebido pagamento para depor contra Palocci na CPI. O caseiro provou que os depósitos em sua conta foram feitos por seu pai. Em agosto de 2009 o STF rejeitou denúncia do procurador geral contra Palocci e abriu ação penal por quebra de sigilo funcional contra o ex-presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso.

[21] Entrevista publicada no livro *Brasil – Entre o passado e o futuro*, Editora Boitempo/Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

[22] Dados extraídos da reportagem "Urna premia ação assistencialista de Lula", por Fernando Canzian, *Folha de S.Paulo*, 15 de outubro de 2006.

[23] Pesquisa mensal do Dieese, preços médios para a cidade do Rio de Janeiro em dezembro de 2002 e agosto de 2006.

[24] Fonte IBGE, valores médios para a cidade do Rio de Janeiro em janeiro de 2003 e agosto de 2006.

Sumário

Créditos 4
Dedicatória 8
Nota do autor 9
CAPÍTULO 1 – A vida não é fácil 12
CAPÍTULO 2 – Um homem muito alto 19
CAPÍTULO 3 – A política na esquina 29
CAPÍTULO 4 – A revolução tem pressa, 41

companheiro
CAPÍTULO 5 – A engrenagem sem retorno 51
CAPÍTULO 6 – Tão logo a noite acabe 65
CAPÍTULO 7 – Começar de novo 81
CAPÍTULO 8 – O tempo dos lenços vermelhos 93
CAPÍTULO 9 – Uma luz no apagão 106
Caderno de fotos 1 116

CAPÍTULO 10 – Passagem para o Planalto 132
CAPÍTULO 11 – Rua por rua, casa por casa 143
CAPÍTULO 12 – Lula de novo 157
CAPÍTULO 13 – A mãe do PAC 166
CAPÍTULO 14 – Uma coisinha importante 179
CAPÍTULO 15 – Não tá morto quem peleia 189

CAPÍTULO 16 – Sambando no asfalto 202
CAPÍTULO 17 – No campo de batalha 215
Caderno de fotos 2 227
CAPÍTULO 18 – O céu do primeiro turno 243
CAPÍTULO 19 – A bala de prata 257
CAPÍTULO 20 – Padres, pastores, fantasmas 271
CAPÍTULO 21 – Frente a frente 284

CAPÍTULO 22 – Presidenta 299
Informações sobre os próximos lançamentos 304
Notas 305